

 **Universidade de Brasília**

Instituto de Ciências Humanas

PPGHIS Programa de Pós-Graduação em História

EDUARDO PEREZ TEIXEIRA

**A COLUNA PRESTES
VISTA POR *O PAÍZ* E O
CORREIO DA MANHÃ
(1924 - 1927)**

BRASÍLIA
2018

Eduardo Perez Teixeira

**A COLUNA PRESTES
VISTA POR *OPAÍZ* E O
CORREIO DA MANHÃ
(1924 - 1927)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como pré-requisito para a obtenção de título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Política, Instituições e Relações de Poder.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Doratioto

Brasília
2018

Eduardo Perez Teixeira

**A COLUNA PRESTES
VISTA POR *O PAÍZ* E O
CORREIO DA MANHÃ
(1924 - 1927)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como pré-requisito para a obtenção de título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Política, Instituições e Relações de Poder.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Doratioto

Aprovado em: 28.02.2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Doratioto

Prof. Dr. Antônio José Barbosa

Prof. Dra. Ione de Fátima Oliveira

*A todas e todos que deram muita força,
qualquer que tenha sido, tudo foi
importante: (“E aí, como está indo? É
assim mesmo, continua! Boa!”) Como
isso fez a diferença!*

*Meus filhos: Luíza, Pedro e Guilherme.
Por vocês meu horizonte sempre se
amplia;*

*Lola: silenciosa, mas fiel companheira
das horas de escrita;*

*Minha linda: desculpe o tempo roubado.
Mas, como já previa uma velha,
desbotada, mas atualíssima tatuagem,
Angela pra sempre!*

AGRADECIMENTOS

Ao professor e orientador Francisco Doratioto, que há dois anos demonstrou sincero interesse numa ainda incerta defesa de projeto. Orientador presente, gentilmente crítico e colaborativo, a evolução do trabalho tem a sua inestimável marca;

Ao amigo e doutorando Vinícius *Borbs* Januzzi, pela presteza na formatação do sumário e paginação, em cima da hora;

A minha querida sobrinha e doutoranda Paloma Abelin, pelo possível recorde mundial na versão do *abstract*, minutos antes da entrega desta dissertação;

E ao professores Ione e Barbosa: ela acompanhando minhas pesquisas desde a graduação; ambos extremamente gentis e colaborativos desde a qualificação deste projeto.

A todos, minha gratidão.

.

Quem quer passar além do Bojador,

Tem que passar além da dor.

Fernando Pessoa

RESUMO

A década de 1920 foi marcada no Brasil pelo movimento tenentista, série de revoltas militares contra presidentes da república que envolveram, principalmente, jovens oficiais das forças armadas. Naquele momento eram tensas as relações entre eles e o governo federal, e viam principalmente no presidente Arthur Bernardes (1922-1926) o inimigo a ser derrotado. A maior daquelas revoltas militares foi a Coluna Prestes, marcha revolucionária que entre 1924 e 1927 percorreu em torno de 25 mil quilômetros pelo interior do país. Apesar de duramente combatidos, não foram derrotados e quando se asilaram na Bolívia seus jovens comandantes já possuíam bastante prestígio no Brasil. E esse é o questionamento que essa dissertação pretende responder: se o governo combateu duramente aquela tropa revolucionária e se a imprensa oposicionista também sofria forte repressão oficial, como se construiu a imagem positiva que a Coluna Prestes possuía ao final da jornada militar? Qual o papel da imprensa naquele processo? Para isso, foram analisados dois importantes jornais do Rio de Janeiro da época, o governista *O Paíz* e o oposicionista *Correio da Manhã*. Ambos eram históricos inimigos na então capital federal, e sempre foram muito agressivos na defesa de seus interesses políticos. O *Correio da Manhã* nem sempre pôde atuar contra o governo naquele momento, porém a campanha do jornal governista contra a tropa revolucionária foi bastante intensa durante quase todo aquele período. O que essa pesquisa demonstra é como a frequência e virulência das matérias contra os revolucionários dava-lhes mais espaço no governista *O Paíz* que no próprio *Correio da Manhã*, jornal oposicionista muitas vezes atingido pela repressão oficial. Essa pesquisa demonstra, portanto, como a grande rivalidade entre aqueles importantes jornais do Rio de Janeiro foi fundamental para a construção de uma imagem heróica da Coluna Prestes. E como o desenrolar daquela jornada militar consolidou Luiz Carlos Prestes, já naquele momento, como inquestionável comandante da coluna revolucionária que leva seu nome.

Palavras-chave: Movimento tenentista, O Paíz, Correio da Manhã, Coluna Prestes.

ABSTRACT

The 1920 decade in Brazil was marked by Lieutenants Movement, a series of military revolts against presidents, that was mainly carried on by young military officers. At that moment, relations between the army and the government were strained and the president Arthur Bernardes (1922-1926) was considered the enemy to be defeated. The most important military revolt was the Prestes Column, a revolutionary march that covered around 25 thousand kilometers from 1924 to 1927 across the country. Despite the several battles, the Prestes Column was not defeated. When the young officers received asylum in Bolívia, the Column commanders already enjoyed prestige in Brazil. Therefore, the central question that this research intends to answer is: as the government fought hardly the revolutionary group and as the press had to deal with strong repression from the government, how did the Prestes Column ended up having such a positive image by the end of their journey? What role did the press play during this period? To answer these questions, two important newspapers from Rio de Janeiro were analysed: the oppositionist *Correio da Manhã* and the ruling *O Paíz*. The *Correio da Manhã* could not always react against the government, but *O Paíz*, on the otherhand, had a strong campaign against the revolutionary group during this period. This research shows that the amount and intensity of critics upon the movement made by the ruling *O Paíz* resulted in increase of visibility of the Column in this paper when compared to the limited possibilities that the oppositionist *Correio da Manhã* had to publish about the movement, considering the persistent repression that *Correio da Manhã* suffered. The results show that rivalry between these newspapers was essential to build the heroic image of the Prestes Column. Events that happened during the movement consolidated Luiz Carlos Prestes, at that moment, as unquestionable commander of the revolutionary column named after him.

Keywords: Lieutenant Movement, O Paíz, Correio da Manhã, Prestes Column

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – A Primeira República: os anos iniciais por <i>O Paíz</i> e pelo <i>Correio da Manhã</i>	21
1.1 Café e política.....	21
1.2 O “Bota-Abaixo”.....	24
1.3 Os tenentes.....	27
CAPÍTULO 2 – Os jornais.....	37
2.1 A imprensa escrita.....	37
2.2 <i>O Paíz</i>	42
2.3 <i>Correio da Manhã</i>	51
2.4 <i>As Cartas Falsas</i>	60
CAPÍTULO 3 – “O que nos movia era a luta contra o Bernardes”.....	67
3.1 <i>O Segundo Cinco de Julho</i>	67
3.2 Os revolucionários abandonam São Paulo.....	80
3.3 ... um certo capitão Prestes.....	98
CAPÍTULO 4 – “Não vencemos, mas não fomos vencidos.”.....	123
4.1 As batalhas no Congresso.....	123
4.2 Prestes e Lampião.....	131
4.3 A oposição no ataque.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS	167
a) Primárias.....	167
b) Secundárias.....	167

INTRODUÇÃO

A década de 1920 foi marcada no país pela eclosão do movimento tenentista, no qual jovens oficiais, majoritariamente do Exército, sublevaram-se principalmente contra o presidente Arthur Bernardes (1922-1926). Este era, mesmo antes de eleito, acusado por grande parte dos militares de ser inimigo das Forças Armadas¹, além de típico representante das velhas oligarquias² políticas estaduais que tantos atrasos econômicos e sociais causavam ao país. E o maior desafio enfrentado pelo governo federal ocorreu a partir de 1924, quando militares revolucionários iniciaram a marcha da Coluna Prestes pelo interior do país, percorrendo em torno de vinte e cinco mil quilômetros e seguidamente combatidos por tropas e milícias governistas, até exilarem-se na Bolívia em fevereiro de 1927.

Houve grande destaque àqueles eventos pelos principais jornais do país, a maioria alinhada ao governo federal e fortemente crítica à insubordinação militar. Aqueles revoltosos, na opinião dos periódicos governistas, mediante uma aventura militar inconsequente, estariam ameaçando a estabilidade política do país, além de macular a imagem nacional de modernidade e estabilidade que o país procurava transmitir, objetivo reforçado desde as festividades de centenário da independência, em 1922. A cobertura dos jornais oposicionistas, por outro lado, não teve o mesmo destaque. Frequentemente submetidos à censura, muitas vezes limitavam-se à reprodução de notas oficiais que exaltavam vitórias das tropas governistas e a iminência da completa derrota do movimento rebelde.

Entretanto, ao deporem as armas na Bolívia em 1927, a imagem da Coluna Prestes era bastante positiva, mesmo tendo vários e poderosos críticos, e os seus feitos cada vez mais divulgados pelo país. Seus mais importantes comandantes eram assediados por lideranças políticas das mais variadas vertentes e, gradativamente,

¹O episódio de 1921 que deu origem a essa situação, conhecido como *As Cartas Falsas* de Arthur Bernardes, será abordado no primeiro capítulo.

² A palavra *oligarquia* indica, em primeiro lugar, uma forma de governo. O termo vem do grego e significa *governo de poucos*. Em sua obra *A República*, Platão definiu a oligarquia como uma forma de governo que se opunha ao bom governo. A oligarquia era para Platão o governo dos ricos, ávidos por poder e dinheiro. Mas, dessa definição, a palavra foi gradativamente ganhando conotação mais social e passou a designar também um grupo, uma elite detentora do poder político e econômico. E é com esse significado que vemos o conceito ser mais empregado em nossos dias. In: SILVA, KALINA V.; SILVA, HENRIQUE S. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005, p.316.

começaram a retornar ao país. O prestígio dos *tenentes*³ era significativo e vários foram importantes agentes na *Revolução de 1930*, a articulação política e militar que culminou na destituição de Washington Luís e posse de Getúlio Vargas na Presidência da República. Essa rápida adesão ao getulismo, comum à maioria deles, teve a mais expressiva exceção cabendo a Luiz Carlos Prestes, grande líder da marcha que leva seu nome. Já no início da década de 1930 se tornou ferrenho opositor político de Getúlio Vargas e, posteriormente, no mais destacado líder comunista do país até sua morte, em 1990.

Com essa breve exposição, apresenta-se o problema a ser pesquisado: se grande parte da imprensa do país era alinhada ao governo federal, como pôde se construir imagem majoritariamente positiva da Coluna Prestes, mesmo com a censura aos jornais simpáticos ao movimento? Por que os eventos negativos frequentemente atribuídos aos integrantes da coluna não tiveram a capacidade de macular significativamente a imagem dos jovens integrantes da jornada revolucionária? Portanto, é com objetivo de compreender a construção da imagem da Coluna Prestes que esta pesquisa analisa parte da cobertura jornalística com relação aos eventos relacionados à marcha da Coluna Prestes pelo interior do país, entre 1924 e 1927⁴.

São apresentados dois dos mais importantes jornais do Rio de Janeiro, capital federal à época, com a escolha do governista *O País* e do oposicionista *Correio da Manhã* tendo se estabelecido por serem dois aguerridos adversários na defesa de seus posicionamentos políticos⁵. Ambos estão com suas edições totalmente digitalizadas e disponíveis para consulta pública pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, o que se mostrou essencial para a realização da pesquisa.

A consulta ao material teve início em setembro de 2016, e se estendeu até outubro de 2017. Nesses quase treze meses foram analisadas todas as edições de ambos os jornais entre cinco de julho de 1924 e onze de fevereiro de 1927. A data inicial – *O Segundo Cinco de Julho* – se refere à eclosão da revolta tenentista de São Paulo, não por coincidência deflagrada exatamente dois anos após o levante militar dos *Dezoito do Forte*, em Copacabana. Com enorme repercussão no país, aquela revolta foi uma

³ O movimento tenentista eclodiu em função do descontentamento de parte da jovem oficialidade das Forças Armadas em relação ao governo federal, na década de 1920, e será abordado no capítulo II.

⁴ Apesar de a maioria dos autores considerarem a formação da Coluna Prestes a partir de 1925, com a junção das colunas gaúcha e paulista, a pesquisa aborda o movimento tenentista desde a eclosão do levante revolucionário de São Paulo, em cinco de julho de 1924.

⁵ A rivalidade entre esses jornais é antiga, e nas grandes polêmicas do início do século XX geralmente apresentavam pontos de vista contrários. Ambos serão abordados no primeiro capítulo.

curta guerra civil em que, por três semanas, tropas federais fustigaram duramente os revolucionários paulistas, com grande perda de vidas e destruição de diversas áreas urbanas e industriais da cidade. A cobertura, por ambos os jornais, foi intensa, com inúmeras capas e páginas internas, e estendeu-se por muitos dias, demonstrando a gravidade e repercussão dos acontecimentos. Apesar de fundamental para o início do movimento rebelde, somente quando a tropa gaúcha se juntou à paulista é que muitos consideram, de fato, a formação da Coluna Prestes. Esse encontro, próximo a Foz do Iguaçu, se deu em abril de 1925 e a partir daí será dada bastante ênfase nessa pesquisa. Quase trinta e um meses depois de iniciada a revolta paulista, no início de fevereiro de 1927 deu-se o fim da marcha da Coluna Prestes, quando a tropa revolucionária remanescente, em torno de 620 soldados, entregou o armamento que ainda dispunha às autoridades bolivianas, exilando-se no país. Coincidentemente, *O Paíz* e o *Correio da Manhã* somente noticiaram o fato dois dias depois, e com o fim da marcha militar da Coluna Prestes encerrou-se a pesquisa histórica nas fontes jornalísticas.

Todas as edições dos jornais escolhidos foram analisadas, no mínimo, com a leitura de três páginas, da primeira à terceira. Pela diagramação da época, frequentemente notícias começavam em uma página e terminavam em outra, não necessariamente a seguinte (*continua na página seis*, por exemplo), o que explica a pesquisa ter se dedicado às três páginas iniciais, *no mínimo*. Ambos muito raramente mencionavam fatos nacionais em suas primeiras páginas, e as manchetes eram ainda mais incomuns. O privilégio dos destaques geralmente era voltado a eventos europeus e, em menor escala, dos ascendentes Estados Unidos, numa miscelânea de temas políticos, econômicos, esportivos e sociais, além de, não raro, das mais diversas formas de propaganda. A revolta tenentista de São Paulo, em 1924, encaixa-se nessas exceções, e teve várias matérias de capa, principalmente no governista *O Paíz*, que chegou a dedicar-lhe cinco páginas nos momentos iniciais do movimento. Porém, isso ocorreu intensamente por aproximadamente três meses, com as notícias gradativamente perdendo a importância à medida que os boletins oficiais informavam a completa derrota do movimento revolucionário. O opositor *Correio da Manhã*, apesar da cobertura inicial, teve atuação mais comedida, principalmente em função de estar submetido à censura pelo governo federal. Por isso, nos momentos iniciais da revolta, se dedicava apenas à publicação de informações das agências de notícias e boletins oficiais, diminuindo bem mais rapidamente a intensidade de sua divulgação dos acontecimentos conforme a derrota do movimento rebelde era gradativamente

anunciada pelo governo. Não bastasse isso, chegou a ter Edmundo Bittencourt, seu proprietário, preso no início da revolta, bem como alguns de seus redatores, e chegou a ser impedido de circular entre agosto de 1924 e maio de 1925. Posteriormente, entre o final de 1925 e o começo de 1926, as notícias passaram a escassear em ambos os jornais, certamente em função dessas inúmeras declarações oficiais sobre o completo desbaratamento das forças rebeldes e o fim do movimento. E houve momentos em que, por diversas semanas, nenhum dos jornais fez qualquer menção ao tema. Entretanto, mesmo com a escassez de notícias, as três páginas iniciais de ambos os jornais foram todas verificadas, uma vez que eram habitualmente destinadas à política nacional, e justamente nelas encontravam-se a maioria dos editoriais, notas e discursos políticos envolvendo o movimento. Notícias de primeira página somente voltaram a surgir em meados de 1926, principalmente no oposicionista *Correio da Manhã* e, mesmo assim, em poucas edições.

O Paíz foi analisado em todas as suas 951 edições referentes ao período da pesquisa, em 2.853 páginas. O oposicionista *Correio da Manhã*, impedido de circular entre setembro de 1924 e maio de 1925, foi pesquisado em 690 edições, em 2.070 páginas. Considerando, portanto, as três páginas mínimas de cada jornal durante suas 1.641 edições, foram pesquisadas 4.923 páginas de *O Paíz* e do *Correio da Manhã*, que serão analisadas no terceiro capítulo desta dissertação.

A essas fontes primárias, matéria principal dessa pesquisa, foi acrescentada parte da vasta produção historiográfica sobre o tema, dando subsídios a identificação do problema sugerido e suas possíveis conclusões. Portanto, por meio da análise comparativa das notícias, notas e editoriais de ambos os jornais, é que este trabalho busca compreender a construção de uma imagem da Coluna Prestes durante sua jornada militar pelo interior do país, entre 1924 e 1927.

O interesse pela Coluna Prestes surgiu ainda na graduação na Universidade de Brasília. Na disciplina Metodologia da História discutiu-se a praticidade em desenvolver pesquisas que pudessem ser desenvolvidas nos trabalhos de conclusão e aprofundadas nas etapas posteriores da pós-graduação. E assim procedi, resolvendo pesquisar sobre a grande marcha revolucionária tenentista, temática tão fascinante quanto controversa da história republicana, da qual existem muitos estudos sob diversas abordagens. Até então não havia demonstrado interesse especial pelo tema, com o conhecimento adquirido sobre o assunto obtido em leituras que de maneira alguma se aproximavam de pesquisa histórica.

Escolhido o tema, busquei analisar diferentes abordagens que parte da historiografia dedicava a polêmico episódio de fevereiro de 1926, em que alguns dos integrantes da coluna se envolveram no sertão da Paraíba. Sob o comando de Cordeiro de Farias, um destacamento da coluna foi surpreendido com tiros ao chegar a Piancó, e perdeu um de seus integrantes. Acusado de haver comandado uma emboscada, o padre Aristides Ferreira da Cruz – também deputado estadual – foi capturado e executado, junto com outras doze pessoas. Nessa primeira pesquisa – “A Coluna Prestes: a historiografia dividida entre homens e heróis” – dediquei-me a quatro livros, pelos quais analisei as abordagens dadas ao episódio, e tive a primeira constatação sobre as diferentes perspectivas que abrangem o tema. O mesmo evento – as execuções – tratado como chacina ou justicamento, quando não ignorado, dependendo da perspectiva adotada.

Na monografia de conclusão de curso – “Luiz Carlos Prestes: a marcha da Coluna e a construção do mito” – aprofundei-me sobre alguns momentos marcantes daquela jornada militar, e seus variados graus de repercussão. Apesar de a pesquisa ter sido focada em Luiz Carlos Prestes, seu principal líder, a análise dos conflitos demonstrou como a marcha da tropa revolucionária afetou muito as comunidades do interior do país. O efetivo revolucionário variava entre 620 e 1.500 homens, e o ônus da manutenção da tropa caía sobre as pequenas e empobrecidas populações locais, voluntariamente ou não. Sobre isso, o discurso historiográfico varia desde a grande receptividade oferecida às tropas revolucionárias até a permanente rejeição e fuga das populações locais ante a aproximação de seus batalhões⁶. Mais uma vez a historiografia tratando os mesmos eventos sob perspectivas bastante diversas, variando conforme o espectro pessoal ou ideológico que apresentavam.

⁶Ao passarem pela vila de Arraias (hoje no estado de Tocantins) os rebeldes foram recebidos festivamente pela população local, que “ao som de músicas e foguetes ovacionou as tropas revolucionárias ao entrarem na cidade”. Moreira Lima, secretário-geral da Coluna. In: PRESTES, A Anita L. *Uma epopeia brasileira: A Coluna Prestes*. São Paulo: Editora Moderna, 1995, p.73.

A jornalista Eliane Brum, refazendo os caminhos da Coluna Prestes em 1993, colheu informações um pouco diferentes. Em Arraias obteve o depoimento de Agenor de Sena e Silva, então com 90 anos, filho do prefeito da cidade à época. Segundo seu depoimento, na cidade a Coluna teria passado doze dias, comendo e bebendo, incluindo muitos bailes, que “não tinham nada de familiares”. Ainda de acordo com ele, “[...] exceto pelo fato de não ter sobrado nenhum cavalo na cidade e algumas escaramuças com fazendeiros que não entendiam por que diabos deveriam dar de presente o rebanho e a montaria, tudo correu na mais santa paz. [...] Davam requisição, mas não pagavam nada. Quem não correu, foi obrigado a cooperar. Deu certo. Quando saíram, a cidade tava (sic) um pouco desfalcada, mas inteira”. Ou seja, de acordo com ele a estratégia de seu pai não teve nada de apoio revolucionário, tendo se constituído em maneira de diminuir os possíveis danos à cidade. Lembrava Agenor: “[...] pois sabe que naquele tempo nem existia causa por aqui, os jornais chegavam com dois meses de atraso e quem vingava eram os coronéis. [...] o pai achou um jeito de escapar daquela encrenca sem destroçar a cidade.” In: BRUM, Eliane. *Coluna Prestes: o avesso da lenda*. Porto Alegre: Artes e Ofícios Editora, 1994.p. 67–70.

Ainda na Universidade de Brasília, fiz uma pós-graduação em História Cultural, e nela também estudei o mesmo tema, por outra abordagem. Em “O dito e o não dito: o discurso sobre o Cavaleiro da Esperança no filme *O Velho – A história de Luiz Carlos Prestes*” confirmou-se a impressão de que temas polêmicos – há inúmeros além do anteriormente citado – não foram abordados com a intensidade que, supõe-se, fossem merecedores. Ou, se foram, é significativo que tenham perdido em repercussão para os eventos heroicos que catapultaram a Coluna Prestes como dos grandes eventos político-militares da República.

Com o aprofundamento das pesquisas, uma grande questão começou a apresentar-se: se o governo combateu duramente a Coluna Prestes – militarmente, politicamente e através da imprensa - por que a imagem que se sobressaiu foi a de sua invencibilidade? Se grande parte da imprensa era próxima ao governo federal – a imprensa oposicionista era frequentemente censurada – como, em menos de três anos, se transformou a imagem fortemente apregoadada de uma isolada revolta militar que envergonhava o país em valorosa marcha de jovens militares idealistas? Por que os principais comandantes da Coluna, ao se exilarem na Bolívia em fevereiro de 1927, eram cortejados por integrantes dos mais diferentes grupos políticos do país? Cristalizava-se, portanto, o problema a ser analisado: por que a imprensa, majoritariamente governista, não conseguiu impedir o crescimento de uma imagem positiva e heroica da Coluna? Se a parte da imprensa oposicionista que era simpática ao movimento sofreu diversas represálias do governo federal, como se construiu essa imagem favorável da Coluna, ainda na época em que percorria o interior do país? Seria possível que as inúmeras críticas sobre as permanentes fugas dos revoltosos pudessem ter colaborado na construção do mito de sua invencibilidade? Afinal, desde 1924, seguidamente, a completa aniquilação do movimento foi anunciada por diversas vezes pelo discurso oficial.

Com o desenvolvimento das pesquisas anteriores formulei, portanto, a hipótese de que a própria imprensa governista involuntariamente colaborava para a construção da imagem de invencibilidade da tropa revoltosa. As notícias ufanistas que relatavam as derrotas da Coluna eram desmentidas pelas novas informações sobre a fuga dos rebeldes, o prosseguimento da perseguição e novos combates. Imaginava ser provável o estranhamento, entre parte da população, com a profusão dessas notícias, normalmente pelos jornais governistas. Afinal, desde o final de julho de 1924, com o abandono de

São Paulo pelos revoltosos, seguidamente os informes oficiais davam o movimento por derrotado.

Partindo dessas premissas, esta pesquisa busca compreender aquela situação pela análise de atores fundamentais na construção de uma imagem para as tropas rebeladas: os jornais. Principais veículos de informação na década de 1920, eram porta-vozes dos mais variados grupos políticos e fortemente engajados na defesa dos interesses que representavam. Esse trabalho centrou esforços na análise da cobertura dos eventos relacionados à Coluna Prestes por dois dos mais combativos jornais do Rio de Janeiro, então capital federal: o governista *O Paíz* e o oposicionista *Correio da Manhã*.

Adversários de longa data, naquele período envolveram-se em acusações mútuas extremamente violentas, e frequentemente estiveram em campos opostos em momentos marcantes do início do século XX. Como, por exemplo, na Revolta da Vacina, quando, em vinte e dois de agosto de 1904 *O Correio da Manhã* apresentou, na primeira página, matéria intitulada “Contra a vacinação obrigatória”⁷, com *opiniões científicas* que se opunham à campanha conduzida pelo sanitarista Oswaldo Cruz. Por outro lado, *O Paíz*, de treze de novembro de 1904, criticava os numerosos “desocupados”⁸ que promoviam arruaças pelas ruas, representantes do atraso que se buscava combater com a campanha civilizatória empreendida pelo governo.

Com relação ao episódio dos *Dezoito do Forte*, a revolta tenentista da unidade militar de Copacabana em 1922, os jornais também tinham posicionamentos diametralmente opostos. No aniversário de dois anos do levante tenentista o *Correio da Manhã* de cinco de julho de 1924 saudava o movimento com uma fotografia dos soldados rebelados em sua capa – “Uma fotografia histórica” – e o título “O cinco de julho e os heróis de Copacabana”⁹. Na mesma data *O Paíz* também lembrava a revolta tenentista, porém rotulando-a como “[...] movimento subversivo de um grupo de soldados [...], [...] data triste [...], [...] sacrifício inglório [...], [...] inimigos da República [...]”¹⁰. *O Paíz* fazia coro ao discurso governista na condenação da isolada

⁷ Contra a vacina obrigatória. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22.08.1904, n.1166, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_01

⁸ A vacinação obrigatória. As arruaças de ontem. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 15.11.1904, n.7341, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03

⁹ Uma fotografia histórica. O cinco de julho e os heróis de Copacabana. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 05.07.1924, n.9246, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=

¹⁰ O aniversário do levante de 1922. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 05.07.1924, n.14503, p.5. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05

insubordinação militar e o *Correio da Manhã*, pela perspectiva oposicionista, na exaltação – quando pôde – do patriotismo revolucionário. Visando compreender a ascensão da imagem positiva geralmente relacionada à Coluna Prestes, essa pesquisa apresenta parte das abordagens jornalísticas desses dois importantes jornais entre cinco de julho de 1924 – o início do levante tenentista que dominou São Paulo por três semanas – até três de fevereiro de 1927, quando depuseram as armas ao entrar na Bolívia. Portanto, por meio da análise diária das páginas desses jornais – manchetes, notas, editoriais e discursos políticos – esta pesquisa apresenta a evolução daquela jornada militar por quase três anos, e como a postura política que adotaram contribuiu para a construção de uma imagem para a Coluna Prestes que, em 1927, era bastante diversa a de 1924.

Estruturalmente esta pesquisa se divide em quatro capítulos, e se inicia por breve contextualização histórica da época. *Século XX: A Primeira República por O Paíz e pelo Correio da Manhã* é o primeiro deles. Nele é traçado breve panorama histórico principalmente do Rio de Janeiro, capital federal e cidade origem de ambos os jornais, e o capítulo encontra-se subdividido em três partes. As questões econômicas e políticas estão abordadas no subitem 1.1, *Café e Política*; a modernização urbanística da cidade e as revoltas daí decorrentes no subitem 1.2, “*O Bota-Abaixo*”. E uma breve exposição sobre os jovens militares revolucionários no subitem 1.3, *Os tenentes*. A pesquisa busca contextualizar aquele momento referenciando parte da bibliografia específica, porém enfatizando principalmente o posicionamento de ambos os jornais, buscando identificar – ou não – diferenças nas abordagens jornalísticas que os caracterizavam.

Os jornais é o título do segundo capítulo, também dividido em quatro partes: *A imprensa escrita* (subitem 2.1), em que é traçada breve análise sobre as características dos jornais no Brasil do início do século XX, posicionando a pesquisa na temática jornalística da época. Em *O Paíz* (subitem 2.2) e *Correio da Manhã* (subitem 2.3) os jornais objetos desta dissertação são abordados dentro de suas especificidades históricas. E *As Cartas Falsas* (subitem 2.4) apresenta o mais caloroso embate entre ambos os jornais, iniciado ainda em 1921 durante a campanha presidencial de Arthur Bernardes, e que se tornou importante fator de acirramento dos ânimos políticos da época. O episódio teve graves consequências e teve em ambos os jornais fortes antagonistas.

O terceiro capítulo - *O que nos movia era a luta contra o Bernardes* - refere-se efetivamente ao início da pesquisa, ou seja, à análise diária de ambos os jornais durante o começo daquela revolta militar, e também está dividida em três partes. O início da revolta na capital paulista é abordado no subitem 3.1, *O Segundo Cinco de Julho*. Abrange o momento inicial da revolta e as três semanas em que os revolucionários dominaram a capital paulista. O subitem 3.2 aborda o momento seguinte, sob o título *Os revolucionários abandonam São Paulo*, e cobre a perseguição que sofreram pelo estado e a luta que travaram no Paraná. E o capítulo se encerra com o subitem 3.3, intitulado *... um certo capitão Prestes*, apresentando as primeiras referências ao líder revolucionário ainda no sul do país, e que se tornou o mais importante comandante daquela marcha militar. O capítulo, portanto, compreende desde cinco de julho de 1924, com a tomada de São Paulo pelos revolucionários, até abril de 1926, período em que a Coluna Prestes ainda possuía grande poder de fogo e envolvia-se em importantes conflitos no interior do nordeste, já com alguma repercussão pelo país. Entretanto, em meados de 1926 os revolucionários já estavam bastante desgastados, uma vez que eram duramente perseguidos e combatidos havia quase dois anos, o que veio a acarretar significativa mudança em seus objetivos.

A partir do quarto capítulo – *Não vencemos, mas não fomos vencidos* - a análise dos jornais aborda como a vitória de Washington Luís na eleição presidencial de março de 1926 foi significativa para o movimento revolucionário. As dificuldades que enfrentavam e a saída do poder de Arthur Bernardes, inimigo declarado dos militares revolucionários, retiraram deles grande parte do objetivo político que possuíam, e o encerramento da marcha militar passou a ser considerado por seus comandantes. A partir da proximidade de sua posse, em novembro de 1926, houve certo abrandamento na censura, o que possibilitou que parlamentares e jornais opositoristas aprofundassem suas críticas ao governo que se encerrava. Com isso a Coluna Prestes começou a aparecer mais nos jornais, o que será abordado no subitem 4.1, *As batalhas no Congresso*. Se a oposição passava a ter mais espaço naqueles debates, a imprensa governista nunca perdeu o seu. E os ataques a Coluna Prestes passaram a ser mais contundentes, com a imagem dos revoltosos sendo frequentemente igualada à bandidagem comum que vagava pelo interior do país. Aquele momento será abordado no subitem 4.2, *Prestes e Lampião*. E apesar de serem duramente fustigados por tropas e milícias governistas, crescia a exposição da Coluna Prestes em ambos os jornais. Ao final de 1926 a tropa revolucionária já estava bastante enfraquecida militarmente e

lutava pela própria sobrevivência, e com muita dificuldade fugia de seus perseguidores. Daí a decisão do comando revolucionário em direcionar a marcha rumo ao exílio na Bolívia, objetivo alcançado em fevereiro de 1927. No início daquele ano o estado de sítio já havia sido suspenso na maior parte do país, e a censura mais branda possibilitava que a imprensa oposicionista destacasse positivamente o movimento revolucionário. E o último capítulo dessa dissertação se encerra com o fim da marcha militar da Coluna Prestes, em fevereiro de 1927, com o subitem 4.3, *A oposição no ataque*.

A imagem da Coluna Prestes se confundia com a de seus mais destacados integrantes: Cordeiro de Farias, Djalma Dutra, João Alberto e Siqueira Campos – comandantes dos quatro destacamentos que formavam a Coluna; Miguel Costa – major da Força Pública de São Paulo, maior patente militar e aclamado comandante geral da tropa; e Luiz Carlos Prestes, capitão do Exército, nomeado Chefe do Estado-Maior da Coluna e tido, pela maior parte da historiografia, como líder de fato da marcha militar pelo país.

A jornada revolucionária percorreu aproximadamente vinte e cinco mil quilômetros, por dezessete estados e o atual Distrito Federal, além de ter atravessado pequena parte do Paraguai ainda no início da marcha, até exílio na Bolívia em 1927. Foram dois anos e meio em que, muitas vezes, as notícias referentes à Coluna Prestes e seus comandantes tiveram grande repercussão no país. Em fevereiro de 1927 o que restava da tropa exilou-se na Bolívia. Com pouco mais de seiscentos integrantes, a coluna estava enfraquecida, com muitos de seus combatentes em péssimas condições físicas, e o material bélico sem o poder de fogo dos meses anteriores, mas bastante prestigiada e sendo notícia em diversos jornais do país. Correspondentes de alguns jornais já a aguardavam em solo boliviano, e a cobertura da imprensa sobre os principais comandantes intensificou-se. Com isso, a Coluna Prestes começava a se constituir em modelo heroico de resistência ao *status quo* oligárquico da Primeira República ainda durante sua jornada militar, entre 1924 e 1927.

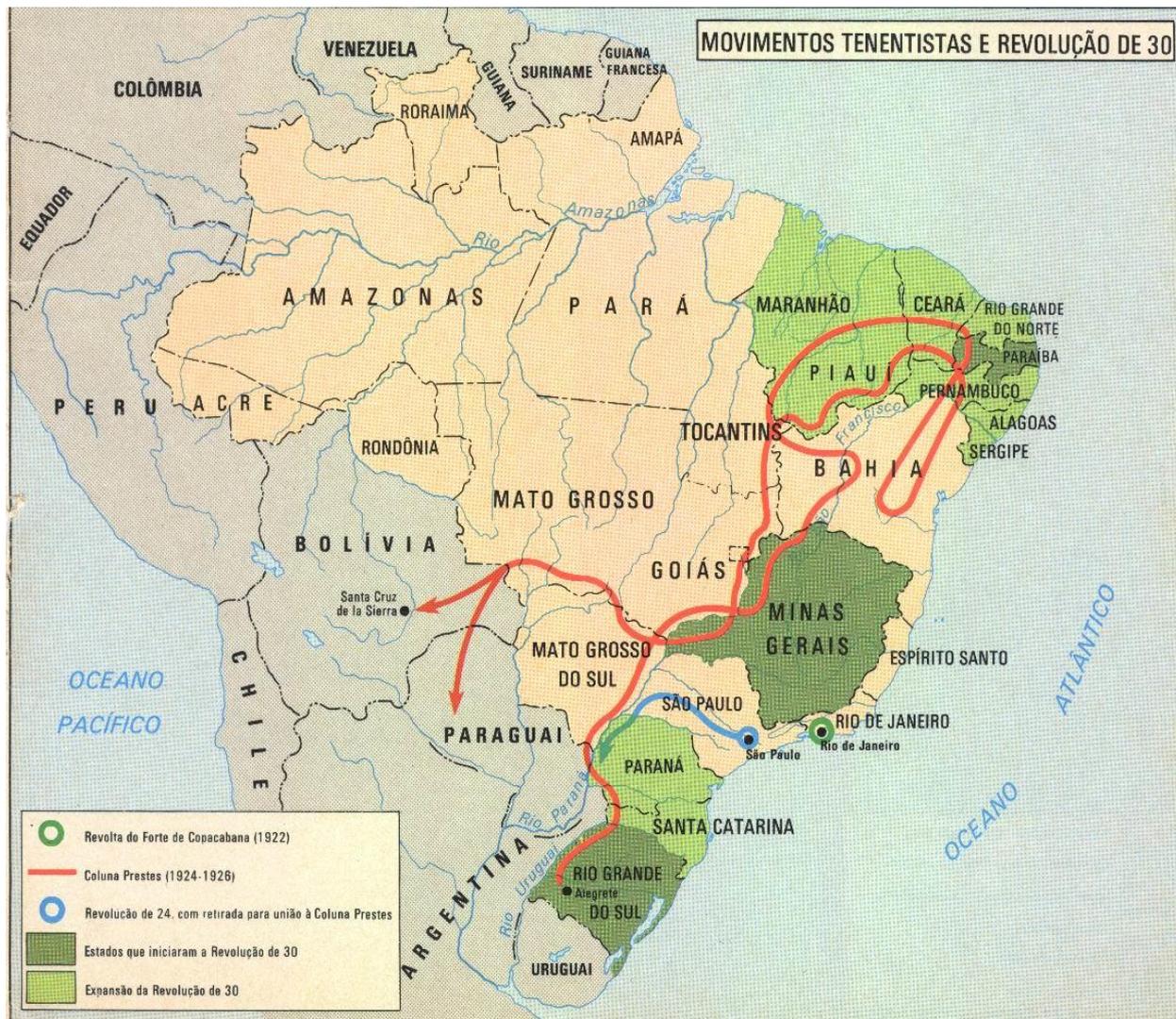


Imagem 1

Percurso da Coluna Prestes entre 1924 e 1927.¹¹

Entretanto, setores da historiografia afirmam que essa imagem da Coluna, bem como o protagonismo de Prestes, foram construções posteriores, que visavam catapultar seu potencial político no período da redemocratização, após o fim do Estado Novo getulista em 1945. E que essa idealização sobre sua figura teria sido fortalecida por parte da imprensa e da historiografia simpáticas ao Partido Comunista Brasileiro após o golpe de 1964, numa forma de se opor à ditadura militar. Em que pese à relevância desse posicionamento histórico e político, essa pesquisa demonstra que, *nos jornais analisados*, o crescimento da imagem positiva da coluna é claramente verificável ainda durante a marcha militar, e que Luiz Carlos Prestes, já naquela época, era

¹¹ Disponível em <http://colunaprestes.blogspot.com.br/>. Acessado em 06.02.2018.

reconhecidamente tratado como o grande líder da marcha, já tratada como Coluna Prestes por aliados, inimigos e, principalmente, por ambos os jornais.

Analisar a Coluna Prestes pela perspectiva antagônica das páginas do governista *O Paíz* e do oposicionista *Correio da Manhã*, entre 1924 e 1927 é, portanto, o objeto desta pesquisa.

CAPÍTULO 1 – A Primeira República: os anos iniciais por *O País* e pelo *Correio da Manhã*

O Brasil que adentrava o século XX rapidamente passava por drásticas mudanças econômicas, políticas e sociais. E o Rio de Janeiro, então capital federal, representava micro universo daquelas contradições da jovem república que então se consolidava de forma tão heterogênea e conflituosa.

1.1 Café e política

Desde a segunda metade do século XIX o café era o principal produto em torno do qual girava a economia nacional, transformando-se os interesses do setor, rapidamente, no fio condutor da política econômica do país. A incipiente indústria brasileira do início do século era subsidiária dos lucros auferidos pela produção cafeeira, responsável pela transformação de São Paulo, já no início do século XX, no estado mais importante do país. É um erro, porém, supor que os acordos entre as diversas oligarquias nacionais transformassem o país em um clube de fazendeiros de café (Fausto, p.155), e o governo federal precisava se mostrar forte articulador de uma integração nacional que, mesmo frágil, não era inexistente. E, se a política do “café com leite” realmente era protagonizada pela hegemonia econômica de paulistas e mineiros, diversos estados se apresentavam como importantes coadjuvantes naquelas intrincadas e heterogêneas articulações, como a Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e, principalmente o Rio Grande do Sul.

Entretanto, a defesa do setor cafeeiro efetivamente pautava as discussões políticas vindas de São Paulo, uma vez que o setor era responsável pela maior parte das exportações brasileiras da época. O aumento desenfreado da produção ameaçava a estabilidade da alta cotação internacional do café, e muito se discutia sobre a necessidade de adoção de medidas que beneficiassem o setor. Se por um lado a exportação de café efetivamente capitaneava a economia nacional, por outro gerava o aumento das tensões políticas no país, com os estados de menor peso econômico e político questionando esse protecionismo ao setor cafeeiro em detrimento de outros importantes produtos de exportação, como o açúcar, a borracha e o cacau. Por essas críticas, essas medidas beneficiariam, principalmente, as oligarquias cafeeiras dos maiores produtores do país: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. E o forte

federalismo implantado no país pela Constituição de 1891, inspirado no modelo estadunidense, dava autonomia aos estados para realizarem empréstimos internacionais visando à compra do excedente de produção, com o próprio café estocado sendo dado em garantia.(Franco e Lago, 2012)

Em matéria de capa do dia 01.05.1904, o editor Gil Vidal, do *Correio da Manhã*, tecia duras críticas à hegemonia política e econômica paulista, sob o título “Desigualdade e injustiça”¹²:

A indiferença cruelmente criminoso do governo da União – na qual predomina a influência dos estados do Sul, sobretudo de São Paulo, diante dos atrozes sofrimentos das populações do Norte, vai fortalecendo a crença de que a república é uma empresa sulista, ou antes paulista, para cujo capital concorre, entretanto, todo o país.

Essa política se cristalizou em 1906, pelo estabelecimento do Convênio de Taubaté entre os governos de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, com o fortalecimento de novas diretrizes visando o estabelecimento de políticas de proteção ao setor cafeeiro nacional. Dentre essas medidas, destacavam-se a realização de empréstimos externos pelos estados produtores para a compra do excedente da produção, visando à manutenção artificial dos preços; redução das exportações de café de tipos inferiores; a criação de uma Caixa de Conversão, fundo do governo para a estabilização do câmbio; imposição de pesadas taxas sobre as novas plantações para desestimular o aumento da produção; e a realização de campanhas publicitárias no exterior para estimular o aumento do consumo. (Fausto, 1985, p.215). Tal acordo claramente beneficiava o alto empresariado do país envolvido com a política cafeeira, porém colocava como fiadores e devedores todos os cidadãos, signatários compulsórios dessa política protecionista. Na perspectiva de Celso Furtado (2005), no clássico *Formação Econômica do Brasil*, o que se dava era a socialização das perdas, uma vez que a tentativa de manipulação do mercado internacional de café pela retenção dos estoques visava manipular a cotação do principal produto da economia brasileira, com o consequente endividamento externo dos estados ou do governo federal.

Em fevereiro de 1906 *O País* e o *Correio da Manhã* noticiaram com destaque a assinatura do Convênio de Taubaté. Apesar da importância política e econômica do

¹²Desigualdade e injustiça. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n.1053, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_01

evento, a cobertura de ambos se deu apenas nas páginas internas, uma vez que na primeira página o grande destaque era dado aos últimos dias do carnaval que tomava conta das ruas e salões da capital federal. As matérias foram bastante semelhantes, e *O Paíz* – defendendo a política governista - enfatizava as homenagens da população de Taubaté às altas autoridades presentes na cidade. Inicialmente ambos os jornais apenas reproduziam as condições do acordo, que previa em sua última cláusula que o Convênio de Taubaté somente entraria em vigor depois de submetido à chancela do Presidente da República. Nas edições posteriores as divergências entre os jornais se manifestaram, e as discussões se tornaram mais ásperas. Apesar da autonomia constitucional que permitia aos estados signatários firmarem aquele acordo, Rodrigues Alves recusou-se a ratificá-lo, sob a alegação de já serem muitos os compromissos financeiros do país no exterior, no que foi apoiado pelo *Correio da Manhã*. E na primeira página de sua edição de onze de março, sobre a negativa presidencial de reconhecimento do acordo, o jornal informava que:

O Sr. Rodrigues Alves interpretou, nesta emergência, com perfeita fidelidade o pensamento do povo brasileiro que não está disposto em embarcar em novas e desconhecidas aventuras. Jornal de oposição, o *Correio da Manhã* elogia sem hesitação a prudente e patriótica medida do Sr. Presidente da República.¹³

Era o *Correio da Manhã*, ainda jovem jornal da capital federal, rapidamente buscando consolidar seu posicionamento oposicionista também nas matérias econômicas. O apoio a Rodrigues Alves, entretanto, foi pontual e no ano seguinte o Convênio de Taubaté foi ratificado pelo presidente Afonso Pena, atendendo aos fortes interesses do setor cafeeiro.

Por outro lado, *O Paíz* defendia ardorosamente o acordo e, em editorial de primeira página – “A valorização e o câmbio”, o jornal reforçava seu papel de forte defensor do governo federal:

[...] É, pois, a nação inteira representada por seus reais e únicos elementos de riqueza real, que aproveita com a execução das medidas adotadas no convênio, que por iniciativa do ilustre presidente de São Paulo e acordo de seus ilustres colegas signatários daquele memorável documento se lavrou em Taubaté. [...] Assim, o governo federal, dirigido pelo ilustre estadista que tão (ilegível) e tão (ilegível) dos serviços presta à Nação, depois que (ilegível)

¹³ A valorização e o câmbio. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11.03.1906, n.1703, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_01

dirigiu com tão grande nobreza, quão firme e orientada energia, não pôe, como pode parecer, obstáculos à execução do convênio que é a expressão manifesta da vontade nacional [...].¹⁴

1.2 O “Bota-Abaixo”

Se a economia cafeeira rapidamente transferia o eixo econômico do país para São Paulo, o Rio de Janeiro buscava se consolidar como moderno centro político e cultural (Schwarcz, 2012). A geografia urbana da cidade rapidamente se modificava, principalmente após a administração municipal de Pereira Passos (1902 – 1906), responsável pela política urbanística e higienizadora patrocinada pelo presidente Rodrigues Alves, que transformava a então *Cidade da Morte*¹⁵ na futura *Cidade Maravilhosa*¹⁶. A eliminação dos cortiços e aterramento dos mangues nas áreas centrais, a vacinação obrigatória, o alargamento de ruas e construção de avenidas e bulevares, com lojas refinadas e iluminação pública, tudo fazia parte do projeto de transformação da então capital federal em digna representante tropical do padrão europeu de civilização. Não sem motivo o modelo adotado no Rio de Janeiro foi inspirado no projeto do Barão Haussmann, prefeito indicado por Napoleão III na modernização de Paris, imposta à população entre 1853 e 1870. E, nos dois casos, o imediatismo das reformas e o autoritarismo das medidas causaram muitas reações, e a consequência social direta foi a expulsão das camadas populares do centro da cidade para a periferia das cidades. No caso do Rio de Janeiro, beneficiado pela belíssima topografia, levou ao rápido aumento da ocupação dos morros em torno do centro, dando origem às características favelas cariocas.

Em março de 1904 foram iniciadas as obras de demolição do velho centro da cidade, conduzida pelo prefeito Pereira Passos. E *O Paíz* elogiou a iniciativa modernizadora patrocinada pelo governo de Rodrigues Alves:

[...] Iniciam-se essas obras que tem a rara e especial significação de uma promessa governamental cumprida, em condições deveras merecedora dos

¹⁴A valorização e o câmbio. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 21.03.1906, n.7839, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03

¹⁵BIAS, Mauro de. Passado a limpo. Antes da reforma Pereira Passos (1902a1906), o Rio de Janeiro era conhecido como "Porto Sujo" e "Cidade da Morte". In: [www.revistadehistoria.com.br](http://www.revistadehistoria.com.br/Acessadoem10.01.2018) Acessado em 10.01.2018

¹⁶A poetisa francesa Jane Catulle Mendès visitou o Rio de Janeiro em 1911, após a reforma urbanística de Pereira Passos. Encantada com a cidade, sobretudo pela flora e belezas naturais, publicou em Paris, em 1913, uma série de poemas elogiando a cidade, em volume intitulado *La Ville Merveilleuse* (A Cidade Maravilhosa). *Literatura & Rio de Janeiro*, acessado em 10.01.2018. Disponível em <http://literaturaeriodedejaneiro.blogspot.com.br/2003/03/qual-origem-da-expressao-cidade.html>

aplausos dos habitantes desta cidade e de toda a Nação, que sempre sofreu com o descrédito de sua capital. [...] Nesta hora, em que os entusiastas de ontem se tornam os censores mais acrimoniosos da execução que se está dando a esta parte do programa presidencial, o eminente chefe da Nação há de encontrar no agradecimento do povo desta capital, a justiça que as lutas políticas e as rivalidades pessoais jamais conseguirão dominar! [...] ¹⁷

O texto de *O Paíz* tinha alvo certo, endereçado principalmente ao *Correio da Manhã*, contumaz crítico político e econômico do governo. E os mútuos ataques continuavam, como na véspera da comemoração da independência do Brasil, em que Gil Vidal, um dos redatores do *Correio da Manhã*, desferiu duríssimo ataque a Rodrigues Alves. Em matéria de grande destaque na primeira página, chamava a visita do presidente da república às obras de “Patacoada”, novamente marcando o oposicionismo do jornal:

[...] Data caríssima aos brasileiros, merecia o Sete de Setembro ser tratado com o máximo respeito, comemorado em todo o seu esplendor, em não ser achincalhado por essa estrondosa patacoada, essa inauguração ridícula, [...] de uma simples brecha entre prédios desmoronados. [...] ¹⁸

No artigo, Gil Vidal criticava a encenação dessa visita, uma vez que um bonde e trilhos foram especialmente preparados para que Rodrigues Alves percorresse poucos metros de uma região ainda em estado caótico em função das inúmeras demolições. Abordou, ainda, gravíssima desconfiança quanto aos custos do processo de desapropriação dos imóveis na região em que se construía a Avenida Central:

[...] Desapropriar prédios por muito bom dinheiro, tanto assim que não apareceu uma só reclamação dos interessados, e em seguida derrubá-los, nada é de extraordinário, nem que mereça as festas que se vão realizar amanhã. [...] O senhor Rodrigues Alves, se prezasse devidamente a dignidade das elevadas funções que se acha investido, repeliria o convite para essa farsa, [...] na esperança de sufocar os remorsos que porventura ainda suscitem na sua consciência as dúvidas quanto a oportunidade e acerto do melhoramento, em que só consentiu levados por maus conselheiros. [...] ¹⁹

A reurbanização da cidade deu-se concomitantemente ao grande processo de saneamento da capital, envolvendo o aterramento de lixões e mangues, além da

¹⁷O seu a seu dono. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 07.03.1904, n. 7090, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03&PagFis=11098&Pesq=

¹⁸VIDAL, Gil. Patacoada. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 06.09.1904, n.1181, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_01&PagFis=10127&Pesq=

¹⁹ Idem.

proibição de práticas sociais consideradas incompatíveis com a modernidade urbana que se buscava implantar, tais como a proibição de se urinar nas ruas ou da criação de animais de trabalho pelas casas ou terrenos desocupados. Dentre as inúmeras medidas compulsórias que tanta insatisfação trazia à parte da população mais atingida pelas mudanças, nada superou a lei de vacinação obrigatória. Tanto quanto as grandes obras urbanísticas, era de fundamental importância para a erradicação das principais endemias que assolavam a cidade no início do século XX. Por isso, o sanitarista Oswaldo Cruz, também nomeado diretamente pelo presidente Rodrigues Alves, recebeu amplo respaldo federal para a adoção de todas as medidas julgadas necessárias para a mudança da imagem da capital federal perante o mundo civilizado.

Porém, as críticas ao governo eram inúmeras e, inflamada pela oposição, em novembro de 1904 a população se revoltou contra o autoritarismo das medidas, além das dúvidas levantadas quanto a real eficácia das vacinas. E a *Revolta da Vacina* também mostrava a irreconciliável divergência dos dois jornais quanto aos grandes temas nacionais do início do século. A cidade foi convulsionada por vários dias, gerando grave crise política e social, e nisso foi fundamental a postura antagônica da imprensa quanto às duras e coercitivas medidas governamentais. Em treze de novembro *O Paíz* abordava a crise e, naquele domingo, deu grande destaque ao evento. Sob o título “A vacinação obrigatória: as arruaças de ontem”, o jornal tecia duras críticas à oposição:

Depois dos espalhafatosos anúncios e dos reclames de alguns jornais desta capital, era de esperar a grande concorrência que afluiu ontem ao Centro das Classes Operárias. [...] sobre a discussão e aprovação das bases e estatutos da Liga Contra a Vacinação Obrigatória. [...] Se o fim aparente dessa reunião fracassou do modo mais completo, os intuitos ocultos de seus organizadores foram atingidos até certo ponto, pelas arruaças levadas a cabo em diversos pontos da cidade, por grupos mais ou menos numerosos de desocupados e mashorqueiros, sempre dispostos a tomar parte em quanto motim se levanta nesta cidade, seja qual for a sua causa ou o seu intuito. [...] ²⁰

No dia seguinte o *Correio da Manhã* também fez ampla cobertura dos conflitos que se espalhavam pela cidade. Colocando-se naquele momento totalmente contra as medidas coercitivas que o projeto de reurbanização da capital previa, o jornal destacava a motivação do conflito, sob o título “Vacinação obrigatória: a reação do povo”:

²⁰A vacinação obrigatória. As arruaças de ontem. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 13.11.1904, n.7341, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03&PagFis=11098&Pesq=

Está completa a divisa deste governo impatriótico e covarde: o povo deste país já está preso pelas algemas da miséria, surge agora a bala assassina da polícia impondo obediência a novos vexames e maiores extorsões. [...] Deixam faminto o povo por esse meio odioso e, por outro lado, organizam assaltos imprudentes ao lar, que a Constituição garante inviolável, forçam alcovas, ameaçam mães de famílias e donzelas. [...] Que é essa nova lei da Vacina Obrigatória, senão uma arma com que a Saúde Pública pretende devassar o que de mais íntimo e sagrado existe para o homem? [...]²¹

A insatisfação popular se espalhou pela cidade sob a forma de depredações e resistência às forças policiais. Para enfrentar a revolta foi decretado o estado de sítio no Distrito Federal, com a convocação de tropas do exército e marinha para controlar a população. A repressão oficial acarretou muitas mortes, feridos e prisões, e o governo foi obrigado a suspender a obrigatoriedade da vacina. E o controle das endemias que assolavam o Rio de Janeiro somente pôde se fortalecer nos anos seguintes pela continuidade das reformas modernizadoras na cidade, além de permanentes campanhas de esclarecimento à população quanto aos avanços da ciência e importância da vacinação. E de forma não obrigatória.

1.3 Os tenentes

A estrutura política da Primeira República era marcada pela dominação das oligarquias agrárias, sob a hegemonia do setor cafeeiro, força motriz da economia do país. O Brasil caracterizava-se por grande maioria da população vivendo no campo e pequenas cidades, subordinada às práticas políticas do coronelismo que tão fortemente marcavam o período. E os setores médios urbanos viam-se limitados por aquelas estruturas políticas arcaicas e impossibilitados de se constituírem em agentes de transformações políticas, econômicas ou sociais. (Forjaz, 1987, p.19). Verificava-se forte vinculação entre o desenvolvimento e fortalecimento desse grupo com o processo de burocratização civil e militar do Estado, fruto do próprio processo de desenvolvimento do país. E as Forças Armadas, principalmente o exército, foram agentes fundamentais naquele processo, com o golpe republicano de 1889 e os dois primeiros governos militares (1889-1894), fortalecendo sua presença no cenário político nacional, em momentos marcados por forte autoritarismo institucional. Em virtude disso alguns autores entendem que, de certa maneira, os setores mais jovens

²¹Vacinação obrigatória: a reação do povo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14.11.1904, n.1250, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_01&PagFis=10127&Pesq=

das Forças Armadas pretendiam se colocar como agentes de afirmação dessas camadas médias urbanas que se consolidavam no país.

Essa insatisfação que se fortalece no início da década de 1920 deu origem ao movimento tenentista, com a expressiva participação de jovens oficiais – principalmente do exército – que “em crise de indisciplina, lançaram mão do mal-estar nacional, aproveitando-o como matéria-prima”, acarretando que “as populações urbanas exultaram, na afoiteza de fazer saltar os bujões das leis e códigos prejudiciais ao seu expansionismo fatal, à sua ascensão como classe social”. (Forjaz, p. 24). Alguns autores veem nessa exultação pública o embrião de um processo de cumplicidade que poderia levar a se pensar em representação de parte da sociedade civil por parte dos militares tenentistas. Segundo Forjaz, por essa perspectiva, pode-se considerar identificação levemente ideológica entre o discurso tenentista e o das classes médias urbanas, principalmente pelo fato de que representavam as frustrações dessa parcela ascendente da sociedade brasileira. Ela reforça essa posição quando nega a liderança do movimento tenentista por altas patentes militares, integrantes e comprometidas com as estruturas oligárquicas que se consolidavam desde o final do século anterior. A ruptura existente dentro das Forças Armadas se daria, por essa perspectiva, entre a maioria ligada à legalidade – e à manutenção do *status quo* oligárquico – e a menor parte da jovem oficialidade, naturalmente se colocando ao lado daquela ascendente minoria social urbana. Entretanto, não havia projeto claramente definido das insatisfações desses jovens militares, que se valeram principalmente de crises político-militares²² para se voltarem contra as máximas autoridades federais da década de 1920, os presidentes Epitácio Pessoa (1919-1922), Arthur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930).

Boris Fausto, porém, não vê essa identificação com contornos tão nítidos. Segundo sua percepção as Forças Armadas viam-se como as guardiãs das instituições e responsáveis pela segurança da nação, o que tem suas origens na segunda metade do século XIX. E esse sentimento teria induzido os tenentes a intervir no processo político, porém não enxergando nessa relação qualquer forma de representatividade mútua entre os jovens tenentes e as camadas médias urbanas. Nesse sentido, portanto, não reconhece vínculos representativos entre civis e militares, e que a “simpatia

²²As *Cartas Falsas* de Arthur Bernardes (1921), o fechamento do Clube Militar e a prisão do Marechal Hermes da Fonseca, dando origem ao levante do Forte de Copacabana (1922), a revolta tenentista de São Paulo e os diversos levantes pelo país, que deram origem à Coluna Prestes (1924).

popular granjeada pelos tenentes não implica a existência de uma estreita vinculação entre o movimento e as chamadas classes médias...” (Forjaz, p.27). Para Boris Fausto, portanto, o apoio difuso aos *tenentes* seria consequência, sobretudo, da existência de críticas políticas, econômicas e sociais relativamente semelhantes às aleatoriamente proferidas pelas dissidências civis. Fausto, entretanto, não entende nessa relação qualquer forma de identificação ideológica entre esses grupos tão difusos, pois a essas camadas urbanas, essencialmente liberais-democratas, se oporia o projeto embrionariamente autoritário, elitista e centralizador por parte do movimento tenentista. (Fausto, op.cit., p.17)

E a primeira grande revolta tenentista ocorreu no Rio de Janeiro, em julho de 1922. A crise política que marcou a eleição presidencial desde o ano anterior não se atenuava, e era tensa a relação entre o governo e setores das Forças Armadas. No início do mês o governo federal havia interferido nas eleições estaduais de Pernambuco, no que fora criticado pelo Clube Militar. A prisão temporária do marechal Hermes da Fonseca, ex-presidente da república e presidente da agremiação, foi curta, mas suficiente para ser o estopim da grave insurreição militar de cinco de julho. E o Forte de Copacabana, pivô da crise, era comandado pelo capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do velho marechal.

Apesar dos acontecimentos terem ampla repercussão já no dia seguinte, a cobertura dada pelo *Correio da Manhã* ainda não foi de página inteira, ao contrário de *O Paíz*. Por isso, a análise comparativa do posicionamento de ambos os jornais dá-se pelas edições de sete de julho, quando os dois jornais deram destaque total à grave revolta militar que chocava o país.

Naquela manhã de sexta-feira a edição de *O Paíz* tinha apenas oito páginas, mas três inteiramente dedicadas à revolta militar. Em grande destaque, a manchete já anunciava seu posicionamento a favor do governo: “A legalidade triunfante!”²³ Abaixo, bastante destacada por tipos diferenciados, continuava: “O impressionante final da sedição. Como terminou a resistência do Forte de Copacabana.”²⁴ E, reforçando o posicionamento legalista do jornal, novo destaque, por tipos ainda diferentes dos anteriores: “O restabelecimento completo da normalidade.”²⁵ Apesar do protagonismo dos militares do Forte de Copacabana, essa não foi a única guarnição

²³ A legalidade triunfante! *O Paíz*, Rio de Janeiro, 07.07.1922, n.13774, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05

²⁴ *Idem*.

²⁵ *Ibidem*.

militar envolvida, uma vez que também estiveram rebelados oficiais e soldados da Vila Militar e da Escola Militar de Realengo. Porém, essas unidades foram rapidamente dominadas pelas tropas leais ao governo, restando apenas algumas centenas de oficiais e soldados rebelados mantendo o controle sobre o Forte de Copacabana. Os confrontos foram intensos e deixaram muitos mortos e feridos, inclusive entre a população civil, atingida por granadas e balas de canhões que cruzavam a capital federal e atingiram muitos alvos não militares. Também foram realizadas inúmeras prisões de civis e militares simpatizantes ao movimento, com o governo de Epitácio Pessoa amparado pela imediata decretação do estado de sítio no Distrito Federal e no Estado do Rio de Janeiro. Na página três, pequena nota intitulada *As prisões efetuadas*²⁶ relacionava os nomes dos primeiros detidos pelo governo, inclusive Edmundo Bittencourt, proprietário do *Correio da Manhã*.

Nas diversas matérias o jornal relatava a violência da luta entre os grupos oponentes, com fogo de artilharia sendo trocado entre fortalezas militares oponentes, além de baterias de artilharia espalhadas por vários pontos da cidade. O jornal destacava como o Minas Gerais e o São Paulo, os dois maiores navios de guerra do país, chegaram a abrir fogo contra as tropas rebeladas, bem como o bombardeio do forte por hidroaviões da marinha. Toda a região ao redor do forte foi isolada, com o bloqueio dos túneis e a interrupção do transporte público, o que provocou o êxodo de parte da população do bairro em busca de segurança. Com o isolamento da fortaleza e a iminência da derrota, os líderes do movimento permitiram que o forte fosse abandonado por quem assim o decidisse, o que foi bastante explorado pelo jornal.

Após o fim da revolta *O País* teve acesso ao forte abandonado, e naquela edição destacou o estado caótico em que se encontrava: roupas, restos de comida, documentos e munições espalhados, fato que, na percepção do jornal, mostrava que ordem e disciplina já haviam sido perdidas pelas tropas rebeldes há bastante tempo. Com a debandada quase geral, fugitivos com roupas civis foram presos em Copacabana, Ipanema e Leblon, e o jornal destacava que, vitorioso o governo federal, a normalidade rapidamente voltava à cidade. Bastante destaque também foi dado à prisão do comandante da fortaleza, o capitão Euclides Hermes da Fonseca, na casa de seu pai, o Marechal Hermes da Fonseca, também em Copacabana. O jornal explorou de forma bastante negativa a justificativa do capitão para a revolta, de que todas as guarnições militares da cidade se levantariam contra o governo, e de sua surpresa ao

²⁶ Ibidem.

perceber que o movimento ficara confinado à fortaleza rebelada. Sua saída do forte, segundo ele, deu-se em função de tentar negociar com o governo, mas foi reiteradamente tratada como fuga, com riqueza de detalhes que buscavam atingir sua imagem de líder rebelde. Bastante destaque, também, foi dado aos mortos e feridos de ambos os lados, com os nomes dos hospitais em que se encontravam, enfatizando as idades, unidades militar a que pertenciam e causas dos ferimentos ou da morte.

As fontes historiográficas levantam muitas dúvidas quanto ao número de revoltosos que, efetivamente, se negaram à rendição, e que teriam marchado para o enfrentamento militar na Avenida Atlântica. Os *Dezoito do Forte* seriam dezessete militares remanescentes e um civil, Otávio Correa, adesão revolucionária de última hora. E, após a fuzilaria mútua, apenas dois teriam sobrevivido entre os revoltosos, os tenentes Eduardo Gomes e Siqueira Campos. Entretanto, a maior parte da historiografia destaca a imprecisão desses números.



Imagem 2

Clássica foto dos integrantes do Dezoito do Forte, em 5 de julho de 1922. Da esquerda para a direita: tenente-aviador Eduardo Gomes, tenente Mário Carpenter, tenente Newton Prado e o civil Otávio Correia. Os demais não foram identificados.²⁷

O que chama bastante a atenção naquela edição foi a descrição dos combates. Sem o capitão Hermes da Fonseca, preso, a liderança das tropas rebeldes coube aos

²⁷ Disponível em <https://www.infoescola.com/historia/revolta-dos-18-do-forte-de-copacabana/>. Acessado em 06.02.2018.

tenentes Siqueira Campos e Mario Carpenter, sendo destacada quanto ao primeiro a exaltação revolucionária e total intransigência quanto a qualquer possibilidade de rendição às tropas legais. De acordo com as testemunhas, após abandonarem o forte e avançarem armados pela avenida em direção às tropas legais, Siqueira Campos bradava que “Perdidos por perdidos, vamos todos matar e morrer. Somos todos os que restam da guarnição do Forte de Copacabana”²⁸. E, dirigindo-se aos populares simpatizantes da causa revolucionária, repetidamente gritando que “Não nos sigam, porque vamos combater até a morte”²⁹. Porém, dando crédito aos relatos dos sobreviventes, seriam vinte e oito os militares restantes resolvidos a não se renderem, com a adesão conhecida de Otávio Correa e de outro civil. Desse, porém, após ser ferido, não se teria conhecimento de seu paradeiro.



Imagem 3
Os Dezoito do Forte³⁰

Na página dois o destaque foi dado à visita do presidente Epitácio Pessoa aos feridos, percorrendo dois hospitais da cidade. A matéria enfatizava a benevolência do presidente e sua atenção com os feridos, mesmo os revoltosos, e reproduziu o diálogo

²⁸ Ibidem.

²⁹ Ibidem.

³⁰Ibidem. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolta_dos_18_do_Forte_de_Copacabana#/media/File:Os_18_do_Forte_\(2\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolta_dos_18_do_Forte_de_Copacabana#/media/File:Os_18_do_Forte_(2).jpg). Acessado em 06.02.2018.

entre Epitácio Pessoa e Siqueira Campos, gravemente atingido por golpe de baioneta no ventre:

“Ainda sente frio?”, teria perguntado o presidente ao requisitar um cobertor para o tenente. Ao que respondeu o louco oficial, desviando o olhar para não fitar S. Ex: “Não senhor. Obrigado.” Passando à cama do 2º tenente Newton Prado, estranhou o Dr. Epitácio que oficial tão jovem e tão bravo tivesse tão mal empregado sua energia. A estas palavras, ditas por S. Ex. em tom de paternal bondade retorquiu comovido o tenente Prado, dizendo: “Oh, Sr. Presidente. Foi uma loucura... São coisas da vida”.³¹

É bastante interessante perceber o destaque dado aos dois principais tenentes, Siqueira Campos e Newton Prado, inclusive nas edições seguintes. Este, porém, em virtude dos ferimentos, faleceu uma semana depois. Quanto ao tenente Siqueira Campos, sua notoriedade também parecia ser breve, uma vez que as edições seguintes, em diversas oportunidades, chegaram a negar qualquer possibilidade de sobrevivência ao comandante rebelado. Apesar de também integrante do levante militar, o tenente aviador Eduardo Gomes quase não era citado naquelas edições, mesmo estando na linha de frente dos revoltosos que marchavam em direção às tropas legalistas pela Avenida Atlântica. Ferido, teve fratura no fêmur e é tratado por grande parte da historiografia como um dos dois únicos sobreviventes entre os revoltosos, junto com Siqueira Campos.

Entretanto, o que mais chama a atenção naquela edição de *O Paíz* foi o grande destaque, na primeira página, ao que não se veria nas abordagens posteriores do jornal com relação aos revoltosos. Sob o título “Justa homenagem”³² o jornal, sem deplorar as causas do movimento, tece vários elogios à bravura dos jovens militares, lamentando que, em outras oportunidades, não tivessem mais a chance de lutar pela pátria.

Não podem desaparecer na vala comum esses vinte e tantos rapazes que deliberaram morrer, de armas na mão, combatendo pela triste causa que defendiam [...] essa alucinação heroica que teve como epílogo o sacrifício desses valentes [...] No meio da delinquência dos caracteres, da degeneração das virtudes cívicas, da baixeza dos nossos costumes políticos [...] a mocidade nos dá exemplo edificante de bravura épica, como nos deram esses vinte e poucos moços, cuja atitude viria a constituir numa das mais belas

³¹ O Presidente da República visita os feridos. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 07.07.1922, n.13774, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05

³² Justa homenagem. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 07.07.1922, n.13774, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_05&pasta=ano%20192&pesq=

páginas de nossa história militar, se outra fosse a causa pela qual se sacrificaram.³³

Exatamente dois anos depois, no *Segundo Cinco de Julho* – o levante tenentista em São Paulo – o enfoque seria bem diferente. A revolta do Forte de Copacabana seria lembrada por *O Paíz* como irresponsável momento de anarquia militar contra as instituições republicanas, e nenhuma forma de bravura ou honra seria associada aos jovens militares rebelados até 1927, durante a jornada da Coluna Prestes.

Da mesma forma que *O Paíz*, o *Correio da Manhã* deu ampla cobertura ao movimento rebelde, com a matéria sendo destacada na primeira página por “Os acontecimentos”.³⁴ A edição daquela sexta-feira tinha oito páginas, porém somente a primeira, integralmente, e pequena parte da segunda eram voltadas ao levante militar. As matérias foram mais objetivas, informativas, e senão se posicionavam em favor da legalidade (termo usado com bastante frequência pelo governista *O Paíz*) também não teciam críticas ao governo. Vale ressaltar que o estado de sítio fora decretado na capital federal e inúmeras pessoas foram presas, inclusive Edmundo Bittencourt, proprietário do *Correio da Manhã*, o que provavelmente arrefeceu o ímpeto oposicionista do jornal.

A manchete principal informava que “O forte de Copacabana foi, ontem à tarde, abandonado pelos últimos revoltosos, que travaram luta com as tropas do governo”³⁵. Abaixo dessa notícia, os principais líderes eram nominados, com bastante destaque: “O capitão Euclides da Fonseca preso e os tenentes Siqueira Campos e Newton Prado gravemente feridos, tendo sucumbido o tenente Carpenter”. E por todo o restante da primeira página, como era típico de ambos os jornais, grande quantidade de pequenas notas sobre aspectos diversos do levante militar e suas consequências. O jornal também relatava o fogo de artilharia entre a fortaleza rebelada e às fies ao governo, além da ação dos encouraçados Minas Gerais, São Paulo e dos hidroaviões militares que bombardearam os rebeldes. E a constatação de que “O lindo bairro, que

³³Justa homenagem. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 07.07.1922, n.13774, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_05&pasta=ano%20192&pesq=

³⁴ Os acontecimentos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 07.07.1922, n.8524, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03

³⁵O forte de Copacabana foi, ontem à tarde, abandonado pelos últimos revoltosos, que travaram luta com as tropas do governo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 07.07.1922, n.8524, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03

o Rio de Janeiro se ufana de possuir, apresentava um aspecto desolador, com o casario todo fechado, devido ao êxodo da véspera.”³⁶

Os combates pelo bairro e os momentos finais da revolta foram descritos com bastante dramaticidade, além de chamar a atenção para os recorrentes boatos de que alguns regimentos legalistas estariam se juntando aos rebeldes. De acordo com o jornal:

Pouco antes das cinco horas da tarde [...] as portas do forte de Copacabana abriram-se, e um grupo de vinte e oito homens armados de carabinas Mauser e tendo cada um no peito um pedaço de uma bandeira nacional que fora cortada em vinte e oito partes, precipitou-se para fora e ofereceu combate ao 3º Batalhão de Infantaria, em plena praia. Sustentando cerrado fogo, foram eles a tombar, um aqui, outro ali, até quase à Rua Bolívar, onde os últimos caíram. Entre eles se encontravam os tenentes Carpenter, Antônio Siqueira Campos e Newton Prado, gravemente feridos. [...]³⁷

A visita do Presidente Epitácio Pessoa aos feridos também foi noticiada com bastante destaque, e o *Correio da Manhã* se esmerou no detalhamento do estado caótico em que se encontravam as unidades militares, descrevendo minuciosamente os mais diversos ferimentos dos envolvidos nos combates. Também havia o depoimento do coronel Potyguara, legalista, que relatava:

[...] emocionado, o lance final do encontro em que os revoltosos, sem se entregarem, haviam caído, uns mortos, outros gravemente feridos. [...] e a luta sustentada corpo a corpo pelo tenente Siqueira Campos, o qual não cessou de alvejar as forças do governo, mesmo depois que teve o ventre aberto, com a exposição dos intestinos. Nessa emergência acompanhavam-nos os tenentes Carpenter e Newton Prado, o primeiro dos quais morreu, ficando o segundo gravemente ferido por uma bala de fuzil que lhe atingiu, varando a região abdominal.³⁸

Numa postura evidentemente valorizadora da bravura dos revolucionários, o *Correio da Manhã* também deu destaque ao encontro de Epitácio Pessoa e Siqueira Campos, ferido, no hospital:

Logo à entrada, estendido numa maca, o ventre à mostra, [...] as roupas salpicadas de sangue, o tenente Siqueira Campos parecia uma criança que dormisse. O Presidente da República parou, informando-se, com os médicos, do seu estado. [...] Ele (Siqueira Campos) abriu ligeiramente dois olhos claros e quase ingênuos, e fechou-os em seguida. Todos o consideravam como uma

³⁶ Idem.

³⁷ Ibidem.

³⁸ Ibidem.

viva simpatia. Era um rapaz de vinte e poucos anos, de rosto inteiramente raspado. Não aparentava, no físico, a soma de energia que dera provas na luta encarniçada. Não gemia e dava a ideia de um homem conformado com a morte. Seus ferimentos, na realidade, são de natureza a não deixar esperanças.³⁹

O jornal também deu amplo destaque ao tenente Newton Prado, que repousava em outra maca, juntamente aos demais feridos:

Este é um moço forte, de pouca barba, e tem estampada no rosto uma expressão permanente de coragem. O olhar é duro e resoluto, e os lábios grossos foram feitos, sem dúvida, para o desdém. Apoiava a cabeça nos dois braços cruzados para trás, sobre o travesseiro. Uma larga cinta de linho e gase apertava-lhe o abdômen nu, como que a comprimir o orifício de bala que o abatera, e que lhe atravessara o corpo. O Presidente da República, procurando ameigar a voz, dirige-lhe a palavra: “- Tanta bravura perdida numa luta inglória. Não seria preferível que a empregasse, um dia, na defesa da pátria?” O ferido, num sorriso enigmático, respondeu: “- Que quer, Sr. Presidente? Perde-se a cabeça... É da vida.”⁴⁰

De fato, o tenente Newton Prado não sobreviveu à gravidade de seus ferimentos e Eduardo Gomes, o tenente-aviador integrante da marcha e historicamente dado como o segundo sobrevivente da marcha, também não foi citado naquelas notas diversas, tal como em *O Paíz*.

Observa-se, portanto, naquele momento, postura aparentemente neutra do *Correio da Manhã* com relação aos *Acontecimentos*, como informava na primeira página. Certamente a decretação do estado de sítio e a prisão de Edmundo Bittencourt forçaram o jornal a atenuar sua linha editorial oposicionista, assumindo momentaneamente aspecto basicamente informativo. E a perspectiva claramente simpática à bravura dos revolucionários – estranhamente presente também na edição daquele dia de *O Paíz* – nem sempre pôde ser adotada nos períodos seguintes, com o jornal sendo frequentemente atingido pela censura e repressão do governo de Arthur Bernardes.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Ibidem.

CAPÍTULO 2 – Os jornais

Este capítulo traça breve abordagem sobre como se consolidava a imprensa jornalística do Rio de Janeiro do início do século XX, bem como o surgimento das revistas semanais de variedades que tanto marcaram o período. Nele também serão analisados mais profundamente *O Paíz* e o *Correio da Manhã*, objetos desta dissertação.

2.1 A imprensa escrita

A chegada do século XX representou, para a jovem república brasileira, a busca pela estabilidade política, e o processo de modernização que se projetava para o país também se verificou na imprensa nacional, que passava por profundas transformações no período. O crescimento dos grandes centros urbanos acarretou a necessidade de se adequar os jornais às novas práticas de uma sociedade em busca do progresso. Típico daquele momento era o bordão republicano “O Brasil civiliza-se”⁴¹ (Schwarcz, 2012, p.42-3) que embasava as mudanças culturais e urbanísticas que caracterizavam a *Belle Époque* local.

Retrato dessa transformação foi o surgimento das revistas semanais, voltadas “a toda família brasileira; tão indispensável a curiosos espíritos que nela busquem, sobretudo, a crônica ilustrada de sucessos contemporâneos, como às formosas senhoritas, preocupadas com os últimos ditames da moda e às travessas crianças, querendo apenas alguns momentos de distração” (editorial da *Revista da Semana*, nº 1, vinte de maio de 1900) (Saliba, 2012). *O Malho*, de 1902; *Kosmos*, de 1906; *Fon-Fon*, de 1907 e *Careta*, de 1908 eram as principais representantes dessa modalidade de nova imprensa – informativa, crítica e humorística – que atendia aos interesses da nova classe média urbana que se consolidava. Eleutério afirma que:

Suas capas e páginas espelhavam a autoimagem que a elite e as classes médias em formação faziam do progresso: fotografias de modernos edifícios, a amplitude da Avenida Central, flagrantes de transeuntes nas movimentadas ruas de comércio no centro da cidade, figurações do urbanismo, tudo isso

⁴¹ De acordo com Lilia M. Schwarcz “o jornal republicano Província de São Paulo (futuro o Estado de S.Paulo) elegeu a frase [...] como mote de sua linha editorial [...]. A frase havia sido escrita pelo colunista social Figueiredo Pimentel [...], publicada na *Gazeta de Notícias* [...]. mas a frase pegou e se disseminou pelo território nacional.

impresso em papel couchê de alta gramatura, veiculando os textos entre guirlandas *art nouveaux*.⁴²

A estética profundamente visual dessas revistas possibilitava a divulgação de matérias e publicidade baseada na arte de diversos cartunistas, alguns reconhecidos como notáveis artistas do traço, como J. Carlos, Raul, Calixto e Raul Pederneiras, além de afamados fotógrafos, como Marc Ferrez e Guilherme Gaensly. Isso permitia que a atenção dos transeuntes fosse rapidamente captada mesmo no frenesi das grandes cidades, como atestou Olavo Bilac, escrevendo sobre o *Bota-Abaixo* de Pereira Passos⁴³:

A melhor educação é a que entra pelos olhos. Bastou que, desse solo coberto de baiúcas e taperas, surgissem alguns palácios, para que imediatamente nas almas mais incultas brotasse de súbito a fina flor do bom gosto: olhos que só haviam contemplado até então betesgas, compreenderam logo o que é arquitetura. Que não será quando da velha cidade colonial, estupidamente conservada até agora como um pesadelo do passado, apenas restar a lembrança?⁴⁴

A profusão de imagens também atendia a questões bem mais graves, como, a enorme taxa de analfabetismo que o país apresentava. Os números referentes à quantidade de iletrados no país no início do século XX eram alarmantes. O antigo Distrito Federal apresentava, pelo recenseamento realizado em 1906, taxa de analfabetismo de 52% da população, número que não sofreu decréscimo significativo até meados desse século. Trata-se, de acordo com Tania Regina de Luca⁴⁵, de fator fundamental para o entendimento da persistente limitação da tiragem de livros e periódicos no país. Essa situação foi abordada por Olavo Bilac, afirmando que:

O jornal é um problema complexo. Nós adquirimos a possibilidade de poder falar a um certo número de pessoas que nos desconheciam se não fosse a folha diária; os proprietários de jornais veem limitada, pela falta de instrução, a tiragem de suas empresas. Todos os jornais do Rio não vendem, reunidos, cento e cinquenta mil exemplares, tiragem insignificante para qualquer diário

⁴² ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Imprensa a serviço do progresso*. In: História da Imprensa no Brasil. MARTINS, Ana L; DE LUCCA, Tania R. (org.), Editora Contexto, São Paulo, p.83-1012, 2015.

⁴³ Reforma urbanística empreendida no Rio de Janeiro entre 1902 e 1906. Nomeado prefeito pelo presidente Rodrigues Alves, o engenheiro Pereira Passos conduziu grandes mudanças na capital, com a demolição de centenas de prédios antigos, casarões e barracos no centro da cidade, no intuito de alargar ruas e construir novos prédios, avenidas e jardins. Essas reformas foram chamadas pela população de “Bota-abaixo”.

⁴⁴ OLAVO BILAC, “Inauguração da Avenida” ELEUTÉRIO, PAG. 91

⁴⁵ DE LUCCA, Tania R. *A grande imprensa na primeira metade do século XX*. In: MARTINS, Ana L; DE LUCCA, Tania R. (org.). *História da Imprensa no Brasil*, Editora Contexto, São Paulo, 2015, p.149-175.

de segunda ordem na Europa. São oito os nossos! Isso demonstra que o público não lê [...] E por que não lê? Por que não sabe!⁴⁶

Ainda de acordo com Tania Regina de Luca, em que pese não serem totalmente confiáveis os dados referentes à circulação de jornais naquela época, alguns outros, abordando o mesmo tema, apresentavam números ainda menores. Corrobora-se, assim, a constatação da efetiva baixa circulação dos periódicos nacionais no início do século XX.

Apesar dessa baixa penetração entre a maior parte da população, os jornais diários também se modernizaram, nascendo aquele “jornal leve e barato, verdadeiro espelho da alma popular, síntese e análise das suas opiniões, das suas aspirações, das suas conquistas, do seu progresso”, ainda de acordo com Olavo Bilac, um entre os muitos escritores cada vez mais envolvidos com atividades semanais em diversos desses periódicos (Saliba, 2012). Era momento de transição da pequena para a grande imprensa no país, acarretando, segundo Sodré, que “os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função”.⁴⁷ E as rápidas transformações das cidades naquele momento impuseram aos jornais drásticas medidas de modernização, exigindo de seus donos a adoção de métodos racionais de distribuição e gerenciamento, aumento da tiragem e número de páginas. Apesar do elevadíssimo grau de analfabetismo no país, nos grandes centros o potencial aumento do número de leitores demandava soluções modernas e eficazes, uma vez que o mercado consumidor desses jornais tornava-se cada vez mais exigente. Eram novos tempos e, nele, de acordo com Tania Regina de Luca (2015, p.150), “as antigas funções de proprietário, redator, editor, gerente e impressor, que antes, não raro, concentravam-se num único indivíduo, separaram-se e especializaram-se.”

As inovações tecnológicas permitiram grandes mudanças na maneira com as matérias passaram a serem apresentadas, com charges, caricaturas e fotografias se incorporando rapidamente às páginas dos principais jornais. Observa Sodré que essa modificação foi fruto das transformações burguesas e avanço das relações capitalistas no país em fase de modernização, verificando-se nos grandes centros o gradativo desaparecimento dos jornais como empreendimentos individuais, quase como aventuras isoladas e que, rapidamente, passaram a ser relegados ao interior do país. Tais

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.275.

transformações acarretaram a redução do número de jornais nas principais cidades, estabelecendo-se, principalmente, os periódicos ligados às grandes empresas jornalísticas. De maneira bastante emblemática, afirma Sodré (1999, p.276) que, nessa etapa da imprensa brasileira, “É agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal”.

Essa relação umbilical entre o interesse público e o privado envolvia as relações entre jornais e governantes, habitual na transição do século XIX para o XX. Era prática comum no período, como foi com relação a Campos Sales. O segundo civil a exercer a presidência da república (1898-1902), era legítimo representante da oligarquia cafeeira paulista e, segundo Sodré, “[...] não tem nenhum escrúpulo em comprar a opinião da imprensa e de confessar nuamente essa conduta. Ela lhe parece honesta, justa e necessária” (Sodré, p.277). Tal situação foi abertamente colocada pelo próprio ex-presidente em suas memórias, quando “[...] advertiu não ter escrúpulos nem de possuir a verba e nem de confessá-la, assumindo a responsabilidade por seu ato” (Eleutério, p.86). Em seu livro *Da propaganda à Presidência*, Campos Sales escreveu sobre essa parte da imprensa que abertamente comprava, afirmando que “É bom ler, vendo, com exatidão, a cifra que a mesma lhe custou” (Sodré, p.277). O autor reporta, ainda, texto da filha do ex-presidente Epiácio Pessoa (1919-1922):

Acuado a situação semelhante, o grande presidente Campos Sales resolveu-a, subvencionando a imprensa. Confessou-o lealmente em seu livro *Da Propaganda à Presidência*, justificando a medida pela razão de Estado. Se não houvesse feito calar a grita dos jornais, não teria levado a termo a obra de salvação financeira do país. Depois de Campos Sales outros presidentes tiveram de adotar o mesmo alvitre. [...] Em verdade, fizeram-no todos os governos da república, com exceção do Governo Provisório, que a censura preservava de qualquer ataque, e todos os gabinetes do Império. (Sodré, p.277)

Enfatizando as transformações em curso na imprensa da época, Barbosa Lima Sobrinho, em 1923, publicou texto que abordava essas mudanças:

Com a modernização da imprensa [...] as empresas jornalísticas se tornaram infinitamente complexas [...] Converteu-se o jornal muito mais num problema de dinheiro do que de credo político, literário. E então acode aquele conceito exato: “quando as opiniões de um jornal começam a pesar, ele as deixa de ter”... Conquistar o público, entretanto, foi para ela menos vitória de ideias do

que simples *negócio*, defesa natural das somas empenhadas na empresa. A imprensa tornava-se simplesmente indústria.⁴⁸

Portanto, o extremado posicionamento – nada ideológico – de parte dos principais jornais do período pode ser visto, também, como consequência política da fase de transição econômica pela qual o país atravessava, com a consolidação de grandes grupos empresariais também no campo jornalístico. E esse irrestrito apoio de grande parte da imprensa foi fundamental para o fortalecimento das estruturas políticas governistas tanto nos estados quanto em nível federal, caracterizando a Primeira República no país.

Com relação à forma, pode-se caracterizar o início do século XX pela existência de uma imprensa marcada por forte virulência na defesa dos interesses dos grupos que representavam, quando não necessariamente as propostas adversárias eram atacadas, mas os indivíduos e suas reputações. Isso caracterizava o período e foi muito marcante principalmente durante as grandes campanhas políticas, quando os ataques pessoais desferidos a algumas figuras públicas tiveram grau de agressividade poucas vezes igualado posteriormente. Ocupando-se fundamentalmente do fato em si e não da estrutura política de maneira global, os jornais trabalhavam em dimensão reduzida, valorizando as questões pessoais e os indivíduos que protagonizavam o fato político (Sodré, p.277). Tratava-se, portanto, da necessidade de se personalizar as campanhas na mídia, com o objetivo de se promover ou destruir as imagens pessoais dos protagonistas políticos da época. Analisa Sodré que:

Daí a virulência da linguagem da imprensa política, ou o seu servilismo, como antípoda. Não se trata de condenar a orientação, ou a decisão, ou os princípios – a política, em suma – desta ou daquela personalidade; trata-se de destruir a pessoa, o indivíduo. É virulência semelhante, na forma, à do pasquim da primeira metade do século XIX, mas diferente no conteúdo. (Sodré, p.277)

Em 1922 Arthur Bernardes assumiu a presidência da república já sob estado de sítio, em decorrência do levante do Forte de Copacabana, a primeira grande revolta tenentista dos militares que se opunham ao seu governo. Dando prosseguimento àquele período de fortes perseguições à mídia oposicionista, em outubro de 1923 foi promulgada a lei Adolfo Gordo – nome do senador paulista relator do projeto que visava

⁴⁸ SOBRINHO, Barbosa Lima. *O problema da imprensa*, 3 ed. Ver, São Paulo: Edusp/Com-Arte, 1997, pp.44-5, In: *História da Imprensa no Brasil*, Tania R. MARTINS, Ana L. Op.cit, p. 153

regulamentar a atuação da imprensa no país. E a aprovação dessa lei foi duramente criticada pela oposição face à grande limitação na capacidade de atuação dos jornais não governistas. Ela estabelecia a responsabilidade penal sucessiva, englobando o autor da matéria, o editor, o proprietário do órgão, o dono do estabelecimento gráfico responsável pela impressão, os vendedores e os distribuidores. Previa, além disso, prisão e multa para o que era qualificado como abuso de imprensa: publicação de segredos de Estado, ofensas ao presidente da república, chefes de estado ou nações estrangeiras, vedava o anonimato de artigos, garantia o direito de resposta e disciplinava a matrícula de jornais e tipografias em cartório (De Luca, p.165).

E o *Correio da Manhã*, jornal oposicionista objeto dessa pesquisa, também foi atingido pelos efeitos da Lei Adolfo Gordo, principalmente após a eclosão da revolta de São Paulo, em julho de 1924. Apesar da ampla cobertura ao conflito que ocorria no país, seu posicionamento foi bastante comedido, basicamente informativo. Naquele momento e nos meses seguintes, quando os revolucionários tenentistas abandonavam São Paulo e fugiam da perseguição das tropas legais em direção ao Paraná, não eram estampadas nas páginas do *Correio da Manhã* críticas ao governo federal, mas, assim mesmo, acabou por ser impedido de circular entre agosto de 1924 e maio de 1925. E esse período referente ao levante dos *tenentes* paulistas será apresentado no terceiro capítulo.

2.2 O Paíz

O Paíz foi lançado em 1884 por João José dos Reis Junior, o Conde de Matozinhos, e era considerado dos maiores formadores de opinião entre o fim do século XIX e o começo do XX. Assim como a maior parte dos jornais do Rio de Janeiro da época, mantinha-se monarquista (Martins, p.74). Entretanto, diversos de seus colaboradores eram republicanos, como foi o caso de Quintino Bocaiúva, antimonarquista assumido, e que foi diretor do jornal. Era membro da ala moderada do movimento, que pregava a implantação do novo regime de forma gradual, não revolucionária. A Questão Militar⁴⁹, por exemplo, teve ampla cobertura por parte do jornal, e colaborou para o desgaste da monarquia nos anos que antecederam ao golpe republicano. De maneira bastante interessante, na mesma obra (*História da Imprensa no Brasil*), Eleutério (2015, pag.97), referindo-se à origem do jornal, caracteriza-o como de

⁴⁹ Conflitos políticos entre militares e autoridades civis entre 1884 e 1887. Colaboraram para desgastar a relação entre a Monarquia e o Exército, colaborando para a implantação da República, em 1889.

“[...] grande prestígio e tiragens elevadas. O periódico nasceu republicano e durante toda a Primeira República conservou-se situacionista.” Percebe-se, portanto, que na mesma obra *O País* foi caracterizado em sua origem tanto por monarquista quanto por republicano, e que provavelmente tal divergência reflita justamente a ambiguidade do jornal frente à situação política da época. Em 1897, por exemplo, ante a comoção frente à derrota da terceira expedição do exército contra os habitantes de Canudos, o jornal se posicionou em apoio à forte repressão do governo contra o arraial, afirmando que “o partido monarquista tinha crescido à sombra das tolerâncias” (Sodré, p.269). Ou seja, já nasceu não tão crítico frente ao império que se esfacelava – mas ainda no poder, nem tão ostensivo em seu apoio ao republicanismo que crescia, mas que ainda se colocava como força política minoritária. Tal posicionamento, talvez, já anunciava a linha de aproximação do jornal com o poder, que acabou por marcar seu gradual alinhamento aos governantes de plantão, até seu fechamento definitivo em 1934.

Apesar da rápida adesão ao republicanismo que se consolidava, tratava-se de jornal de posições conservadoras, e chegou a se denominar “a folha de maior tiragem e de maior circulação da América do Sul⁵⁰. Transformou-se no grande porta-voz governista da Primeira República e muito dessa postura deveu-se à atuação de um de seus primeiros redatores-chefe, João Lage, tido por ser “[...] o jornalista corrupto, de opinião alugada, conluiado com o poder, dele recebendo benefícios materiais em troca da posição do jornal” (Sodré, 1999, p.332). Na década de 1910 Gilberto Amado assim descrevia parte de sua experiência no jornal:

A redação de *O País*, à esquina de Sete de Setembro, num dos mais feios edifícios da Avenida, então considerado bonito, dois andares e entressolo, compunha-se de uma grande sala retangular no primeiro andar, na qual se dispunham paralelamente mesas, uma para cada redator, umas dez, todas lustrosas, novas. Ao fundo, debaixo de grandes retratos de Quintino Bocaiúva e Salvador de Matosinhos, fundadores do jornal, a mesa do secretário da redação, comprida e larga. Vi numas dessas noites pela primeira vez entrar na redação, do gabinete em que trabalhava, com umas tiras de papel na mão e charuto na boca, João Lage (...). O jornal ocupava-se, de resto, mais de Portugal do que do Brasil. O Brasil, como ele o refletia, nada mais era que um pedaço de Portugal (...) hoje, quarenta e cinco anos depois, não se faz ideia entre nós de quanto o Brasil era português. A imprensa estava, em grande parte, em mãos de imigrantes lusos. Eram portugueses o gerente e

⁵⁰*O País*, Rio de Janeiro, 07.03.1904, n.7090, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_03&pasta=ano%20190&pesq=

cronista do *Jornal do Comércio*, o cronista e o gerente do *Correio da Manhã*. Era portuguesa e direção da *Gazeta de Notícias*.⁵¹

Sobre o jornal, Sodré (pag.284) assim descreve a chegada e ascensão de João Lage ao *O Paíz*:

À rua do Ouvidor, junto ao Jornal do Comércio, em velho prédio, fica *O Paíz*, de que é mentor Quintino Bocaiúva, governador do Estado do Rio de Janeiro; por morte de Sebastião de Pinto, entra para a empresa, então, o português João de Sousa Lage, “grande capitalista, grande homem de negócios”: de gerente passa a diretor, aproveitando a crítica situação financeira do jornal; sabe o caminho da salvação e envereda por ele com muita tranquilidade, senhor de sua arte; o secretário é Jovino Aires; na redação trabalham Gastão Bousquet, Oscar Guanabara, Eduardo Salomonde; na reportagem Jarbas de Carvalho, Virgílio de Sá Pereira, Gustavo de Lacerda; entre os colaboradores, brilha Artur Azevedo.

Com relação aos jornais analisados, Sodré se reporta ao ferrenho oposicionismo de *Correio da Manhã* – abordado no item 2.3 a seguir, e o extremo servilismo de *O Paíz*. Fazendo referências aos pequenos jornais da época, sem estrutura empresarial, a corrupção se manifestava na compra da opinião do indivíduo, jornalista ou, preferencialmente, redatores e diretores, situação que, nesses pequenos jornais, poderia se converter numa única pessoa. No caso de *O Paíz* a situação já era diferente: empresa jornalística de significativo porte para os padrões da época, havia a necessidade de se comprar o jornal de forma estável e institucionalizada e, por isso, essas negociatas envolviam o tripé formado por João Lage, o jornal e negócios de Estado (Sodré, p. 278). O autor cita a narrativa de Gilberto Amado (Sodré, p.335), de que em 1912 havia publicado em *O Paíz* elogio ao ministro do Exterior, Lauro Muller. Este era adversário político do senador Pinheiro Machado, prócer da república, a quem João Lage servia, acarretando que, no dia seguinte, tenha sido chamado pelo próprio diretor do jornal, tendo sido travado o seguinte diálogo:

- Rapaz... as cavações no *O Paíz* quem as faz é a redação, nos editoriais, nos sueltos, no corpo do jornal; não os colaboradores em coluna assinada.[...] Quanto o Lauro lhe deu ou mandou prometer? [...]Um artigo como o seu, pondo em tal destaque o Lauro, vale muito... como matéria paga. [...]⁵²

⁵¹ Gilberto Amado: *Mocidade no Rio e Primeira Viagem à Europa*, Rio, 1956, p.46. In: Sodré, Op.cit, p. 332.

⁵² Idem.

A matéria rendeu a Gilberto Amado convite para viagem à Europa, a serviço do governo. Segundo ele, deu-se um breve encontro com o ministro em que não teriam trocado “dez palavras”, sem se referirem ao artigo, o que lhe pareceu “conversa de chefe dando ordem de serviço.” Sodré chama a atenção para a maneira corrente, natural com que João Lage se referia ao procedimento, normalidade essa assim relatada por Gilberto Amado em suas memórias.

Dentre as diversas artimanhas para se aproximar dos poderosos, Sodré (1999, p.284) cita Luís Edmundo, sobre a existência também da jogatina:

Na orientação da folha, Lage, amigo incondicional de todos os governos, serve-os com diligência e com agrado. Dá, de uma banda, e de outra banda, tira... É o dá cá, toma lá. Usa, porém, de processos inéditos para melhor vaziar a tela do Tesouro. Sabe-se, por exemplo, que em casa de certo político, forte jogador de pôquer, de quando em quando perde somas enormes: cem, cento e cinquenta, duzentos contos de réis... Por que a má sorte o desajuda? Nada disso, perde porque quer. Perde para depois ganhar... Estratégia de homem esperto. Velhacaria refinada... Que, uns dias após o gesto voluntário, procurado, consciente, vai ele ao que ganhou no jogo, ao parceiro feliz, e, sem lhe recordar o desastre, com lábia, pede-lhe, então, choramingando, a ajudazinha de um negócio de polpa... está-se a ver que o homem não perde tempo. Os cofres públicos arreganham-se aí, para servir ao pedinção. Perdeu, dando, ao parceiro, duzentos contos? Pois vai levar, seiscentos, oitocentos ou mil. E se lhe parece pouco, Lage recomeça. E tome mais poquerzinho, e outro negociozinho... Por isso, vivem políticos aflitos, solicitando-o para pôqueres em família. E ele a vender-se caro...

E a figura de João Lage confundia-se com a própria imagem de *O Paíz*, e o mal afamado balcão de negócios que o jornal se transformara pela ação de seu editor-chefe, cristalizava-se já naquele momento, o que se traduzia no irrestrito apoio às causas e conveniências oficiais.

Os dois jornais analisados davam amplo destaque às notícias internacionais, muito raramente sendo acontecimentos nacionais merecedores de estarem na primeira página, muito menos de se tornarem manchetes. Na maioria das edições podiam apresentar características semelhantes, principalmente na primeira página, na qual era bastante comum a existência de muitas notícias, oferecendo ao leitor uma quantidade enorme de pequenas e variadas notas. Para demonstrar esse modelo de diagramação, neste capítulo são analisados ambos os jornais de cinco de julho de 1924, início da

revolta tenentista de São Paulo e, portanto, primeiro dia desta pesquisa. E a edição de *O Paíz* daquele sábado é bastante exemplar daquela forma de distribuição das matérias⁵³.

À esquerda do título, pequeno retângulo com o nome do diretor João Lage e abaixo, em letras sutilmente menores, do gerente Álvaro de Campos e o endereço do jornal; no lado direito, o valor das assinaturas no Brasil e no exterior. Ao lado do número da edição e data, em pequenas letras, a frase com que o próprio jornal se definia: *jornal independente, político, literário e noticioso*. Complementando o cabeçalho de todas as edições, as fontes das notícias, representadas pelos “telegramas das agências Havas, Americana e Star, e dos nossos correspondentes especiais”.

O grande destaque da edição ficava por conta das negociações envolvendo as potências europeias, com as negativas da Inglaterra sobre qualquer possibilidade de mudanças no Tratado de Versalhes. Dando segmento a hegemonia do Velho Mundo no noticiário internacional, inúmeras pequenas matérias abordavam, rapidamente, questões políticas internas da Inglaterra, França, Itália, Portugal e Espanha. Após o grande destaque à negativa britânica de qualquer possibilidade de revisão do Tratado de Versalhes, de Londres informava-se que os carregamentos de armas apreendidos no país não se destinavam a nenhuma região do Império Britânico, provavelmente devendo se constituir em contrabando para a União Soviética. Em outra pequena nota abordando a terra dos bolcheviques (como era muitas vezes retratado) o Comissário de Guerra, Trotsky, contestava os números atribuídos, no ocidente, ao Exército russo. De acordo com ele, as forças de terra da Rússia Soviética seriam de, apenas, 562.967 homens, e que o país apoiaria qualquer programa para o desarmamento mundial. Ainda sobre o país, outra nota, emitida pela Agência Russa de notícias, informando sobre a chegada, de Teerã, de telegrama comunicando o estabelecimento de tratado comercial entre Rússia e Pérsia. E, ainda do país persa, o assassinato do redator-chefe de um jornal de Teerã, provavelmente por ser contrário ao regime republicano recém instalado no país.

Da Alemanha a informação de que fora abortado pela polícia movimento revolucionário comunista, que ocorreria dentro do *Reichstag*, inclusive com a apreensão de armamentos. Informa, também, o protesto dos parlamentares comunistas sobre as buscas e apreensões de documentos dentro do parlamento alemão. É interessante perceber, pelas 951 edições analisadas de *O Paíz*, a frequência que havia de notícias

⁵³*O Paíz*, Rio de Janeiro, 05.07.1924, n.14503, 12p. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05

sobre o crescimento das manifestações comunistas pela Europa, geralmente tratadas como ameaça bolchevique e, por isso, devidamente reprimidas. Ainda envolvendo a Alemanha, pequena nota informava que Portugal não aceitava os termos da reparação de guerra proposta pelos alemães e, também, a formação de novo gabinete português, com o nome de seus integrantes.

Da Itália, notícias sobre a suspensão das buscas do corpo de Giacomo Matteotti. Deputado socialista que frequentemente denunciava a intolerância e violência dos fascistas italianos, seu corpo seria encontrado dias depois e as investigações posteriores comprovaram-se verdadeira farsa, destinadas a isentar os fascistas da responsabilidade sobre o crime. Outra nota, porém, com a mesma temática, enfatizava que, após outro evento de violência praticada por fascistas, Benito Mussolini ordenara a abertura de rigoroso inquérito contra militantes do partido pelos atos praticados contra opositores do regime, classificando os autores não como verdadeiros fascistas, mas desordeiros contumazes. Além disso, conflitos de fronteira estremeciam as relações do país com a vizinha Iugoslávia. Tremores de terra em algumas regiões do país também eram noticiados naquela edição.

Da Espanha, que em diversas edições aparece envolvida em conflitos no norte da África, dessa vez apenas a mínima informação sobre a nomeação do Duque de Totuan para a Sub-Secretaria de Guerra.

Da França as informações sobre reuniões com o governo da Inglaterra, em que se discutiam as reparações de guerra devidas aos aliados pela derrotada Alemanha. Além disso, também notícias sobre as comemorações no país da independência dos Estados Unidos, aliado e grande credor francês desde a Grande Guerra de 1914-18. A data nacional estadunidense também era comemorada pela embaixada do país em Buenos Aires, conforme outra pequena nota.

Entre maio e julho realizou-se, em Paris, a oitava edição dos jogos olímpicos modernos e, pelos jornais analisados, foi muito pequena a cobertura dada ao evento. Apesar de ambos terem seção interna dedicada ao esporte, pouco destaque era dado à olimpíada. Naquela edição, a capa de *O País*, também em curtas notas, apenas citava entrevista concedida pelo Barão de Coubertin, presidente do Comitê Olímpico Internacional, reiterando que os governos não deveriam tentar interferir nas questões esportivas. Com relação aos jogos, a vitória argentina sobre a Espanha, no pólo, por 16 a 1, além de apresentar os nomes dos oito atletas que, naquele dia, disputariam a prova de

florete individual. Por fim, numa forma de prestígio aos jogos, à chegada a Paris do Príncipe de Gales para visitar o evento.

Na década de 1920 os grandes *raids* aéreos, desafios de longas travessias transoceânicas, fascinavam as multidões, que recebiam os pilotos como verdadeiros heróis das aventureiras travessias aéreas da época. Se o *Correio da Manhã* também dava bastante destaque ao tema, sem abrir mão de outros assuntos, *O Paíz*, frequentemente, transformava as viagens em matérias diárias em suas capas, a serem detalhadamente acompanhadas pelos leitores, com muitas fotos de pilotos e aeronaves, antes, durante e depois de serem realizadas. E, também, nessa edição, duas pequenas notas sobre o tema. Uma, intitulada “A tentativa norte-americana sobre a volta ao mundo em aeroplano”, por telegrama, relatava a chegada dos pilotos à Índia, e que prosseguiriam a viagem rumo a Karachi, no atual Paquistão. Ainda sobre o fascinante tema da época, a intenção de célebre tenente aviador militar italiano de solicitar ao governo a permissão para tentar o *raid* aéreo em direção ao pólo norte.

Apesar de não ser habitual, nessa edição houve espaço até para assunto envolvendo a diplomacia nacional. Pequena nota, intitulada “O Brasil no estrangeiro”, refere-se às gentis palavras dos jornais holandeses sobre o baile à fantasia oferecido pela embaixada brasileira, em Haia. Nela, o nome de brasileiros ilustres presentes, e que “[...] compareceram a brilhante festa todos os membros do corpo diplomático e do governo, e distintas famílias da alta sociedade”⁵⁴.

Característica muito peculiar de *O Paíz* – e que o diferenciava do *Correio da Manhã* – era o grande e recorrente destaque a temas diversos na primeira página. Longas reportagens sobre cidades e países, principalmente em suas datas nacionais, eram reproduzidas por seguidas edições, e as comemorações de nascimentos ou morte de personalidades históricas, nacionais e estrangeiras, frequentemente, ocupavam a primeira página com muito destaque. Assuntos científicos, curiosidades diversas, em muitas oportunidades tinham muito mais destaque que acontecimentos políticos nacionais ou do exterior. Atuava, muitas vezes, como se a primeira página fosse o início de um grande caderno de variedades, não aparentando, muitas vezes, ser dos mais combativos jornais políticos do país. Encaixando-se nessas temáticas diversas, naquela edição a principal matéria abordava “A questão das areias monazíticas.”⁵⁵ Em grande e

⁵⁴ O Brasil no estrangeiro. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 05.07.1924, n.14503, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05.

⁵⁵ A questão das areias monazíticas. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 05.07.1924, n.14503, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05..

emoldurado texto, reproduzindo muitas informações científicas e econômicas, um dos editores do jornal, Joaquim de Melo, discorria toda sua argumentação sobre os benefícios para a saúde – e para o país – do uso e exploração comercial do produto existente no litoral brasileiro.

Percebe-se, portanto, a imensa quantidade de informações das capas de *O Paíz* – o que não era muito diferente também no *Correio da Manhã*. As notícias eram espremidas entre fotos, editoriais e propagandas, e impressas por letras das mais diversas formas e tamanhos, buscando destacá-las no espaço confusamente distribuído da página. Questões políticas internas, em nível federal ou estadual, geralmente eram abordadas nas páginas dois ou três, podendo passar para outras em momentos específicos. E notícias começarem numa página e continuarem em outra, várias páginas depois, ocorria com bastante frequência.

O futebol carioca ainda não despertava paixões intensas e dividia a página esportiva, em ligeira desvantagem, com remo e principalmente o turfe, além de outras modalidades diversas. As várias ligas futebolísticas existentes na época pulverizavam as notícias sobre os jogos e, em nenhum momento da pesquisa, o futebol mereceu destaque na capa de ambos os jornais⁵⁶. Havia também a página “Tribunais e Juízos”⁵⁷, exclusivamente voltada às questões do sistema judiciário (*mérito* de João Laje?) e tabelas diárias com os horários das partidas e chegadas dos trens no Rio de Janeiro, além de muita propaganda de companhias de navegação para a Europa e Estados Unidos, fundamental para os viajantes da época⁵⁸.

Na última página, mostrando a consolidação da sétima arte, inúmeros cartazes e chamadas dos principais filmes, com fotos dos principais atores e atrizes da época. Naquela edição, entre outros, o grande destaque era dado para uma super produção da Paramount Pictures, que estava disponível nos cinemas Avenida e Ideal. A película era anunciada sob a forma de um desenho, em que um *lanterninha* segurava cartaz com o nome do filme, *Zazá*, e da artista principal, Gloria Swanson, ícone do cinema. E o *lanterninha*, orgulhoso em seu uniforme de muitos botões, debaixo de seu vistoso quepe com a letra Z, exibia seu enorme e negro sorriso, em que nem a falta de um dente retirava a servil alegria de, em parte, participar da cinematográfica atração artística.

⁵⁶ Sports: foot-ball, rowing, turf e outros. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 05.07.1924, n.14503, p.7. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05.

⁵⁷ Tribunais e Juízos. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 05.07.1924, n. 14503, p.6. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=0&Pesq=

⁵⁸ Interesse dos viajantes. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 05.07.1924, n.14503, p.6. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05.

ODEON
 O teatro mais moderno e completo do mundo...
VENDETTA
 A bela mancha em seu rosto de FRED STYRAL, que a
 Princesa detesta.
 E a personagem mais linda, graciosa e
ANITA STEWART
 E não há nada como um "filho" para fazer "MACACOS"
 de FRED STYRAL.
MACACOS A LA MODE
 A mais original de aventuras que se viu criada até aqui.
 A mais original de aventuras que se viu criada até aqui.
... PAPAÍ (Daddy) ...



CINEMA AVENIDA
HOJE
 Onde estará a felicidade, na vida das cidades
 ou na tranquillidade dos campos? em
A CIDADE E AS SERRAS
LOIS WILSON E RICHARD DIX
 Uma história como e nada como felicidade além mar, no bello Rio de
 Janeiro, em que tomamos parte também um numero bellissimo de
MARJORIE DAW—NOAH BEERY—RICARDO CORTEZ
EXTRA Descrições e notícias de Paramount com o Estreio
GLORIA SWANSON
 Segunda-feira

RIALTO
QUINTA-FEIRA, DOIS BELLOS FILMS
HOJE HOJE HOJE
EM QUARTA VELOCIDADE
Laura La Plante
REGINALD DENNY
AS FADAS IRIS
GUGLIELMI
Depois de amanhã — SEGUNDA-FEIRA!
O APOSTO DO CENEA!
No redemoinho da vida!
GLORIA SWANSON

ZAZA
 INTERPRETADA POR
GLORIA SWANSON
 SUPER-PRODUÇÃO
Paramount
 E O GRANDIOSO FILM
 QUE VEREIS
SEGUNDA-FEIRA
NOS
Cinemas AVENIDA
IDEAL

PARISIENSE
(HOJE)
VIOLA
DANA
ESTA VIDA É
UMA PANDEGA
OS GENROS
LON O'BRIEN
LUZES NA SOMBRA
Movéis a prestações
TRASPASSA-SE

FOX NEWS
HOJE EM PLENO SUCESSO! HOJE
 As notas prozas comicas e sportivas
 do campo
TOM MIX
REGENERADO A MUQUE
FOX NEWS

CINEMA CENTRAL
ANNOS SILENCIOSOS
ANOS SILENCIOSOS

IDEAL
HOJE—Ultimos dias de melhor programa de semana! HOJE
 Não quereis sentir as emoções de uma
 grande corrida de automoveis? Vindes
 apreciar
Reginald Denny, em
4ª
VELOCIDADE
Richard Dix e Lois Wilson, em
A cidade e as serras
SEGUNDA-FEIRA!
GLORIA SWANSON

Imagem4

O Paiz, 5 de julho de 1924.⁵⁹

⁵⁹ O Paiz, Rio de Janeiro, 05.07.1924, n.14503, p.12. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05. Acessado em 07.02.2018.

A decadência de *O Paíz* passou a se dar a partir de 1929. Sempre próximos aos governos da Primeira República, o jornal esteve, como de hábito, ao lado de Washington Luís, desferindo fortes ataques à Aliança Liberal durante a acirrada campanha eleitoral entre 1929 e 1930. Com a deposição do presidente em outubro de 1930, e à chegada das tropas de Getúlio Vargas ao Rio de Janeiro, a sede do jornal foi duramente atacada por populares, inflamados pela oposição golpista, sendo saqueada, depredada e incendiada. Sob o governo provisório varguista, foi impedido de circular desde então até novembro de 1933. Enfraquecido politicamente, afastado do círculo de poder e impossibilitado de exercer o irrestrito governismo que o marcava desde o início do governo republicano, *O Paíz* encerrou definitivamente suas atividades em novembro de 1934.

2.3 *Correio da Manhã*

O segundo jornal analisado nessa pesquisa foi o *Correio da Manhã*, diário carioca que circulou de 1901 a 1974. Fundado por Edmundo Bittencourt foi, durante grande parte de sua existência, um dos principais órgãos da imprensa brasileira. Em seu editorial inicial já se propunha a ser “[...] defensor das causas do povo, de comércio e da lavoura [...], [...] devendo forçosamente ser um jornal de opinião e, neste sentido, uma folha política.”⁶⁰ Edmundo Bittencourt, formado no jornalismo oposicionista gaúcho contra Julio de Castilhos, empenhava-se duramente na manutenção da linha oposicionista para seu jornal, e envolveu-se em várias das grandes polêmicas e crises políticas da história republicana do país no século XX. Possuidor de personalidade centralizadora e polemista, atuava como espécie de denominador comum entre as diferentes opções políticas de seus colaboradores, centralizando em si o ideal de jornal combativo que impulsionava o *Correio da Manhã* em sua primeira fase. Apesar disso, a heterogênea redação do jornal admitia colaboradores entre as mais diversas tendências políticas, do monarquismo ao mais ferrenho republicanismo florianista do início do século XX.

Essa relação entre ele, o jornal e redatores foi abordada criticamente em *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (1909), em que Lima Barreto se reporta, não nominalmente, ao *Correio da Manhã* nos primeiros anos de sua existência. Numa

⁶⁰*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15.06.1901, n.1, p.1 Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_01

referência a Edmundo Bittencourt, retratado no romance como Ricardo Loberant, proprietário do jornal *O Globo*, diz:

Nenhum dos seus redatores tinha uma personalidade suficientemente forte para resistir ao ascendente da sua. Medíocres de caráter e inteligência, embora alguns fossem mais ilustrados que ele, a ação deles no jornal recebia... o sinete de sua paixão dominante, a sua característica; e esta era, a despeito de sua fraca capacidade intelectual, a resistência que o seu cérebro oferecia ao trabalho mental contínuo.⁶¹

Essa personalidade que tendia para a polêmica e o conflito, se por um lado ajudou a consolidar o *Correio da Manhã* como órgão de oposição durante grande parte do século XX, por outro lhe angariou inimigos poderosos, tendo sofrido muitas perseguições, como prisões – a própria, de diretores e redatores, censura, fechamentos temporários e mesmo empastelamentos durante diversos governos. Em 1906, por exemplo, um dos maiores desafetos de Edmundo Bittencourt era o senador gaúcho Pinheiro Machado, frequentemente atacado e ridicularizado física e intelectualmente, e habitualmente tratado pelo jornal como o *general*. À moda antiga, a situação foi resolvida numa manhã de domingo, na distante e isolada praia de Ipanema, em que num duelo com pistolas, presenciado por diversas testemunhas, o senador gaúcho alvejou a cintura do proprietário do *Correio da Manhã*. O ferimento, entretanto, não encerrou a rivalidade entre ambos, apenas abrandada até o assassinato do próprio Pinheiro Machado por outro adversário político, em 1916.⁶²

Tal posicionamento oposicionista foi destacado em novembro de 2003 por Alberto Dines⁶³, no programa *Observatório da Imprensa*, numa edição especial em homenagem a Niomar Bittencourt⁶⁴, última diretora do jornal. De acordo com ele, o *Correio da Manhã* “nasceu em 1901 com a vocação para oposição e deixou-se seduzir pelo protagonismo, não se contentando em reproduzir a notícia, mas querendo influir no seu curso”. Fortemente perseguido pela ditadura militar, foi sufocado economicamente pelos governos autoritários até seu fechamento definitivo em 1974.

⁶¹BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaias*

Caminha. http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/literatura/obras_completas_literatura_brasileira_e_portuguesa/LIMA_BARRETO/ISAIAS/08.HTML. Acessado em 14.01.2018.

⁶²CADENA, Nelson Varón. *Defesa da “honra a bala ou florete*. Portal Imprensa, 26.05.2008. Disponível em <http://portalimprensa.com.br/noticias/opiniao/201/defesa+da+honra+a+bala+ou+florete>. Acessado em 14.01.2018.

⁶³ Jornalista e apresentador do programa Observatório da Imprensa, da TVE Brasil.

⁶⁴ Niomar Moniz Sodré Bittencourt, última diretora do Correio da Manhã, entre 1963 e 1974. Assumiu a direção do jornal após a morte do marido, Paulo Bittencourt, filho do fundador do jornal, Edmundo Bittencourt.

Característica marcante do *Correio da Manhã* era a aproximação com as camadas menos favorecidas da sociedade, se não por questões ideológicas, mas para marcar espaço político contra as autoridades constituídas. Nessa linha envolveu-se contra o aumento no preço das passagens de bondes também realizando campanhas contra jogos de azar, além de frequentemente denunciar a extorsão de funcionários públicos sobre comerciantes da cidade. Apesar de não se constituir de jornal voltado para as causas operárias, em comparação aos demais jornais da cidade suas páginas davam mais destaque aos movimentos dos trabalhadores pelo mundo, inclusive no Brasil. A seção “Correio Operário”, por exemplo, era bastante frequente em diversas das edições analisadas, em que se discutiam questões referentes às demandas dos trabalhadores da época. A edição analisada, por exemplo, abordava a falta de fiscalização sobre as condições do trabalho infantil e feminino nas indústrias paulistas.⁶⁵

O *Correio da Manhã* apoiou a nomeação do prefeito Pereira Passos para conduzir o processo de modernização do Rio de Janeiro, em 1906. Entretanto, não tardaram as críticas quanto a violências e radicalização das medidas naquele processo, além de colocar-se frontalmente contra a obrigatoriedade de vacinação da população contra a varíola. Reportagens e entrevistas questionavam a validade científica da vacina, além de denunciar, com veemência, a não obrigatoriedade da vacinação em diversos países europeus.

Em 1921 o jornal engajou-se na candidatura oposicionista de Nilo Peçanha, em oposição a Artur Bernardes, na chamada Reação Republicana. O *Correio da Manhã* assumiu-se declaradamente como antibernardista, e exerceu seu protagonismo político como em poucos momentos de sua atribulada história. Foi o jornal que publicou as cartas supostamente escritas por Arthur Bernardes ao senador Raul Soares, com duros ataques às Forças Armadas, estopim de gravíssima crise política pelos anos seguintes. O episódio, conhecido por *As Cartas Falsas*, é fundamental para o entendimento das revoltas tenentistas, o que torna necessário abordá-lo no item 2.4, a seguir.

Por ocasião do levante dos *Dezoito do Forte*, ocorrido em cinco de julho de 1922, Edmundo Bittencourt foi preso devido à postura do jornal durante a campanha sucessória. Mesmo assim, o *Correio da Manhã* foi dos poucos jornais a demonstrar simpatia pelos rebeldes das revoluções de 1922 e 1924. Como consequência, em agosto de 1924, durante a revolta tenentista de São Paulo, o jornal teve sua circulação suspensa

⁶⁵*Os menores nas fábricas*. Correio Operário, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 05.07.1924, n.9246, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=0&Pesq=

a pretexto de estar imprimindo em suas oficinas o folheto clandestino denominado *Cinco de Julho*, que supostamente divulgaria as propostas dos rebeldes⁶⁶.

Em 1929, fiel ao seu histórico oposicionismo e já sob a direção de Paulo Bittencourt, filho de Edmundo, o jornal apoiou Getúlio Vargas, candidato da Aliança Liberal contra a candidatura governista de Julio Prestes. Duramente atingido pelo acirramento da crise e sob forte censura do governo, somente pôde se manifestar politicamente após a deposição de Washington Luís. Em manchete de grandes letras vermelhas, o “Triunfou a revolução”⁶⁷ do jornal descrevia a mobilização popular no Rio de Janeiro e a censura sofrida por parte do governo recém destituído, ao qual o jornal se referia com duros e agressivos termos poucas vezes vistos em suas páginas até então.

Foi curto o apoio do jornal ao governo provisório de Getúlio Vargas e, já em 1932, numa série de editoriais, novamente o *Correio da Manhã* se firmava como oposicionista, aproximando-se do movimento paulista pela constitucionalização. Nos momentos posteriores, a dura repressão existente durante o Estado Novo (1937-1945) e o rígido controle por parte do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) arrefeceram os ânimos oposicionistas do jornal, que voltou a ter livre atuação após o fim da ditadura getulista em 1945.

Após o retorno de Vargas, o jornal manteve o seu oposicionismo, apesar de haver apoiado sua posse em função das críticas golpistas à maioria não absoluta de votos que obtivera na eleição de 1950. O jornal era fortemente crítico ao projeto governista de estabelecimento do monopólio estatal do petróleo, mas, após a criação da Petrobras, passou a defender “o imenso patrimônio, propriedade do povo brasileiro, contra a exploração política”⁶⁸. As críticas se mantiveram duras contra Vargas, apoiando o *Manifesto dos coronéis* à alta hierarquia militar em protesto contra a exiguidade dos recursos destinados ao exército. Em 1º de maio de 1954, quando o salário mínimo foi aumentado em 100%, também foram duras as críticas do jornal à política trabalhista do governo.

Com o acirramento da crise política de agosto de 1954, após o atentado contra Carlos Lacerda e a morte do major-aviador Rubens Vaz, o *Correio da Manhã* apoiou as

⁶⁶ LEAL, Carlos Eduardo. *Correio da Manhã*. Biblioteca nacional Digital. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-da-manha/>

⁶⁷Triunfou a Revolução. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 24.10.1930, n.10995, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=Triumphou%20a%20revolu%C3%A7%C3%A3o

⁶⁸ LEAL, Carlos Eduardo. Idem.

investigações que desnudavam o “mar de lama” em que, segundo a oposição, se convertera o governo. O desfecho, com o suicídio de Getúlio Vargas, fez com que o *Correio da Manhã* suspendesse os ataques que dirigia habitualmente ao presidente, ressaltando o lado trágico do acontecimento.

Em 1955, mediante a ameaça à posse de Juscelino Kubitschek na presidência da república, o jornal esteve ao seu lado, embora não fosse juscelinista. Bateu-se duramente contra a construção de Brasília, uma vez que a transferência da capital para o planalto central poderia provocar um esvaziamento político no Rio de Janeiro e, obviamente, a perda de influência política por parte do jornal.

Sob o governo de Jânio Quadros, o *Correio da Manhã* apresentava postura relativamente neutra. Não o apoiou no processo eleitoral – tampouco ao seu adversário, o marechal Lott. A renúncia do presidente ainda em 1961 foi condenada em editorial, considerando a mensagem de Jânio Quadros à nação era uma “despedida demagógica, destinada a convulsionar o país... pois só há vagas alusões a forças reacionárias que teriam imposto a renúncia”.⁶⁹

Foi ardoroso defensor da posse do vice-presidente João Goulart, e, uma vez empossado, manteve-se na oposição ao seu governo. Com o acirramento da crise política, o *Correio da Manhã* retomou o seu anseio de protagonismo, sendo agente decisivo no fortalecimento da oposição ao presidente. E a publicação de dois contundentes editoriais - “Basta!”⁷⁰ e “Fora!”⁷¹ (31/3 e 1/4/1964) – exemplificava o nível da polarização política do país, e o conseqüente golpe militar contra João Goulart.

Empossado Castelo Branco, rapidamente o *Correio da Manhã* percebeu que os novos donos do poder dariam início a uma ditadura militar, já passando a denunciar torturas e arbitrariedades praticadas por agentes do novo governo. O artigo “Terrorismo, não!”⁷² — originariamente assinado pelo redator Edmundo Muniz, acabou se tornando, por decisão da proprietária Niomar Bittencourt, como editorial do jornal.

O oposicionismo do jornal o fez ser duramente atingido pela censura do regime militar, e os ataques ao jornal se intensificaram. Em sete de dezembro de 1968 uma bomba foi jogada na sede do jornal, e em janeiro do ano seguinte, já vivendo o país sob

⁶⁹ Nesta hora desolada... *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26.08.1961, n.20989, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=

⁷⁰ Basta! *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31.03.1964, n.21775, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=

⁷¹ Fora! *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 01.04.1964, n.21776, p.1. http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=

⁷² Terrorismo, não! *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 03.04.1964, n. 21778, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=

a violência extrema do AI 5, Niomar Muniz Sodré Bittencourt foi presa juntamente com os jornalistas Osvaldo Peralva e Néelson Batista, membros da direção do jornal. Acuado pelo governo federal, o *Correio da Manhã* já não recebia verbas de propagandas oficiais, e via os demais anunciantes serem pressionados a abandonarem o jornal. A crise econômica era insustentável e o jornal diminuía sua circulação, bem como sua influência política, nem sombra da que possuiu por quase toda a sua existência. A última edição do *Correio da Manhã* foi publicada em oito de julho de 1974. Com somente oito páginas, apenas três mil exemplares registravam o fim de um dos mais influentes e atuantes jornais do país. Como legado, a sua história. E os salários atrasados de 182 empregados⁷³.

Quanto à diagramação, também nesse caso é apresentada como modelo a edição do primeiro dia da pesquisa, cinco de julho de 1924. O cabeçalho do jornal também apresentava muitas informações, dispostas em tipos de diferentes formas e tamanhos. Abaixo do título, em ambos os lados, e quase ilegível pelo pequeno tamanho, informações sobre os fornecedores estrangeiros do papel no qual o jornal era impresso. No centro, em negrito e com maior destaque, o nome do proprietário do jornal, Edmundo Bittencourt. Abaixo, à esquerda, ladeando a edição e data, o nome do diretor Paulo Bittencourt, filho de Edmundo, e do redator chefe, Mário Rodrigues. No lado oposto, o endereço do jornal, além do nome do gerente, V.A. Duarte Félix. Finalizando a parte fixa do jornal, a informação de serem as notícias fornecidas pelos correspondentes especiais, além do serviço telegráfico das agências Associated Press, Havas e United Press.

De maneira bastante atípica, aquela edição abordou três eventos nacionais diversos, com muito destaque. A grande manchete informava que o papa havia elevado Belo Horizonte a categoria de diocese, desligando a capital mineira da jurisdição de Mariana⁷⁴. A complementação da informação, curiosamente – mas de forma habitual – vinha em pequena nota, deslocada da manchete, com pouquíssimas informações além da já destacada no topo do jornal. O maior destaque era abordado pela seção “O que houve no Senado”⁷⁵. Nela, três assuntos calorosamente debatidos em plenário eram amplamente reproduzidos, tornando necessária a continuação da matéria na segunda

⁷³ LEAL, Carlos Eduardo. *Ibidem*

⁷⁴ O papa elevou a arcebispado a diocese de Belo Horizonte, desligando-a de Mariana. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 05.07.1924, n.9246, p. 1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=0&Pesq=

⁷⁵ O que houve no Senado. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 05.07.1924, n.9246, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=

página. Com o subtítulo de “A população carioca novamente insultada por um senador”⁷⁶, o jornal fazia duríssimo ataque ao senador goiano Ramos Caiado, ardoroso defensor da transferência da capital federal para o interior do país, conforme estipulava a constituição republicana de 1891. A matéria era dominada, entretanto, pela reprodução, na íntegra, do discurso do senador baiano Moniz Sodré. Nela o opositor tecia duros ataques ao presidente Arthur Bernardes, com fortíssimas críticas à sua política econômica e aos onipresentes interesses ingleses que constavam no relatório por eles realizado sobre a economia brasileira. Os diversos apartes de senadores governistas acirravam o nível do debate, e faziam integralmente parte da matéria, característica do jornal bastante na época.

⁷⁶ A população carioca novamente insultada por um senador. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 05.07.1924, n.9246, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=

Correio da Manhã

Propriedade de EDMUNDO BITTENCOURT & Cia. Limitada
Diretor - PAULO BITTENCOURT
Redator-chefe - MARIO RODRIGUES
ANO 2814 - N. 5.246
RIO DE JANEIRO - SÁBADO, 5 DE JULHO DE 1924
Linha de Credito N. 11
Gerente - V. A. DUARTE FELIX

Serviço telegraphico da Associated Press, Agencia Havaa, United Press e correspondentes especiais

O papa elevou a archiepiscopo a diocese de Bello Horizonte, desligando-a da archidiocese de Marianna

Os italianos vão tentar o voto sobre o Polo Norte

O senador americano Lafallete candidata-se a presidencia pelo partido progressista

A situação política na Itália

MUSOLINI VAI REINAR DE IMPERATOR FASCISTA

Roma, 4 (U. P.). — A situação política na Itália continua a ser extremamente tensa. O governo fascista, sob a liderança de Benito Mussolini, enfrenta desafios significativos. A oposição liberal e socialista mantém uma postura firme, exigindo reformas constitucionais e o fim da ditadura. Mussolini, por sua vez, afirma a necessidade de um governo forte para garantir a estabilidade do país e a realização de suas ambições imperialistas. A situação no Parlamento é caótica, com frequentes interrupções e debates acalorados. A população está dividida, com muitos italianos apoiando o regime fascista devido à sua postura firme e às reformas econômicas implementadas, enquanto outros continuam a exigir a restauração da democracia.

UMA PHOTOGRAPHIA HISTORICA



U. P. de Itália e no Arquivo do Congresso

Os italianos vão tentar o voto sobre o Polo Norte. A expedição científica liderada por Umberto Nobile está prestes a partir para o Polo Norte. O objetivo é estabelecer uma base permanente e realizar pesquisas científicas na região. A expedição contará com a ajuda de cães e trens de cães para transportar o equipamento e as provisões. A viagem é considerada extremamente perigosa devido às condições climáticas adversas e à falta de infraestrutura na região.

O senador americano Lafallete candidata-se a presidencia pelo partido progressista. O senador republicano Charles McNary anunciou sua candidatura para o cargo de presidente dos Estados Unidos no ano seguinte. Ele se apresenta como um candidato independente, prometendo reformas significativas na administração pública e na política externa. Sua campanha é apoiada por membros do partido progressista, que acreditam em sua visão de um governo mais eficiente e comprometido com o bem-estar da nação.

De Portugal

De Portugal, notícias de Lisboa e do interior. O governo português está preocupado com a situação econômica do país, que continua a sofrer com os efeitos da crise mundial. Há rumores de negociações para a obtenção de empréstimos internacionais para estabilizar a situação financeira. Além disso, há relatos de movimentos sociais e políticos no interior do país, com algumas regiões mostrando sinais de insatisfação com o atual governo.

Os aliados americanos chegam a Berlim. Uma delegação de oficiais militares e políticos dos Estados Unidos chegou recentemente a Berlim para discutir a situação da Alemanha após a Primeira Guerra Mundial. A delegação está acompanhada por representantes britânicos e franceses. As negociações visam estabelecer um novo tratado de paz e definir o futuro político e econômico da Alemanha.

Os aliados americanos chegam a Berlim. (Continuação do texto anterior)

De Portugal

De Portugal, notícias de Lisboa e do interior. (Continuação do texto anterior)

Os aliados americanos chegam a Berlim. (Continuação do texto anterior)

Os aliados americanos chegam a Berlim. (Continuação do texto anterior)

De Portugal

De Portugal, notícias de Lisboa e do interior. (Continuação do texto anterior)

Os aliados americanos chegam a Berlim. (Continuação do texto anterior)

Os aliados americanos chegam a Berlim. (Continuação do texto anterior)

De Portugal

De Portugal, notícias de Lisboa e do interior. (Continuação do texto anterior)

Os aliados americanos chegam a Berlim. (Continuação do texto anterior)

Os aliados americanos chegam a Berlim. (Continuação do texto anterior)

A política de Berlim

A política de Berlim continua a ser um ponto de tensão internacional. Os aliados da França e dos Estados Unidos estão preocupados com a influência crescente da Alemanha nazista e com a possibilidade de uma aliança com o Eixo. Há debates em curso sobre como lidar com a situação e evitar uma nova guerra mundial.

Indústria de Berlim

A indústria de Berlim está enfrentando dificuldades devido à crise econômica global. Muitas empresas estão fechando portas e há um alto desemprego na cidade. O governo local está tentando implementar medidas para estimular a produção e criar empregos.

Política de Berlim

Política de Berlim: (Continuação do texto anterior)

A política de Berlim

A política de Berlim continua a ser um ponto de tensão internacional. (Continuação do texto anterior)

Indústria de Berlim

A indústria de Berlim está enfrentando dificuldades devido à crise econômica global. (Continuação do texto anterior)

Política de Berlim

Política de Berlim: (Continuação do texto anterior)

MARTINS BARROS & CIA. Lda.
MACHINA "AMARAL"
L. F. Domingos - R. S. Pedro 49

O que houve no Senado

Crítica vehemente, dita pelo sr. Muniz Fodre ao relatório dos ingleses e a reforma constitucional

A população carioca novamente insultada por um senador

O Senado realizou uma sessão extraordinária para discutir o relatório enviado pelos ingleses sobre a situação política e econômica do Brasil. O sr. Muniz Fodre fez uma crítica extremamente dura ao relatório, alegando que os ingleses estavam tentando manipular a situação em seu próprio benefício. Ele também defendeu a necessidade de uma reforma constitucional para fortalecer o poder do Senado e garantir a estabilidade do país. A população carioca ficou indignada com as declarações de Fodre, acusando-o de insultar a cidade e a nação. O debate no Senado foi muito acalorado, com vários outros senadores também fazendo declarações de apoio ou oposição às ideias de Fodre.

Imagem 5

O Correio da Manhã, 5 de julho de 1924.⁷⁷

⁷⁷ Idem. Acessado em 07.02.2018.

No centro do jornal, o grande destaque. Emoldurada sob a frase “Uma fotografia histórica”, a clássica foto dos *Dezoto do Forte*, apenas com a oposicionista legenda “O 5 de julho e os heróis de Copacabana.” A contundente defesa do movimento revolucionário de 1922 foi dada na página quatro, em seção de amplo destaque – “O Cinco de Julho”, na qual o jornal desferia pesadas críticas ao autoritarismo do governo de Arthur Bernardes

As demais notícias, naquele dia, aproximavam bastante ambos os jornais. A Itália dominava amplamente aquela edição, com as habituais pequenas notas sobre Mussolini e os fascistas, as investigações sobre o assassinato de Matteotti, conflitos na fronteira iugoslava e o projeto de aviadores italianos de realizarem *raid* aéreo ao pólo norte. A colheita de trigo no país também foi ressaltada.

A navegação aérea dos pilotos estadunidenses, naquele momento estando na Índia, e a campanha eleitoral presidencial, em diversas notas, eram as notícias referentes aos Estados Unidos, potência política ascendente já disputando o protagonismo midiático com o Velho Mundo. Notícias sobre os gabinetes da Inglaterra e França, corriqueiras, faziam parte da edição e mantinham as potências europeias em evidência. Da Alemanha, a descoberta pela polícia de ameaça comunista ao *Reichstag*, e as intermináveis discussões sobre as reparações de guerra. Os leitores do *Correio da Manhã* que estivessem interessados em acompanhar os jogos olímpicos teriam as mesmas - e poucas - notas que os de *O Paíz*, porém com a informação extra sobre o mundial feminino de tênis. Finalizando a primeira página, notícias políticas de Portugal e o interesse da Liga das Nações de utilizar o *cinematógrafo* como fator importante na divulgação do trabalho da entidade. Encerrava a profusão de temas da primeira página notícia sobre divergências entre o Vaticano e o governo argentino com relação ao arcebispado de Buenos Aires.

As propagandas estavam distribuídas de forma aleatória por todo o jornal, frequentemente na capa, em que a *Máquina Amaral* era destacada como a última palavra em equipamento de beneficiamento de café. Ao longo daquela edição propagandas e classificados diversos estavam distribuídos aleatoriamente por todas as páginas.

Assim como em *O Paíz*, eram nas páginas dois e três que a maior parte das notícias políticas nacionais eram abordadas, com os editoriais e os frequentes debates no Senado e Câmara dos Deputados muitas vezes sendo reproduzidos integralmente. Notícias referentes aos demais estados normalmente eram encontradas nessas páginas, geralmente fatos políticos e econômicos.

Sob o título “Correio Esportivo”⁷⁸, metade da página cinco trazia a tabela de vários jogos de futebol, de diversas ligas, com destaque ligeiramente maior aos dados à natação, boxe, turfe e xadrez. Entretanto, naquela edição o esporte não teve a página exclusivamente para si, sendo parte dela dedicada a notícias sociais, inclusive enterros, além de cinema e propagandas.

Às artes estava dedicada a página sete, totalmente voltada ao teatro e ao cinema, e como grande destaque também o filme *Zazá*, com Gloria Swanson, tal qual nas páginas de *O Paíz*. Sob o título Vida Comercial, a página catorze trazia a movimentação da Bolsa de Valores, taxas de câmbio, tabelas com as cotações de café, trigo, algodão e açúcar, e a movimentação de chegada e partida de navios no porto da capital. As demais páginas, até a décima quarta, estavam tomadas principalmente por propaganda, classificados e pequenas notícias diversas. E a última página, como de hábito, voltada também para o teatro e cinema.

Ambos os jornais, portanto, apresentavam características bastante semelhantes quanto à distribuição das matérias. Quase sempre eram distribuídas em grande quantidade de pequenas notas, dificilmente com destaque de eventos nacionais na primeira página. As fotografias e desenhos eram muito utilizados por ambos, sendo que *O Paíz*, com muita frequência, destinava sua página principal para temas variados, próximos às diversas revistas semanais que proliferavam pela cidade.

2.4 As Cartas Falsas

Como era usual, a primeira página do *Correio da Manhã* de nove de outubro de 1921 dava amplo destaque às notícias políticas e econômicas internacionais. A principal até se referia ao Brasil, com a entrevista do embaixador brasileiro na Itália reportando detalhes dos problemas envolvendo a imigração italiana para o país. A notícia, porém, se resumia a pequena nota de poucas linhas. A reconstrução dos países devastados após a Primeira Guerra Mundial, a tensão sino-japonesa na Ásia, a miséria na Rússia bolchevique e a questão turca envolvendo “a mulher e o harém”⁷⁹, eram alguns dos destaques internacionais do periódico carioca. Além de publicidade, ainda na capa, do

⁷⁸ Correio esportivo. *Correio da Manhã*, 05.07.1924, n.9246, p.5. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=0&Pesq=

⁷⁹ A mulher turca e o harém. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 09.10.1921, n.8255, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=

quase milagroso *Ventre Livre*, o “único” remédio que curava vômitos, ânsias, estômago sujo, hemorroidas e mais algumas linhas de diferentes incômodos intestinais⁸⁰.

Porém, era na página dois daquela edição de domingo que se encontrava a grande notícia que mobilizou o noticiário político do país até o ano seguinte. Sob o título de “Injurioso e ultrajante”, o destaque à notícia: “O Sr. Arthur Bernardes lança a pecha de venalidade sobre oficiais do Exército.”⁸¹ A correspondência entre o então presidente de Minas Gerais e o senador mineiro Raul Soares era apresentada como “[...] documento de um caso patológico, prova provada de cretinice, de falta de senso, e de cinismo, alguém conseguiu obter e acha-se agora em nossas mãos.” Obviamente era apresentada com grande destaque, “[...] escrita e assinada pelo próprio presidente de Minas, segundo os mais apurados exames periciais, no seu fac-símile e em letra de forma.”⁸²

Belo Horizonte, 3-6-1921

Amigo Raul Soares

Saudações afetuosas.

Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargentão sem compostura, aos seus apaniguados, e de tudo que nessa orgia se passou. Espero que use com toda energia, de acordo com minhas últimas instruções, pois, essa canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina. Veja se o Epitácio⁸³ mostra agora a sua apregoadada energia, punindo severamente esses ousados, prendendo os que saíam da disciplina e removendo para bem longe esses generais anarquizadores. Se o Epitácio com medo não atender, use de diplomacia que depois do meu reconhecimento ajustaremos contas.

A situação não admite contemporizações, os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões.

Abraços do Arthur Bernardes⁸⁴

Na mesma página, sob o título “Ultraje ao Exército”⁸⁵, o jornal se referia aos boatos existentes entre os jornais *bernardistas* sobre chantagista que estaria negociando a venda das cartas que teriam sido perdidas por Raul Soares. Refutava a boataria dos aliados de Arthur Bernardes, a quem classifica como “[...] politiqueiro inferior, que a má sorte de Minas elevou a mais alta expressão do seu governo [...]”. Na mesma nota, ter

⁸⁰ Idem.

⁸¹Injurioso e ultrajante. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21.10.1921, n.8255, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=

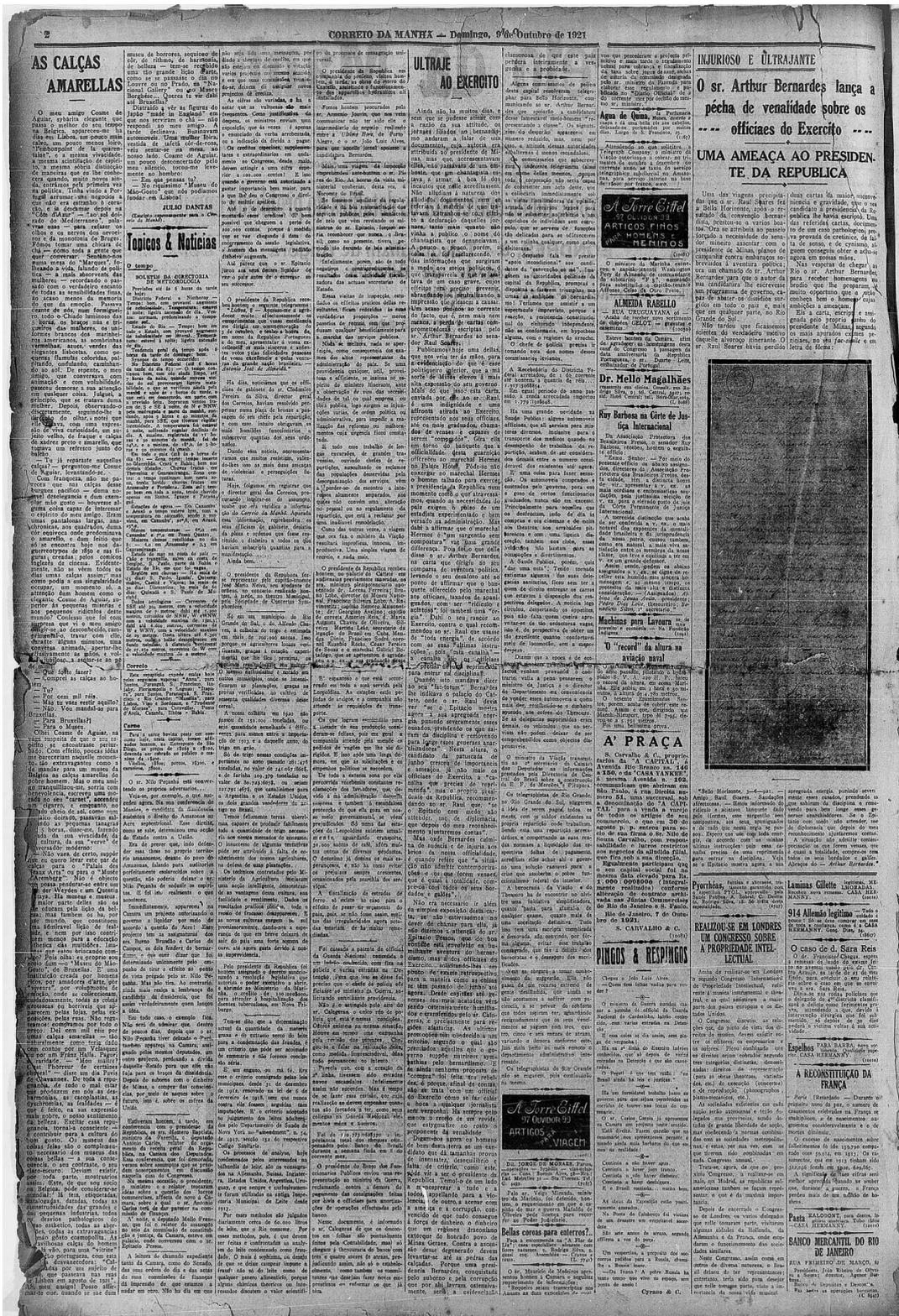
⁸² Idem.

⁸³ Epitácio Pessoa, Presidente da República entre 1919 e 1922.

⁸⁴Injurioso e ultrajante. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21.10.1921, n.8255, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=

⁸⁵Ultraje ao Exército. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21.10.1921, n.8255, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=

... sido chamado de "meio homem"⁸⁶ já antecipava o nível a que chegaria o *Correio da Manhã* na oposição à sua candidatura.



Correio da Manhã. 09 de outubro de 1921: publicação da primeira carta atribuída pelo jornal a Arthur Bernardes, atacando às Forças Armadas (As Cartas Falsas)⁸⁷

⁸⁶ Idem.

Na Câmara dos Deputados e no Senado Federal os debates foram imediatos, intensos e acalorados, rapidamente reproduzidos pelo *Correio da Manhã*. Mas a imprensa *bernardista*, da qual *O Paíz* se transformou no maior porta-voz, demorou a reagir. A pequena edição de dez de outubro de 1921, segunda-feira, tinha apenas seis páginas, mas nenhuma nota sobre o assunto. A edição seguinte também se configurava dentro do padrão jornalístico da época, com a primeira página repleta de notícias internacionais – conferência internacional de desarmamento em Washington, a guerra da Espanha contra os *rebeldes* marroquinos, o congresso dos socialistas italianos em Milão, entre outras. Também com amplo destaque, propaganda da Farmácia Granado sobre promoção de remédios e perfumaria, e os brindes que seriam oferecidos pelo jornal aos seus leitores. E, em pequena nota intitulada “O momento político nacional”⁸⁸, a notícia do envio por Arthur Bernardes de diversos telegramas negando a autoria da carta, inclusive ao Presidente da República, Epiácio Pessoa. Na página quatro havia a seção “O momento político”⁸⁹, aí sim, com grande destaque à negativa de Arthur Bernardes sobre as acusações lançadas pelo *Correio da Manhã*.

Comparado a este, foi tímida a defesa de Arthur Bernardes efetuada por *O Paíz*. Apresentava o protesto formal do presidente mineiro quanto à “infame torpeza de adversários sem escrúpulos”⁹⁰, além de diversos motivos pelos quais seria, certamente, apócrifa: impossibilidade de prazo hábil entre escrita e divulgação da carta, erros gramaticais inaceitáveis, falta de intimidade na correspondência entre dois grandes amigos, expressões chulas que jamais seriam empregadas por Arthur Bernardes - “*verdadeiro gentleman*”⁹¹, além da inexistência do envelope com o selo, que comprovaria o envio da carta.

Dois dias depois, também com grande destaque, o *Correio da Manhã* publicou a segunda carta atribuída a Arthur Bernardes, apresentando-a em fac-símile de meia página, além da continuação dos acalorados debates na Câmara e Senado, nas páginas internas, local habitual das notícias políticas nacionais. E o que pode ser observado era a tentativa de ambos os jornais em buscar o apoio do Exército na defesa de seus pontos de vista, e principalmente do Clube Militar, diretamente atacado nas correspondências.

⁸⁷ Injuriioso e ultrajante. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21.10.1921, n.8255, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=

⁸⁸ O momento político. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 11.10.1921, n.13505, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=7823&Pesq=

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ Ibidem.

Se *O Paíz* demorou dois dias para se manifestar, a reação dos militares foi imediata, e o Clube Militar, presidido pelo general Hermes da Fonseca⁹², reunido no dia seguinte à publicação da carta pelo *Correio da Manhã*, emitiu dura nota de protesto:

O Clube Militar – órgão das classes armadas – julga de seu dever que o público conceito emitido pelo Sr. Arthur Bernardes na sua carta de 3 de junho último, colocou o Exército na contingência de reagir imediatamente. Porque, ou S. Ex^a tem razão em nos qualificar de canalha venal, ou inutilmente ultrajou o Exército. Na primeira hipótese, o Exército deve ser dissolvido, pois a defesa da Nação não pode estar confiada a janízaros e canalhas; na segunda, S. Ex^a criou absoluta incompatibilidade entre sua pessoa e o Exército. Existe, pois, um dilema, como solução única: ou a nossa dissolução, ou o Exército não aceita que S. Ex^a seja o Presidente da República. O Exército proclamou, consolidou e entregou a República aos senhores políticos profissionais, que podem governá-la sem ultrajar aos que tem a convicção da pobreza honrada. E é com tais fundamentos que o Exército implora à Nação a eleição de qualquer outro brasileiro para Presidente da República, pois não assegura ao Sr. Arthur Bernardes o exercício desse cargo.⁹³

O impasse estava criado, com militares, a classe política e a opinião pública dividindo-se quanto ao lado a ser apoiado. Parte minoritária do Exército defendia que as forças militares não deveriam se envolver nas questões políticas, principalmente em função da criação, pelo Clube Militar, de comissão de especialistas que examinariam as correspondências, a fim de emitir laudo definitivo quanto a serem ou não autênticas. Arthur Bernardes e *O Paíz* também não apoiavam a comissão, reiteradamente negando a autenticidade das cartas, mas buscavam não ferir ainda mais as suscetibilidades militares e frequentemente elogiavam a capacidade técnica e isenção política de seus integrantes, na expectativa de veredicto favorável ao candidato mineiro. Em vinte e oito de dezembro de 1921 o Clube Militar divulgou o resultado do laudo grafológico realizado por sua comissão, publicado no dia seguinte, pelo *Correio da Manhã*, em reportagem de tema único na primeira página, com as seguintes manchetes em grande destaque:

Foi lido ontem, perante o Clube Militar, reunido em memorável assembleia, o laudo da perícia a que foi submetida a carta do Sr. Arthur Bernardes, insultuosa às classes militares. A comissão foi levada a concluir pela autenticidade da carta, porque ela resistiu à realização de todas as provas periciais, realizadas com imparcialidade e retidão.⁹⁴

⁹² Presidente da República entre 1910 e 1914 e depois promovido a Marechal.

⁹³ FORJAZ, Maria Cecília Spina. In: Scielo Scientific Electronic Library Online. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901976000600007

⁹⁴Foi lido ontem, perante o Clube Militar, reunido em memorável assembleia, o laudo da perícia a que foi submetida a carta do Sr. Arthur Bernardes, insultuosa às classes armadas. *Correio da Manhã*, Rio de

Concluída a missão a que se propusera, porém sem poder legal para a tomada de qualquer outra medida, a nota emitida pelo Clube Militar afirmava que “Porque não tenha este Clube qualidade jurídica para promover ação em desafronta das autoridades ofendidas, resolve, por isso, entregar o caso ao julgamento da Nação.”⁹⁵ Obviamente tal situação acirrou ainda mais os ânimos políticos no país, principalmente entre a jovem oficialidade das Forças Armadas, e os questionamentos da oposição quanto à atuação do Clube Militar, mesmo antes da divulgação de seu laudo, tornavam-se ataques que distanciavam, ainda mais, os dois grupos políticos.

Em sua cruzada contra Arthur Bernardes, Edmundo Bittencourt, diretor do *Correio da Manhã*, foi à França submeter as cartas à análise do perito Edmund Lacard. O resultado foi publicado em nota de grande destaque na edição de seis de fevereiro de 1922, com a confirmação da autenticidade de ambas pelo especialista francês ⁹⁶. A crise aumentava no mesmo ritmo da polêmica, e o laudo do perito francês também passou a ser contestado, sob a alegação de que a correspondência originariamente atribuída a Arthur Bernardes, que teria servido de base ao estudo comparativo, também seria falsa. Ou seja, as correspondências teriam sido escritas pela mesma pessoa, mas não pelo presidente de Minas Gerais. Reforçando o posicionamento dos opositoristas, os *bernardistas* também levaram cópias das cartas para serem analisadas por outros peritos europeus, e estes atestaram a falsidade delas. As críticas cresciam quanto às falhas na comprovação da autenticidade das cartas, inclusive dentro das Forças Armadas e setores políticos não *bernardistas*. Gradativamente a posição de o *Correio da Manhã* se enfraquecia e declarações de Rui Barbosa, duvidando da autenticidade das correspondências, tiveram muita repercussão em favor de Arthur Bernardes, mas não diminuíram o nível dos ataques de ambos os lados.

Apesar da forte campanha do *Correio da Manhã*, Arthur Bernardes venceu a eleição presidencial realizada em março de 1922, recebendo 466.877 votos, contra 317.714 dados a Nilo Peçanha⁹⁷. Logo depois, em cinco de julho, ocorreu a revolta do Forte de Copacabana, liderada por jovens oficiais que se opunham ao presidente eleito, o que já mostrava que seu governo seria marcado por graves crises militares. Debelada

Janeiro, 29.12.1921, n.8336, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ A autenticidade das cartas de Bernardes verificada pelo perito Locard. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 06.02.1922, n.8375, p.1. Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=

⁹⁷ Dados obtidos na Biblioteca Digital da FGV. <http://sistema.bibliotecas-bdigital.fgv.br/>

temporariamente a crise, Arthur Bernardes tomou posse em novembro, já com o país sob estado de sítio em função da forte rejeição que seu nome sofria, principalmente em setores da jovem oficialidade do exército. Era o movimento tenentista que se fortalecia e daria origem à Coluna Prestes, e tirá-lo do poder foi o grande objetivo da marcha revolucionária que percorreu vinte e cinco mil quilômetros pelo interior do país entre 1924 e 1927.

Efetivamente eram inúmeras as evidências quanto à falsidade das cartas, inclusive com relação à identidade dos falsificadores, e o cerco se fechava em torno deles. E os boatos se confirmaram em vinte e quatro de março de 1922, quando o suspeito Oldemar Lacerda, junto a Jacinto Guimarães, compareceu perante a um tabelião e assinou a confissão de falsificação, o que já havia feito na véspera perante o Clube Militar – que dessa vez não se manifestou. Ele alegou ter obtido as folhas com o timbre do governo de Minas Gerais em visita à Imprensa Oficial do Estado; Pedro Burlamaqui trouxe-as para o Rio de Janeiro e Jacinto Guimarães escrevera as duas cartas, com a imitação da caligrafia de Arthur Bernardes. A justificativa teria sido meramente política, uma vez que, eliminando a candidatura de Arthur Bernardes, pretendiam viabilizar nova candidatura do marechal Hermes da Fonseca à Presidência da República. A fraude jornalística envolvendo o *Correio da Manhã* em nenhum momento teve repercussão próxima ao lançamento das acusações contra Arthur Bernardes, apesar de o jornal continuar a atacá-lo com frequência, inclusive tratando a confissão como farsa, mais uma prova da falta de escrúpulos do *bernardismo*.

Se as *Cartas Falsas* chegaram a causar grandes discussões e ocupar as primeiras páginas de ambos os jornais, o lento e tumultuado desenrolar do caso foi se esvaziando no noticiário e no interesse público. E essa rivalidade recorrente na história dos dois jornais novamente se acirrou na cobertura dos levantes militares de 1922 e, principalmente, durante a jornada militar da Coluna Prestes, como será amplamente demonstrado nos capítulos III e IV.

CAPÍTULO 3 – “O que nos movia era a luta contra o Bernardes”⁹⁸

Grande parte da historiografia considera a Coluna Prestes como resultado da junção das tropas revolucionárias de São Paulo e do Rio Grande do Sul em Foz do Iguaçu, em abril de 1925. Porém, para se abordar a jornada daquela marcha militar, é fundamental o entendimento da Revolução Paulista de 1924, daí a pesquisa jornalística de ambos os jornais dar-se a partir daquele momento.

As edições de *O Paíz* e do *Correio da Manhã* daquele dia não abordaram o movimento revolucionário paulista no exato momento em que eclodia. Foi a partir do dia seguinte que as notícias passaram a ter grande repercussão em ambos os jornais, sendo destaque por muitas edições pelas semanas seguintes. Às eventuais semelhanças iniciais na cobertura do movimento pelos dois jornais, gradativamente podem ser percebidas sutis diferenças na abordagem pelo oposicionista *Correio da Manhã*, naquele momento tolhido pela rígida censura por parte do governo federal. Este capítulo, portanto, analisa o início do movimento em São Paulo, as primeiras referências aos revolucionários gaúchos e a Luiz Carlos Prestes, a junção das colunas de gaúchos e paulistas e a marcha pelo interior do país até 1926. A partir de então, com a eleição de Washington Luís em substituição a Arthur Bernardes, gradativamente se esvaziava a principal motivação do discurso oposicionista daquele movimento tenentista, e a Coluna Prestes começava a se preparar para o fim da marcha revolucionária, o que será abordado no quarto capítulo.

3.1 O Segundo Cinco de Julho

Como era habitual, a edição de seis de julho de 1924 de *O Paíz* dava bastante espaço a reportagens especiais, sob os mais variados temas. Afinal, era domingo, e uma leitura superficial da primeira página do jornal muitas vezes o deixava próximo às diversas revistas de variedades que surgiam pela cidade, coma maior parte das inúmeras notícias gerais relegadas às páginas internas. O grande artigo era assinado por Paulo Silveira, um dos redatores do jornal, que em texto de grande destaque – quase meia

⁹⁸ Luiz Carlos Prestes, em depoimento ao jornalista Fernando Morais, no filme *O Velho – A História de Luiz Carlos Prestes*. In: BULCÃO, R. VENTURI, T. *O Velho, a história de Luiz Carlos Prestes*. Produção de Renato Bulcão e Toni Venturi. Direção de Toni Venturi. Brasil, Olhar Imaginário e Versátil Home Vídeo. DVD, 105 min.

página – expunha seu conhecimento histórico, artístico e político para retratar o ascendente líder fascista italiano Benito Mussolini.

A matéria intitulada “Violências estéticas”⁹⁹ era seguida por texto em italiano do próprio retratado, sem tradução. Naquele momento o desaparecimento e provável morte do deputado socialista Matteotti era amplamente debatido na imprensa como tendo sido realizado por fascistas italianos e, de forma indireta, mas nem um pouco sutil, também o foi naquela edição de *O País*. Num delirante devaneio voltado ao Renascimento italiano, o autor cita Dante e a Divina Comédia, Shakespeare e Macbeth, os Medicis e os Borgias, e faz muitas referências ao Príncipe de Maquiavel, “[...] malabarista minucioso das ambições humanas, [...] grande épico das violências estéticas.”¹⁰⁰ Matteotti, no texto figura secundária para o protagonismo de Mussolini, é o obstáculo moral que é preciso, forçosamente, ser relevado pelo verdadeiro líder em sua missão de governar, objetivo que não necessariamente passa pela busca da popularidade, essa sim, defendida pelo autor - e por Maquiavel - como o caminho fácil para o fracasso do governante. “As paixões carniceras querem estraçalhar o *Duce*, que não recua diante da ferocidade organizada do socialismo.”¹⁰¹ Essa defesa do governo autoritário de Mussolini, que ainda se consolidava na Itália, provavelmente já antecipava o irrestrito apoio do jornal às drásticas ações de Arthur Bernardes no período, conforme defende o autor no mesmo artigo:

Assim como a Itália, o Brasil precisa atravessar um período implacável de violências sociais, [...]. Estamos cansados de uma existência cheia de sonolências românticas, que desfribam o organismo nacional, reduzindo-o a um rebanho silencioso de burocracias conservadoras. Precisamos de governos violentos para arrancar o país dessa modorra improdutiva. Temos precisão de violências que ajam no dorso do povo com a força reanimadora de uma ducha. Nada de governos escandalosamente populares. [...] Não é o governo que deve agradar ao povo e sim o povo ao governo. Por isso, Mussolini merece a minha admiração. Ele governa com a sua vontade, que é muito mais construtora que a vontade dos outros...¹⁰²

Tratava-se de posicionamento bastante autoritário, de manutenção da ordem pela adoção de padrões legais e morais socialmente questionáveis, discurso que se fortalecia naquele momento do século XX. E o artigo parecia antecipar o intransigente apoio que

⁹⁹ SILVEIRA, P. Violências estéticas. *O País*, Rio de Janeiro, 05.07.1924, n.14504, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=10119&Pesq=

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² Ibidem.

O Paiz, mais uma vez, hipotecaria ao governo no combate ao levante tenentista de São Paulo, o que já se verificava no restante do jornal.

ANO XL - N. 14.504

O PAIZ

RIO DE JANEIRO, DOMINGO, 6 DE JULHO DE 1924

OS ACONTECIMENTOS DE S. PAULO

Parte das forças federaes e parte da policia, sublevadas, pretenderam depôr o governo do Estado, que organizou enérgica resistencia, com apoio da quasi totalidade da milicia estadual e de elevado numero de voluntarios civis



Rui Barbosa, presidente da República

Em 1924, Rui Barbosa, presidente da República, foi deposto por um golpe de Estado liderado por tenentes paulistas. O golpe ocorreu em 24 de julho de 1924, quando os rebeldes tomaram o Palácio do Estado e o Palácio do Governo em São Paulo. Rui Barbosa foi obrigado a fugir para o Rio de Janeiro, onde se refugiou no Palácio do Catete. O golpe foi liderado por um grupo de tenentes paulistas, incluindo Carlos de Campos, João de Deus, e outros. O movimento foi apoiado por uma parte da população paulista e por alguns membros da imprensa local. O governo federal, sob a liderança de Rui Barbosa, tentou manter a ordem e a legalidade, mas acabou sendo deposto. O golpe marcou o início da Revolução de 1924, que levou ao fim do Estado Novo e ao estabelecimento de uma nova constituição em 1934.



Arthur Bernardes, governador de São Paulo

Arthur Bernardes foi o governador de São Paulo durante o golpe de 1924. Ele foi deposto por um grupo de tenentes paulistas que tomaram o Palácio do Estado e o Palácio do Governo. Bernardes foi obrigado a fugir para o Rio de Janeiro, onde se refugiou no Palácio do Catete. O golpe foi liderado por um grupo de tenentes paulistas, incluindo Carlos de Campos, João de Deus, e outros. O movimento foi apoiado por uma parte da população paulista e por alguns membros da imprensa local. O golpe marcou o início da Revolução de 1924, que levou ao fim do Estado Novo e ao estabelecimento de uma nova constituição em 1934.



Manoel de Oliveira, governador de São Paulo

Manoel de Oliveira foi o governador de São Paulo durante o golpe de 1924. Ele foi deposto por um grupo de tenentes paulistas que tomaram o Palácio do Estado e o Palácio do Governo. Oliveira foi obrigado a fugir para o Rio de Janeiro, onde se refugiou no Palácio do Catete. O golpe foi liderado por um grupo de tenentes paulistas, incluindo Carlos de Campos, João de Deus, e outros. O movimento foi apoiado por uma parte da população paulista e por alguns membros da imprensa local. O golpe marcou o início da Revolução de 1924, que levou ao fim do Estado Novo e ao estabelecimento de uma nova constituição em 1934.

A derrubada do estado de sítio

Em 1924, o estado de sítio foi derrubado por um grupo de tenentes paulistas que tomaram o Palácio do Estado e o Palácio do Governo. O golpe foi liderado por um grupo de tenentes paulistas, incluindo Carlos de Campos, João de Deus, e outros. O movimento foi apoiado por uma parte da população paulista e por alguns membros da imprensa local. O golpe marcou o início da Revolução de 1924, que levou ao fim do Estado Novo e ao estabelecimento de uma nova constituição em 1934.

As primeiras providencias

Logo que o golpe foi dado, as primeiras providencias foram tomadas. O governador foi deposto e o estado de sítio foi derrubado. O movimento foi apoiado por uma parte da população paulista e por alguns membros da imprensa local. O golpe marcou o início da Revolução de 1924, que levou ao fim do Estado Novo e ao estabelecimento de uma nova constituição em 1934.

No Seteado

No Seteado, o movimento revolucionário tomou o Palácio do Estado e o Palácio do Governo. O golpe foi liderado por um grupo de tenentes paulistas, incluindo Carlos de Campos, João de Deus, e outros. O movimento foi apoiado por uma parte da população paulista e por alguns membros da imprensa local. O golpe marcou o início da Revolução de 1924, que levou ao fim do Estado Novo e ao estabelecimento de uma nova constituição em 1934.

VIOLENCIAS ESTHETICAS

Este artigo discute as violências estéticas praticadas durante o golpe de 1924. O movimento foi apoiado por uma parte da população paulista e por alguns membros da imprensa local. O golpe marcou o início da Revolução de 1924, que levou ao fim do Estado Novo e ao estabelecimento de uma nova constituição em 1934.

A derrubada do estado de sítio

Em 1924, o estado de sítio foi derrubado por um grupo de tenentes paulistas que tomaram o Palácio do Estado e o Palácio do Governo. O golpe foi liderado por um grupo de tenentes paulistas, incluindo Carlos de Campos, João de Deus, e outros. O movimento foi apoiado por uma parte da população paulista e por alguns membros da imprensa local. O golpe marcou o início da Revolução de 1924, que levou ao fim do Estado Novo e ao estabelecimento de uma nova constituição em 1934.

As primeiras providencias

Logo que o golpe foi dado, as primeiras providencias foram tomadas. O governador foi deposto e o estado de sítio foi derrubado. O movimento foi apoiado por uma parte da população paulista e por alguns membros da imprensa local. O golpe marcou o início da Revolução de 1924, que levou ao fim do Estado Novo e ao estabelecimento de uma nova constituição em 1934.

No Seteado

No Seteado, o movimento revolucionário tomou o Palácio do Estado e o Palácio do Governo. O golpe foi liderado por um grupo de tenentes paulistas, incluindo Carlos de Campos, João de Deus, e outros. O movimento foi apoiado por uma parte da população paulista e por alguns membros da imprensa local. O golpe marcou o início da Revolução de 1924, que levou ao fim do Estado Novo e ao estabelecimento de uma nova constituição em 1934.

A derrubada do estado de sítio

Em 1924, o estado de sítio foi derrubado por um grupo de tenentes paulistas que tomaram o Palácio do Estado e o Palácio do Governo. O golpe foi liderado por um grupo de tenentes paulistas, incluindo Carlos de Campos, João de Deus, e outros. O movimento foi apoiado por uma parte da população paulista e por alguns membros da imprensa local. O golpe marcou o início da Revolução de 1924, que levou ao fim do Estado Novo e ao estabelecimento de uma nova constituição em 1934.

As primeiras providencias

Logo que o golpe foi dado, as primeiras providencias foram tomadas. O governador foi deposto e o estado de sítio foi derrubado. O movimento foi apoiado por uma parte da população paulista e por alguns membros da imprensa local. O golpe marcou o início da Revolução de 1924, que levou ao fim do Estado Novo e ao estabelecimento de uma nova constituição em 1934.

Imagem 7
O Paiz, 6 de julho de 1924.¹⁰³

¹⁰³ Ibidem. Acessado em 07.02.2018.

“Os acontecimentos de S.Paulo” se tornaram as chamadas principais de muitas das edições posteriores do jornal, porém é bastante perceptível que *O Paíz* foi pego de surpresa pela irrupção do movimento rebelde na capital paulista. Isso pode ser observado pela manutenção na primeira página da reportagem especial sobre Mussolini, quando nas edições seguintes ela foi dedicada exclusivamente ao levante paulista. Também havia muitas fotografias desconectadas dos textos, parecendo preencher as inúmeras lacunas sobre as motivações e a real situação na capital paulista naquele momento. Nesse sentido, uma fotografia de corpo de inteiro de Arthur Bernardes, tomando quase um quinto da página, hipotecava férrea solidariedade ao governo federal. Grande destaque também para clássica foto de perfil de Carlos de Campos, presidente de São Paulo, além de fotos do almirante Alexandrino de Alencar e dos marechais Setembrino de Carvalho e Carneiro Fontoura, respectivamente ministros da Marinha, da Guerra e Chefe de Polícia do Distrito Federal.

Após a manchete principal, o jornal informava que o movimento teve a participação de parte das forças federais e da polícia. Também enfatizava a enérgica resistência oferecida pelo governo estadual, reforçada por elevado número de voluntários civis. Quanto a essa participação, em nenhum outro momento da matéria o jornal apresentava qualquer referência às fontes dessa informação, parecendo terem sido destacada tão somente para dar aspecto de legalidade e apoio popular ao governo paulista. O jornal também manifestava a surpresa pela revolta, em momento de grave crise econômica, porém de paz interna, e vinculava o movimento paulista aos levantes anteriores, cobrando do governo que as brandas punições aos revoltosos de 1922 certamente teriam estimulado aquela nova revolta. A solicitação do governo para a decretação do estado de sítio nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e no Distrito Federal também teve bastante destaque, com a habitual reprodução dos inúmeros debates no Congresso com relação à matéria. Na página três, no editorial “Os fermentos da desordem”¹⁰⁴, o jornal apresentava o primeiro dos inúmeros editoriais das edições seguintes denunciando os envolvidos na *revolução em São Paulo*, questionando suas motivações. De forma habitual, relembrava o “tristíssimo cinco de julho de 1922”¹⁰⁵ e, mesmo com a clara falta de informações objetivas sobre o movimento, já anunciava o fracasso da revolta:

¹⁰⁴ Os fermentos da desordem. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 06.07.1924, n.14504, p.3. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=17845&Pesq=

¹⁰⁵ Idem.

O governo de S. Paulo não sucumbiu: ao contrário, sobrepôs-se à crise com intrépida decisão e desassombrada coragem. A resistência oposta aos *mashorqueiros* é exemplaríssima, e houveram (sic) eles que abandonar os efêmeros frutos do golpe traiçoeiro diante do destemor do Sr. Carlos de Campos, apoiado pelos elementos fieis da sua polícia e pela bravura entusiástica da solidariedade automática dos cidadãos que, em massa, como voluntários da lei e da dignidade do Estado, se apresentaram ao eminente presidente para o ajudar a esmagar a intentona.¹⁰⁶

As matérias sobre “Os acontecimentos de S. Paulo” continuavam na quarta página, em que o jornal destacava a informação de que “[...] os sediciosos achavam-se desencorajados”¹⁰⁷, apesar de nenhuma informação que confirmasse notícia com tamanho destaque. Grande parte da página foi utilizada pela reprodução de muitas fotografias, como a do Palácio dos Campos Elíseos, residência do governador do estado, cuja legenda informava ser o objetivo dos *mashorqueiros*. Também eram destacadas as imagens dos generais Estanislao Pamplona e Abílio de Noronha, o primeiro estando no comando da resistência legalista e o outro, comandante da região militar de São Paulo, que naquele momento era prisioneiro dos revoltosos. O restante da página, como habitual, era ocupado por profusão de pequenas notas, novamente com a decretação do estado de sítio, a situação nos ministérios da Guerra e da Marinha, nas polícias civis e militares, e a suspensão do tráfego ferroviário para a capital paulista. Por fim, mais notas oficiais sobre a mobilização de tropas policiais e do exército, cujas partidas para São Paulo eram iminentes, além do deslocamento da esquadra de guerra para o litoral paulista, e a manifestação de Borges de Medeiros, presidente gaúcho, com a imediata mobilização da Brigada Militar do estado em apoio ao governo federal.

Essa primeira edição sobre a revolta em São Paulo apresentava, portanto, características que se repetiram pelas seguintes de maneira bastante perceptível. *O Paíz* manifestava incondicional apoio ao governo federal, reiteradamente informando estar a situação sob controle em todo o país, e sempre anunciando a iminente derrota dos revoltosos. Arthur Bernardes e Carlos de Campos, maiores autoridades civis, eram sempre apresentados como detentores do apoio da imensa maioria das forças políticas, civis e militares, e os principais comandantes das Forças Armadas passaram a ser frequentemente destacados no jornal.

Talvez não tenha passado despercebido aos olhares mais críticos que tamanha mobilização militar não era compatível com a alardeada insignificância do movimento

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷Os acontecimentos de S.Paulo. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 05.07.1924, n.14504, p.4. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=10119&Pesq=

revolucionário. E o adesismo legalista de *O Paíz* também foi acompanhado de pequenos e sutis lapsos, como a legenda da foto do general Estanislao Pamplona, chamado de comandante da *resistência*. Certamente trata-se de termo pouco compatível para conflito cuja situação, reiteradamente, era colocada como totalmente favorável ao governo federal. Ou ser o movimento, por diversas vezes, chamado de *revolução*, como no mesmo editorial: “Amanheceu ontem a cidade sacudida por um vendaval de boatos da pior estatura: revolução em São Paulo.¹⁰⁸” E nem a necessidade da mobilização de mais tropas pelas semanas seguintes, deslocadas em grandes contingentes de outros estados para São Paulo, diminuiu o discurso vitorioso do jornal, sempre batendo na tecla de estar o movimento rebelde sem qualquer perspectiva de sobrevivência política ou militar. *O Paíz* permaneceu imerso numa cruzada legalista que, em momento algum da pesquisa, foi acompanhada de qualquer forma de reflexão crítica quanto às causas ao movimento revolucionário, este permanentemente desqualificado, como será verificado pelo andamento da pesquisa.

Os leitores do *Correio da Manhã* daquele mesmo dia também não tiveram notícias diferentes das publicadas por *O Paíz*. Talvez não seja coincidência, mas aquela edição tratou a revolta na capital paulista também como “Os acontecimentos de S. Paulo”, sendo esse grande destaque seguido da informação da decretação do estado de sítio no Distrito Federal e nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Finalizando os destaques ao movimento paulista, o jornal destacava as providências oficiais tomadas pelo governo, por meio de diversas pequenas notas sobre os ministérios da Guerra e Marinha, a movimentação política no Palácio do Catete e no Congresso Nacional. As demais notícias decorrentes do movimento rebelde também abordavam as mobilizações de tropas federais e das polícias civis e militares, a situação da *Light* e dos trens que ligavam as duas cidades. Ou seja, praticamente as mesmas notícias apresentadas por *O Paíz*, com a nada sutil diferença de ser aquela e as próximas edições tão somente informativas, com nenhuma notícia, nota ou editorial que apresentasse qualquer tipo de informação crítica ou abordagem diferenciada sobre a revolta paulista. O *Correio da Manhã* não pôde se justificar, mas naquele momento já sofria forte censura por parte do governo. E os leitores mais atentos de *O Paíz* talvez a percebessem, uma vez que em sua intensa cobertura o jornal governista havia divulgado discreta nota sobre as prisões

¹⁰⁸ Idem.

efetuadas pelo governo federal naquele momento. Entre eles, suspeito de ser simpatizante ao movimento, Mário Rodrigues, redator-chefe do *Correio da Manhã*.¹⁰⁹

Talvez como forma de resistência, o *Correio da Manhã* parece ter tentado manter, dentro do possível, sua normalidade editorial. Apesar do destaque ao movimento, houve espaço para outras notícias em pequenas notas internacionais, e isso se manteve por todas as edições seguintes. De maneira bastante surpreendente naquela edição, entretanto, foi o grande destaque dado à matéria “Pensamentos de um sábio cristão - como o padre Duchesne encarava alguns problemas da História e da Religião”

¹¹⁰

Destoava bastante da gravidade dos acontecimentos no país, e parece ter sido mantida na primeira página quase como forma de resistência às pressões do governo federal. E, por todas as edições seguintes em que, provavelmente, foi obrigado a cobrir os acontecimentos por meio de inúmeras notas oficiais, em nenhuma delas o *Correio da Manhã* disponibilizou integralmente sua primeira página ao movimento paulista, tampouco qualquer página interna.

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ Pensamentos de um sábio cristão. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 06.07.1924, n.9247, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=



Imagem 8

Correio da Manhã, 6 de julho de 1924.¹¹¹

¹¹¹ Idem. Acessado em 07.02.2018.

No dia seguinte *O Paiz* publicou edição extra (como eram chamadas as pequenas edições de apenas quatro páginas das segundas-feiras), parecendo querer acalmar o país. Com grande destaque o jornal informava que, mais uma vez, triunfaria a legalidade e, sem apresentar nada que assim o justificasse, também informava que o movimento paulista estava virtualmente dominado.

O PAIZ

ASSIGNATURAS
 ANO 11 - N. 14.505
 RIO DE JANEIRO, SEGUNDA-FEIRA, 7 DE JULHO DE 1924

HOJE-EDIÇÃO EXTRAORDINARIA-100 REIS

MAIS UMA VEZ TRIUMPHARA A LEGALIDADE

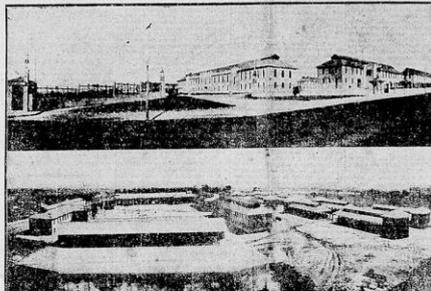
Está virtualmente dominado o levante militar de sabbado ultimo em, São Paulo

Nesta capital, como por todo o resto do paiz, a tranquilidade é completa

INFORME JOÃO LAGE
 Diretor ALVARO DE CARVALHO
 São Paulo
 Avenida Rio Branco, 133

ASSIGNATURAS
 ANO 11 - N. 14.505
 RIO DE JANEIRO, SEGUNDA-FEIRA, 7 DE JULHO DE 1924

NO DIA SEGUINTE
 O Paiz publicou edição extra (como eram chamadas as pequenas edições de apenas quatro páginas das segundas-feiras), parecendo querer acalmar o país. Com grande destaque o jornal informava que, mais uma vez, triunfaria a legalidade e, sem apresentar nada que assim o justificasse, também informava que o movimento paulista estava virtualmente dominado.



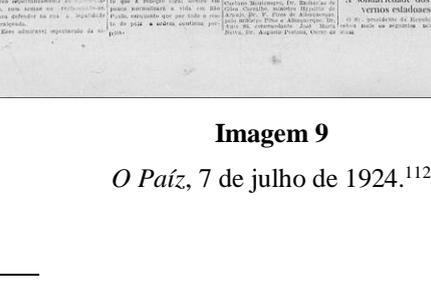
NO MINISTÉRIO DA GUERRA
 O Ministério da Guerra recebeu hoje a seguinte comunicação do Generalissimo: 'O Generalissimo recebeu hoje a seguinte comunicação do Generalissimo: 'O Generalissimo recebeu hoje a seguinte comunicação do Generalissimo: ...'

NO DIA SEGUINTE
 O Paiz publicou edição extra (como eram chamadas as pequenas edições de apenas quatro páginas das segundas-feiras), parecendo querer acalmar o país. Com grande destaque o jornal informava que, mais uma vez, triunfaria a legalidade e, sem apresentar nada que assim o justificasse, também informava que o movimento paulista estava virtualmente dominado.



NO MINISTÉRIO DA GUERRA
 O Ministério da Guerra recebeu hoje a seguinte comunicação do Generalissimo: 'O Generalissimo recebeu hoje a seguinte comunicação do Generalissimo: ...'

NO DIA SEGUINTE
 O Paiz publicou edição extra (como eram chamadas as pequenas edições de apenas quatro páginas das segundas-feiras), parecendo querer acalmar o país. Com grande destaque o jornal informava que, mais uma vez, triunfaria a legalidade e, sem apresentar nada que assim o justificasse, também informava que o movimento paulista estava virtualmente dominado.



NO MINISTÉRIO DA GUERRA
 O Ministério da Guerra recebeu hoje a seguinte comunicação do Generalissimo: 'O Generalissimo recebeu hoje a seguinte comunicação do Generalissimo: ...'

112 Mais uma vez triunfará a legalidade. *O Paiz*, de Janeiro, 07.07.1924, n.14505, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=17845&Pesq=

Prática bastante adotada pelo jornal naquele momento era a ênfase no grande apoio político ao governo federal, com as reproduções de inúmeros telegramas e visitas de autoridades ao Palácio do Catete, recebidas pelo presidente Arthur Bernardes. Também enfatizava a tranquilidade que reinava tanto na capital quanto no resto do país, informação que o jornal continuaria a dar por muitas das edições seguintes. É bastante interessante verificar como esse discurso de normalidade seria contrariado pelo próprio jornal, uma vez que nas edições seguintes *O Paíz* passou a noticiar levantes militares no Amazonas, Rio Grande do Sul e Sergipe, sempre os desqualificando em significação militar. Os ataques a imagem dos revoltosos também eram significativos nessas primeiras edições, quando o jornal informava – sem apresentar evidências, sobre inúmeras mortes de civis e mesmo bombardeios de escolas pelas tropas rebeldes, reiteradamente descritas como estando sem comando, vagando embriagadas pela cidade e desanimadas pela iminência da derrota. Nessa edição, na segunda página, novamente o jornal informava a prisão de Paulo Bittencourt e Duarte Félix, proprietário e gerente do *Correio da Manhã*, além de Diniz Junior e Renato de Toledo Lopes, diretores de *A Pátria* e *O Jornal*. Era a duríssima retaliação do governo de Arthur Bernardes contra a imprensa oposicionista, facilitada pela rápida decretação do estado de sítio pelo Congresso Nacional, situação que perdurou até o governo seguinte de Washington Luís.

Percebe-se, nitidamente, um modelo de cobertura por todas as edições do período, com o jornal se colocando como porta-voz oficioso do governo federal. E essa grande semelhança de ambos os jornais na cobertura inicial da revolta paulista, marcada principalmente por notas oficiais, foi indiretamente justificada por *O Paíz*. De maneira quase caricata para um jornal, o periódico governista elogiava as autoridades por reter informações, mantendo o país “a salvo das inúteis excitações de opinião”¹¹³.

O padrão da cobertura de *O Paíz* continuou o mesmo pelas edições seguintes. Três dias após iniciado o “movimento revolucionário – se é que tal nome cabe”¹¹⁴, o jornal já anunciava a esperada derrota dos rebeldes pelo governo, além de novamente insistir na completa tranquilidade no restante do país. A confiança na rápida vitória governista crescia na medida em que era noticiado o aumento no efetivo de tropas terrestres e navais de diversos estados enviadas para São Paulo. Entretanto, o porte da mobilização militar que se verificava no país naquele momento não era condizente com

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Os acontecimentos de São Paulo. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 08.07.1924, n. 14506, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=19787&Pesq=

a insignificância inicial do movimento rebelde, nem com o otimismo do discurso governista.

O padrão de ambos os jornais se manteve nos dias seguintes ao início da revolta: de acordo com *O Paíz*, derrotas e desânimo entre as tropas rebeldes em face da inevitável derrota; grande apoio popular à causa legalista; bravura dos soldados e oficiais das Forças Armadas; calma completa pelo país e total apoio das autoridades a Arthur Bernardes, dedicando ao tema de duas até cinco páginas diariamente. Pelo oposicionista *Correio da Manhã*, sempre apenas em parte da página principal, se observa a interessante diferenciação de serem todas as notícias do movimento, a partir de oito de julho, precedidas da chamada *Os sucessos de S.Paulo*, exclusivamente oriundas de fontes oficiais. Essa manchete é dúbia, e pode ser entendida como otimista – e o jornal não tinha nenhum motivo para sê-lo naquele momento – ou irônica: sucesso das tropas legais ou revolucionárias?

Enquanto o *Correio da Manhã* mantinha forçosamente sua sobriedade, o otimismo de *O Paíz* desde o início previa a proximidade do fim do movimento. Apenas uma semana após iniciada a revolta paulista o jornal noticiava o pedido de armistício pelos rebeldes, além de reiterar “o magnífico moral das tropas”¹¹⁵. Destacava o crescimento no número de deserções entre os revoltosos, que naquele momento ocorreria inclusive entre seus chefes militares. Para seus leitores, tudo indicava a proximidade do fim do conflito. Entretanto, talvez justificando a continuidade dos combates, o jornal informava que o armistício proposto fora negado pelo governo, que exigia a rendição incondicional dos rebeldes. Como de praxe até então, todas as informações relevantes prestadas por *O Paíz* vinham de agências de notícias e, principalmente, fontes oficiais, sem nada que as comprovassem.

Entre treze e vinte e quatro de julho *O Paíz* estampou em sua primeira página nova seção, intitulada “Os grandes chefes militares ao serviço da legalidade”¹¹⁶. Tinha bastante destaque, praticamente um quarto da página, e era ilustrada por grande foto e o histórico militar dos principais comandantes do exército e marinha que lideravam as forças legalistas. Entretanto, o crescimento do envio de tropas federais para São Paulo, comandadas por alguns desses principais generais e almirantes do país, certamente não

¹¹⁵ Os boletins oficiais. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 12.07.1924, n° 14.510, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=17870&Pesq=

¹¹⁶ Os grandes chefes militares a serviço da legalidade. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 13-20.07.1924, n.14511-18, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=19787&Pesq=

estava muito de acordo com o otimismo apregoado pelo jornal governista, que colocava o movimento revolucionário paulista como praticamente debelado desde sua eclosão.

A edição de quinze de julho de *O Paíz* dava grande destaque à solicitação de Firmiano Pinto, vice-prefeito de São Paulo, para que a cidade não fosse bombardeada pelas tropas federais. Os bombardeios já ocorriam, mas havia a ameaça do governo em aumentar a intensidade dos ataques, e a população civil estava sendo duramente atingida. Era gravíssima a situação na capital paulista, que já enfrentava grande êxodo de parte da população para o interior, fugindo do acirramento dos combates. Estarrecedora, e mostrando a firme determinação do governo em ser implacável contra os rebeldes, foi a resposta oficial do Ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho à solicitação do vice-prefeito paulista:

Cabendo-me, devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, responder ao telegrama, no qual V.Ex. e demais ilustres signatários pedem que não seja, pelas razões que expõem, bombardeada a cidade de S. Paulo, devo declarar, com verdadeiro pesar, que não é possível assumir nenhum compromisso nesse sentido. [...] os danos materiais do bombardeio podem ser fatalmente reparados, maiormente quando se trata de uma cidade servida de um povo laborioso. Mas, os prejuízos morais, esses não são suscetíveis de reparação.¹¹⁷

E a capital paulista efetivamente foi bastante bombardeada por aviões e pela artilharia que cercava a cidade, com danos consideráveis por toda a cidade. Enquanto isso, mesmo submetido à forte censura pelo governo, rapidamente o *Correio da Manhã* diminuía a intensidade de sua cobertura sobre “Os sucessos de S. Paulo”. E, se naquele dia *O Paíz* dedicou duas páginas e meia à revolução paulista, o jornal oposicionista publicou breves notas oficiais, em apenas um quarto de sua primeira página.

Quase duas semanas após o início dos combates *O Paíz* publicou a primeira das inúmeras manchetes sobre a vitória das tropas governistas. Com letras ainda maiores que as habituais, a manchete “A legalidade triunfa.”¹¹⁸ Porém, como de hábito até então, nenhuma informação que corroborasse tal informação, e as matérias sobre a continuidade dos combates ainda monopolizariam as edições seguintes. No mesmo dia “Os sucessos de S. Paulo” já não era a principal manchete do *Correio da Manhã*, que

¹¹⁷ O prefeito de São Paulo pede que não seja bombardeada a cidade. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 15.07.1924, n.14513, p.1. Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=17955&Pesq=

¹¹⁸ A legalidade triunfa. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 18.07.1924, n.14516, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=17955&Pesq=

brindava seus leitores com destaque ao avião britânico Maclaren, resgatado juntamente com seus companheiros no mar do Japão, num dos intermináveis *raids* aéreos que tanto fascinava a mentalidade da época.

Em vinte e quatro de julho a manchete de *O Paíz*, em seu habitual otimismo, novamente dava margem a se perceber a gravidade da situação. Enfatizava o jornal a formação, em Minas Gerais, “[...] de poderosíssimos elementos para combater os revoltosos.”¹¹⁹ E que “[...] as senhoras brasileiras continuam a reunir valiosos donativos para os que se sacrificam heroicamente pela legalidade”.¹²⁰ A permanente divulgação do irrestrito apoio da sociedade civil ao governo federal, tanto pela formação de batalhões militares voluntários quanto pelo trabalho de arrecadações em prol dos soldados governistas, foi uma das estratégias do jornal para mostrar a união do país, e como a relevância do movimento paulista deveria ser minimizada tanto militar quanto politicamente.

Outra grande preocupação de *O Paíz* era demonstrada no editorial de vinte e sete de julho, em que, sob o título “Cadeia para os boateiros!”¹²¹, o jornal se manifestava contra os traidores que questionavam a eficácia do combate legalista contra os revoltosos:

A rebelião de S.Paulo continua a ser objeto dos boatos mais absurdos. [...] Felizmente, a polícia prometeu fazê-lo, prendendo todo e qualquer indivíduo que seja surpreendido espalhando falsas notícias, tendentes a alarmar o espírito público. [...] Mas é preciso que todos os cidadãos equilibrados, responsáveis e patriotas auxiliem a reação policial, denunciando impiedosamente quantos sejam pilhados em flagrante delito de mentira sobre a sedição paulista. [...] As suas fantasias sinistras e idiotas circulam das ruas aos lares, [...]. A demora da extinção do movimento sedicioso é o pretexto de tamanha proliferação de boatos. [...] ¹²²

Os ataques aos *boateiros*, portanto, demonstram como o otimismo do discurso governista, lealmente encampado por *O Paíz*, não estava sendo facilmente assimilado por parte da sociedade. E as constantes e não comprovadas afirmações sobre a iminente derrota do movimento provavelmente colaboravam para que a imagem dos

¹¹⁹ Pelo soldado da ordem. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 24.07.1924, n.14522, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=0&Pesq=

¹²⁰ *Idem*.

¹²¹ Cadeia para os boateiros! *O Paíz*, Rio de Janeiro, 27.07.1924, n.14525, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=18059&Pesq=

¹²² *Idem*.

revolucionários paulistas começasse a ser percebida sob percepções um pouco diferentes das desejadas pelo governo federal.

3.2 Os revolucionários abandonam São Paulo

Em vinte e oito de julho aconteceu grande reviravolta militar no movimento revolucionário, com o completo abandono da cidade pelas tropas rebeldes. O cerco à capital paulista aumentava diariamente, e a população sofria as consequências dos intensos bombardeiros que castigavam a cidade. Sob as ordens do general reformado Isidoro Dias Lopes¹²³, comandante supremo dos revolucionários, deu-se a evacuação da cidade, decidida em função do aumento do cerco federal à cidade. Entretanto, não foi decisão unânime. Meirelles (2001, p.90) cita a rejeição inicial à ideia pelo major Miguel Costa¹²⁴, que acreditava que o abandono da cidade poderia representar a dispersão das forças revolucionárias, e que deveriam resistir em luta urbana, ao invés de trocá-la por combate no campo, como efetivamente acabariam por fazer. O governo dera um ultimato aos revoltosos, pelo qual ficava claro que os bombardeios seriam retomados com muita intensidade, e conclamava a população a abandonar a capital paulista, o que foi feito por meio de rádio e panfletos, jogados pelos aviões militares que sobrevoavam a cidade:

“À população de São Paulo. As tropas legais precisam agir com liberdade contra os sediciosos, que se obstinam em combater sob a proteção moral da população civil, cujo doloroso sacrifício nos cumpre evitar. Faço a nobre e laboriosa população de São Paulo apelo para que abandone a cidade, deixando os rebeldes entregues à sua própria sorte. [...] Espero que todos atendam esse apelo, como é preciso, para se pouparem aos efeitos das operações militares que, dentro de poucos dias, serão realizadas.”

¹²³ Isidoro Dias Lopes (1865-1949) entrou para o Exército como voluntário em 1883, em Porto Alegre. Era propagandista da República e apoiou, da capital gaúcha, o movimento que pôs fim ao Império. Em 1893, abandonou o Exército para participar da Revolução Federalista, desencadeada no Rio Grande do Sul contra o governo de Floriano Peixoto. Em 1923, já como general reformado e residindo em São Paulo, deu início às articulações contra o governo de Artur Bernardes. Como o líder do movimento viajou pelos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, estabelecendo contatos nos meios militares e elaborou, junto com Joaquim Távora, um plano de ocupação da capital paulista. Ver FGV/CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação em História do Brasil.

¹²⁴ Miguel Crispim da Costa Rodrigues nasceu em Buenos Aires, em 1874. Ainda criança veio para o Brasil e, anos mais tarde, naturalizou-se brasileiro. Militar, iniciou sua carreira como soldado da Força Pública do Estado de São Paulo, e atingiu o posto de oficial da cavalaria. Teve participação destacada, em julho de 1924, no levante ocorrido na capital paulista contra o governo de Artur Bernardes, sob o comando do general Isidoro Dias Lopes. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/miguel_costa. Acessado em 24.01.2017.

Rio de Janeiro, 24 de julho. General Setembrino de Carvalho, Ministro da Guerra.¹²⁵

Ambos os jornais noticiaram a retirada, porém de maneira bastante distinta. A forçada sobriedade do *Correio da Manhã* destacava, em menos de meia página, que “Comunicados oficiais recebidos pelo governo declaram que os revoltosos abandonaram a capital e estão com a retirada cortada”¹²⁶. De bastante relevância para esta pesquisa foi pequena nota publicada naquela edição, intitulada *O que se diz em Belo Horizonte*, que reiterava a informação ainda não confirmada da evacuação da cidade pelos rebeldes, porém acrescentava que:

Sabe-se também que morreu em combate, naquela capital, o major Miguel Costa, um dos chefes do movimento sedicioso naquela capital. Esta notícia, se bem que não tenha sido confirmada, apresenta-se como certa nos meios melhormente informados.¹²⁷

Apesar de a notícia não ser dada oficialmente, apresentava-se quase como se assim o fosse. Porém, a partir do momento da desocupação de São Paulo, o *Correio da Manhã* desobrigou-se de manter a já pequena cobertura que dava à revolta tenentista. Miguel Costa não estava morto e, contrariando as informações oficiais reiteradamente reproduzidas por *O Paíz*, os revoltosos paulistas, tendo no major da Força Pública estadual um de seus principais líderes, conseguiram furar todos os bloqueios que o governo federal insistia em anunciar. Mantiveram a fuga - ou retirada, no discurso revolucionário, pelo interior de São Paulo e do Paraná, até o posterior encontro em Foz do Iguaçu com os revolucionários gaúchos, comandados pelo capitão Luiz Carlos Prestes. Quanto a *O Paíz*, não desmentiu essa informação, tampouco quaisquer outra das notas oficiais a que se apegava ferreamente, e se consolidava como leal porta-voz oficioso do governo federal.

E o fim da revolta foi bastante comemorado pelo governo, sempre decretando a derrota dos revoltosos. *O Paíz*, efusivo e em garrafais letras de puro ufanismo, declarava

¹²⁵ À população de São Paulo. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 24.07.1924, n. 14523, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=18127&Pesq=

¹²⁶ Os sucessos de S. Paulo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28.07.1924, n.9266, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=20456&Pesq=

¹²⁷ O que se diz em Belo Horizonte. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29.07.1924, n.9266, p.1.

Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=

que “Venceu a República! Venceu a Nação!”¹²⁸ Dedicando seis páginas à aclamada vitória da legalidade, o jornal enfatizava bastante a fuga dos revoltosos pelo interior do Estado, perseguidos, cercados e derrotados pelas tropas legalistas. E dava grande destaque às homenagens ao governo, com fotografias de autoridades civis e militares, sempre com o engrandecimento da figura do presidente Arthur Bernardes. Este, o maior homenageado pela condução do país durante a crise, por muitos dias recebeu autoridades e populares no Palácio do Catete, dentro das grandes celebrações que, de acordo com o jornal, se espalhavam espontaneamente pelo Brasil. E *O Paíz* reproduziu, na primeira página, a relação entre o periódico e o governo federal:

Por ocasião do diretor do (sic) *Paíz* apresentar ontem congratulações ao Sr. Presidente da República, pela vitória das armas legais em São Paulo, o ilustre Dr. Arthur Bernardes teve a amabilidade de distinguir esta folha com os mais cativantes e honrosos conceitos, declarando ao Sr. João Lage que muito devia ao (sic) *Paíz* a causa da república nas circunstâncias presentes, e que, aliás, acrescentou o chefe da Nação, não era de surpreender, em vista da tradição fiel e invariável deste jornal ao lado da lei, da ordem conservadora, do regime vigente.¹²⁹

Se o discurso governista era vitorioso e voltado para a população, a retirada das tropas revolucionárias de São Paulo também pode ser vista da mesma maneira. De acordo com Meirelles (2001, p.183-184) na madrugada de vinte e oito de julho:

[...] protegidas pela neblina, as tropas legalistas preparavam-se para surpreender os rebeldes com uma carga de baioneta e iniciar a invasão da cidade. Porém, naquele momento, [...] há muito que as forças revolucionárias tinham deixado a capital. Às três da manhã, uma tripa interminável de vagões, formada por 16 trens atulhados de homens, cavalos, automóveis, forragens, caminhões, armas e munições, partira da gare da Luz em direção a Campinas e Bauru.

¹²⁸ Venceu a República! Venceu a Nação! *O Paíz*, Rio de Janeiro, 28.07.1924, n.14527, p.1. disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=18096&Pesq=

¹²⁹ No Catete. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 29.07.1924, n.14527, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=18116&Pesq=

Impressor: JOÃO LAGE
Rua: ALVARO DE CARVALHO
N.º 100
Rio de Janeiro, RJ

O PAÍZ

ASSIGNATURAS
Ano XL - N. 14527
Rio de Janeiro, 28 de Julho de 1924

Venceu a Republica! Venceu a Nação!

DIANTE DA ENÉRGICA PRESSÃO DAS ARMAS DA LEGALIDADE, OS SEDICIOSOS DE S. PAULO FUGIRAM PARA O INTERIOR, ONDE ESTÃO SENDO PERSEGUIDOS

PELA PRIMEIRA VEZ, NO BRASIL, ESMAGA-SE UMA REVOLUÇÃO, APLICANDO RIGOROSAMENTE OS ENSINAMENTOS DA GUERRA MODERNA

A população carioca e, com ella, a de todo o paiz estão vibrando de entusiasmo cívico, nesta hora de desagravo do nosso nome e de socção definitiva para a familia brasileira

O GRANDE PRESIDENTE



Dr. Getúlio Vargas, presidente da República

ERIFM!
A vitória da República e da Nação é a vitória da justiça e da liberdade. É a vitória da ordem e da paz. É a vitória da civilização e da modernidade. É a vitória da pátria e do povo. É a vitória da esperança e da fé. É a vitória da vida e da morte. É a vitória da luz e da escuridão. É a vitória da verdade e da mentira. É a vitória da bondade e da maldade. É a vitória da beleza e da feiura. É a vitória da vida e da morte. É a vitória da luz e da escuridão. É a vitória da verdade e da mentira. É a vitória da bondade e da maldade. É a vitória da beleza e da feiura.



Dr. Rui Barbosa, ministro da Justiça

Dr. Rui Barbosa, ministro da Justiça, é o homem da lei e da ordem. É o homem da justiça e da equidade. É o homem da verdade e da honestidade. É o homem da coragem e da firmeza. É o homem da sabedoria e da prudência. É o homem da força e da resistência. É o homem da honra e da dignidade. É o homem da glória e da fama. É o homem da vida e da morte. É o homem da luz e da escuridão. É o homem da verdade e da mentira. É o homem da bondade e da maldade. É o homem da beleza e da feiura.



Dr. Francisco de Assis Brasil, ministro da Fazenda

Dr. Francisco de Assis Brasil, ministro da Fazenda, é o homem da economia e da finanças. É o homem da prosperidade e da riqueza. É o homem da eficiência e da produtividade. É o homem da inovação e da criatividade. É o homem da liderança e da inspiração. É o homem da determinação e da perseverança. É o homem da coragem e da firmeza. É o homem da sabedoria e da prudência. É o homem da força e da resistência. É o homem da honra e da dignidade. É o homem da glória e da fama. É o homem da vida e da morte. É o homem da luz e da escuridão. É o homem da verdade e da mentira. É o homem da bondade e da maldade. É o homem da beleza e da feiura.



Dr. João de Deus, ministro da Educação

Dr. João de Deus, ministro da Educação, é o homem da cultura e da ciência. É o homem do conhecimento e da sabedoria. É o homem da inovação e da criatividade. É o homem da liderança e da inspiração. É o homem da determinação e da perseverança. É o homem da coragem e da firmeza. É o homem da sabedoria e da prudência. É o homem da força e da resistência. É o homem da honra e da dignidade. É o homem da glória e da fama. É o homem da vida e da morte. É o homem da luz e da escuridão. É o homem da verdade e da mentira. É o homem da bondade e da maldade. É o homem da beleza e da feiura.



Manoel Antônio de Almeida, ministro da Guerra

Manoel Antônio de Almeida, ministro da Guerra, é o homem da defesa e da segurança. É o homem da coragem e da firmeza. É o homem da sabedoria e da prudência. É o homem da força e da resistência. É o homem da honra e da dignidade. É o homem da glória e da fama. É o homem da vida e da morte. É o homem da luz e da escuridão. É o homem da verdade e da mentira. É o homem da bondade e da maldade. É o homem da beleza e da feiura.



Dr. João Goulart, ministro da Saúde

Dr. João Goulart, ministro da Saúde, é o homem da saúde e do bem-estar. É o homem da ciência e da tecnologia. É o homem da inovação e da criatividade. É o homem da liderança e da inspiração. É o homem da determinação e da perseverança. É o homem da coragem e da firmeza. É o homem da sabedoria e da prudência. É o homem da força e da resistência. É o homem da honra e da dignidade. É o homem da glória e da fama. É o homem da vida e da morte. É o homem da luz e da escuridão. É o homem da verdade e da mentira. É o homem da bondade e da maldade. É o homem da beleza e da feiura.

Dr. João Goulart, ministro da Saúde, é o homem da saúde e do bem-estar. É o homem da ciência e da tecnologia. É o homem da inovação e da criatividade. É o homem da liderança e da inspiração. É o homem da determinação e da perseverança. É o homem da coragem e da firmeza. É o homem da sabedoria e da prudência. É o homem da força e da resistência. É o homem da honra e da dignidade. É o homem da glória e da fama. É o homem da vida e da morte. É o homem da luz e da escuridão. É o homem da verdade e da mentira. É o homem da bondade e da maldade. É o homem da beleza e da feiura.



Dr. João de Deus, ministro da Educação

Dr. João de Deus, ministro da Educação, é o homem da cultura e da ciência. É o homem do conhecimento e da sabedoria. É o homem da inovação e da criatividade. É o homem da liderança e da inspiração. É o homem da determinação e da perseverança. É o homem da coragem e da firmeza. É o homem da sabedoria e da prudência. É o homem da força e da resistência. É o homem da honra e da dignidade. É o homem da glória e da fama. É o homem da vida e da morte. É o homem da luz e da escuridão. É o homem da verdade e da mentira. É o homem da bondade e da maldade. É o homem da beleza e da feiura.



Manoel Antônio de Almeida, ministro da Guerra

Manoel Antônio de Almeida, ministro da Guerra, é o homem da defesa e da segurança. É o homem da coragem e da firmeza. É o homem da sabedoria e da prudência. É o homem da força e da resistência. É o homem da honra e da dignidade. É o homem da glória e da fama. É o homem da vida e da morte. É o homem da luz e da escuridão. É o homem da verdade e da mentira. É o homem da bondade e da maldade. É o homem da beleza e da feiura.



Dr. João Goulart, ministro da Saúde

Dr. João Goulart, ministro da Saúde, é o homem da saúde e do bem-estar. É o homem da ciência e da tecnologia. É o homem da inovação e da criatividade. É o homem da liderança e da inspiração. É o homem da determinação e da perseverança. É o homem da coragem e da firmeza. É o homem da sabedoria e da prudência. É o homem da força e da resistência. É o homem da honra e da dignidade. É o homem da glória e da fama. É o homem da vida e da morte. É o homem da luz e da escuridão. É o homem da verdade e da mentira. É o homem da bondade e da maldade. É o homem da beleza e da feiura.

Dr. João Goulart, ministro da Saúde, é o homem da saúde e do bem-estar. É o homem da ciência e da tecnologia. É o homem da inovação e da criatividade. É o homem da liderança e da inspiração. É o homem da determinação e da perseverança. É o homem da coragem e da firmeza. É o homem da sabedoria e da prudência. É o homem da força e da resistência. É o homem da honra e da dignidade. É o homem da glória e da fama. É o homem da vida e da morte. É o homem da luz e da escuridão. É o homem da verdade e da mentira. É o homem da bondade e da maldade. É o homem da beleza e da feiura.



Dr. João de Deus, ministro da Educação

Dr. João de Deus, ministro da Educação, é o homem da cultura e da ciência. É o homem do conhecimento e da sabedoria. É o homem da inovação e da criatividade. É o homem da liderança e da inspiração. É o homem da determinação e da perseverança. É o homem da coragem e da firmeza. É o homem da sabedoria e da prudência. É o homem da força e da resistência. É o homem da honra e da dignidade. É o homem da glória e da fama. É o homem da vida e da morte. É o homem da luz e da escuridão. É o homem da verdade e da mentira. É o homem da bondade e da maldade. É o homem da beleza e da feiura.



Manoel Antônio de Almeida, ministro da Guerra

Manoel Antônio de Almeida, ministro da Guerra, é o homem da defesa e da segurança. É o homem da coragem e da firmeza. É o homem da sabedoria e da prudência. É o homem da força e da resistência. É o homem da honra e da dignidade. É o homem da glória e da fama. É o homem da vida e da morte. É o homem da luz e da escuridão. É o homem da verdade e da mentira. É o homem da bondade e da maldade. É o homem da beleza e da feiura.



Dr. João Goulart, ministro da Saúde

Dr. João Goulart, ministro da Saúde, é o homem da saúde e do bem-estar. É o homem da ciência e da tecnologia. É o homem da inovação e da criatividade. É o homem da liderança e da inspiração. É o homem da determinação e da perseverança. É o homem da coragem e da firmeza. É o homem da sabedoria e da prudência. É o homem da força e da resistência. É o homem da honra e da dignidade. É o homem da glória e da fama. É o homem da vida e da morte. É o homem da luz e da escuridão. É o homem da verdade e da mentira. É o homem da bondade e da maldade. É o homem da beleza e da feiura.

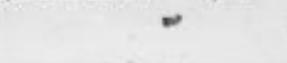
A SIGNIFICAÇÃO DO TRIUNFO

A vitória da República e da Nação é a vitória da justiça e da liberdade. É a vitória da ordem e da paz. É a vitória da civilização e da modernidade. É a vitória da pátria e do povo. É a vitória da esperança e da fé. É a vitória da vida e da morte. É a vitória da luz e da escuridão. É a vitória da verdade e da mentira. É a vitória da bondade e da maldade. É a vitória da beleza e da feiura.



Dr. Rui Barbosa, ministro da Justiça

Dr. Rui Barbosa, ministro da Justiça, é o homem da lei e da ordem. É o homem da justiça e da equidade. É o homem da verdade e da honestidade. É o homem da coragem e da firmeza. É o homem da sabedoria e da prudência. É o homem da força e da resistência. É o homem da honra e da dignidade. É o homem da glória e da fama. É o homem da vida e da morte. É o homem da luz e da escuridão. É o homem da verdade e da mentira. É o homem da bondade e da maldade. É o homem da beleza e da feiura.



Dr. Francisco de Assis Brasil, ministro da Fazenda

Dr. Francisco de Assis Brasil, ministro da Fazenda, é o homem da economia e da finanças. É o homem da prosperidade e da riqueza. É o homem da eficiência e da produtividade. É o homem da inovação e da criatividade. É o homem da liderança e da inspiração. É o homem da determinação e da perseverança. É o homem da coragem e da firmeza. É o homem da sabedoria e da prudência. É o homem da força e da resistência. É o homem da honra e da dignidade. É o homem da glória e da fama. É o homem da vida e da morte. É o homem da luz e da escuridão. É o homem da verdade e da mentira. É o homem da bondade e da maldade. É o homem da beleza e da feiura.

Imagem 10

O Paíz, 28 de julho de 1924.¹³⁰

¹³⁰ Venceu a República! Venceu a Nação! *O Paíz*, Rio de Janeiro, 28.07.1924, n.14527, p.1. disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=18096&Pesq=. Acessado em 07.02.2018.

Ainda de acordo com o autor, com aquela evacuação da capital paulista, os revolucionários pretendiam concentrar seu pequeno exército longe de São Paulo e reiniciar a luta contra Bernardes a partir das barrancas do rio Paraná.

Essa grande retirada foi possível pela audácia e criatividade do comando revolucionário. Meirelles (2001, p.192-194) relata como grande parte do arsenal disposto nos vagões não era verdadeiro, como “o terrível e ameaçador canhão de 105 mm que se erguia no vagão da frente (e que) não passava de um tronco de peroba bem torneado, pintado de preto, amparado por duas velhas rodas de carroça.” Em cada estação que passavam os soldados revolucionários faziam muito estardalhaço, cantando hinos militares e atirando para todos os lados, apesar das pequenas “peças de artilharia trabalhadas em madeira vistas em todos os vagões” que reforçavam seu falso poderio militar. Essa perseguição foi bastante dificultada pelo rastro de destruição deixado pelos revolucionários, que destruíam pontes, vagões, caixas-d’água, postes e aparelhos de telefones, no intuito de dificultar a ação das tropas governistas (Meirelles, 2001, p.194). Era o mito da *Coluna da Morte* que se construía, liderada pelo tenente João Cabanas¹³¹, e que tanto impactou as forças governistas naquele momento. E o que se observa na cobertura de *O Paíz* são as frequentes notícias dessa destruição efetuada pelos revoltosos, mas sem qualquer referência a maneira como o grande cerco das forças legalistas à capital paulista foi rompido. Reiterando o acerto sobre a decisão em abandonar a capital paulista, Hélio Silva (2005, p.33) cita Lourenço Moreira Lima, secretário da Coluna Prestes¹³²:

[...] a retirada de São Paulo e a localização das forças revolucionárias na foz do Iguaçú foram rigorosamente certas. [...] A força revolucionária [...] orçava por 6.000 homens, no máximo. O efetivo do inimigo atingia 18.000 homens, [...] situado ao norte e a leste da cidade. O governo contava, ainda, com uma coluna em organização em Minas, [...] a guarnição de Mato Grosso [...], elevando-se, portanto, o adversário a cerca de 30.000 homens. [...] Diante disso só lhe restava retirar, [...] Foi o que fez, seguindo pelo caminho que lhe ficara aberto - estradas de ferro Paulista até Bauru e Sorocabana, desta cidade à margem do Paraná, estabelecendo ligação com o Rio Grande do Sul, onde contava com elementos.

¹³¹ Em 1924, o tenente Cabanas teve participação ativa no levante tenentista deflagrado em São Paulo contra o governo de Artur Bernardes. Após a retirada dos revolucionários da cidade, prolongou a luta pelo interior do estado comandando a Coluna da Morte. Nessa época, seus feitos militares estimulavam o aparecimento de muitas lendas sobre a sua pessoa, a quem se atribuía poderes sobre-humanos em combates e fugas espetaculares. Por conta disso, o governo colocou sua cabeça a prêmio por quinhentos contos. Exilou-se, então, no Uruguai, não se integrando à Coluna Prestes. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/joao_cabanas. Acessado em 15.01.2018.

¹³² LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1928, p.61.

A perseguição governista aos revoltosos passou a ser frequentemente relatada, apesar de não haver explicações sobre os rompimentos pelos revoltosos dos cercos militares a que estavam submetidos, o que acabou por se constituir na prática jornalística do jornal com relação ao movimento. E nas edições subsequentes, sempre que o momento exigiu de *O Paíz* firme posicionamento político, o jornal fez jus a deferência que lhe foi prestada por Arthur Bernardes, assumindo de forma ostensiva o posto de porta-voz oficioso do governo federal até 1930. Quanto ao *Correio da Manhã*, seu oposicionismo, duramente reprimido durante a rebelião paulista, custou-lhe caro. Fundamentado no estado de sítio vigente em parte do país e muito fortalecido politicamente, Arthur Bernardes pôde se vingar da campanha que lhe fora movida pelo jornal desde 1921 – o episódio das Cartas Falsas. O *Correio da Manhã* foi impedido de circular no final de agosto de 1924, e somente após difícil batalha judicial pôde retomar sua circulação – e seu oposicionismo, em maio de 1925. Temporariamente sem seu principal contraponto na imprensa carioca, *O Paíz* pôde continuar a exercer livremente seu papel pró-governista, e grande parte das edições seguintes se destinaram a fortalecer a figura do presidente Arthur Bernardes.

O jornal continuava a noticiar à perseguição empreendida pelas forças legais aos rebeldes pelo interior do Estado de São Paulo. E, seguindo o mesmo padrão, continuava a enfatizar o cerco empreendido pelas forças legais aos rebeldes, com o aumento do número de seus mortos, feridos e prisioneiros. E no início de agosto reproduzia o discurso governista daquele momento, com diversos destaques bastante otimistas: “Morta a sedição, todo o Brasil retoma sua vida de trabalho e progresso”¹³³; “Os legalistas alcançam os revoltosos em fuga, travando combates e fazendo numerosos prisioneiros”¹³⁴; “Os sediciosos de Sergipe também fugiram”¹³⁵; e “Os rebeldes estão cercados por toda parte”.¹³⁶ Em estilo quase panfletário, *O Paíz* se propunha e reproduzir o discurso vitorioso do governo, sempre realçando seus feitos, nem que para isso tivesse que apresentar informações que contrariavam totalmente às anteriormente prestadas pelo próprio jornal. Nessa matéria destacava-se a campanha das forças governistas no interior do Estado, e que os rebeldes estariam cercados por todos os

¹³³ Morta a sedição, todo o Brasil retoma sua vida de trabalho e progresso. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 04.08.1924, n.14533, p.1. Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=17883&Pesq=

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Os sediciosos de Sergipe também fugiram! *O Paíz*, Rio de Janeiro, 04.08.1924, n.14533, p.1. Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=17883&Pesq=

¹³⁶ Idem.

lados, além de sofrerem inúmeras baixas por mortes, deserções e prisões. A matéria se apresentava de forma semelhante às anteriores, em que o jornal também noticiava o cerco à capital paulista por tropas federais durante três semanas. Entretanto, a derrota dos revoltosos já era anunciada pelo governo – e por *O Paiz* – desde o segundo dia do movimento paulista, sem que o jornal se preocupasse com qualquer justificativa para seus leitores.



Imagem 11

O Paiz, 4 de agosto de 1924.¹³⁷

¹³⁷ Idem. Acessado em 07.02.2018.

A vitória governista em São Paulo era bastante enfatizada por *O Paíz*, porém, aos poucos, o jornal complementava suas edições com referências a revoltas também em outros estados. Na edição de sete de agosto o jornal também deu grande destaque às derrotas dos rebeldes no Amazonas, no Pará e em Sergipe, que estariam fugindo, “Fieis ao exemplo de seus comparsas de S.Paulo [...]”¹³⁸ E, em momento algum das edições posteriores, o jornal se justificou quanto ao fato de não ser o movimento revolucionário algo isolado, exclusivamente de rebeldes paulistas, como insistia em propagar desde o mês anterior.

Em nove de agosto *O Paíz* manteve sua linha otimista, alardeando a vitória da legalidade. Dava ampla manchete às informações de que o general Isidoro Dias Lopes, comandante supremo das tropas revolucionárias, e o Major Miguel Costa, da Força Pública de São Paulo, estariam entre os rebeldes fugitivos de Botucatu, no interior paulista. Destacava, também, a informação de que trezentos e cinquenta alemães estariam combatendo entre os revolucionários, tema que foi bastante discutido na época. Estrangeiros combatendo ao lado dos rebeldes, muitos deles experientes veteranos da Primeira Grande Mundial, seriam demonstração da bravura e competência das tropas legalistas. Questões envolvendo estrangeiros no Brasil eram temas presentes nos jornais, marcado por crescentes sinais de xenofobia, em momento em que o processo de imigração estrangeira sofria diversos questionamentos. Quanto às tropas rebeldes estarem completamente cercadas e sempre conseguirem furar os cercos militares, nenhuma justificativa por parte do jornal.

A edição do *Correio da Manhã* de cinco de agosto foi a primeira do jornal em que não houve nenhuma referência aos *Sucessos de S.Paulo*. Naquele momento o jornal já voltava sua atenção preferencialmente a temas diversos, tais como as conferências políticas europeias ou os Jogos Olímpicos de Paris. E, quanto ao movimento revolucionário, apenas pequenas notas oficiais foram esporadicamente emitidas até o final de agosto de 1924, quando o jornal foi impedido pelo governo federal de circular até maio do ano seguinte. Quanto a *O Paíz*, em dez de agosto de 1924 voltou à normalidade editorial das edições de domingo, destacando os novos rumos da arte brasileira, sem nenhuma nota sobre o movimento revolucionário em sua primeira página, ao qual dedicou pequenas notas internas na página dois.

¹³⁸ Fieis ao exemplo de seus comparsas de S. Paulo e Sergipe, os rebeldes do Amazonas também fugiram. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 07.08.1924, n.14536, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=18197&Pesq=

Em vinte e dois de agosto *O Paíz* fez as primeiras referências a presença dos revoltosos paulistas fora do Estado de São Paulo¹³⁹. Sempre insistindo nas frequentes vitórias das tropas legalistas, o jornal relatava combates em Três Lagoas, no atual Mato Grosso do Sul, novamente destacando a presença de pelotões alemães combatendo ao lado dos revoltosos. Estes, inclusive, teriam lançado ataques a baionetas contra as tropas legalistas, o que não teria evitado que fossem derrotados. Italianos também combateram ao lado das forças revolucionárias, como o capitão Ítalo Landucci, veterano da Primeira Guerra Mundial e que posteriormente integraria a Coluna Prestes. O relato de Landucci (1947, p.11-18) foi reproduzido por Meirelles (2001, p.213-217), que afirmava terem os revolucionários, sob o comando de Juarez Távora, caído em armadilha por parte das forças governistas. Estas, simulando estarem se retirando do combate, teriam incendiado os campos em que combatiam, atingindo diretamente as tropas revolucionárias:

Nuvens escuras surgem, de repente, no meio do mato ressecado pela estiagem. Empurradas pelo vento, as labaredas crescem, o fogo avança ameaçador em direção aos rebeldes. As chamas aumentam e formam rapidamente um grande anel de fogo que ameaça fechar-se em torno dos sobreviventes. [...] os revolucionários entram em pânico. As tropas legalistas haviam incendiado o campo. [...] Não há tempo para improvisar padiolas [...] Não há tempo também para enterrar os mortos, que são deixados para trás, abandonados, no campo de luta. Só os feridos graves é que estão sendo carregados nas costas; os demais caminham a pé, arrastando-se. Um grupo de soldados segue na frente, tentando apagar o fogo, abrindo uma tosca picada no meio do incêndio para permitir a passagem da tropa, com sua legião de feridos. O estado que a coluna oferece, horas depois, indica o que foi aquela tragédia. Os remanescentes do ardente batalhão de 800 homens, [...] tinham se reduzido a um amontoado de soldados cambaleantes, desfigurados pela derrota. O número de baixas dá ideia do que foi aquela sangrenta batalha: 400 mortos e feridos, em sua maioria estrangeiros; 15 prisioneiros; 40 desaparecidos. (Meirelles, 2001, p.213-217)

O jornal não citou as condições em que se davam os combates de Três Lagoas, mas citava os capitães Juarez Távora e Estilac Leal, futuros integrantes da Coluna Prestes, como estando à frente de grupos armados em torno de seiscentos soldados, e novamente destacava Miguel Costa, que comandava a retaguarda revolucionária, composta por aproximadamente quinhentos homens. Naquele momento as notícias vitoriosas sobre os revoltosos eram verdadeiras, apesar de não serem detalhadas por *O Paíz*. Entretanto, as tropas revolucionárias, em número ainda expressivo, logravam

¹³⁹ Ainda os sucessos sediciosos. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 22.08.1924, n. 14551, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=19787&Pesq=

abandonar o estado de São Paulo, ao contrário do que era reiteradamente anunciado pelo jornal governista.

Notícia de máxima importância política foi publicada em cinco de setembro. Inversamente em tamanho à grandeza do fato, pequena nota na página dois informava a decisão do governo federal em estender a duração do estado de sítio o final de 1924 no Distrito Federal, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Pará, São Paulo e Sergipe.¹⁴⁰ Eram duras as medidas adotadas, e certamente destoavam do discurso de calma reinante no país com o que o governo procurava acalmar a população, ação que *O Paíz* tanto se esmerava em reproduzir.

Em onze de setembro *O Paíz* publicou o telegrama do general Azevedo Costa, comandante das tropas legalistas em São Paulo, ao presidente do Estado, Carlos Campos, anunciando a completa vitória sobre as tropas rebeldes que, fugitivas, abrigavam-se em território mato-grossense. A resposta do governante paulista também era de louvor ao comandante do exército, pela grande vitória das tropas legalistas, o que anunciava o retorno do país à lei e a ordem¹⁴¹. Mantinha-se, portanto, o padrão até então adotado tanto pelo jornal quanto pelas notas oficiais, com as vitórias sendo anunciadas e comemoradas. Quanto às forças revoltosas, frequentemente eram-lhes atribuídas grandes baixas entre mortos, feridos e desertores, porém sem esclarecimentos, cabendo aos leitores apenas acompanhar, geograficamente e sem qualquer explicação, os passos das tropas rebeldes da capital paulista ao interior do estado. O próximo passo das tropas rebeldes, de acordo com a edição de treze de setembro do jornal, parecia ser o Paraná. Duramente batidos pelas tropas legais, abandonando veículos, animais, armas e munições, estariam descendo o rio Paraná para abandonar o território mato-grossense. Em pequena nota na página dois as providências do governo já estavam sendo tomadas para a defesa de Foz do Iguaçu, “[...] caso os rebeldes para ela se dirijam, o que não parece provável.”¹⁴² Em trinta de setembro, na página dois, às habituais notícias sobre o sucesso das tropas do governo se mantinham. Sob o título “Novas vitórias das forças legais”¹⁴³, a informação sobre a completa rendição do Sétimo Batalhão Revolucionário,

¹⁴⁰ Ainda os sucessos sediciosos. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 05.09.1924, n.14565, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=19787&Pesq=

¹⁴¹ Ainda os sucessos sediciosos. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 11.09.1924, n.14571, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=19787&Pesq=

¹⁴² *O Paíz*, Rio de Janeiro, 13.09.1924, n.14573, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=18552&Pesq=

¹⁴³ *O Paíz*, Rio de Janeiro, 29 e 30.09.1924, n. 14589-90, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=18646&Pesq=

com duzentos homens, armamento e munição. Tropa numerosa, bem equipada, e mesmo assim se rendendo às forças federais.

E uma pergunta talvez fosse formulada por leitores mais atentos – já que pela imprensa oposicionista naquele momento isso não era possível: qual o real tamanho daquele movimento revolucionário? Há quase três meses sendo combatido, perseguido, encurralado. E resistindo. Não seria aquele levante militar bem mais significativo que as informações oficiais insistiam em negar? E que espécie de soldados comporiam as forças rebeldes? Haveria a possibilidade de, realmente, não serem apenas traidores baderneiros, havendo alguma espécie de idealismo em sua insubordinação militar? E, se o movimento revoltoso era insistentemente dado por derrotado em todo o território nacional, qual a razão do grande destaque na mesma matéria à partida do general Cândido Rondon para o Paraná, a fim de assumir o comando das tropas legais no combate a revolta? Embarque concorrido, com a presença de ministros de Estado e diversas autoridades civis e militares, tamanha mobilização certamente era incompatível contra movimento militar noticiado frequentemente como derrotado.

Em vinte e dois de outubro de 1924 nota oficial com grande destaque foi publicada em *O Paíz*, emitida pela secretaria do Palácio do Catete. Sob o título “Tentativa malograda de alteração da ordem”¹⁴⁴, o seguinte texto:

Já há tempo o governo estava senhor de um plano de revolta nesta capital, conhecendo os seus principais promotores e auxílios que supunham eles contar, mas julgou que devia esperar oportunidade para uma ação repressiva, com os elementos de prova que fossem colhidos na fragrância da conspiração. Conhecedor de que esse movimento deveria ocorrer na madrugada de hoje, terça-feira, pôde efetuar a prisão dos cabeças do projeto criminoso e outros elementos secundários, no momento em que, reunidos, se preparavam para iniciar sua ação.[...]

O governo manda apurar essas informações, que são o resultado real dos fatos apurados, para que o povo não se deixe suggestionar por boatos alarmantes e tendenciosos, podendo entregar-se tranquilamente aos seus labores. As notícias relativas à perseguição dos rebeldes evadidos de São Paulo, ora nas margens do rio Paraná, fazem esperar o seu breve destroço, sem possibilidade de operar fora da circunscrita zona em que estão, onde já lhes faltam munições de boca e de guerra, sendo diárias as deserções, quer para o interior, quer para o estrangeiro”

A nota era bombástica, uma vez que conspiração militar teria sido desbaratada em plena capital federal. Também fazia referências aos rebeldes, novamente informando estar a

¹⁴⁴ Tentativa malograda de alteração da ordem. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 22.10.1924, n.14612, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=18823&Pesq=

situação do país sob controle. O mesmo discurso otimista há três meses, quando da eclosão do movimento revolucionários na capital paulista: cerco, deserções, derrota iminente. E os rebeldes, naquele momento, alcançando Foz do Iguaçu e as fronteiras argentina e paraguaia. É bastante interessante perceber que, mais uma vez, o governo tentava tranquilizar a população, enfatizando manter domínio completo sobre a situação política e militar no país. Entretanto, é possível que a atuação dos rebeldes já fosse debatida entre a população, haja vista a necessidade de se refutar os “boatos alarmantes e tendenciosos”¹⁴⁵, citados na nota. Mesmo que o assunto não fosse discutido pela imprensa oposicionista – lembrando que o *Correio da Manhã*, naquele momento, estava impedido de circular pelo governo federal - talvez o fosse por outros jornais e, provavelmente por parte da população, o que justificava a ação policial contra a considerada antipatriótica onda de boatos pelo país. E, se naquela edição nenhum comentário do jornal foi feito com relação à nota da Secretaria do Palácio do Catete, mais estranho ainda é observar que, nas edições posteriores de *O Paíz*, silêncio absoluto foi mantido com relação à manifestação oficial do governo. Consolidava-se, portanto, um padrão informativo conjunto, entre o governo federal e *O Paíz*: a informação oficial era passada à imprensa, mesmo que as reiteradas derrotas e cercos às tropas rebeldes fossem claramente desmentidas pela constante fuga das tropas rebeladas desde São Paulo até a fronteira com a Argentina e o Paraguai. Também os inegáveis feitos militares revolucionários (rompimento de cercos, obtenção de recursos, a própria sobrevivência das tropas) eram ignorados pelo jornal governista, e provavelmente tais temas, na percepção governista, se constituiriam nos *boatos alarmantes e tendenciosos* que a repressão policial tratava de coibir.

Após uma sucessão de edições em que o movimento revolucionário foi relegado às pequenas notas oficiais de páginas internas, em novembro o país passou a acompanhar a revolta se estendendo à parte da marinha, com a sublevação do encouraçado *São Paulo*, um dos principais navios de guerra do país. Tendo o navio sob controle, porém não logrando êxito em que outras belonaves se juntassem ao movimento, o *São Paulo* se dirigiu a Montevideú, onde a tripulação rebelada pediu asilo político às autoridades uruguaias. E a edição de doze de novembro de 1924 de *O Paíz*, por mais que o discurso oficial primasse sempre pela tranquilidade, certamente deixava claro que a gravidade da situação. Numa primeira página quase que totalmente voltada a questões nacionais - o que não era habitual - o destaque à devolução do *São Paulo* às autoridades

¹⁴⁵ Idem.

navais brasileiras, com o encaminhamento dos oficiais e marinheiros rebelados a unidades militares uruguaias. E, em destaque ainda maior, nova seção na cobertura política de *O Paíz*: “Os acontecimentos no Rio Grande do Sul¹⁴⁶.”

O jornal fazia referência aos movimentos revolucionários ocorridos em unidades militares do interior gaúcho: Santo Ângelo, São Borja, São Luiz Gonzaga e Uruguaiana. Consequência das lutas internas entre as velhas oligarquias gaúchas, as rivalidades políticas estavam relativamente adormecidas desde a Revolução Gaúcha de 1923¹⁴⁷, e a elas juntaram-se as questões envolvendo os militares tenentistas servindo no Estado. Apesar do grande atraso por *O Paíz* na divulgação dos eventos – o próprio jornal informava que o levante de São Ângelo se dera em vinte e nove de outubro, nenhuma explicação foi dada quanto a essa demora na divulgação dos acontecimentos no estado. A matéria era ampla, relatando combates em diversas cidades e, mantinha o padrão do jornal, otimista em favor das forças governistas. Enaltecia a bravura das tropas legalistas sob a liderança de oficiais militares e chefes políticos civis, e tentava tranquilizar a população, possivelmente contra os habituais *boateiros alarmantes e tendenciosos*, que tanto buscavam desestabilizar a calma reinante no país. Aos olhares mais atentos não deve ter passado despercebido que, na revolta em Uruguaiana, o jornal citava o oficial do exército Juarez Távora, integrante da revolução desde cinco de julho de 1924 e presente em diversas matérias anteriores desde o início do movimento paulista. E mantendo sua postura de quase sempre desqualificar as forças revolucionárias, o jornal informava que, em São Borja, “[...] reina a anarquia entre os rebeldes, cujos chefes não se entendem. Entre eles estava o tenente desertor Siqueira Campos, um dos revoltosos de Copacabana de julho de 1922¹⁴⁸.” Numa pequena nota intitulada “Como se iniciou o movimento¹⁴⁹” o jornal informava que, em vinte e nove de outubro, houve a sublevação do Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, e como quarenta militares daquela unidade,

¹⁴⁶Os acontecimentos no Rio Grande do Sul. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 12.11.1924, n. 14633, p.1. Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=19083&Pesq=

¹⁴⁷ Movimento revolucionário deflagrado no Rio Grande de Sul em janeiro de 1923, sob a liderança de Joaquim Francisco de Assis Brasil, em reação à reeleição de Antônio Augusto Borges de Medeiros para o quinto mandato como presidente do Estado. A guerra civil prolongou-se até dezembro do mesmo ano, quando se encerrou com a derrota dos rebeldes e a assinatura do Pacto de Pedras Altas, porém com o compromisso de Borges de Medeiros de não se candidatar a outro mandato. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20GA%C3%9ACHA%20DE%201923.pdf>

¹⁴⁸ Os acontecimentos no Rio Grande do Sul. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 12.11.1924, n.14633, p.1. Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=19083&Pesq=

¹⁴⁹ Idem.

comandados por *um capitão*, foram a Ijuí, atacar a intendência municipal. Na matéria já apareciam importantes revolucionários, como Siqueira Campos e Juarez Távora, oficiais rebeldes que se tornariam grandes comandantes da marcha militar que em se iniciava pelo país. Era doze de novembro de 1924 e ao se referir a *um capitão*, *O Paíz* também fazia, ainda não nominalmente, a primeira referência a Luiz Carlos Prestes, e ao início de seu levante militar no Rio Grande do Sul.

As edições seguintes de *O Paíz* se mantiveram dentro da mesma linha adotada durante a cobertura do movimento revolucionário em São Paulo. As vitórias eram anunciadas como inquestionáveis, recheadas de bravura por parte dos comandantes militares e chefes civis governistas, como Flores da Cunha, Paim Filho e Oswaldo Aranha. Inúmeros telegramas eram reproduzidos, em que chefes militares e autoridades civis contragulavam-se mutuamente pelo brilhantismo das vitórias e manutenção da ordem republicana. As forças rebeldes, por outro lado, desbaratadas, somente eram destacadas por sua capacidade de fugir de maneira desordenada, com a imensa maioria dos rebeldes buscando, por conta própria, abrigo na Argentina. Por outro lado, apesar do discurso otimista, foi estendido o estado de sítio também ao Rio Grande do Sul, em inevitável reflexo do acirramento da crise política no país,

A edição dupla de *O Paíz*, de primeiro e dois de dezembro de 1924, já buscava retomar sua normalidade editorial. Toda sua primeira página estava voltada para questões políticas internacionais, e as poucas referências à situação no Rio Grande do Sul ocupavam um quarto da página dois, sob o título “O movimento revolucionário no sul do Brasil.”¹⁵⁰ Repleta de notas oficiais, destacava a movimentação de tropas, relatos de testemunhas oculares das batalhas, e o completo desbaratamento das tropas rebeldes remanescentes, cercadas e impossibilitadas de cruzarem a fronteira argentina. Naquelas notas e telegramas trocados entre autoridades eram descritas grandes vitórias das tropas governistas, marcadas por forte heroísmo, com as batalhas sendo abandonadas pelos rebeldes “em completa desorganização”¹⁵¹, “deixando o campo juncado de cadáveres, em número de cinquenta e tantos.”¹⁵² As notícias referentes ao inimigo mantinham o mesmo padrão de desqualificação militar e moral dos revoltosos, sendo frequentemente

¹⁵⁰ O movimento revolucionário no sul do Brasil. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 01 e 02.12.1924, n.14652-1653, p.2. Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=17833&Pesq=

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² Idem.

realçadas suas fugas e ataques a instituições não militares, como estações de trens, fazendas, bancos e lojas.

Naquela mesma edição chamava a atenção pequena nota vinda de Buenos Aires, do jornal *La Prensa*. Nela, seu correspondente na cidade argentina de São Thomé, fronteira à brasileira São Borja, informava como as tropas federais dominavam toda a margem do rio Uruguai, na fronteira com a Argentina, tendo desalojado as tropas rebeldes de todas as povoações portuárias. Os revoltosos estavam, portanto, cercados e impossibilitados de abandonar o país. Informava que a população, aos poucos, vinha retornando as suas casas e a normalidade, e que os rebeldes haviam acabado com todos os comestíveis existentes. No meio da nota, entretanto, o correspondente argentino fazia uma observação, de que “A única coluna rebelde que fica relativamente perto da costa, a dois dias no mínimo de viagem, comandada pelo capitão Prestes, hoje coronel dos revolucionários em São Borja, é a que oferece impressão mais desoladora.”¹⁵³

Era a primeira referência explícita a uma coluna rebelde liderada por Prestes, e não dava boa impressão daquela tropa. E as próximas referências feitas a ela iriam demonstrar que seu objetivo não era fugir e se aproximar das margens do rio Uruguai, rumo à fronteira argentina. Muito pelo contrário, a coluna rebelde buscava, naquele momento, o ataque às forças legalistas e angariar apoio de outras unidades militares na região, antes de começar a abandonar o território gaúcho.

Por praticamente todo o mês de dezembro *O Paíz* não alterou o seu modelo de cobertura dos eventos. Relegadas à segunda página, a seção “O movimento revolucionário no sul do Brasil” continuava a descrever as derrotas dos revolucionários, principalmente dos chefes políticos locais, inimigos do presidente gaúcho Borges de Medeiros. As tropas rebeldes, batidas e cercadas, viam sua possibilidade de escapar pela Argentina barrada pelo governo vizinho. O Uruguai, entretanto, era o destino seguro de muitos desses rebeldes, fuga facilitada pela fronteira aberta proporcionada pelo pampa gaúcho. Era, no discurso oficial, o movimento revolucionário se aproximava de seu fim, com a inevitável e retumbante vitória da legalidade.

Nos últimos dias do ano *O Paíz* ofereceu aos seus leitores retrospectiva dos acontecimentos revolucionários, dedicando-lhes toda a primeira página, o que não ocorria desde os primeiros dias da eclosão do movimento em São Paulo. Sob a grande

¹⁵³ O movimento revolucionário no sul do Brasil. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 01 e 02.12.1924, n.14652-53, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=19502&Pesq=

manchete “A luta com os rebeldes no Paraná”¹⁵⁴, a informação, também em destaque de ser grande parte da matéria baseada em “Informações de uma testemunha de vista”¹⁵⁵, padrão que o jornal vinha adotando com frequência quando se tratava de descrever combates e as tropas revolucionárias. As grandes chamadas não antecipavam nenhuma novidade, salvo a luta estar naquele momento acontecendo, de fato, no Paraná. Ou seja, ao contrário do que o jornal apregoava desde a retirada dos rebeldes de São Paulo, mais uma vez eles lograram romper o cerco das forças legalistas, transportando soldados e equipamentos para o estado vizinho. Ainda com bastante destaque – e reforçando seu habitual discurso triunfalista – o jornal já apresentava no corpo da matéria a situação das tropas rebeldes, sob a manchete “Reduzidos, em más condições físicas e em profunda depressão moral, os sediciosos estarão dentro em pouco desbaratados”¹⁵⁶. É bastante interessante como essa manchete reproduzia o discurso oficial, reiteradamente adotado por *O Paíz* desde o fim de julho, quando as tropas revolucionárias abandonaram a capital paulista. Até então não havia qualquer forma de questionamento a real estrutura militar e organizacional das tropas rebeldes, que conseguiram romper os inúmeros cercos a que foram permanentemente submetidos. Naquele momento já estavam sendo combatidos por tropas federais e policiais da Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, e estavam a mais de mil quilômetros da capital paulista, origem do movimento.

Aquela edição, entretanto, apresentava descrição bastante pormenorizada dos combates, efetivos e deslocamentos das tropas. Isso se devia, segundo o jornal, a uma palestra obtida junto ao Primeiro Tenente Armando de Souza e Mello Ararigboia, recém chegado da frente de combate:

O jovem oficial, aliando às suas esplêndidas qualidades militares um espírito curioso e observador, reúne nas suas observações elementos preciosos para a real compreensão dos fatos e por isso que também é um jornalista, as suas palavras são as necessárias ao público ávido de notícias claras e verdadeiras.¹⁵⁷

O relato do tenente descreve a tropa rebelde distribuída em cinco destacamentos, totalizando aproximadamente dois mil e cem soldados, sendo uma delas comandada

¹⁵⁴ A luta com os rebeldes no Paraná. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 28.12.1924, n.14679, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=0&Pesq=

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Ibidem.

¹⁵⁷ A luta com os rebeldes no Paraná. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 28.12.1924, n.14679, p. 1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=19787&Pesq=

pelo major Miguel Costa, cuja morte “não confirmada, mas certa nos meios bem informados”¹⁵⁸, havia sido noticiada pelo *Correio da Manhã* em vinte e nove de julho. O jornal insistia em desqualificar a movimentação dos rebeldes, informando que “O grande adiantamento que levaram sobre o grosso das tropas legalistas deu a alguns a impressão de uma retirada estratégica quando a verdade é que se tratava de uma verdadeira fuga diante de adversário superior sob qualquer ponto de vista.”¹⁵⁹A mesma matéria, entretanto, ao descrever a movimentação das tropas rebeldes, deixava bastante claro que possuíam estrutura e porte bastante significativo. As tropas revolucionárias eram compostas por forças de artilharia, infantaria e cavalaria, e para serem transportadas pelo Rio Paraná tomaram posse de cinco vapores de companhias de navegação locais, além de sete barcas de trinta toneladas cada uma. Além disso, teriam construído uma grande jangada para o transporte de peças de artilharia. Informava, ainda, que as embarcações dos rebeldes foram armadas, bem como encostas dos rios locais e várias das ilhas fluviais, o que seria um dos fatores do atraso das forças legais na perseguição aos rebeldes. O relato do tenente Ararigboia, entretanto, mostrava que a tropa revolucionária era bastante organizada, e que a ainda possuíam grande poder de fogo até aquele momento. Trata-se, portanto, de uma característica padrão da cobertura dos eventos por *O Paíz*, em que os fatos noticiados pelo jornal acabavam, por ele mesmo, sendo desmentidos. Como ocorria desde o início de julho, quando os revolucionários ainda estavam em São Paulo, e o jornal destacava a impossibilidade de romperem o cerco federal à capital paulista. Ou já no final do mês, quando forçosamente se viu obrigado a noticiar a retirada dos rebeldes, tratada reiteradamente como fuga desordenada de um grupo praticamente derrotado. Cinco meses depois e estando os rebeldes a mais de mil quilômetros da capital paulista, o jornal mantinha o mesmo padrão informativo, e acabava por ser desmentido pelas próprias matérias. Percebe-se, portanto, como em seu desenfreado otimismo governista, involuntariamente *O Paíz* ajudava a construir uma imagem revolucionária diferente da desejada por seus editores, tão alinhados que estavam ao discurso vitorioso do governo federal.

A edição do último dia de 1924 por *O Paíz* foi de homenagem à vitória legalista. Com grande destaque enfatizava a atuação heróica do deputado gaúcho Flores da Cunha no combate aos revolucionários no Rio Grande do Sul, em que liderou tropas civis na

¹⁵⁸ Os sucessos de S. Paulo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29.07.1924, n.9266, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=1&Pesq=

¹⁵⁹ A luta com os rebeldes no Paraná. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 28.12.1924, n.14679, p. 1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=19787&Pesq=

perseguição aos revoltosos no Estado. Retornando à Câmara dos Deputados na capital federal, o jornal reproduzia os habituais discursos e apartes, com os relatos sobre os combates despertando vivamente o interesse dos deputados presentes à sessão legislativa. Questionado pelo deputado opositor gaúcho Batista Luzardo¹⁶⁰ sobre se haveria derrotado tropas lideradas por Siqueira Campos, o jornal reproduziu a negativa de Flores da Cunha, que relatava não ter ocorrido a referida batalha. Na iminência da derrota, Siqueira Campos teria se livrado de suas armas e se atirado ao rio em câmaras de ar, fugindo para o Uruguai. Ante a resposta de Flores da Cunha, o também gaúcho deputado Lindolfo Collor teria comentado que “Não houve batalha, mas V. Ex. fez com que ele caísse na água...”¹⁶¹, provocando muitos risos entre os parlamentares governistas. Flores da Cunha dizia que o Rio Grande do Sul estava quase pacificado, com exceção de São Luiz Gonzaga das Missões, onde resistia pequeno núcleo revolucionário. Informava, ainda, que quatro colunas do exército, perfeitamente armadas, equipadas e municadas, marchavam de São Borja, Santiago, Tupacretã e Santo Ângelo em direção à cidade sitiada, e que apenas uma daquelas tropas federais bastaria para derrotar a coluna inimiga. Segundo ele, “os revolucionários estão neste dilema: aceitar combate ou fugir para a Argentina.”¹⁶² Segundo Flores da Cunha, a pequena coluna inimiga era composta por mil e quinhentos homens, nem todos armados, “comandados por um capitão Prestes.”¹⁶³

¹⁶⁰ Batista Luzardo caracterizou-se por intransigente oposição ao governo federal e, valendo-se das imunidades parlamentares, era na Câmara dos Deputados o divulgador das atividades e reivindicações dos revolucionários. Em fevereiro de 1925 Luzardo foi convidado pelo deputado João Simplício, emissário do presidente Artur Bernardes, a participar das negociações de paz com os revolucionários paulistas, que se haviam concentrado no Sul, e com os gaúchos. Os dois parlamentares se reuniram com o general Isidoro Dias Lopes, na cidade argentina de Posadas, mas não foi possível qualquer tipo de acordo, pois o chefe revolucionário considerou que o governo fazia propostas muito vagas. A Coluna Prestes teve em Luzardo seu único divulgador e defensor na Câmara dos Deputados. O *Correio da Manhã* e *O Globo*, recém-fundado e opositor do governo federal, reproduziam em suas páginas os discursos em que eram transmitidas informações relativas às atividades dos revolucionários, fornecidas pelos próprios a Luzardo. Ele manteve-se na oposição ao presidente Artur Bernardes até o final de seu governo, manifestando-se sistematicamente contra as iniciativas do Executivo e especialmente contra o comportamento adotado em relação aos movimentos rebeldes. Com a ascensão de Washington Luís à presidência da República em 1926 e a extinção do estado de sítio que marcou o governo anterior, Luzardo adotou uma posição mais moderada. No entanto, permaneceu como porta-voz dos revolucionários na Câmara, especialmente na discussão acerca da concessão da anistia política. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/batista_luzardo

¹⁶¹ Uma palestra com o deputado Flores da Cunha, recém-chegado do Rio Grande do Sul. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 31.12.1924, n.14682, p.1. Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=19787&Pesq=

¹⁶² *Idem*.

¹⁶³ *Ibidem*.

3.3 ... um certo capitão Prestes¹⁶⁴

Para *O Paíz* o ano de 1925 se iniciou dentro do mesmo padrão de cobertura, com as páginas internas publicando, cada vez mais esporadicamente, notas oficiais sobre as vitórias das forças legalistas. Em quatro de janeiro não foi diferente, e a seção “O movimento revolucionário no sul do Brasil”¹⁶⁵ trazia várias dessas notas. Informava que o avanço das tropas do general Rondon pelo interior do Paraná era contínuo, com a ocupação de duas cidades por forças legalistas e o contínuo recuo das forças rebeldes no estado. Abordava, também, a situação no Rio Grande do Sul, sendo as informações procedentes do jornal portenho *La Nacion*, por meio de seus correspondentes em Santo Tomé, na fronteira com o Brasil. Sob o título “No Rio Grande do Sul: a liquidação final”, a matéria informava:

Pode-se dizer, com razoável certeza, que chegou o momento de liquidação final da revolução no Rio Grande. [...] As forças de Prestes e Mario Garcia, reunindo armas e munições disponíveis, abandonaram São Luiz e tomaram rumo ignorado, e deverão optar por uma das três alternativas: passar o rio Uruguai [...], tratar de abrir caminho para o norte, [...], ou então combater pela honra das armas, sem esperança plausível de vitória [...]. Em qualquer dos três casos, isso significaria fatalmente a morte da revolução no território rio-grandense. [...] As notícias da ocupação de São Luiz e São Nicolao contribuirão para desmoralizar as forças de Prestes, que sustenta a luta em terreno difícil, [...]. Caso avancem (as forças legalistas), ameaçam a retaguarda de Prestes, restando aos rebeldes uma única saída, pois a passagem para a Argentina ficaria nesse caso fechada; a outra hipótese de reunir-se a Leonel Rocha é perigosíssima, visto a existência de legalistas ao norte e ao sul e sendo, então, forçados a internar-se em Santa Catarina.¹⁶⁶

Por meio dessas possibilidades levantadas pelo jornal argentino *La Nacion*, a imprensa governista, de forma involuntária, já antecipava a primeira grande vitória militar das forças revolucionárias comandadas por Prestes, que foi a retirada de sua tropa de São Luiz Gonzaga. E Hélio Silva (2005, p.58) em seu clássico sobre a marcha revolucionária, relata que a cidade estava próxima de ser cercada por sete colunas governistas, com aproximadamente dois mil soldados cada, que se aproximavam para tomá-la e finalizar definitivamente o movimento revoltoso no sul do país. Entretanto, o

¹⁶⁴ Adoasto de Godoy. Prestes – Herói. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 27.05.1926, n.15194, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=25440&Pesq=

¹⁶⁵ O movimento revolucionário no sul do Brasil. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 04.01.1925, n.14686, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=0&Pesq=

¹⁶⁶ No Rio Grande do Sul: a liquidação final. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 04.01.1925, n.14686, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=0&Pesq=

grosso da tropa de Prestes naquele momento não existia, como verificaram ao ocuparem a cidade na manhã de vinte e sete de dezembro e nela não encontrarem soldados revoltosos. As tropas governistas eram mantidas sob constante vigilância pelos revolucionários, que prepararam uma improvável evacuação da cidade sitiada. Na noite anterior, protegidas pela escuridão, as forças de Prestes se dispersaram em pequenos grupos ao redor da cidade, e se evadiram de forma sorrateira e organizada entre as tropas governistas que rapidamente marchavam para o ataque final. Eram em torno de mil e quinhentos homens, a maioria mal armados, e rapidamente se reorganizavam em direção ao norte do estado, com o objetivo de atravessar para Santa Catarina e juntarem-se às tropas paulistas que combatiam no Paraná. Era a guerra de movimento de Prestes, audaciosa estratégia por ele defendida e que o ajudaria a se consolidar como comandante militar das tropas revolucionárias.

As notícias eram cada vez mais esparsas, sendo comum aos leitores de *O Paíz* ficarem vários dias sem obter informações sobre a movimentação dos revoltosos. Pequenas notas reforçando o fim da rebelião ainda eram publicadas, bem como editoriais criticando os acontecimentos e seus chefes civis e militares, principalmente o general Isidoro Dias Lopes, naquele momento doente e exilado na Argentina. A edição de dezesseis de janeiro mantinha esse padrão e reproduzia telegrama recebido em Buenos Aires por outro periódico portenho, *La Razon*. De acordo com as informações obtidas pelos correspondentes do jornal argentino, “[...] quinhentos soldados da tropa comandada por *Antonio* (sic) Prestes teriam abandonado a luta”¹⁶⁷, o que somente reforçava o discurso vitorioso do governo e de suas notas oficiais.

Em vinte e cinco de janeiro, sem muito destaque, *O Paíz* novamente reproduzia em sua segunda página a coluna “O movimento revolucionário no sul do Brasil”, dentro do padrão habitualmente adotado. Chamava a atenção, entretanto, pequena nota intitulada “Da Argentina”, em que sobre notícias veiculadas em Buenos Aires diziam que, em Santo Thomé, “têm chegado numerosos dispersos das forças do coronel (sic) Prestes, [...] que depois do combate da Ramada¹⁶⁸ mais de trezentos rebeldes fugiram, abandonando o campo de luta.” Como há meses vinha sendo frequentemente anunciado pelo jornal, os relatos colocavam as tropas rebeladas como fora de condições de combate, em nada se parecendo com exército revolucionário. E isso foi reforçado por

¹⁶⁷ A rebelião no sul. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 16.01.1925, n.14698, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=19892&Pesq=

¹⁶⁸ Ocorrido em três de janeiro de 1925, no norte do Rio Grande do Sul.

aquela nota, quando informava que “os dispersos alegam que há falta de víveres e de munições, sendo insustentável a situação dos chefes sediciosos, que estão completamente desorientados.”¹⁶⁹ A informação não era nem um pouco específica, mas fazia referências ao Combate da Ramada, ocorrida em três de janeiro no norte gaúcho. Segundo Meirelles (2001, p. 324-325), naquela manhã os revolucionários foram surpreendidos pelo ataque de um destacamento do exército, quando estavam ainda acampados. Naquele momento a tropa gaúcha ainda estava integrada por muitos civis, ligados aos chefes políticos locais que faziam oposição a Borges de Medeiros. Ou seja, grande parte da tropa não obedecia diretamente a Prestes, e a organização entre civis e militares não teve a coordenação exigida naquelas condições. Anita Prestes (1999, p.52) reproduz o discurso de Juarez Távora¹⁷⁰, relatando “[...] que as perdas foram terríveis para os revolucionários, que tiveram cinquenta mortos e mais de cem feridos.”. Dizia ainda que muitos deles, em estado grave, foram deixados em fazendas da região, e nunca mais foram reencontrados. Entretanto, a coluna sobrevivera, e as forças governistas não tinham mais como impedir da saída das tropas revolucionárias do Rio Grande do Sul. Mais uma vez os revolucionários escapavam de um cerco governista, e a imagem de Prestes como grande comandante militar se consolidava entre seus pares:

[...] essa vitória tática que aureolava de novos louros o gênio militar de Prestes revelou, ainda, em Mário Portela Fagundes¹⁷¹ o soldado intrépido e inteligente [...] E abriu, à coluna revolucionária, estrada livre para as fronteiras de Santa Catarina.

No fim do mês o jornal se referiu a novo encontro entre as tropas inimigas, na qual a coluna sofreu a perda em combate do tenente Mário Portela. Em pequena nota intitulada “Como foi batida a retaguarda das tropas do capitão Prestes – grande presa de guerra”¹⁷², o jornal reproduzia informações vindas de Porto Alegre:

¹⁶⁹ A rebelião no sul. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 16.01.1925, n.14698, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=19892&Pesq=

¹⁷⁰ Conforme a autora, tratava-se de entrevista de Juarez Távora ao jornal carioca *A Esquerda*, de 03.01.1928. porém, essa edição não está digitalizada.

¹⁷¹ Mario Portela Fagundes era tenente e foi um dos articuladores do movimento militar no Rio Grande do Sul, considerado o mais próximo de Prestes na ocasião. Participou da Coluna e faleceu em combate em 24 de janeiro de 1925, à beira do Rio Pardo próximo à Santa Catarina. Disponível em https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/portela_tenente.htm. Acessado em 15.01.2018.

¹⁷² A rebelião no sul. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 29.01.1925, n.14711, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=20070&Pesq=

Após dolorosa marcha através de medonhos caminhos, o 6º corpo auxiliar da brigada militar alcançou no dia 24 do corrente, às 14 horas, a retaguarda da coluna chefiada pelo capitão Prestes, quando os revoltosos procuravam transpor o rio Pardo, nas imediações do rio Uruguai. O combate durou quatro horas, tendo os revoltosos perdido mais de 100 homens, diversos arreios, 60 armas, binóculos e todo o arquivo da coluna.

Como vinha ocorrendo de forma habitual, *O Paíz* não deu sequer uma linha que justificasse como a encurralada tropa rebelde conseguiu escapar da sitiada São Luiz Gonzaga, assim como não o fez com relação à evacuação de São Paulo pelos revolucionários paulistas. As perdas das tropas rebeldes eram contabilizadas às centenas, entre mortos, feridos e desertores, sempre com o grande destaque à completa desestruturação organizacional entre eles. E tenta citar a *dolorosa marcha através de medonhos caminhos* como elogioso atenuante às dificuldades encontradas pela briosa tropa governista, nas adversidades encontradas naquela árdua missão. Entretanto, as precárias condições e a natureza hostil também castigavam a tropa revolucionária gaúcha, que mesmo assim avançavam ao encontro de seus companheiros paulistas.

A edição dupla de dois e três de fevereiro manteve a pequena nota “A rebelião no Sul”, em sua segunda página. Dispostas de forma aleatória reproduziam notícias veiculadas em Porto Alegre, sobre o aniquilamento de forças revolucionárias no interior gaúcho, e a fuga de líderes rebeldes civis para o Uruguai. Informava mais mortes entre os revoltosos, vinte e duas, e a grande quantidade de material por eles abandonado no campo de batalha. Também destacava a desmobilização da tropa civil de mil e duzentos homens que apoiava o governo, em função do “completo aniquilamento dos sediciosos.”¹⁷³ Porém, o que mais chama a atenção na pequena nota não era seu conteúdo, mas sim o próprio subtítulo, em pequeno destaque: “Derrota completa dos bandos remanescentes da Coluna Prestes.”¹⁷⁴ Dois meses e meio depois de noticiar em novembro de 1924 o “levante militar do batalhão ferroviário de Santo Ângelo”¹⁷⁵, *comandado por um capitão*, pela primeira vez a tropa revolucionária era chamada por *O Paíz* de Coluna Prestes. Era ainda início de fevereiro de 1925, mais de dois meses antes de a coluna gaúcha se juntar aos revolucionários paulistas em Foz do Iguaçu.

Gradativamente *O Paíz* começava a citar Prestes com mais frequência, mesmo que as notícias parecessem repetitivas, e fossem claramente desmentidas pelo próprio

¹⁷³ A rebelião no sul. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 02 e 03.02.1925, n.14715 e 14716, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=20122&Pesq=

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ A rebelião no sul. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 12.11.1924, n.14633, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=20170&Pesq=

desenrolar dos acontecimentos noticiados pelo próprio jornal. É o caso da edição de vinte e sete de fevereiro de 1925, em que pequena nota destacava que “as forças comandadas pelo Dr. Paim Filho derrotam a Coluna Prestes.¹⁷⁶”

Tratava-se de telegrama de Paim Filho, deputado e líder civil de tropas governistas, a Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul. Informava, mais uma vez, vitória sobre as tropas de Prestes e Siqueira Campos, terminando a correspondência alardeando a animação de suas tropas. E o jornal, novamente, não fez nenhuma referência às notícias anteriores, como, por exemplo, já haverem sido as tropas *remanescentes* de Prestes *completamente* derrotadas, conforme o jornal noticiara no início do mês. E mais uma vez Borges de Medeiros foi brindado com notícias vitoriosas, como em onze de março, quando telegrama ao chefe de governo gaúcho afirmava que “cumpre-me informar que o destacamento do deputado Paim continua na sua tenaz perseguição na coluna de Prestes [...] Congratulações a V. Ex. pela constante vitória da legalidade operada pela força rio-grandense.¹⁷⁷”, e também que “[...] o destacamento do nordeste derrotou a retaguarda da Coluna Prestes, que bate em retirada, tenazmente perseguida, há dias, pelas forças legais.”¹⁷⁸ As notícias vinham de fonte insuspeita, já que o porta-voz das auspiciosas notícias ao presidente do Rio Grande do Sul era o general Cândido Rondon, comandante geral das operações de guerra no Paraná. Como de hábito, os leitores do jornal continuavam sendo permanentemente informados sobre as constantes derrotas dos revoltosos e a constante perseguição das forças legais à Coluna Prestes. A vitória, frequentemente anunciada, era certa. Entretanto, é difícil imaginar que Borges de Medeiros e Cândido Rondon recebessem, de fato, apenas essas mesmas informações.

Em dezoito de março *O Paíz* publicou duas notas em sua segunda página, sobre o movimento revolucionário tanto sul quanto em São Paulo. Ambas abordavam o mesmo tema, a iminência da completa derrota dos revoltosos tanto pela falta de condições materiais quanto psicológicas das tropas remanescentes. Sob o título “A miséria moral e material dos revoltosos – um depoimento insuspeito”¹⁷⁹, a nota apresentava o relato de um civil que teria se juntado aos rebeldes no interior de São

¹⁷⁶A rebelião no sul. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 27.02.1925, n.14740, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=20170&Pesq=

¹⁷⁷A rebelião no sul. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 11.03.1925, n.14752, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=20427&Pesq=

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ A rebelião no sul. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 18.03.1925, n.14759, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=0&Pesq=

Paulo, servindo como contador e recebendo a patente de tenente. A testemunha fazia relatos sobre vários importantes líderes revolucionários, como o capitão Juarez Távora, e o major Estillac Leal, e citava a promoção do major Miguel Costa como um dos generais das tropas revolucionárias. O maior destaque da nota, entretanto, era dado às péssimas condições físicas das tropas rebeldes em virtude da falta de alimentos e por estarem acometidas pela maleita. A testemunha informava também haver sido um dos inúmeros desertores das tropas revolucionárias, refugiando-se no Paraguai e posteriormente em Buenos Aires. Os relatos da testemunha desqualificavam moralmente vários líderes rebeldes que teriam desertado, informando que teriam desviado muito dinheiro destinado ao movimento e que estariam vivendo *principescamente* em Buenos Aires. Enfatizava também a desagregação interna da tropa, e que os líderes rebeldes remanescentes tentavam impedir as inúmeras deserções por meio de violência, inclusive fuzilamentos internos. A outra nota era referente à frequente seção “A rebelião no sul”, e enfatizava o depoimento de diversos prisioneiros rebeldes feitos após combates em Catanduvas, no Paraná. Esses relatos também informavam que a situação física e moral dos rebeldes era desoladora, e que o moral da tropa tentava ser mantido pelos chefes militares com a promessa de vitórias militares improváveis. Entre elas os boatos de que Guarapuava e Mallet, no Paraná, estariam cercadas por tropas revolucionárias lideradas pelo *coronel* Prestes, que forçariam a rendição das tropas legalistas. Consta da matéria a visita do deputado oposicionista Batista Luzardo aos revolucionários, em Catanduvas, como provável emissário de negociações de paz. A suspensão do conflito era ansiosamente esperada por muitos deles, que julgavam não ser mais possível enfrentar as forças governistas nas condições em que se encontravam. *O Paíz* citava como fonte da matéria o jornal local *Diário da Tarde*, publicado no dia anterior, e também se referia às comunicações militares. Como já estava se tornando comum, citava telegrama em que o chefe das operações militares, General Cândido Rondon, informava o general comandante da região sul sobre a perseguição do exército às tropas de Prestes e Siqueira Campos, que continuavam a se retirar sem oferecer resistência significativa. Dois dias depois o jornal governista insistia nas derrotas dos rebeldes, sob a nota “Novas derrotas dos rebeldes sob o comando do capitão Prestes”¹⁸⁰. De acordo com a nota, notícias vindas de *fontes seguras*, garantiam que as forças civis lideradas pelo deputado Paim

¹⁸⁰ Nova derrota dos rebeldes sob o comando do capitão Prestes. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 20.03.1925, n. 14761, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=20570&Pesq=

Filho, teriam infligido grandes perdas às tropas de Prestes e Siqueira Campos. Entretanto, o que o jornal não explicava era como os combates estariam se dando, já em março de 1925, em território paranaense. As mesmas tropas lideradas por Prestes, cercadas e anunciadas como derrotadas desde novembro de 1924 ainda em território gaúcho, quatro meses depois se aproximavam dos revolucionários paulistas, em Foz do Iguaçu. Diversas edições posteriores de *O Paíz* mantiveram o mesmo padrão, informando derrotas de Prestes e Siqueira Campos, o aumento das deserções e das perseguições ao restante das tropas rebeldes, além dos habituais comunicados vitoriosos mantidos entre autoridades civis e militares.

Mas, no fim do mês, *O Paíz* retomou suas primeiras páginas inteiramente dedicadas ao movimento e, de forma triunfante, anunciava a vitória definitiva das tropas federais contra os rebeldes. Com grande destaque a manchete “Os rebeldes de Iguaçu vencidos e desbaratados em Catanduvas¹⁸¹”, seguida da comemorativa afirmação “Gloriosa, memorável vitória da legalidade contra a rebeldia bandoleira!¹⁸²” Acima de mapa mostrando a região do conflito, a reportagem antecipava série de tópicos da ampla matéria, destacados em negrito. Por eles os leitores saberiam que cerca de quatrocentos rebeldes teriam se rendido, e que as forças de Prestes e Siqueira Campos estariam – novamente – cercadas por tropas legais comandadas pelo deputado Paim Filho e pelo coronel do exército Claudino Nunes. No corpo da matéria o detalhamento das informações, com a derrota dos rebeldes tendo sido completa, sendo as forças rebeldes totalmente desbaratadas. E pela primeira vez o jornal se referiu à movimentação das tropas rebeldes por Santa Catarina e Paraná, contrapondo-se ao insistente discurso de que estariam cercadas no Rio Grande do Sul. Citando de maneira evasiva “pessoa amiga desta folha que há meses se encontra em Curitiba”¹⁸³, a matéria informava ser “crítica a situação dos remanescentes dos revoltosos do Rio Grande que, ao mando do capitão Prestes e do tenente Siqueira Campos, haviam escapado para Santa Catarina [...]”¹⁸⁴. Pela primeira vez, e de forma superficial, *O Paíz* mencionava que as tropas revolucionárias haviam conseguido abandonar o território gaúcho, mesmo havendo o jornal propagado insistentemente estarem os rebeldes cercados no estado pelas forças civis e militares leais ao governo. Reforçando o discurso da vitória completa sobre os

¹⁸¹ Os rebeldes de Iguaçu vencidos e desbaratados em Catanduvas. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 30 e 31.03.1925, n.14771 e 14772, p.1. Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=20700&Pesq=

¹⁸² *Idem*.

¹⁸³ *Ibidem*,

¹⁸⁴ *Ibidem*.

revolucionários, o jornal se permitiu antecipar as possibilidades restantes aos revoltosos remanescentes, entre eles Prestes e Siqueira Campos. Cercados por duas colunas de tropas legalistas, aos rebeldes restaria “renderem-se à discreção (sic) do vencedor, salvo a hipótese, pouco plausível, de aceitar combate, o que acarretaria seu completo aniquilamento.”¹⁸⁵ Continuava a comemorativa matéria destacando que a estrondosa vitória de Catanduvás marcava o início do “definitivo destroçamento da rebelião”¹⁸⁶, afirmação que os leitores mais atentos talvez percebessem ser recorrente pelo jornal desde julho do ano anterior. A matéria insistia que, cercados em Foz do Iguaçu, os desmoralizados rebeldes restantes estavam impossibilitados de atravessar para o Mato Grosso ou o Paraguai, restando apenas a rendição. Fotografias do general Rondon, do coronel do exército Claudino Pereira e do deputado Paim Filho, líder civil das forças legais, davam o tom vitorioso do jornal. A importância daquela edição se reflete na reprodução de diversas notas oficiais nas páginas três e quatro do jornal, mostrando a importância dada àquele momento da revolta. Informava a comunicação da grande vitória feita pelo general Cândido Rondon ao presidente paulista Carlos de Campos, e reproduzia notas oficiais de Porto Alegre e Curitiba. Nelas enfatizava-se que a coluna de Prestes e Siqueira Campos estava completamente cercada e que a rendição incondicional dos últimos comandantes revoltosos era esperada para qualquer momento.

Desde o início do movimento revolucionário em São Paulo, há mais de nove meses, a imprensa governista alardeava a precária situação em que se encontravam as tropas rebeldes, cercadas, sem recursos, e descrentes na vitória. E nisso *O País* vinha se esmerando, anunciando insistentemente a proximidade da vitória final das tropas governistas. Entretanto, em que pese o engajado posicionamento político do jornal e a série de matérias baseadas em notas oficiais e testemunhos de origem duvidosa, em fins de abril de 1925, aquela era, realmente, a situação das tropas revolucionárias. A ofensiva governista sobre Catanduvás, no sul do Paraná, impediu a movimentação dos revoltosos e o recebimento de reforços e armamentos, e após três dias de combates a situação dos revolucionários era desesperadora, conforme relato do tenente revolucionário Castro Afilhado:

Nossas reservas de munição estavam também esgotadas, haveria, quando muito, uns três mil tiros de fuzil, que foram consumidos no sustentar o fogo, naqueles três dias de combate ininterrupto. Não nos fora possível receber

¹⁸⁵ *Ibidem*.

¹⁸⁶ *Ibidem*.

munição da retaguarda, onde se encontravam os depósitos maiores. Por outro lado, as forças [...] avançavam pela estrada, comprimindo cada vez mais nosso campo de ação já diminuto. Às 21 horas estávamos com o adversário a 200 metros à nossa retaguarda. Foi quando recebemos um bilhete do capitão Nereu Guerra, concitando-nos a que passássemos naquela mesma noite, visto que o assalto às posições de Catanduvas estava montado para o alvorecer do dia 30 e não lhes era possível sustar aquela ordem. Não havia razões para deixarmos de atender àquele apelo. Não era só a nossa vida que estava em jogo; era a de quatrocentos companheiros dedicados que se sacrificaram durante muitos meses, combatendo com fome, com sede, sob a chuva, maltrapilhos e friorentos. Eram duas horas do dia 30 quando chegamos às posições governistas, de cabeça erguida, sem sentir humilhação de espécie alguma, não tendo havido lágrimas, nem outros pieguismos semelhantes. Estava encerrada, apenas, uma fase da campanha.¹⁸⁷

A derrota em Catanduvas foi tratada pelo comando revolucionário paulista como desastre militar, em face da real possibilidade de serem definitivamente cercados pelas tropas do governo. Houve a prisão de muitos revolucionários e, ante a iminência da derrota completa, aumentou a quantidade de deserções, principalmente em direção à fronteira com a Argentina. Por outro lado, apesar de toda a perseguição pelas forças governistas, o que se apresentava como remota possibilidade há alguns meses se concretizou em onze de abril, quando finalmente a tropa gaúcha liderada por Prestes se uniu aos revolucionários paulistas em Benjamin Constant, nas proximidades de Foz do Iguaçu.

Aquele foi momento de fundamental importância para se decidir o rumo a ser tomado pelo movimento revolucionário. A situação era tensa e existiam diferenças profundas entre paulistas e gaúchos quanto ao prosseguimento da luta armada. De fato, os paulistas vinham sendo duramente acoados pelas tropas do governo desde São Paulo. Cercados, sem recursos materiais e esgotados fisicamente, era cada vez mais forte o sentimento de que a revolução acabara, e se fortalecia a ideia de que o exílio na Argentina seria a única alternativa possível naquela situação. Prestes e os demais comandantes da tropa gaúcha, por outro lado, tinham visão diferente. Afinal, haviam conseguido romper todos os cercos sofridos desde outubro do ano anterior, e a chegada até ali era vista por eles como vitoriosa, sensação bastante diferente do sentimento da tropa paulista naquele momento. Já no dia seguinte ao encontro da coluna gaúcha à paulista, ambos os comandos se reuniram para definir o futuro – ou o fim – do projeto revolucionário. Há divergências entre alguns historiadores com relação à disposição da maioria dos comandantes paulistas em continuar a luta naquele momento. Segundo

¹⁸⁷ CASTRO, Afilhado. In: Oscar de Barros Falcão. *A Revolução de 5 de Julho de 1924*. SMG Imprensa do Exército, Rio de Janeiro, 1962, p.113-116.

Anita Leocádia Prestes (2015, p.70) o sentimento entre os comandantes paulistas era de descrença na continuidade do movimento, conforme narrativa do próprio Prestes:

Quando cheguei lá, estavam reunidos (os comandantes paulistas) [...] A atmosfera, nas duas colunas, era oposta. Minha coluna chegava ali com a convicção da vitória [...] porque conseguira se juntar aos paulistas. Isso já era um grande triunfo [...] Quando eu fui para Foz do Iguaçu, lá já estavam reunidos com o Isidoro quarenta homens [...] A ordem eram retirar [...] Todo mundo só falava em ir embora para a Argentina. Eu estava com uma raiva fantástica, porque, vitorioso, chegar e encontrar esse ambiente! [...] Fiz um discurso, com muita energia, dizendo que eu não podia convencer meus soldados, que se consideravam vitorioso, agora a emigrar nesse momento.

Ainda segundo a autora, Prestes teria feito uma proposta aos comandantes paulistas:

Vamos procurar sair daqui, desta região. Vamos nos mobilizar e sair daqui. Se não conseguirmos sair, vamos resistir. E só na terceira hipótese é que vem a passagem à Argentina [...] Quando eu disse isso, aqueles oficiais foram se levantando e cada qual foi tratando [...] de passar para a Argentina.

Tal posicionamento quanto à gravidade daquela situação também é defendido por Sodré (p.31), e que “[...] a ideia predominante [...] era de emigrar. Prestes defendeu com vigor a proposta que apresentara antes e por escrito: sua coluna não emigraria nem abandonaria a luta.” No clássico da historiografia nacional *1926: A grande marcha. A Coluna Prestes*, Hélio Silva destaca a importância daquela reunião entre ambos os comandos, porém, de certa forma, reduzindo um pouco o protagonismo de Prestes na manutenção da marcha revolucionária. De acordo com ele, a decisão no prosseguimento da luta foi unânime, apesar de diversos oficiais terem emigrado para a Argentina por diversos motivos (Silva, 2005, p.62). Nessa situação encontrava-se o próprio comandante supremo da revolução, o idoso general reformado Isidoro Dias Lopes, convencido a atravessar a fronteira e continuar a comandar a revolução em segurança, e de fora do país.

Os autores destacam que naquele momento foi criada a 1ª Divisão Revolucionária, dividida em duas tropas: a Brigada São Paulo, comandada por Juarez Távora, e a Brigada Rio Grande, que continuava sob a chefia de Prestes. Ambas totalizavam aproximadamente mil e quinhentos soldados e sob o comando do major da Força Pública paulista Miguel Costa, maior patente entre os oficiais.



Imagem 12

O comando da Coluna Prestes, reunido em Porto Nacional (TO), em outubro de 1925: 1) Miguel Costa, 2) Luiz Carlos Prestes, 3) Juarez Távara, 4) João Alberto, 5) Siqueira Campos, 6) Djalma Dutra, 7) Cordeiro de Farias, 8) Pinheiro Machado, 9) Atanagildo França, 10) Emygdio Miranda, 11) João Pedro Gonçalves, 12) Paulo Kruger, 13) Ary Salgado Freire, 14) Nelson Machado de Souza, 15) Manuel Alves Lira, 16) Sady Valle Machado, 17) André Trifino Correia, 18) Ítalo Landucci.¹⁸⁸

Revigorada a tropa militar, o comando revolucionário resolveu optar por continuar a luta. Para tanto o único meio para escapar das tropas federais que fechavam o cerco à coluna era atravessar o rio Paraná, penetrar no território paraguaio e posteriormente voltar ao Brasil, pelo sul de Mato Grosso. Contra todas as previsões do comando militar do exército brasileiro, a tropa revolucionária logrou a realização daquela espetacular fuga do oeste paranaense, atravessando durante dois dias 125 quilômetros do território vizinho, e sob a ameaça de conflito com efetivos do exército paraguaio estacionados na fronteira entre os dois países. No início de maio, a tropa revolucionária retornou ao território brasileiro conforme planejado, havendo uma reorganização da tropa, por sugestão de Prestes. O comando geral da 1ª Divisão Revolucionária foi mantido com Miguel Costa, porém gaúchos e paulistas foram misturados em quatro destacamentos conjuntos. O primeiro sob o comando de Cordeiro de Farias; o segundo, de João Alberto; o terceiro, de Siqueira Campos; e o quarto, de Djalma Dutra. Prestes foi nomeado Chefe do Estado-Maior, ficando Juarez Távara na

¹⁸⁸ Disponível em <https://arespublica.wordpress.com/2012/01/17/mst-lampiao-ou-prestes/>. Acessado em 06.02.2018.

subchefia (Silva, p.75). Sobre essa divisão escreveu Lourenço Moreira Lima, o secretário da Coluna, no diário da marcha:

Os comandantes dos destacamentos, inclusive o chefe e subchefe do Estado-Maior, reuniam-se sob a presidência de Miguel Costa, a fim de serem resolvidas as questões graves. A opinião de Prestes era sempre predominante nesses conselhos. Ninguém o igualava em inteligência e capacidade militar. Todos lhe reconheciam a superioridade intelectual e gravitavam em torno de sua pessoa como satélites ao redor de um grande sol.¹⁸⁹

Essa estrutura organizacional da 1ª Divisão Revolucionária era formal, e reconhecida por toda a historiografia que trata daquele movimento revolucionário. O que esta pesquisa demonstra, entretanto, é como a evolução da marcha militar pelo interior do Brasil levou o *Correio da Manhã* e *O Paíz*, dois dos mais importantes jornais do Rio de Janeiro, a chamarem-na, já naquela época, de Coluna Prestes. A permanente e infrutífera perseguição das forças legalistas aos revolucionários rapidamente alçava a figura de Prestes à liderança do processo revolucionário e, em que pese a chefia formal da tropa por Miguel Costa não ser contestada, rapidamente se fortalecia a imagem de Prestes como seu líder de fato.

Quase uma semana após a junção das tropas revolucionárias *O Paíz*, discretamente, noticiou o ocorrido. Em dezoito de abril, em rara matéria de capa, o jornal destacava a agonia do movimento revolucionário, por meio dos relatos do coronel Claudino Pereira, comandante de uma das tropas que cercavam os rebeldes em Foz de Iguaçu. Reforçava o discurso oficial, sobre as perdas dos revoltosos e atribuía o sucesso do cerco também às forças do deputado Paim Filho e ao comando do general Cândido Rondon, além da bravura das tropas governistas. A expectativa da vitória final era total, “embora sejam (os revoltosos) reforçados por elementos do capitão Prestes, que já se deve ter reunido com os mesmos [...]”¹⁹⁰ Prosseguia o mesmo discurso sobre o fim do movimento que o jornal reproduzia insistentemente, afirmando que as tropas legais, em número consideravelmente superior, estavam “[...] aparelhadas e dispostas de tal maneira que forçarão, dentro de poucos dias, os rebeldes a se renderem ou emigrarem para o Paraguai. É crença geral no Paraná que a revolução estará terminada dentro de

¹⁸⁹ LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes: marchas e combates*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p.149-150.

¹⁹⁰ A agonia da mashorca no sul. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 18.04.1925, n.14790, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=20699&Pesq=

um mês.¹⁹¹ A vitória vinha sendo frequentemente anunciada, e matérias anteriores do jornal já destacavam a desmobilização de parte das forças legais, que gradativamente retornavam de forma festiva aos seus estados. A própria matéria com o coronel gaúcho Claudino Pereira foi realizada após sua concorrida volta a Porto Alegre. Entretanto, a rendição esperada pelo governo havia sido descartada pelo comando revolucionário, que naquele momento preparava a improvável fuga dos revoltosos ao cerco das forças legalistas por dentro do território paraguaio.

Na segunda página daquela edição, na pequena nota “A luta no Paraná”¹⁹², o jornal apresentava importantes informações vindas do exterior. De Encarnacion, no Paraguai, a confirmação da chegada à cidade do general Isidoro Dias Lopes e de alguns oficiais, conforme o comando revolucionário determinara anteriormente. De acordo com a nota, “à mesma cidade chegam, diariamente, os rebeldes que desertaram da coluna Prestes e das forças que operavam em Iguazu. Entre eles há diversos oficiais que estão completamente desanimados e desejosos de se apresentarem às autoridades.”¹⁹³ E em Posadas, na fronteira argentina, circulava a informação do abandono de Foz de Iguazu pelas tropas rebeldes, com sessenta e quatro feridos sendo levados dos hospitais locais para Puerto Aguirre (atual Puerto Iguazu), do outro lado da fronteira. Também discretamente, dentro da mesma nota, a informação de que no dia dezesseis cerca de quatrocentos revolucionários teriam conseguido entrar em território paraguaio, “com algum material bélico.”¹⁹⁴ Tal informação, entretanto, não condiz com as datas apresentadas pelas fontes anteriormente apresentadas.

Apesar da propagada vitória governista, as notícias, mesmo quando na primeira página, já não tinham as repercussões anteriores, provavelmente por haverem sido dadas com frequência por muitas edições. Merece destaque, entretanto, pequena nota intitulada “A palavra oficial: telegrama do general Rondon ao sr. Ministro (das Relações Exteriores) Félix Pacheco”¹⁹⁵:

Estou operando sobre Porto Mendes, e atacando as forças de cobertura que Prestes lança sobre S.Francisco e Artaza. O contato com essas forças está estabelecido desde o dia 20. Sendo os rebeldes atacados pela retaguarda [...]

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² A luta no Paraná. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 18.04.1925, n.14790, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=20885&Pesq=

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ Ibidem.

¹⁹⁵ Terminou a luta no Paraná. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 25.04.1925, n.14797, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=20886&Pesq=

espero dentro de poucos dias resolver a situação, definitivamente convencido de que poderá, no dia 3, o Sr. Presidente da República declarar restabelecida a ordem no Paraná e em Santa Catarina, e, quiçá, em todo o Brasil, pois não creio nas novas tentativas que os chefes rebeldes, batidos e vencidos, apregoam, e que não têm outro intuito senão produzir efeito para fins de anistia. Atenciosas saudações. General Cândido Rondon.

Observa-se que as fontes usadas por *O Paíz* para produzir suas matérias estavam reiteradamente nominando Prestes comandante das tropas revolucionárias, não havendo, até aquele momento, referências a Miguel Costa.

Como, por exemplo, na pequena nota “A luta no Paraná”¹⁹⁶, de dois de maio, como subtítulo “As forças legais continuam vitoriosas em toda a linha. Os rebeldes de Prestes estão encurralados”¹⁹⁷. Naquele momento, entretanto, os revolucionários já haviam novamente rompido o cerco efetuado pelas tropas do general Rondon, por meio da travessia de parte do território paraguaio, e rapidamente retornavam ao Brasil, pelo sul de Mato Grosso. Tratava-se, como já visto inúmeras vezes, da habitual prática governista de insistir na vitória sobre os revoltosos, situação que se repetia desde o cerco aos rebeldes paulistas em julho de 1924. O mais interessante da nota, entretanto, foi o veemente desmentido em Porto Alegre pelo comandante militar da região sul, general Andrade Neves, sobre notícias reproduzidas pelos jornais da cidade uruguaia de Artigas. Naquelas notas, que seriam procedentes de Buenos Aires, circulava a informação de que “[...] o chefe rebelde Prestes tomara Guaíra, fazendo prisioneiros e tomando material bélico do Exército, [...] que as tropas legais haviam sido atacadas de surpresa pelos rebeldes.”¹⁹⁸ Como se constata, era Prestes sendo novamente chamado de chefe revolucionário no Brasil, na Argentina e agora no Uruguai. Porém, as informações, naquele momento, não procediam, e mereceram o duro repúdio do general brasileiro. No início de maio, entretanto, as tropas revolucionárias voltariam ao Brasil, invadindo o sul de Mato Grosso. E notícias semelhantes àquela, ocultadas pela forte censura à imprensa oposicionista, continuariam a não ser de conhecimento público, apesar de verdadeiras.

Em vinte de maio de 1925, nove meses após ser fechado pelo governo federal, o *Correio da Manhã* voltou a circular, e já reforçava seu papel oposicionista desde aquela edição. Com bastante destaque na primeira página a matéria “A manutenção da posse do

¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ Ibidem.

¹⁹⁸ Terminou a luta no Paraná. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 02.05.1925, n.14804, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=20960&Pesq=

*Correio da Manhã*¹⁹⁹, que relatava a disputa jurídica contra o governo nas instâncias judiciais. No artigo o jornal criticava duramente o estado de sítio decretado pelo governo, o que não justificaria o fechamento do jornal por não terem sido comprovadas as acusações de colaboracionismo com o movimento revolucionário. E, dali em diante, rapidamente o *Correio da Manhã* buscou se restabelecer como a voz da oposição jornalística no país. E, para isso, o jornal passou a se utilizar de grande trunfo, a designação do senador Muniz Sodré como secretário do jornal. Integrante do oposicionista PRD – Partido Republicano Democrático, o senador baiano era grande crítico do governo de Arthur Bernardes, e os embates na tribuna do Senado Federal em que se envolveu passaram a ser reproduzidos nas páginas do jornal com alguma frequência. Seus discursos criticavam duramente a intervenção do governo no *Correio da Manhã*, a manutenção do estado de sítio e a censura à imprensa no país.

As edições seguintes de ambos os jornais deixaram o movimento revolucionário praticamente de lado, e pelo restante do ano de 1925 seus leitores talvez imaginassem que, finalmente, não existiria mais, pelo menos de forma significativa, qualquer tipo de conflito militar no país. As matérias referentes à revolução deslocaram-se principalmente para o Senado Federal, com os acirrados debates entre os parlamentares sendo reproduzidos em ambos os jornais, cada um dando os devidos destaques conforme suas conveniências políticas.

Em vinte e oito de junho João Lage, diretor do jornal, faleceu no Rio de Janeiro, e a edição daquele dia e as seguintes dedicam-lhe muitas matérias. João Lage estava afastado da direção do jornal por motivo de saúde, e desde setembro do ano anterior tinha sido substituído por Alves de Souza. Porém, sua morte não alterou a linha editorial governista do jornal, que já era ferreamente seguida pelo até então diretor interino. Seu nome ainda continuou em destaque no jornal, por muitas edições, logo abaixo do título *O Paíz*, com a referência *antigo diretor*.

Em treze de setembro tema de profundo interesse ao governista *O Paíz* exigiu que dedicasse quatro páginas à política nacional. Sob a grande manchete “Sucessão presidencial” a primeira página totalmente dedicada à aclamação, na noite anterior, de Washington Luís como candidato à Presidência da República. A escolha ocorreu na véspera, por meio da convenção nacional do Partido Republicano, e o nome do ex-

¹⁹⁹ A manutenção da posse ao *Correio da Manhã*. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20.05.1925, n. 9296, p.1-2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=

governador paulista, naquele momento exercendo o mandato de senador, recebeu amplo apoio de delegados do partido de todo o país. Para completar a chapa política oficial foi escolhido o presidente de Minas Gerais, Fernando Mello Vianna, indicado como candidato a vice-presidente. Tratava-se da manutenção da estrutura política oligárquica que tanto caracterizava a Primeira República no país, e a força da *política do café com leite*, novamente unindo os dois mais poderosos estados do país, inviabilizava qualquer possibilidade de vitória de candidatos de oposição ao Partido Republicano. Na prática a oposição não lançou candidatura oficial, e Washington Luís passou a ser tratado por futuro presidente do Brasil nas edições posteriores. É muito interessante perceber, por outro lado, como se comportou parte da oposição ao governo federal, ao qual Washington Luís, presumia-se, daria continuidade. O *Correio da Manhã* em nenhum momento daqueles dias sequer noticiou a escolha do candidato do Partido Republicano, como se ignorando a opção presidencial do partido de Arthur Bernardes estivesse, de alguma forma, se colocando contra seu governo e, por consequência, também de seu sucessor. E, como pouco se verá nesta pesquisa, a sucessão presidencial não teve relevância significativa para os dois jornais até a posse de Washington Luís na Presidência da República, em quinze de novembro de 1926.

No final de setembro *O País* publicou rara matéria política nacional, que tomou toda a primeira página do jornal. Tratava-se de entrevista concedida pelo futuro presidente ao correspondente da Agência Americana e reproduzida na íntegra pelo jornal. Sob grande título “O futuro governo da República”²⁰⁰ e “Ideias e opiniões do Dr. Washington Luís”²⁰¹, diversos temas foram abordados, inclusive o movimento revolucionário. Quando questionado pelo jornalista sobre o apaziguamento do país, Washington Luís colocava-se como “pensam todos os brasileiros [...], [...] pelo apaziguamento dos espíritos, pela consequente paz da nação, pela indispensável ordem no país.”²⁰² Questionado sobre a anistia aos revoltosos de 1922 e 1924, uma das bandeiras da oposição, Washington Luís com ela não se comprometeu, atribuindo à responsabilidade do ato ao Congresso, porém sob o interesse e orientação maior do poder executivo. E as referências ao movimento oposicionista não foram nem um pouco amistosas, desqualificando qualquer significância política e militar do movimento revolucionário naquele momento:

²⁰⁰ O futuro governo da República. *O País*, Rio de Janeiro, 30.09.1925, n.14955, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=22497&Pesq=

²⁰¹ Idem.

²⁰² Idem.

A nação e o país não são essas centenas de rebeldes, escasso milhar de desvairados, revoltosos sem ideais, que, de depredação em depredação, incêndios a roubos, sem encontrar apoio em parte alguma, antes repelidos de todas as partes, vagam sinistramente pelo interior do país. [...] Que perigo representa ela (a revolta) para o país? Que significa esse milhar de revoltosos, escorraçados de S. Paulo, rolando funestamente de cidade em cidade, talando cruelmente os estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e de lá repelidos, a assolar Mato Grosso, Goiás, sul da Bahia, norte de Minas, ameaçando de ruína o Brasil, [...].²⁰³

É bastante interessante perceber, mais uma vez, o discurso oficial sobre o movimento revolucionário. Comparados a bandidos, desqualificados quanto aos seus ideais, permanentemente escorraçados de todos os locais por onde vagavam, a percepção apresentada pelo futuro presidente do Brasil não dava margem a pensar nos revoltosos como ameaça às estruturas políticas do país. Por outro lado, uma leitura mais atenta das palavras de Washington Luís poderia revelar que, se os rebeldes realmente estavam sendo escorraçados, sete estados do país já tinham sido percorridos por eles, o mesmo grupo rebelde que, reiteradamente o discurso oficial insistia em declarar cercado e praticamente liquidado. Provavelmente o futuro presidente do Brasil já deveria saber o real alcance do movimento revolucionário naquele momento, fim de setembro de 1925, informação que certamente não era repassada para a imprensa. Nesse sentido, apesar de não haver sido noticiado pelos dois jornais pesquisados, naquele momento os revolucionários já tinham atravessado o sul de Mato Grosso, passado por parte de Minas Gerais e da Bahia, e subiam para o norte de Goiás (atual Tocantins), e se preparavam para atacar o Maranhão, o que acabaram por fazer no início de outubro.

Os meses finais de 1925 foram se apresentando de maneira tranquila para ambos os jornais. As referências ao movimento eram feitas no passado, como se o movimento não mais existisse, e por meio de notas oficiais da justiça militar, em que militares envolvidos na série de revoltas pelo país eram severamente julgados e punidos. A anistia aos revolucionários continuava a ser defendida pela oposição, mas o governo continuava agindo de forma extremamente dura contra os militares e civis envolvidos nos movimentos revolucionários desde 1922. De acordo com Meirelles (2001, p.444-456) o desterro para o *Inferno de Clevelândia*²⁰⁴ foi o destino imediato de muitos daqueles opositoristas ao governo de Arthur Bernardes.

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ A Colônia Penal de Clevelândia do Norte, localizada no norte do Amapá, é lugar de um episódio pouco conhecido da história brasileira. Foi instituída como colônia penal, para onde foram mandados os agitadores políticos, de diversos movimentos de caráter "subversivo". Sua criação foi consequência da

A última matéria relevante envolvendo a Coluna Prestes ainda em 1925 envolvia o deputado Firmino Paim Filho. Como visto anteriormente, o político gaúcho foi o comandante civil de tropas paramilitares que empreenderam forte perseguição às tropas de Prestes, desde o Rio Grande do Sul até o Paraná. Foi por diversas vezes homenageado por autoridades militares e civis, inclusive o presidente gaúcho Borges de Medeiros, como um dos grandes responsáveis pelo desbaratamento do movimento revolucionário, como anunciou *O Paíz* por diversas edições entre 1924 e 1925. Por ocasião do aniversário do deputado amigos civis e militares homenagearam-lhe em sua casa, festiva e concorrida cerimônia em que recebeu a patente honorária de general do exército brasileiro. E edição de *O Paíz* de dezesseis de dezembro deu amplo destaque de duas páginas à matéria, sob o título “General Firmino Paim Filho”²⁰⁵, inclusive com a reprodução integral do longo discurso proferido em sua homenagem pelo deputado paulista Julio Prestes. O político gaúcho foi retratado já paramentado com a farda e a espada de general, e seu longo discurso também foi reproduzido, sendo grande parte dele sobre os combates aos soldados revoltosos. A narrativa do general Paim Filho era detalhada e valorizava a bravura dos soldados governistas na campanha contra os revoltosos. Mas, para isso, não podia deixar de se referir à força do inimigo:

conjuntura política nacional e internacional de repressão ao anarquismo e ao comunismo a partir de meados da década de 20. Essa época no Brasil foi marcada por grandes agitações sociais e culturais, assim como a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, o Movimento Tenentista, e as campanhas anarco-sindicais do período. Foi pensada como um núcleo colonial, na perspectiva da ocupação do território ao norte do Amapá, que até então era território integrado ao Estado do Pará, e inaugurada oficialmente em 5 de maio de 1922, recebendo este nome em homenagem ao presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland. Em meados de 1924, já no governo de Artur Bernardes, que governou o país sob estado de sítio, amontoavam-se sob custódia do governo federal centenas de presos em navios aportados em ilhas próximas do litoral do Rio de Janeiro, que funcionavam como cárceres provisórios. Clevelândia do Norte foi indicado como um dos lugares que melhor serviriam para uma colônia penal, tanto por seu total isolamento dentro da floresta virgem quanto pela recusa dos outros estados em aceitar presos políticos dentro de seus territórios. Diante das intensas agitações do período, o presidente Artur Bernardes (1922 - 1926) transformou o que era uma colônia agrícola em colônia penal. É a partir de 1924 que os primeiros navios-prisão lotados de prisioneiros começam a chegar em Clevelândia do Norte. Sendo a maioria dos presos anarquistas, tenentes rebeldes, e todo tipo de pessoa que fosse considerada perturbador da ordem. Estes foram submetidos a duras condições de sobrevivência, sendo vítimas de violência policial, epidemias, trabalhos forçados e fome. Foram levadas sucessivas entre fins de 1924 e meados de 1925. Com os que se evadiram, surgem denúncias, publicadas às vezes em outros países, driblando a censura, falando dos obstinados que teimavam em se organizar, como o núcleo de anarquistas, mesmo dentro da colônia penal. Com o fim do governo Artur Bernardes, a censura diminuiu consideravelmente, e aumentam o número de denúncias sobre as deportações. Tendo sido Clevelândia do Norte palco destes fatos, há quem a considere importante fator de desestruturação dos movimentos anarquista, comunista e tenentista da década de 20. Centenas de prisioneiros políticos foram vítimas fatais do episódio. Após a anistia dos presos sobreviventes, o movimento sindical e a efervescência dos movimentos sociais, especialmente o anarco-sindicalismo, não seriam mais os mesmos. Disponível em <http://www.overmundo.com.br/overblog/clevelandia-o-inferno-verde>. Acessado em 16.01.2018.

²⁰⁵ General Firmino Paim Filho. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 16.12.1925, n.15032, p.2,4. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=23660&Pesq=

Duas forças varonis defrontavam-se, provindas ambas do mesmo âmbito, caldeadas, porém, em diferente cadinho, trazendo na sua dinamização princípios opostos – uma encaminhava-se para o desconhecido, enquanto a outra desfraldava, com segurança e firmeza, a flâmula da nacionalidade em sua precisa afirmação. [...] Os nossos, no propósito firme e inabalável de não se demorarem diante de obstáculo algum, seguiam adiante no desempenho da missão recebida, lentamente, embora segura e perseverantemente. Eles, absorvidos pela ideia fixa e dominante de alcançarem sua grande meta, [...] desenvolviam quanto lhes era dado possuírem em energia e vontade.²⁰⁶

À valentia dos nossos, no caso as forças defensoras da legalidade e da ordem, o discurso do general Paim Filho precisava contrapor outra força igualmente valorosa, cuja diferenciação não se dava pela bravura, porém pelos princípios. E, em sua entusiasmada fala, o general homenageado cita as forças adversárias nos combates travados no Paraná, nominando diretamente o comandante inimigo a ser batido:

Expelidas as forças rebeldes para além de suas fronteiras, e assim extinta a rebelião em seu território, estava ainda reservada ao Rio Grande a tarefa de colaborar no jugulamento da rebeldia que se abarracava nos estados de Santa Catarina e Paraná. Nesse ínterim, a Coluna Prestes, ida do Rio Grande, operava junção com os revolucionários de Foz do Iguaçu, [...]. [...] rumando para Palmas (as forças de Paim Filho) [...] e prosseguindo para Clevelândia (PR), encontrava-se a 19 de fevereiro com as forças de Prestes e travava combate.”²⁰⁷

Encerrava-se o ano de 1925 e na memória do general Paim Filho, homenageado pela incansável luta contra os revolucionários gaúchos, havia o claro reconhecimento à bravura de sua tropa. Entretanto, nas palavras do mesmo general, do outro lado também havia uma tropa provinda do mesmo âmbito, mas obscurecida por princípios diversos que precisavam ser combatidos: a não menos brava e varonil Coluna Prestes.

O ano de 1926 começou mal para os revolucionários, com a prisão de Juarez Távora, no último dia de dezembro, no interior do Piauí. Naquele momento havia grande tensão política e social no estado, com os boatos sobre a iminente invasão de Teresina pelos revoltosos tendo bastante repercussão pela região. De acordo com o próprio Juarez Távora (1974, p.195-196), quando preparavam uma emboscada contra uma lancha governista que navegava pelo rio Parnaíba, foram surpreendidos por um batalhão do 29º batalhão de Caça do Exército, recém chegado do Rio Grande do Norte para reforçar a defesa governista no Piauí:

Mas o meu cavalo, assustado com o tiroteio, empacou miseravelmente, obrigando-me a apejar para puxá-lo pela rédea e perder o contato com meus colegas de exploração. [...] Eu [...] fui cercado por um pelotão adversário, que me intimou a render-me. Atirando o revólver que vinha empunhando, na direção do intimante, apeei-me, e, desarmado, me entreguei como prisioneiro.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ Ibidem.

O comandante João Alberto (1954, p.134) tem versão parecida. De acordo com ele:

[...] (Juarez) Cometera a imprudência de tentar, apenas com alguns homens, um reconhecimento às posições adversárias. Atacado pelo inimigo julgou poder escapar com sua montada, na qual transportava arquivos e documentos. Não o conseguiu. Tiveram mais sorte os homens que o acompanhavam: cortaram pelo mato e alcançaram o acampamento, Que desastre!”

Algumas críticas locais existem a essa versão revolucionária sobre a prisão de seu subchefe do Estado Maior, julgando ser extremamente simplória para justificar o fim da marcha para tão experimentado militar. De acordo com Castro (2007, p.185-192) versões correntes na região narram que ele teria, na realidade, se entregado às forças legalistas, abandonando espontaneamente a campanha militar, possivelmente por problemas de saúde. E o próprio comandante Juarez Távora rebateu tais acusações:

Houve, pouco depois, na Câmara dos Deputados, quem glosasse com malícia essa minha rendição. Achava, naturalmente, o brioso deputado governista que eu deveria ter reagido, para morrer no campo da peleja. Entretanto, como não participara daquela simples escaramuça de que estava sendo vítima, nem julgasse inútil a minha vida para a continuação do processo revolucionário, então desencantado, preferi, sensatamente, continuar vivendo. (Távora, 1974, p.196).

Qualquer que tenha sido sua motivação, a prisão do importante comandante revolucionário teve bastante repercussão na região e, de acordo com Meirelles (2001, p.460), foi destaque na edição de primeiro de janeiro de 1926 de *O Piauí* como “Uma brilhante vitória das forças legais.”²⁰⁸ Teresina sofrera a perspectiva de invasão pelas tropas revolucionárias durante os últimos meses do ano anterior, e Castro (2007, p.191) narra como foi grande a repercussão na cidade com a prisão de Juarez Távora. De acordo com ele, houve certo frenesi na capital piauiense quando lá chegou detido, o que teria gerado o desejo de muitas pessoas em conhecer o famoso comandante rebelde. Essa curiosidade, de acordo com as fontes citadas, apresentava-se numa perspectiva mais de admiração que de alívio, e era abertamente manifestada, inclusive, por autoridades civis e militares locais. Havia, portanto, conhecimento pela população sobre integrantes da coluna, obviamente por estar diretamente ameaçada pelo possível invasão da cidade. Nos jornais analisados, entretanto, o fato também foi noticiado no primeiro dia de 1926, porém sem qualquer destaque. Em *O País* por meio de pequena nota na

²⁰⁸ Na Hemeroteca da Biblioteca Nacional estão digitalizadas as edições de *O Piauí* apenas entre 1869 e 1919.

página seis, com alguma diferenciação das demais por estar em negrito, e com o objetivo título “Foi preso o capitão Távora.”²⁰⁹ Citava como fonte a Agência Americana e, de maneira incorreta, dava a informação de que sua prisão se dera “[...] com todo o grupo que ele chefiava e a frente do qual fazia incursões no interior do Brasil, em demanda do norte.”²¹⁰ Como de forma habitual, o jornal se posicionava politicamente, desejando que sua prisão representasse indício de completa paz para a república. O *Correio da Manhã*, que teve toda a sua primeira página do ano voltada à Marquesa dos Santos, apresentava duas pequenas e importantes notas em sua segunda página. A primeira informava que, tendo em vista “que perduram os motivos determinantes da decretação do estado de sítio, [...]”²¹¹ este seria prorrogado até trinta de abril no Distrito Federal e nos estados do Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Pará, Sergipe, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Imediatamente abaixo, outra pequena nota intitulada “A prisão do capitão Jaurez (sic) Távora”²¹², com a mesma e errada informação fornecida pela Agência Americana, porém desprovida de qualquer comentário.

A política nacional somente voltou a ter grande destaque no último dia de fevereiro, quando *O Paíz* dedicou quase toda primeira página e mais duas internas daquela edição de domingo às eleições presidenciais que ocorreriam no dia seguinte. Sob a grande manchete “O futuro governo da república”²¹³ também o grande destaque ao texto “Os brasileiros elegerão amanhã os doutores Washington Luís e Fernando Mello Vianna para a presidência e vice-presidência no quadriênio 1926-1930.”²¹⁴ Como a oposição não lançara candidatura oficial, os candidatos do Partido Republicano eram tratados por eleitos, como observado nas poucas matérias anteriores realizadas por *O Paíz*. Pelo lado da oposição observa-se que, naquele mesmo domingo, toda a primeira página do *Correio da Manhã* foi habitualmente dedicada às questões internacionais, e o jornal dedicou ao tema apenas pequena parte de sua segunda página, sob o título “As eleições de amanhã”²¹⁵, em dois curtos parágrafos:

²⁰⁹ Foi preso o capitão Távora. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 01.01.1926, n.15.048, p.6. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=24440&Pesq=

²¹⁰ Idem

²¹¹ A prisão do capitão Jaurez Távora. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 01.01.1926, n.9490, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=1&Pesq=

²¹² Idem.

²¹³ O futuro governo da República. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 28.02.1926, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=25882&Pesq=

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ As eleições de amanhã. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28.02.1926, n. 9539, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=20456&Pesq=

Realizam-se amanhã nesta cidade as eleições para os cargos de presidente e vice-presidente da república e para a renovação do futuro quadriênio do Conselho Municipal.

Publicamos em seguida os candidatos conhecidos para os dois distritos na eleição municipal: (seguia a lista com os nomes dos candidatos municipais).²¹⁶

O destaque às eleições presidenciais continuou sendo bastante tímido, e surpreende que também tenha sido apenas no governista *O Paíz*, que na edição seguinte²¹⁷ publicou na primeira página apenas uma tabela com o resultado parcial das eleições no Distrito Federal. Na página dois o tema teve maior destaque, com o resultado parcial exclusivamente das eleições municipais sendo detalhadamente divulgado de acordo com cada seção eleitoral do 1º Distrito (Distrito Federal). E o jornal tecia breve comentário de que “Contra toda expectativa, o pleito transcorreu frio, com grande abstenção nos distritos urbanos: na zona rural, houve grande afluência às urnas, sendo o trabalho dos chefes locais, intenso.”²¹⁸ Por outro lado, no *Correio da Manhã* toda sua primeira página foi dedicada ao pleito, coincidentemente com a mesma manchete “As eleições de ontem”²¹⁹, e destacando que “Foi grande a abstenção do eleitorado carioca.”²²⁰ A matéria, ilustrada por fotografias de seções eleitorais, mesários e eleitores, justificava o desinteresse pelo processo eleitoral não como impatriótico, mas como fruto da falta de perspectiva vislumbrada por parte do eleitorado. E, tal qual *O Paíz*, dedicava quase todo o restante da matéria, além da sexta página, à reprodução dos resultados parciais das eleições municipais nas sessões eleitorais da cidade. Porém, era na quarta página que o *Correio da Manhã*, em pequena coluna, reproduzia as fortes críticas da oposição ao processo eleitoral vigente, marcado pela pressão e mesmo violência sobre os eleitores em favor das candidaturas praticamente impostas pelas lideranças políticas locais:

Ninguém mais se enganava quanto à compreensão e ao terror que haveriam de caracterizar as eleições municipais, visto que as federais abrangiam, apenas, dois nomes sem competidores, sem oposição deste ou daquele partido, deste ou daquele grupo, desta ou daquela facção. O eleitorado [...] esmoreceu, primeiro para não arriscar a pele, em face das ameaças espalhadas, segundo para não perder seu precioso tempo. [...] Além disso, na

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ *O Paíz* não circulava as segundas-feiras, e a edição seguinte era referente também às terças-feiras.

²¹⁸ As eleições de ontem. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 01 e 02.03.1926, n.15107 e 15108, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=0&Pesq=

²¹⁹ As eleições de ontem. *Correio de Manhã*, Rio de Janeiro, 02.03.1926, n.9540, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=20192&Pesq=

²²⁰ Idem.

ficção democrática em que vive marasmado este país, a chamada soberania popular passou a ser uma simples expressão de retórica que, à força de ser repetida, tornou-se monótona e de nenhum valor positivo. Os candidatos, quando apadrinhados pelo governo, não carecem de se eleger: carecem de se reconhecer, apresentem ou não as votações em cifras superiores... [...] ²²¹

O destaque e a crítica do jornal às estruturas políticas da chamada Primeira República ficam ainda mais evidentes quando contrapostas à quase sobriedade da cobertura das eleições pelo governista *O Paíz*. De forma inédita o jornal oposicionista pôde justificar-se quanto à quase completa indiferença na cobertura das eleições no país, criticando duramente o processo eleitoral dominado por tradicionais arranjos políticos entre o governo e seus aliados. E durante quase todo o mês de março ambos os jornais reproduziram, quase diariamente, o resultado parcial da apuração dos votos, com *O Paíz* destacando as apurações parciais pelos estados com maior frequência que o *Correio da Manhã*. Este, entretanto, costumava discriminar os votos diários referentes a algumas seções eleitorais do 1º Distrito, no caso o Distrito Federal, variando essas seções de acordo com as edições do jornal. Nelas é possível observar que diversos nomes diferentes dos candidatos oficiais foram lembrados pelos eleitores, inclusive vários líderes revolucionários, como o general Isidoro Dias Lopes, o líder oposicionista gaúcho Assis Brasil e, principalmente, Prestes, por diversas vezes citado por capitão e coronel. O governista *O Paíz* não se permitiu esse tipo de divulgação, e apresentava apenas os dois nomes dos candidatos oficiais e respectivos votos. Ao se verificar o resultado das eleições de 1926²²², constata-se que apenas dois por cento da população brasileira compareceu às urnas, e o paulista Washington Luís foi eleito presidente da república para com 99,70% dos votos válidos (688.528 votos). Ao mineiro Fernando Mello Vianna destinou-se votação ligeiramente menor, 685.754 votos, correspondente a 99,62% dos votos. Vários nomes foram livremente lançados para os dois cargos por eleitores, dentre eles o de Luiz Carlos Prestes, que recebeu 262 votos para vice-presidente da república. Apesar de essa inexpressiva votação representar apenas 0,014 dos votos para o cargo, merece bastante atenção seu nome ter sido lembrado naquelas circunstâncias.²²³ Como tem se verificado, até aquele momento as citações ao seu nome como comandante da marcha revolucionária ainda não eram tão frequentes em ambos os

²²¹ As eleições de ontem. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 02.03.1926, n.9540, p.6. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=24541&Pesq=

²²²PIRES, Aloildo Gomes. *Eleições presidenciais na Primeira República – Uma abordagem estatística*. Salvador: Tipografia São Judas Tadeu, 1995.

²²³ O bandido Lampião. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 01.05.1926, n.9592, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=25346&Pesq=

jornais pesquisados, com circulação quase exclusivamente na então capital federal, o Rio de Janeiro. Conclui-se, portanto, que apesar da repressão oficial à imprensa oposicionista, o nome de Luiz Carlos Prestes de forma lenta e esporádica, já começava a se fazer ouvir pelo país.

No início de abril *O País* noticiou a prorrogação do estado de sítio até o fim de 1926. A nota era curta e objetiva, e sua leitura com mais cuidado revelava mudança na relação dos estados atingidos pela medida, com a retirada de Goiás e Mato Grosso, e a inclusão de Ceará e Maranhão. Essa alteração refletia o caminho percorrido pelos revolucionários, que haviam retornado ao Brasil por Mato Grosso, após a breve travessia do Paraguai, subido por Goiás até o Maranhão e, naquele momento, estavam combatendo em território cearense.

No primeiro dia de maio o *Correio da Manhã* publicou importante matéria de capa sobre Lampião, que já começava a amealhar prestígio além do sertão nordestino. O título da matéria era duro, e já adiantava o posicionamento do jornal quanto ao tema: “O bandido Lampião. Herói do roubo e do assassinato, está a serviço da ordem e da lei, abençoado pelo padre Cícero.”²²⁴ Numa irônica abordagem, a matéria enfatizava que o cangaceiro “[...] é, no momento, o homem do dia. É uma originalidade do Brasil republicano... De quando em vez determinado cidadão, não importa de que classe social, é levado pelas injunções partidárias de ocasião aos galarins da fama e monopoliza as atenções e os desvelos da politicagem...[...].”²²⁵ A matéria era ilustrada por duas fotografias de Lampião, uma respeitosamente familiar, com sua irmã e amigos. A outra, porém, mostrava o chefe cangaceiro em exercício de tiros com integrantes de seu grupo, e o *Correio da Manhã* chamava a atenção para o fato de estarem paramentados com uniformes militares do exército, o que foi questionado pelo jornal. Entretanto, se cresciam no imaginário regional as lendas acerca do chefe cangaceiro, ambos os jornais passaram frequentemente a retratá-lo de forma bastante negativa em suas páginas, principalmente no intuito de atacar os grupos políticos opostos, e edições posteriores demonstraram essas intenções.

A última mensagem presidencial de Arthur Bernardes foi lida em dois de maio perante os membros do Congresso Nacional, na abertura de sua 12ª legislatura. Foi integralmente publicada na edição de *O País* do dia seguinte, com amplo destaque de várias páginas, e serviu para que o jornal reforçasse o discurso sobre os grandes feitos

²²⁴ Idem.

²²⁵ Ibidem.

do mandato presidencial que se aproximava de seu encerramento. Os temas foram diversos, inclusive a mudança da capital federal para o interior do país, prevista na Constituição Federal de 1891 e defendida por Arthur Bernardes. Alegou em sua defesa, porém, a impossibilidade de levar a discussão adiante “devido às circunstâncias que tem absorvido as preocupações da administração e absorvido os recursos da Nação.”²²⁶ E o “Movimento sedicioso”²²⁷ também fez parte da mensagem presidencial, com o discurso de Arthur Bernardes insistindo na desqualificação do movimento revolucionário:

O grupo sedicioso, que passou do sul ao norte do país, pilhando e depredando, acha-se, neste momento, nas margens do São Francisco, consideravelmente reduzido no seu número pelas deserções, perdas, prisões e extravios. [...] os sediciosos passaram a constituir um grupo de bandoleiros [...] Em poder dos presos [...] são encontrados jóias de ouro e pedras, roupas femininas e objetos domésticos, que caracterizam o saque das habitações. [...]

228

Naquele momento, de fato, as tropas revolucionárias estavam novamente no sertão baiano, retornando ao nordeste após terem percorrido o norte de Minas Gerais. E isso ocorreu em função de uma inovadora estratégia militar. A tropa revolucionária estava sofrendo vigorosa perseguição por tropas do Exército e milícias governistas que desciam do nordeste em seu encalço, e mais uma vez estava ameaçada de ser perigosamente cercada, em função das forças federais que subiam pelo norte mineiro também ao seu encontro. Entretanto, numa brusca mudança de rumo, os quatro destacamentos da Coluna Prestes, que desciam por Minas Gerais, conseguiram se esgueirar passando entre as tropas federais que desciam para o sul e rapidamente voltaram para o sertão baiano, temporariamente livre de forças governistas. A radical mudança de direção empreendida pelo Estado-Maior revolucionário foi chamada de *Laço Húngaro* (Silva, 2005, p.70), e foi surpreendentemente bem realizada do ponto de vista militar. Mais importante, entretanto, é que a manobra discutida entre o alto comando revolucionário significava, na prática, o desejo de seus comandantes de buscarem um fim para aquela jornada militar, rumo ao exílio.

²²⁶ A última mensagem anua (sic) da presidência Arthur Bernardes. *O País*, Rio de Janeiro, 03 e 04.05.1926, n. 15170 e 15171, p. 4. Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=21275&Pesq=

²²⁷ Idem.

²²⁸ Ibidem.

CAPÍTULO 4 – “Não vencemos, mas não fomos vencidos.”²²⁹

A nova fase da marcha foi decidida pelo alto comando revolucionário e relatada por João Alberto (1954, p.154-55), comandante do Segundo Destacamento:

Apesar de vitoriosos em muitos combates parciais, fomos gastando nossas forças, sofrendo baixas e enfraquecendo a Coluna. [...] Resolvemos então retroceder: voltar para a Bahia sobre os próprios passos, atingir novamente Pernambuco, Piauí e finalmente Goiás e Mato Grosso a fim de abrir caminho para a emigração. Nossa marcha duraria quase um ano, o tempo necessário para que se esgotasse o quadriênio do Sr. Arthur Bernardes, cujo governo combateríamos até o último instante. A Coluna cumpriria integralmente sua missão. [...] Voltaríamos agora as costas, em definitivo, às nossas esperanças de vitória, para somente prosseguir na luta pela existência, não nos deixando bater. [...]

4.1 As batalhas no Congresso

A proximidade do final do mandato de Arthur Bernardes certamente proporcionou o abrandamento da censura contra a oposição. Isso não se deu de forma oficial, afinal as duríssimas condições da Lei Adolfo Gordo castigavam a imprensa oposicionista desde 1923. Entretanto, aquela nova situação pode ser entendida como certa distensão por parte do próximo governo de Washington Luís, e a oposição não deixou passar aquela oportunidade. Com isso, passaram a ter destaque os discursos do deputado gaúcho Batista Luzardo, que se consolidou como porta voz dos revolucionários na Câmara dos Deputados. Esse, desde 1925 já pronunciava inflamados discursos no plenário em defesa do movimento revolucionário, porém sem poderem ser reproduzidos nas páginas do *Correio da Manhã*. Porém, a partir de meados de 1926, gradativamente o jornal passou a reproduzir com mais assiduidade as transcrições de debates parlamentares, e o movimento revolucionário se fez mais presente nas páginas do *Correio da Manhã* e de *O Paíz*.

Se Batista Luzardo assumia protagonismo na Câmara dos Deputados, cresciam nas páginas de *O Paíz* os ataques ao parlamentar, e os embates reproduzidos passaram a ser bastante tensos. Em vinte e dois de maio o jornal reproduziu aquelas discussões da véspera, não sem antes emitir seus conceitos sobre o deputado gaúcho:

²²⁹ Moreira Lima, Secretário-Geral da Coluna. In: PRESTES, Anita L. *Uma epopeia brasileira: A Coluna Prestes*. São Paulo: Editora Moderna, 1995, p.97.

[...] Com efeito habituado à superficialidade dos debates, o Sr. Luzardo sempre avança mais do que pode. Dir-se-ha que S.Ex. grita admiravelmente, que os seus pulmões resistem a qualquer pressão, que tem, às vezes, audácias e ímpetos capazes de o consagrarem nos entreveros, nas retiradas estratégicas, *na acintosa visita a redutos revolucionários* (destaque meu), sob o escudo das imunidades parlamentares...[...] ²³⁰

Num acalorado debate com o deputado gaúcho Flores da Cunha, que chefou milícias governistas contra as tropas revolucionárias no Rio Grande do Sul, Luzardo lançou-lhe aparte, citando um único nome naquele embate: “Que ambições têm Prestes?”²³¹ O gradual abrandamento da censura permitiu que os pronunciamentos de parlamentares opositoras fossem sendo reproduzidos com mais destaque, e os discursos de Batista Luzardo rapidamente obtinham maior repercussão. E ele, reconhecido pelo governo como porta-voz dos militares rebeldes, reiteradamente passava a utilizar do nome de Prestes como sinônimo do próprio movimento revolucionário que varava o país.

Também no Senado Federal grandes debates ocorriam sobre o movimento revolucionário, e também passaram a ser reproduzidos com maior frequência. Naquela casa legislativa o principal crítico do governo de Arthur Bernardes era o senador baiano Muniz Sodré, que também ocupava a função de redator do *Correio da Manhã*. Em vinte e seis de maio o jornal publicou, com grande destaque na primeira página, o discurso do senador baiano, em que fazia duros ataques às milícias organizadas no interior por lideranças políticas locais para combater os revolucionários:

[...] da colaboração eficiente do próprio governo da república com essa malta de malfeitores, armando-a [...] para afronta do Exército nacional. [...] É graças a essa atitude criminosa do governo do Brasil, *no atual quadriênio* (destaque meu), que nós temos ainda o interior do meu estado natal flagelado pela guerra civil [...] É graças [...] a essa convivência do chefe da República com os cangaceiros do Brasil que atualmente se derrama no solo da minha terra o sangue generoso de nossos irmãos. Eu preciso trazer ao Senado, para conhecimento de meus colegas e ciência de toda a nação, as palavras que tive ocasião de escrever quando, na capital de meu estado, se anunciava o encontro trágico e terrível das hostes aguerridas sob o comando de Miguel Costa, Prestes e Siqueira Campos, com o numeroso destacamento do Exército nacional para lá enviado para essa cena de sangue.²³²

²³⁰ Na Câmara. *O País*, Rio de Janeiro, 22.05.1926, n.15189, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=0&Pesq=

²³¹ Idem.

²³² Como o Sr. Moniz Sodré falou ontem no Senado. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26.05.1926, n.9613, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=25736&Pesq=

A citação ao cangaço no discurso do senador baiano não foi gratuita, e o tema passava a ser recorrente na imprensa da época. O próprio senador baiano definia o banditismo representado pelo cangaço como fruto do flagelo social no interior, alimentado pela pobreza e explorado por lideranças políticas. E Lampião, apadrinhado pelo Padre Cícero, era personagem cada vez mais frequente nos jornais analisados, aos poucos se tornando o centro daqueles debates. Seu nome passava a ser sistematicamente vinculado pelo discurso governista como sendo próximo às forças revoltosas no sertão do país, como também fazia o deputado baiano Francisco Rocha, que afirmava ser Lampião “da vanguarda das forças revolucionárias”.²³³ Por outro lado, a negativa dessa indesejada aliança tornava-se frequente entre os parlamentares opositores, como fizeram Batista Luzardo e Muniz Sodré naquele mesmo dia, e posteriormente também com a negação por Prestes.

Em vinte e sete de maio *O Paíz* publicou pela primeira vez o nome de Prestes no título de uma matéria. Estava alocada na segunda página e foi redigida por Adoasto de Godoy, habitual colaborador do jornal. Era intitulada apenas “Prestes – herói”²³⁴, e nela o autor criticava duramente parlamentares e parte da imprensa que tentavam construir imagem positiva do comandante revolucionário:

Está iniciada [...] uma campanha feita no Congresso pelos *luzardos e monizes* (destaque meu) e na imprensa por aqueles jornais camaradas de falsários²³⁵, tendente a demonstrar que um certo capitão Prestes, ora comandante em chefe da tropilha remanescente da mashorca de João Francisco e Isidoro Lopes, é um idealista, um herói, um técnico militar de *primo cartello*, um bravo virtuoso e excepcional no Exército Brasileiro. Não conheço os antecedentes de Prestes, [...] Mas, o que conheço de sobra, são os torpes indivíduos que açulam a matilha revoltosa e que agora começam a soltar rojões aos méritos de um oficial que aderiu a um movimento sem outra finalidade senão a de perturbar a ordem legitimamente constituída, a de depor um governo instituído pela vontade da Nação e contra o qual nada se pode articular. [...] Batidos em São Paulo, largaram-se pelos sertões afora, pilhando desenfreadamente, assaltando bens de particulares e da nação, numa corrida de doidos. [...] Esta é a verdade dos fatos. Aparece, então, Prestes. Para fazer o quê? Para continuar a rapinagem. Ei-lo atravessando os adustos sertões nordestinos, violando moças, roubando o que encontra a sua passagem, assassinando sacerdotes²³⁶ e recusando-se sempre e sempre a aceitar combate com as forças que o perseguiram. [...] Se querem fazer Prestes herói, Prestes

²³³ Idem.

²³⁴ Adoasto de Godoy. Prestes – Herói. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 27.05.1926, n.15194, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=25440&Pesq=

²³⁵ Referência ao episódio das Cartas Falsas, de 1921, descrito no item 1.4.

²³⁶ Em 1926 o padre e deputado estadual Aristides Leal foi executado pelo destacamento comandado por Cordeiro de Farias. O padre foi condenado por haver organizado uma emboscada contra os revolucionários quando chegaram a Piancó, no sertão paraibano.

emulo de Foch²³⁷, demos primeiro a medalha de ouro a Antônio Silvino²³⁸ ...²³⁹

Foram as primeiras citações a Prestes diferentes das notas e referências militares publicadas até então, e abertamente questionavam a tentativa de idealização do líder revolucionário. Porém, se o redator de *O Paíz* demonstrava até certo desdém por “um certo capitão Prestes”²⁴⁰, também o engrandecia, ao reconhecê-lo como comandante em chefe daquela *tropilha*. Também se tornava cada vez mais aparente nas páginas do jornal governista a tentativa de igualar a imagem dos revolucionários aos cangaceiros que infestavam o sertão nordestino, não os diferenciando por suas ações nem reconhecendo neles qualquer forma de idealismo ou inspiração política. Naquela década de 1920 Lampião fazia sua fama pelo sertão nordestino, e aquela nefasta notoriedade ameaçava perigosamente se vincular à imagem dos revolucionários.

Em vinte e oito de junho o *Correio da Manhã* publicou, em sua seção referente às questões parlamentares, a matéria “Animados os debates de ontem na Câmara. Lampião foi, ainda, o assunto principal das discussões.” Naquela edição, mais uma vez, Batista Luzardo teve que desmentir em plenário qualquer vinculação dos revolucionários com o famoso cangaceiro:

Cumpre-me declarar à Câmara e ao país, baseado na palavra de Luiz Carlos Prestes, *chefe da coluna revolucionária* no norte do país (destaque meu), que o famoso Lampião nunca serviu sob suas ordens: e declaro mais ainda, em nome daquele ilustre militar, [...] se lhe fosse possível deitar as mãos em Lampião, desejaria [...] extirpar de vez aquele monstro, que infelicitava um largo trecho daquela região brasileira. Luiz Carlos Prestes, [...] em reunião do estado-maior, deliberara que se aprisionasse o famoso Lampião, mandá-lo-ia fuzilar na frente de sua coluna. É esta afirmativa que, em nome de Luiz Carlos Prestes e com minha autoridade, trago hoje ao conhecimento da Câmara e do país. [...] ²⁴¹

Crescia o interesse pelo tema revolucionário, e em primeiro de julho de 1926, pela primeira vez, notícias referentes aos revoltosos alcançavam a primeira página, e de forma surpreendente aparecendo antes no governista *O Paíz*. Em matéria que dominava

²³⁷ Marechal do Exército francês, comandante geral das forças aliadas no final da Primeira Guerra Mundial.

²³⁸ O mais famoso cangaceiro do início do século XX, foi preso em 1914.

²³⁹ Adoasto de Godoy. Prestes – Herói. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 27.05.1926, n.15194, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=25440&Pesq=

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ Animados os debates de ontem na Câmara. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n.9615, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=25764&Pesq=

a página quase por inteiro, e que continuava na segunda e sexta páginas, a grande manchete: “Como Prestes, Miguel Costa e a sua malta de bandidos regeneram a República através do alto sertão.”²⁴² O grande destaque era seguido da explicação do jornal quanto ao teor do texto: “Uma documentação sinistra das bárbaras façanhas desses bandoleiros covardes, conforme autênticos documentos produzidos da tribuna da Câmara pelo Sr. Francisco Rocha, deputado pela Bahia.”²⁴³ Este se contrapunha a Batista Luzardo na firmeza de seus ataques aos revoltosos, e dizia possuir muitas provas sobre suas acusações. A reportagem se refere à sessão plenária de vinte e seis de junho, obtida habitualmente pelas transcrições do Diário Oficial. Nela *O Paíz* afirmava haver sido restabelecida a verdade dos fatos pelo deputado baiano, sendo os revolucionários chamados por “malta de autênticos bandidos que, as ordens de Prestes, Miguel Costa e outros celerados, por entre saques, incêndios, morticínios, estupros e outras formas ignaras de covardia, conduzem através do alto sertão o ideal de regeneração da república.”²⁴⁴ O ataque foi duríssimo, e frequentemente interrompido pelos muitos apartes, principalmente de Batista Luzardo. Na segunda e sexta páginas a matéria apresentava a documentação prometida pelo deputado governista, referente às alegadas atrocidades cometidas pelos revoltosos no interior da Bahia. Eram cartas, telegramas e relatos de correligionários do deputado, além de depoimentos colhidos por ele em visitas às suas bases eleitorais. Com bastante detalhamento, apresentava as vítimas e testemunhas do que seria a extrema violência da ação dos revoltosos contra a população civil. O deputado baiano também mostrou farta correspondência militar a ele endereçada, em que oficiais governistas relatavam as frequentes fugas das tropas rebeldes, e como eram derrotadas quando se dispunham ao combate. Por todo o debate é interessante perceber como Francisco Rocha se referia aos comandantes revoltosos. Uma única vez citou a “obra demolidora de Miguel Costa”²⁴⁵ e “essa malta de bandoleiros, que obedece ao comando de Miguel Costa, em companhia de Prestes”²⁴⁶, além de “[...] a coluna Miguel Costa, companhia de Prestes [...]”²⁴⁷ Foram as únicas vezes, por toda a matéria, em que se verifica relativo protagonismo de Miguel Costa

²⁴² Como Prestes, Miguel Costa e sua malta de bandidos regeneram a República através do alto sertão. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 01.07.1926, n.15229, p.1,2,6. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=25848&Pesq=

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ Como Prestes, Miguel Costa e sua malta de bandidos regeneram a República através do alto sertão. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 01.07.1926, n.15229, p.1,2,6. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=25848&Pesq=

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ Ibidem

²⁴⁷ Ibidem.

perante seu chefe do Estado-Maior, e sempre pelas palavras de Francisco Rocha, o que não se observa nos demais relatos. Nas demais citações, inclusive nos relatos militares citados pelo deputado baiano, o nome de Prestes aparecia isoladamente. Em relato de oficial do Exército sobre grande derrota no interior da Bahia sofrida pelo Segundo Destacamento, comandado por João Alberto, esse foi citado como “vanguarda de Prestes e de sua inteira confiança”²⁴⁸, bem como a prisão de dois “majores comissionados de Prestes.”²⁴⁹ Percebe-se, portanto, que em ambos os jornais o nome de Prestes começava a se destacar, sendo citado com frequência cada vez maior. E, se a 1ª Divisão Revolucionária continuava formalmente sob o comando de Miguel Costa, é bastante perceptível que o nome de Luiz Carlos Prestes, chefe do Estado-Maior revolucionário, começava a se confundir com o da própria coluna a qual, na prática, parecia cada vez mais efetivamente comandar.

O Paíz havia decidido investir pesadamente contra os revoltosos e, apenas dois dias após dedicar-lhes a primeira matéria de capa, repetiu o feito na edição de três de julho, complementando a matéria na quarta página. Naquele sábado a principal manchete do jornal novamente abordava os grandes debates na Câmara dos Deputados, em que o parlamentar baiano Francisco Rocha reforçava seus argumentos sobre as atrocidades que estariam sendo cometidas contra a população civil no interior da Bahia: “A Coluna da Morte através dos sertões brasileiros. Impressionante documentação das bárbaras façanhas praticadas pelos bandos de Prestes, Miguel Costa e outros celerados.”²⁵⁰ Os debates continuaram bastante acalorados e o deputado baiano se viu submetido a vários apartes por deputados opositores, o mineiro Leopoldino de Oliveira e o representante do Distrito Federal, Adolfo Bergamini. Este, desde 1925 exercia o cargo de secretário do *Correio da Manhã* e muito utilizou de sua imunidade parlamentar para defender o jornal e o movimento revolucionário. No discurso de Francisco Rocha chama novamente a atenção o fato de se referir à Coluna de Miguel Costa e posteriormente ao Estado Maior de Miguel Costa, Prestes e Siqueira Campos. Tal qual ocorrera nos debates reproduzidos na edição de primeiro de julho, o deputado baiano era o único que se referia a Miguel Costa colocando-o acima de Prestes. Entretanto, a própria matéria trata o tema com Prestes à frente, como já ocorrera anteriormente, da mesma maneira

²⁴⁸ Ibidem

²⁴⁹ Ibidem

²⁵⁰ A Coluna da Morte através dos sertões brasileiros. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 03.07.1926, n.15231, p.1-4. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=19273&Pesq=por%20um%20capit%C3%A3o

que os deputados oposicionistas faziam quando se referiam à defesa dos revolucionários.

Os relatos do deputado baiano eram bastante contundentes e pormenorizados, descrevendo raptos de meninas e estupros; assaltos, saques e arrombamentos, além de degolas e assassinatos. Vilas eram invadidas e incendiadas de madrugada, com os revoltosos deixando rastro de terror e destruição por onde passavam. Entretanto, os deputados oposicionistas rebatiam aqueles relatos, alegando que meras cartas recebidas do sertão não poderiam ser apresentadas como fidedignas, e que a imprensa oposicionista de Salvador já abordava a profusão de provas forjadas contra os revolucionários. Alegavam, também, que grande parte do sofrimento da população rural vinha da ação dos próprios batalhões patrióticos, as milícias paramilitares que se constituíam pelo país os maiores perseguidores da coluna, e que seriam patrocinados, inclusive, pelo próprio deputado baiano. *O Paíz* dava destaque às afirmações do deputado governista, e emitia suas considerações em títulos menores aleatoriamente distribuídas pela matéria, tais como: A Coluna da Morte; Alguns dos assaltos a Juazeiro, Cipó e Fortaleza; A semente da desordem, do roubo, do aniquilamento; os bandoleiros raptam moças das principais famílias de Palmares; A situação dolorosa de Chique-Chique e Canabrava.²⁵¹ E, ante a afirmação do deputado Bergamini de que aplaudia a ação de Prestes e dos demais revolucionários, o jornal destacava: “Que insensibilidade! Os Srs. Bergamini e Leopoldino batem palmas às aflições do sertão”!²⁵² Também no dia seguinte, com o mesmo título, o jornal deu continuidade aos pronunciamentos na Câmara dos Deputados, em que os três deputados monopolizavam as discussões. O jornal concluía a matéria, reiterando que:

Não precisamos acrescentar quaisquer comentários à documentada oração do ilustre deputado baiano. Nela própria colherão os nossos leitores as provas positivas de barbaridades que clamam aos céus, praticadas contra as populações desprotegidas e sem nenhum objetivo nobre e confessável.²⁵³

Era perceptível que o jornal não mais podia ignorar a repercussão que o movimento revolucionário alcançava pelo país, e resolvia enfrentá-lo de modo ostensivo, por meio dos fortes ataques que se viam destacados nas últimas edições. E no

²⁵¹ Idem.

²⁵² Ibidem.

²⁵³ A Coluna da Morte através dos sertões brasileiros. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 04.07.1926, Mn.15232, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=28758&Pesq=

final de julho *O Paíz* inovou, ao publicar trechos de um *imprevisto* encontro entre dois cavalheiros. O adjetivo deve-se à conversa ficcional, entre os dois protagonistas: o político não identificado e recém chegado aos salões do Congresso e o segundo, o curioso cavalheiro representado pelo próprio *O Paíz*. O parlamentar narrava suas observações de viagem ao nordeste, bem como relatos ouvidos de políticos e da população da região. E o interessado ouvinte – o próprio jornal – fazia os previsíveis questionamentos sobre tudo que se ouvia de ruim sobre as ações dos revoltosos na região, obviamente confirmadas pelo cavalheiro viajante. A matéria intitulava-se “O cavalo e o telégrafo”²⁵⁴ porque, segundo o político, “hoje, no norte, quase não se dão choque de forças. A luta está adstrita a – de um lado, o cavalo do rebelde para a fuga, e, de outro, o telégrafo que orienta a perseguição.”²⁵⁵ O texto reproduzia, na percepção do político do norte, as recorrentes notícias sobre a violência da coluna, principalmente sobre a retaguarda dos revoltosos comanda por João Alberto. As vilas, abandonadas pela população ante a ameaça dos rebeldes, seriam alvos fáceis e desguarnecidos, não havendo nada de heroísmo na ação daqueles revoltosos. Mas a pior parte ficava reservada a Siqueira Campos, para o fingido espanto do cavalheiro ouvinte – o próprio jornal. A ele eram destinadas as piores acusações, referentes a roubos e violências, citando até o exemplo da mulher de um desafeto local, que teria sido entregue pelo próprio comandante aos seus soldados como vingança. E quando o curioso cavalheiro - *O Paíz* - perguntava ao outro sobre a famosa valentia do grande comandante, ouve que “Qual valentia! O que ele era, sim, era um louco. O caso de Copacabana foi a loucura alcoólica, como se sabe. [...] Os próprios rebeldes dos outros grupos o detestam.”²⁵⁶ Como se não bastasse a persistente campanha para destruir a ascendente imagem dos comandantes revolucionários, a famosa valentia do sobrevivente dos *Dezoito do Forte* – questionada politicamente mas não ignorada nem por seus inimigos – agora tentava ser reduzida a devaneios etílicos de um militar rebelde. A *conversa* entre os ilustres cavalheiros atacava dois importantes comandantes revolucionários, porém houve espaço para que comentassem sobre Prestes. Ainda quando falavam sobre a violência dos revoltosos, o cavalheiro do norte reiterava que, “com exceção de Siqueira Campos, esse sim um verdadeiro bandido [...] geralmente, na Coluna Prestes, com exceção de Siqueira

²⁵⁴ O cavalo e o telégrafo. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 26 e 27.07.1926, n.15254-15255, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=25882&Pesq=

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ Ibidem.

Campos e seu grupo, respeitam-se as famílias. [...]”²⁵⁷ Se não chegava a ser elogiosa, a matéria não deixava dúvida sobre quem exercia, de fato, o comando da marcha revolucionária.

Em vinte e seis de agosto novamente o habitual colaborador de *O Paíz*, Adoasto de Godoy, publicou novo artigo – “O Prestes Grande” ²⁵⁸, em que pela segunda vez citava o nome daquele que já se firmava como líder da marcha revolucionária. O texto era bastante irônico, iniciando pelo título, e tecia duras críticas às tentativas de “um jornal da noite” ²⁵⁹ de engrandecimento da imagem do líder revolucionário. Referindo-se às requisições de produtos e dinheiro que habitualmente os revolucionários faziam aos comerciantes locais, reforçava o discurso governista de tratar-se de roubo e extorsão, simplesmente. E questionava a “grandeza” de Prestes, louvada por uns e questionada no texto, como a responsável direta pelas mazelas das populações locais. Conclui a matéria reforçando que “[...] batido, surrado, fugindo aos encontros com as tropas legais, ele continua a requisitar, a arrecadar, a arrebanhar, a arrepanhar, a apropriar-se dos bens alheios. Dão-lhe folhetins, prestam-lhe reverências, fazem-no herói! Deve estar certo...”²⁶⁰ Percebe-se pela argumentação do autor que outros jornais já citavam com frequência a liderança de Prestes na marcha revolucionária, o que mereceu o ataque por *O Paíz*, com a intenção de igualá-lo a bandidos comuns – Lampião, por exemplo, o que se tornaria cada vez mais claro nas edições seguintes do jornal.

4.2 Prestes e Lampião

Ainda no fim de agosto *O Paíz* passou a vincular diretamente a imagem do líder revolucionário a de Lampião, tema de acalorados debates parlamentares que o jornal já vinha reproduzindo há algumas edições. Com bastante destaque passou a divulgar o livro “Prestes e Lampião” ²⁶¹, cujo título, em grandes letras, era a própria chamada da matéria. Descrito pelo jornal por “uma narrativa sensacional”, eram os relatos de Adauto Castello Branco, capitão do exército, sobre seus enfrentamentos contra os

²⁵⁷ Ibidem

²⁵⁸ O Prestes Grande, *O Paíz*, Rio de Janeiro, 26.08.1926, n.15285, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=26554&Pesq=%22O%20PRESTES%20GRANDE%22

²⁵⁹ Idem. Provavelmente se referia ao jornal opositor *A Noite*, fundado em 1911 por Irineu Marinho.

²⁶⁰ Ibidem.

²⁶¹ Prestes e Lampião, uma narrativa sensacional. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 27.08.1926, n.15286, p.6.

Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=26571&Pesq=

revolucionários, e seus principais capítulos seriam disponibilizados aos leitores do jornal nas edições seguintes. E depois de três edições seguidas dando ampla publicidade à divulgação daquela “narrativa sensacional”, finalmente seus leitores foram brindados com uma parte do livro, na edição de vinte e nove de agosto. Com bastante destaque, utilizando significativo espaço da quarta e sexta páginas, “Prestes e Lampião” vinha acompanhado do subtítulo “As origens da obra satânica.”²⁶² O texto era bastante confuso, divagando sobre poder e traição, remetendo a Cesar e Brutus, Macbeth e Otelo. Os ataques ao *Correio da Manhã*, porém, foram diretos e seu proprietário, Edmundo Bittencourt, nominalmente citado. Quanto aos protagonistas do livro, esses ainda não apareceram naquela narrativa. A edição dupla que encerrava o mês de agosto foi bastante engajada por *O Paíz*. Em grande editorial atacava duramente o senador baiano Moniz Sodré, defensor dos revolucionários no Senado Federal – e secretário do *Correio da Manhã*... O parlamentar era atacado por seu posicionamento político e mesmo moralmente, e o título da matéria, em grande destaque, aquilo já antecipava: “Contra o achincalhe garoto. Vale a pena ser tabaréu assim. Viva o tabaréu!”²⁶³ Quanto a “Prestes e Lampião”, a matéria daquele dia era intitulada “A cartada do desespero”²⁶⁴, dispendo de um quarto da página. Naquele texto o autor já fazia referências aos movimentos revolucionários de 1922 e 1924, e criticava o general Isidoro Dias Lopes. A maior parte do longo e confuso texto dissertava sobre o processo revolucionário e para isso o autor citava Robespierre e Bolívar. Entretanto, para frustração daqueles que aguardavam a “narrativa sensacional” envolvendo os protagonistas do livro, ainda nenhuma citação. A edição de primeiro de setembro deu prosseguimento “A cartada do desespero”²⁶⁵ em que duras críticas continuavam aos jornais adversários – “vassouravam as barbas do Sr. Irineu (Marinho, de *O Globo*²⁶⁶) e inculcava o chocalheiro jornaleco do Sr. Edmundo

²⁶² Prestes e Lampião, as origens da obra satânica. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 29.08.1926, n. 15288, p.4 e 6. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=26571&Pesq=

²⁶³ Contra o achincalhe. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 29 e 30.08.1926, n.15289 e 15290. P.2 http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=26571&Pesq=

²⁶⁴ Idem.

²⁶⁵ Prestes e Lampião. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 01.09.1926, n.15291, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=26571&Pesq=

²⁶⁶ Fundado por Irineu Marinho em 1911, o jornal manteve-se na oposição e viveu bons momentos na década de 1920. Um deles foi a cobertura favorável às revoltas tenentistas de 1922 e 1924, o que lhe valeu a dura repressão dos governos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes e a prisão, por quatro meses, de Irineu Marinho. Em 1925 passou por várias mudanças. A direção passou a Antônio Leal Costa e a Herbert Moses, vice-presidente da empresa, a Sociedade Anônima *A Noite*. Também preso Leal da Costa, em seu lugar assumiu Vasco Lima, antigo sócio de Marinho. Libertado nesse mesmo ano e com problemas de saúde, Marinho deixou o país, não sem antes caucionar a maioria de suas ações na sociedade anônima em favor de Geraldo Rocha. Este, em uma reunião com os acionistas do jornal, rompeu os vínculos que ainda prendiam *A Noite* ao controle de Marinho e constituiu uma nova diretoria. Em julho do mesmo ano, já de

(Bittencourt, do *Correio da Manhã*) [...].²⁶⁷ O padrão do texto continuava o mesmo, dispondo de um terço da página para divagar sobre a *revolução* e o *povo*, citar Lincoln, mas ainda sem referências aos protagonistas do livro. E também na edição seguinte, com o mesmo grande destaque, o capitão Adauto Castello Branco abordou a Grécia Antiga e Cristo, Nero e a República, mas ainda assim, aquele outro terço da página ainda não foi suficiente para que chegasse aos protagonistas de sua *narrativa sensacional*.

É possível imaginar que, após passar oito dias dando grande destaque ao livro, os leitores estivessem ainda mais ansiosos por saber as narrativas do autor, experimentado militar na luta contra os revoltosos, esses igualados em barbárie ao notório cangaceiro nordestino. Na edição de sábado, finalmente aquela curiosidade sobre o livro “Prestes e Lampião” começava a ser sanada, com o subtítulo da matéria “Através de Goiás: rápido resumo de uma travessia longa.”²⁶⁸ Apesar do título, o texto narrava a passagem das tropas revolucionárias por dentro do Paraguai, e a longa e árdua travessia foi pormenorizada com relatos de combates e citações aos comandantes Siqueira Campos e João Alberto. Se o objetivo do livro era atingir a imagem do comandante revolucionário, até aquele momento não era possível por aquela narrativa. Finalmente estava inserido no texto, que o reconhecia como comandante da coluna. Porém, a crítica que lhe cabia naquela matéria foi remetê-lo à Guerra do Paraguai “[...] quando resolveu, em supremo gesto, ter para com a soberania paraguaia o mesmo acatamento que à nossa, em 1865, dispensou o grande déspota Solano Lopez. Sumariamente, cumprindo uma das mais curiosas leis de guerra, forçou as fronteiras da vizinha república, penetrando-as pelo Porto Adela.”²⁶⁹ Muito pouco, até aquele momento, para um livro que pretendia igualá-lo ao notório cangaceiro nordestino, este até então ausente do texto que levava seu nome.

Continuava a matéria na edição seguinte de *O Paíz*, dividida em duas partes. Na primeira – “Através de Goiás, resumo de uma travessia longa”, o texto trazia uma incrível descrição das tropas revolucionárias, bem como seus armamentos. E de acordo

volta da Europa, Irineu Marinho fundaria *O Globo*. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-noite/>. Acessado em 29.01.2018.

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ Através de Goiás: rápido resumo de uma travessia longa. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 04.09.1926, n.15294, p.2. Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=26670&Pesq=

²⁶⁹ Idem.

com o capitão Adatao, após a junção das tropas paulista e gaúcha, assim ficou a estrutura revolucionária:

- 1º Batalhão: o “Ferroviário”, nome meramente tradicional. Comandante “Tenente Coronel” Cordeiro e Faria, com 150 homens. Uma Metr.P. e 3 F.M., pouca munição (no máximo 3000 tiros), armados muitos dos combatentes de Winchesteres e revólveres;
- 2º batalhão: comandante “tenente Coronel” João Alberto. Com 150 homens, 2 metrs. 3 F.M., pouca munição (como o anterior, não conduzia além de 1500 a 2000 tiros);
- 3º Batalhão: “tenente Coronel Siqueira Campos”. Com 110 homens (tinha 160 ou 170 antes do combate de Zeca Lopes, onde sofreu, entre mortos e feridos, perto de 60 baixas), uma Mtr. P e pouca munição;
- 4º Batalhão: “cavalaria”, sem que isso correspondesse a uma ação especial de cavalaria, durante os combates. CmT. “Tem. Cor.” Djalma Dutra, com 150 homens, 2 mtrs P. (uma não funcionando), 2F.M. e pouca munição.²⁷⁰

Em suas narrativas o comandante do 2º Batalhão, João Alberto (1954, p.89) não cita números, mas reforça a boa situação de suas tropas naquele momento. De acordo com ele, ao retornarem ao Brasil encontraram fartura para a tropa revolucionária, pois:

[...] a marcha pelos campos do Amambaí, no sul do estado de Mato Grosso, era fácil. Havia cavahada e gado em abundância. [...] bem armados e municados graças ao material encontrado nos depósitos da revolução em Santa Helena, os meus homens estavam preparados para a refrega. Com o moral bem alto, aguerridos, alegres, podiam cumprir qualquer missão. [...]

O texto do capitão Adatao começava a ficar de agradável leitura e fazia possível avaliação correta da estrutura das forças revolucionárias. E narrava as diferenças geográficas entre as matas paranaenses e os campos goianos, o que beneficiava os rápidos deslocamentos dos revoltosos, e criticava as fugas por eles praticadas, a que tanto se apegavam os governistas. E, citando Prestes, tentava atacá-lo quanto à manutenção daquela estratégia de permanente movimentação:

²⁷⁰Através de Goiás. *O País*, Rio de Janeiro, 05.09.1926,n.15295, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=26670&Pesq=

[...] Prestes sentiu-se sem munição, e com efetivo diminuto. Sentiu-se, pois, incapaz de enfrentar as hostes governistas, que, ao seu dispor, traziam sempre inesgotáveis recursos combatentes. Mas, por sentir-se assim, nessa “incapacidade”, não concluiu, contudo, ser o momento para render-se ou, dispensando a sua gente, embrenhar-se pelo mato, sumir-se, desaparecer. O terreno que pisava permitia-lhe, mesmo sem munição, mesmo com limitado efetivo, continuar a luta, prosseguir a resistência, impor paradoxalmente a sua vontade, manter a guerra. E mais: notou havia uma grande falha dos agentes de hostilização, que lhe o governo atirava em cima. Notou que para encaçá-lo e atacá-lo eram enviados de todo o Brasil metralhadoras e centenas de guerreiros, que não gostavam de montar. E ele, Prestes, o que mais fazia era montar. Resultado: ele, Prestes, poderia, a gosto, zombar daquelas metralhadoras, e guerreiros enviados contra si; visto, enquanto esses não saíam das vias férreas e do conforto dos automóveis, ele, Prestes, astucioso e sagaz, montado nas abundantes cavalgaduras, que o caboclo sertanejo lhe fornecia e forneceria, tomava apenas os caminhos que nem o milagroso Ford consegue enveredar. [...] ²⁷¹

O texto finalmente descreve ações de Prestes e seus comandantes, como havia prometido. As informações que apresentava quanto à divisão das tropas eram precisas, e até então não haviam sido divulgadas pelos jornais analisados. E corresponde em parte ao depoimento do próprio João Alberto (1954, p.86) de que:

[...] O dilema era claro. Capitular ante as forças legalistas ou invadir o Paraguai para atingir o estado de Mato Grosso e prosseguir a luta. [...] Cuidamos também da reorganização do mando e do reagrupamento das tropas. O major Miguel Costa, comissionado em General, ficou investido do comando da Coluna, passando Prestes, como Coronel, para chefe do Estado Maior revolucionário. Ficou criado também um novo destacamento, [...] o 4º, sob o comando do capitão Djalma Dutra, comissionado, como nós, em Tenente Coronel.

“Prestes e Lampião”, conforme enfatizava *O País*, era destinado a retratar a *obra satânica* que a marcha revolucionária representava para o interior do país. E as matérias até então exibidas pelo jornal esmeravam-se em retratar o rastro de destruição deixado pelos revoltosos, e como a recusa ao enfretamento das tropas governistas beirava a covardia. Entretanto, o que se percebe pela leitura das partes daquele livro é justamente o inverso do que pretendia o jornal governista. Apesar das inúmeras dificuldades “[...] Prestes podia zombar daquelas metralhadoras, e dos guerreiros enviados contra si.” ²⁷² Tratava-se de texto que cumpria papel totalmente oposto ao qual se destinava, enfatizando a organização, resistência e criatividade da força revolucionária, e ainda

²⁷¹ Idem.

²⁷² Ibidem.

qualificando Prestes por “astucioso e sagaz”²⁷³. Trata-se, portanto, de texto que poderia, sem muitas mudanças e com outro propósito, estar nas páginas do *Correio da Manhã*, ajudando a consolidar a imagem heroica da Coluna Prestes que gradativamente se constituía.

A última referência ao livro se deu na edição de oito de setembro, de forma diferente. Em matéria intitulada “A Caixa de Emergência de *O Paíz*”²⁷⁴, o autor agradecia ao jornal o sucesso de seu livro, cujas vendas teriam sido alavancadas pela publicação daqueles capítulos iniciais. Informava que, em menos de vinte dias, havia vendido 1.400 de uma edição inicial de 2.000 exemplares, e que doaria 200 deles para *O Paíz* reverter o valor das vendas para seu fundo de assistência às pessoas carentes. E termina seu agradecimento compartilhando com os leitores seus desejos imediatos:

E quereis saber o que eu mais desejaria agora? Poder mandar imprimir de “Prestes e Lampião” tantos milhares de volumes quanto precisos fossem para – com a maior possível divulgação de todos os crimes praticados por esses lampiões e prestes, saídos das escolas superiores da República – suavizar o sofrimento dos nossos infelizes compatriotas do sertão, vítimas *deles*, que lhes roubam os parques vinténs – fruto da economia de longos anos de labor, lhes incendiam as roças, lhes tiram tudo, desde a honra sagrada das filhas e esposas, até o sacratíssimo direito da existência. – Do vosso admirador e amigo às ordens. – Aduato Castello Branco.²⁷⁵

Aquela foi a última referência a “Prestes e Lampião” nas páginas de *O Paíz*. A anunciada grande vendagem pode ter saciado a curiosidade dos compradores do livro – inclusive sobre a participação do outro protagonista, Lampião. E para aqueles leitores, talvez tenha se realizado o desejo anunciado pelo autor, a maior divulgação dos bárbaros crimes cometidos pelos revoltosos no sertão do país. Entretanto, para os que somente tiveram acesso àquela *narrativa sensacional* pelas páginas do jornal, certamente o capitão Aduato Castello Branco e *O Paíz* estavam colaborando para a construção do mito em torno do *astucioso e sagaz* Luiz Carlos Prestes.

4.3 A oposição no ataque

Aquele era o final do governo de Arthur Bernardes, e apesar de a censura à imprensa continuar rígida as matérias críticas ao governo começavam a aparecer com

²⁷³ Ibidem.

²⁷⁴ A Caixa de Emergência de *O Paíz*. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 08.09.1926, n.15298, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=0&Pesq=

²⁷⁵ Idem.

mais frequência. No caso do *Correio da Manhã*, ter em seus quadros o deputado mineiro Adolpho Bergamini e o senador baiano Moniz Sodré, aumentou seu protagonismo, principalmente em função da maior repercussão dos discursos proferidos no Congresso Nacional. Ambos utilizavam bastante de suas prerrogativas parlamentares para denunciar a censura à imprensa, e também faziam coro ao crescente discurso oposicionista favorável à concessão de anistia política pelo próximo presidente, Washington Luís. Em vinte e cinco de agosto o jornal reproduziu outra matéria protagonizada por Batista Luzardo, e citava as forças de Miguel Costa e Prestes, mas no decorrer do texto passava a se referir apenas às forças de Prestes, como habitualmente fazia. Era a reprodução de seu acalorado discurso, em que afirmava que o Exército estava se afastando do combate aos revolucionários, tarefa cada vez mais relegada aos batalhões patrióticos e às forças policiais estaduais. O texto apresentava os inúmeros apartes dos deputados governistas negando aquela acusação que, no entanto, já era bastante corrente nos meios políticos e militares. João Alberto, comandante do 2º Batalhão Revolucionário, em suas memórias se referiu à controversa discussão. Relembrando as terríveis dificuldades nas pantanosas caminhadas pelo sertão baiano, na época da cheia dos rios, dizia que:

À inépcia e ao comodismo da tropa do Governo, que nos seguia a distância navegando em bons barcos pelo rio, sem tentar um desembarque sério, deve a Coluna sua sobrevivência. Naquele momento, um ataque a fundo ocasionaria um desastre completo. Seríamos desbaratados. (João Alberto, 1954, p. 158-159).

A transcrição dos debates era longa e da segunda página tinha sua continuação na sexta, bastante comum naquela época. Porém, o que chamava a atenção era o título, que se sobrepunha à informação de ser mais um discurso do deputado Batista Luzardo: com muito destaque lia-se, em negrito, “A Coluna Prestes.”²⁷⁶ Quatro dias depois continuava a reprodução dos discursos de Batista Luzardo, e a chamada do jornal foi a mesma. Os leitores do *Correio da Manhã* rapidamente acostumavam-se a associar o movimento revolucionário ao nome de seu chefe do Estado-Maior, Prestes.

Em quatro de setembro o movimento revolucionário chegava à primeira página do *Correio da Manhã*. Era o retorno como manchete do jornal, o que somente havia

²⁷⁶ A Coluna Prestes, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25.08.1924, n.9691, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=27201&Pesq=

acontecido durante a Revolução Paulista de 1924, e teve por título “Porque foi levantado o cerco de Teresina.”²⁷⁷ A matéria tinha grande destaque, e informava que a capital do estado havia sido poupada do conflito graças à intervenção do bispo do Piauí juntos às forças governistas revolucionárias. E, dando como fonte o jornal maranhense *Diário de São Luiz*, reproduzia cartas trocadas entre Juarez Távora e Prestes. A correspondência entre os dois comandantes era referente ao pedido de Juarez Távora, naquele momento prisioneiro das forças governistas, a Prestes, para que este não invadisse a capital piauiense, que estava cercada pelas forças revolucionárias. A resposta de Prestes mostrava a preocupação de ambos com a população civil, e deve ter sido muito bem recebida pelos leitores do jornal oposicionista:

Meu caro Távora, [...] é a tua carta mais uma prova de que colocas o bem estar do povo e a tranquilidade das famílias acima dos teus interesses, continuando a dedicar, mesmo preso, todas as tuas energia e toda a tua inteligência à felicidade de nossa pátria. [...] Assim, tendo consultado o general Miguel e os comandantes de destacamentos, a respeito do teu pedido, resolvemos suste (sic) o ataque a Teresina, até que tenhas outro entendimento com o comandante dessa praça, sr. coronel Bentemuller, e desde que ele se mantenha, como prometeu, dentro de suas posições atuais e não procure perturbar a tranquilidade das regiões que estamos dominando no Estado, regiões essas que, como sabes, abrangem a quase totalidade do seu território.²⁷⁸

Trata-se de texto muito favorável aos aliados do movimento revolucionário, sob vários aspectos. O Piauí foi percorrido pelas tropas revolucionárias entre 1925 e 1926, inclusive tendo se dado no estado a controversa prisão de Juarez Távora, o comandante revolucionário autor de uma das cartas da matéria. E frente à solicitação feita por ele, Prestes pôde destacar o interesse mútuo na preservação da cidade, mostrando-se magnânimo e bastante respeitoso com a Igreja, que na pessoa do bispo também apresentava a mesma preocupação. E Juarez Távora confirma essa informação, de que, preso em Teresina recebeu a visita do bispo, D. Severino Vieira de Melo, preocupado com os danos que os combates poderiam causar à população. De acordo com o comandante revolucionário (Távora, 1974, p.197):

Alvitrei-lhe (ao bispo), então, o recurso de me ser permitida uma comunicação com o Comando Revolucionário, pedindo-lhe que, por amor às

²⁷⁷ Porque foi levantado o cerco de Teresina. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 04.09.1926, n.9700, p.1. Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=27201&Pesq=

²⁷⁸ Idem.

famílias ali domiciliadas, desistissem de atacar Teresina, se o pretendiam fazer simplesmente para tentar libertar-me. [...] Sabia que tal ataque era, em verdade, muito pouco provável, pois, desde a conclusão dos reconhecimentos ofensivos realizados de João Alberto nas madrugadas de 28, 29 e 30, ficara comprovada a sua inconveniência [...].

Mostrava a reportagem, portanto, que o respeito às populações era uma característica da tropa revolucionária, ao contrário do que pregava o discurso governista. O segundo aspecto demonstrava o poderio bélico da coluna, que aceitava suspender o cerco à cidade, porém sob condições. Em incrível inversão de valores com relação à ordem legal, Prestes vinculava a retirada das tropas revolucionárias ao cumprimento da promessa do comandante militar da região em não *perturbar* a tropa revolucionária nas regiões do estado por eles dominadas. E numa suprema audácia que superestimava suas próprias forças, Prestes afirmava que os revolucionários dominavam praticamente todo o Piauí.

Entretanto, alguns aspectos quanto ao discutido cerco de Teresina merecem outras considerações. A marcha da coluna era pautada pela rapidez, parte da guerra de movimento adotada por seu chefe do Estado-Maior, Prestes. Em função da limitação humana e material da tropa, sempre evitavam os grandes centros urbanos, apesar de chegarem a ocupar rapidamente pequenas e médias cidades durante aquela jornada. Porém, mesmo que Teresina não fosse uma grande cidade na década de 1920, era a capital de um estado, com toda a estrutura administrativa para tal. Até então os revolucionários não tinham chegado perto de ocupar cidade de tal importância, e a análise das fontes consultadas mostra divergências quanto à questão. Anita Leocádia Prestes (2015, p.84) afirma que os rebeldes chegaram às portas de Teresina, mas não pretendiam tomá-la, porque “sabiam que os seus recursos humanos e militares eram insuficientes para um confronto com os 4 mil homens que o governo havia concentrado na capital do Piauí”. Em suas memórias João Alberto dava outra explicação, relatando que seu 2º Destacamento efetuou vários ataques noturnos às trincheiras da cidade – “para esconder nossa fraqueza” (João Alberto, 1954, p.133). De acordo com o comandante revolucionário, a tomada da cidade estava planejada, porém condicionada ao levante de militares piauienses na região, promessa que não se cumpriu. Ainda segundo ele, “os revolucionários de Teresina [...] que tanto nos haviam prometido, nada fizeram. [...] Fracassada a última tentativa, Prestes decidiu enfim levantar o cerco de Teresina e continuar a luta de movimento. [...]” Na obra “A Coluna Prestes no Piauí” Chico Castro (2007) dedicou dois capítulos ao tema, sendo o sétimo “A defesa de

Teresina” e o décimo terceiro “A Coluna Prestes deixa Teresina.” É interessante que nessa obra, embasada historiograficamente e profundamente ligada às questões locais, não haja nenhuma referência a qualquer forma de intervenção religiosa no conflito, nem às correspondências entre os comandantes revolucionários.

A proximidade da posse de Washington Luís fazia a oposição aumentar o tom das críticas a Arthur Bernardes, e crescia a pressão oposicionista para que o próximo presidente concedesse a anistia política aos envolvidos nas diversas revoltas militares do período. E na defesa de seus diferentes interesses políticos tanto *O Paíz* quanto o *Correio da Manhã* aumentavam a intensidade de seus mútuos ataques, que muitas vezes tinham continuidade nos embates que parlamentares mantinham no Congresso Nacional e que ambos os jornais reproduziam fartamente.

Em quinze de novembro Washington Luís assumiu o Palácio do Catete, tornando-se o décimo-terceiro presidente do Brasil. E a postura dos jornais analisados continuava bastante distinta com relação à cobertura do evento na capital federal. A edição de *O Paíz* daquele dia teve a maior cobertura de um evento desde o início da pesquisa, com cinco páginas dedicadas ao evento. Fazia muitas referências às comemorações na cidade pela posse do Washington Luís, além de enfatizar o reconhecimento da população ao ex-presidente Arthur Bernardes, e que seu embarque de volta para Belo Horizonte havia sido ato de grande manifestação popular em seu apoio. As dificuldades por ele enfrentadas no quadriênio 1922-1926 eram enfatizadas por políticos em editoriais e diversas matérias, e o jornal esmerava-se em hipotecar forte apoio à Washington Luís. Era *O Paíz* marcando seu espaço como jornal governista por excelência. O *Correio da Manhã* daquele dia também dedicou grande parte daquela edição à troca na presidência da república, porém, sua abordagem foi bastante diferente. Os ataques ao ex-presidente Arthur Bernardes passaram a ser muito intensos e frequentes, e já se manifestaram naquela edição. Com bastante destaque na primeira página a matéria “O que a Nação não soube ainda...”²⁷⁹ era seguida de “quatro anos de perseguições, violências e crimes contra a honra, a propriedade, a liberdade e a vida de cidadãos indefesos.”²⁸⁰ O jornal relembra as perseguições sofridas, e a crescente oposição ao governo que se encerrava, desqualificando-o sob todos os aspectos. Na terceira página apresentava entrevista com um dos maiores líderes civis da oposição, o

²⁷⁹ O que a Nação não soube ainda... *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16.11.1926, n.9762, p.1.
Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=28269&Pesq=

²⁸⁰ Idem.

político gaúcho Assis Brasil, naquele momento exilado no Uruguai. E na mesma página mais uma matéria de duro ataque ao governo que se encerrava. Sob a grande manchete “No penhasco que Deus esqueceu e para onde a tirania proscreveu um pugilo de brasileiros”²⁸¹ a reportagem que abordava os horrores da ilha de Trindade, que a repressão oficial havia transformado em sumária prisão de seus inimigos políticos, principalmente jovens militares revolucionários. Ainda no corpo do texto o destaque a frase “Lembremo-nos um pouco dos patriotas que sofrem perdido entre a África e o Brasil!”²⁸², o que deixava clara a solidariedade do jornal à causa oposicionista. A matéria era ilustrada por duas fotografias, cujas legendas reforçavam o discurso contra o governo que se encerrava:

Aspectos da *Ilha da Tirania* (destaque meu): à esquerda, um grupo de deportados pelo ódio cego do poder transitório; ao centro um grupo de distintos oficiais cuja jovialidade que demonstram é a melhor resposta à vingança impotente; à direita o cemitério da ilha, uma das obras públicas em que mais se esmerou o bernardismo, que encheu os existentes e forçou a criação de novos.²⁸³

O *Correio da Manhã* buscava, imediatamente, marcar sua posição como jornal oposicionista por excelência, porém deixando bem claro, até aquele momento, que suas pesadas críticas se limitavam aquele quadriênio de Arthur Bernardes que se encerrava. Era como se, mesmo sem ter apoiado Washington Luís, sua posse significasse melhores perspectivas para o país, e o jornal procurava fazer isso delimitando nitidamente aquele momento. Ao ex-presidente Arthur Bernardes o jornal remetia às piores lembranças, responsabilizando seu governo pela situação política do país. Para o *Correio da Manhã* encerrava-se um ciclo, como se aquela mudança de poder representasse [...] a cidade aliviada da noite tenebrosa em que viveu ao longo de quatro anos, passou a dar uma impressão idêntica à que nela se observara ao terminar a peste de 1918: desolada, enlutada, depauperada de recursos, mas livre da peste.²⁸⁴

E o ano de 1926 se encerrou sem grandes mudanças naquele padrão de cobertura: O *Paíz* consolidado em sua irrestrita defesa da ordem legal, crítico das

²⁸¹ No penhasco que Deus esqueceu e para onde a tirania proscreveu um pugilo de brasileiros. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16.11.1926, n.9762, p.3. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=28269&Pesq=

²⁸² Idem.

²⁸³ Ibidem.

²⁸⁴ O que a Nação não soube ainda... *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16.11.1926, n.9762, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=28269&Pesq=

propostas de anistia política, e frequentemente reproduzindo o discurso governista sobre a completa tranquilidade política e militar por todo o país. *O Correio da Manhã* continuava em sua cruzada de demonização do quadriênio de Arthur Bernardes, “o ano de Viçosa”²⁸⁵. Procurava se consolidar como importante porta-voz da oposição na luta pela anistia política, ainda sem ataques significativos ao novo governo, porém já relatando novas rebeliões militares que começavam a ocorrer no Rio Grande do Sul. Os ataques se acirravam, e os jornais pareciam sobreviver daqueles ataques recíprocos, se fortalecendo mutuamente naquela guerra midiática que os marcava desde o início do século XX.

O início de 1927 foi marcado pela retomada da duríssima campanha do *Correio da Manhã* contra a herança bernardista. Apesar de a censura ainda ser criticada pela oposição, o ano se iniciava sem a prorrogação do estado de sítio na maior parte do país, inclusive na capital federal. Certamente era auspicioso para a oposição, e o *Correio da Manhã* passou a testar a tolerância oficial, com a manchete “O que a nação não soube ainda...” se tornando quase a principal coluna do jornal. Esta se tornava bastante frequente nas edições do início do ano, com muitas denúncias sobre o autoritarismo e a violência de Arthur Bernardes contra os adversários do regime. O padrão se manteve no dia seguinte, com a grande manchete seguida dos mesmos destaques já anteriormente publicados em outras edições: “Quatro anos de perseguições, violências e crimes contra a honra, a propriedade e a vida de cidadãos indefesos”²⁸⁶, e “Vamos narrar o que foi esse quadriênio que findou.”²⁸⁷ O jornal passava a publicar muitas notas e relatos sobre o início do movimento em São Paulo, em 1924, com fortes ataques ao governo que havia se encerrado. E marcando fortemente sua posição em apoio aos revolucionários, a página era ilustrada pela clássica foto do levante do Forte de Copacabana, com a legenda:

“Uma das fotografias históricas mais impressionantes: a epopeia dos Dezoito do Forte, que marcou o início da revolução contra o conluio dos oligarcas subornadores. O 5 de Julho de 1922 e o de 1924 foram ações ligadas entre si, sendo a última fomentada pelo ódio presidencial aos autores da primeira.”

²⁸⁵ Sob o consulado de Bernardes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 05.01.1927, n. 9805, p.2.

Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=28269&Pesq=

²⁸⁶ O que a nação não soube ainda... *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 02.01.1927, n.9803, p.1.

Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=28931&Pesq=

²⁸⁷ Idem.

E continuam os ataques do *Correio da Manhã* à herança do bernardismo. Foi intensa sua cobertura sobre a prisão de Clevelândia, e a gradual libertação e retorno daqueles prisioneiros teve bastante repercussão na época, por alguns momentos sendo o tema de maior destaque no jornal. As fotografias impressionavam, e os textos mostravam a que ponto havia chegado o governo de Arthur Bernardes, sendo essa campanha antibernardista seu principal objetivo editorial. As matérias nas seções “O que a nação não soube ainda...” continuavam se repetindo, com bastante destaque aos relatos sobre a Revolução Paulista de 1924. As muitas imagens sobre a destruição na capital paulista foram bastante exploradas, com o silêncio do jornal à época sendo justificado pela censura à imprensa e pela decretação do estado de sítio. E, embasado por esse suporte político, o jornal também era importante porta-voz dos que exigiam a concessão da anistia política aos revolucionários de 1922 e 1924. O discurso de pacificação do Brasil já havia sido encampado por grande parte da oposição e o *Correio da Manhã* se fortaleceu como protagonista daquela demanda, apesar de naquele momento ainda estar evitando críticas mais contundentes ao início do governo de Washington Luís.

Esse forte apoio aos revolucionários era cada vez mais ostensivo no início de janeiro de 1927. No dia nove de janeiro o jornal iniciou a publicação de trechos do livro escrito por Juarez Távora, preso durante a marcha da coluna pelo Piauí, em 1925. O comandante revolucionário também havia sido um dos presos da ilha de Trindade, onde adoeceu. Transferido para o hospital da Marinha na Ilha das Cobras, na capital federal, fugiu no início de janeiro, passando a viver na clandestinidade. A matéria “depoimentos preciosos para a história da revolução”²⁸⁸ era seguida do destaque “Como o capitão Juarez Távora relata a queda de São Paulo em poder do exército rebelado.”²⁸⁹ De acordo com o jornal, o livro “A guiza de depoimento” era “[...] na realidade, um depoimento preciosa (sic) pela sua clareza, pela sua verdade e pela autoridade de quem o escreveu.”²⁹⁰ E partes do livro continuaram a ser destacadas nas edições seguintes, narrando as façanhas revolucionárias de 1924 em São Paulo e no Paraná. Diversas notas continuavam na segunda página daquela edição, e uma chama a atenção, por se reportar

²⁸⁸ Depoimentos preciosos para a história da revolução. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 09.01.1927, n.9809, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=28973&Pesq=

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ Ibidem.

ao início do movimento revolucionário do Rio Grande do Sul, em 1924. Intitulada “O levante do Rio Grande”²⁹¹, reproduzia o manifesto revolucionário de 29 de outubro:

Gaúchos! É chegada a hora solene de contribuirmos com o nosso valoroso auxílio para a grande causa nacional. Há quatro meses a fio que os heróis de São Paulo vêm se batendo heroicamente para derrubar o governo de ódios e perseguições que só tem servido para dividir a família brasileira, lançando irmãos como inimigos encarniçados.²⁹²

Tratava-se da convocação revolucionária feita por Prestes, ao levantar o batalhão ferroviário de Santo Ângelo. Aquelas muitas matérias eram baseadas no livro de Juarez Távora, e narravam a fase inicial da revolução ainda em São Paulo, sem se reportar ainda ao movimento gaúcho. Entretanto, mesmo deslocada, houve espaço para que fosse reproduzida a elogiosa nota do general Isidoro Dias Lopes, comandante supremo da revolução, a Prestes e seu protagonismo no Rio Grande do Sul. Na mesma nota o *Correio da Manhã* reproduzia a mensagem do general Isidoro ao grande estrategista militar da marcha revolucionária: “Prestes, esse jovem de 28 anos, traçou com sua espada a página mais gloriosa da revolução brasileira.”²⁹³

Pelo lado da imprensa governista, a julgar pelas edições iniciais de janeiro, os seus leitores talvez imaginassem que a completa paz reinava pelo país, uma vez que nenhum destaque era dado ao movimento revolucionário naquele momento. Entretanto o Rio Grande do Sul, mais uma vez, vivia as insubordinações militares decorrentes, principalmente, das questões políticas locais. Eram desvinculadas militarmente da Coluna Prestes, mas o surgimento de revoltas militares naquele momento mostrava o ocaso da era Bernardes, o que certamente pressionava o governo recentemente empossado de Washington Luís. Somente no dia dezessete de janeiro, por meio de pequena nota, *O Paíz* abordou a prisão de mais revolucionários no sul, não ficando muito claro para seu público que se tratavam de novas revoltas pelo Estado. Na mesma nota era dada a informação da fuga de Juarez Távora do hospital da Marinha, sem qualquer citação aos seus relatos, os quais o *Correio da Manhã*, por seu lado, dava grande prioridade.

²⁹¹ O levante do Rio Grande, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 09.01.1927, n. 9809, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=28973&Pesq=

²⁹² Idem.

²⁹³ Ibidem.

No dia anterior o *Correio da Manhã* publicou pequena nota, porém de máxima importância. Sob o título “Os revoltosos em Mato Grosso”²⁹⁴, reproduzia notícias veiculadas em jornais locais sobre a divisão das tropas revolucionárias, estando parte delas no Estado:

De Correntes em diante parece ter-se subdivido a coluna, seguindo a do comando Prestes em direção às fazendas de [...], do lado novamente do Araguaia, e a outra comandada por Siqueira Campos [...] para os pantanais do Mimoso, em busca de cavahada. [...] Mal providos, a princípio, [...] todas as informações a respeito da marcha dessa coluna revolucionária eram acordes que pretendia atravessar o Poconé, em demanda de Cáceres, para atingir a fronteira da Bolívia. Enquanto isso, o grosso da coluna Prestes, permanecia a leste [...].²⁹⁵

A nota não apresentava muitos detalhes, mas eram corretas as informações noticiadas pelos jornais locais. Em vinte e cinco de outubro realmente houve a separação da coluna, quando o destacamento de Siqueira Campos tomou outros rumos em Goiás. O objetivo era aliviar a pressão militar sobre a principal força revolucionária, com a divisão das forças governistas naquela perseguição. A tropa de Siqueira Campos serpenteou pela região central do país, inclusive retornando a Minas Gerais, em operações militares que continuam a ter bastante repercussão na imprensa oposicionista. As separações dos destacamentos da coluna eram bastante comuns, faziam parte da guerra de movimento defendida por Prestes. Porém, aquela foi a última, e os dois comandantes revolucionários somente voltaram a ter contato após o fim da marcha militar, conforme Hélio Silva (2015, p.80-84) descreveu a correspondência entre ambos:

Buenos Aires, 30 de abril de 1927.
Prestes,
Às ordens, meu general!...
... São tantas as coisas que tenho a te dizer que não sei por onde começar. [...] Como deves saber, a 25 de outubro deixei a Coluna para marchar em direção a Campo Grande, procurando levar a cauda do cometa.²⁹⁶ Infelizmente a cauda te acompanhou, o que vim a saber alguns dias depois [...]. Saí com oitenta homens. Ao emigrar, mais de quarenta já faltavam por deserção, extravio ou morte. [...]

²⁹⁴ Os revoltosos em Mato Grosso. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16.01.1927, n. 9815, p.2.
Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=29142&Pesq=%22A%20segunda%20pop%C3%A9ia%20da%20Coluna%20Prestes%C3%A9

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ Conforme Hélio Silva (2015, p.80), refere-se às forças inimigas que os seguiam e que ele pretendia atrair para o seu destacamento, a fim de diminuir a pressão que a Coluna sofria.

A marcha do 3º Destacamento, comandado por Siqueira Campos, foi bastante errática naqueles meses, tentando em vão se reunir novamente às forças de Prestes. Nela fazia o relato de combates e prestava contas sobre sua tropa, citando mortos e feridos. Os números são confusos, porque Siqueira Campos havia perdido a documentação numa travessia noturna de rio. Escreve, por exemplo, que [...] Emigrei com 65 homens, tendo ficado alguns no Brasil em fazendas de camaradas [...] ²⁹⁷, em clara contradição aos “mais de quarenta (que) já faltavam” ²⁹⁸, citado anteriormente. Também relatava que ao tomar a estação ferroviária de Pires do Rio, em Goiás, prestou uma homenagem ao seu comandante, dizendo que “oficialmente mudei o nome da estação para *Prestes*, não sei se eles respeitarão a ideia.” ²⁹⁹ Em vinte e cinco de março de 1927 o comandante Siqueira Campos, um dos aclamados heróis dos *Dezoito do Forte*, entrava no Paraguai junto ao restante de sua pequena tropa, terminando a jornada militar quase dois meses depois do efetivo principal da Coluna Prestes.

Em fim de janeiro o *Correio da Manhã* dava bastante importância às aquelas informações, na terceira página, com o grande destaque para “Os acontecimentos de Mato Grosso.” ³⁰⁰ A matéria relatava que havia se “Desligado a tropa de Siqueira Campos da Coluna Prestes” ³⁰¹, e que as informações vinham de palestras do Dr. Oscar da Costa Marques, fazendeiro da região, a um jornal paulista. O relato era bastante detalhado sobre as ações das tropas revolucionárias no estado, com a descrição do fazendeiro sobre seu encontro com Siqueira Campos, protagonista da matéria:

[...] De repente surge Siqueira Campos. Rapaz forte e bem disposto, ele nada tinha da aparência truculenta que sua fama fazia supor. Polido e correto nas maneiras, foi de extrema delicadeza que a mim se dirigiu, inquirindo de tudo e de todos. [...] Com cerca de 28 anos de idade, Siqueira Campos luta a frente de duzentos e tantos rapazes, quase todos imberbes, e de magnífica complexão física. Jamais imaginara encontrar o 3º Regimento Independente, como eles se intitulam, de homens do vigor físico dos comandados do ex-rebelde do forte de Copacabana, ³⁰²

A matéria parecia sobre medida para o discurso oposicionista, descrevendo os revolucionários sob perspectiva bastante favorável. Narrava as façanhas das tropas

²⁹⁷ Idem

²⁹⁸ Ibidem.

²⁹⁹ Ibidem.

³⁰⁰ Os acontecimentos de Mato Grosso. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20.01.1927, n.9818, p.3. Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=

³⁰¹ Idem.

³⁰² Ibidem.

revolucionárias, quando rapidamente vagavam pelas fazendas da região, com bastante destaque à maestria daqueles jovens militares. De acordo com o relato daquele fazendeiro, dizia acreditar que “[...] a resistência humana ou pelo menos a do brasileiro estivesse muito aquém do que vão demonstrando dia a dia os cavaleiros, hoje quase lendários, do exército de Prestes. [...]”³⁰³ O discurso era bastante favorável aos revolucionários e, perante o silêncio profundo de *O Paíz*, o *Correio da Manhã* pavimentava uma honrosa saída de cena para os remanescentes da Coluna Prestes.

A edição de vinte e três de janeiro marcou o retorno de *O Paíz* ao tema revolucionário, o que praticamente não havia feito desde que começara o ano de 1927. Naquele domingo, na terceira página, o jornal dava grande destaque às questões partidárias, e criticava o que destacava como “A que deploráveis absurdos conduz a insânia subversiva.”³⁰⁴ A indignação do jornal governista era devido às notícias que dizia estarem sendo veiculadas em jornais cariocas, sobre a pretensão do Partido da Mocidade³⁰⁵ em lançar o “general” Prestes como deputado pelo 2º distrito eleitoral da cidade. Naquele editorial – Incoerências e impertinências³⁰⁶, o jornal atacava os autores da ideia, desqualificando-os por sua juventude e desconhecimento político:

Ninguém sabe o que vem a ser esse partido da mocidade. Mas, pelo título que ostenta, e pelo programa que agora o embandeira, parece tratar-se de uma agremiação política de homens moços com pouca experiência e nenhuma

³⁰³ Ibidem.

³⁰⁴ Incoerências e impertinências. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 27.01.1927, n. 15435, p.3. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=28559&Pesq=redatores

³⁰⁵ Pequena agremiação política que acabou por se incorporar ao Partido Democrático. Este foi fundado em fevereiro de 1926, reunindo elementos descontentes com o longo domínio do Partido Republicano Paulista (PRP). Entre seus principais líderes estavam Francisco Morato, Paulo Nogueira Filho e Marrey Júnior, e entre seus membros predominavam fazendeiros e profissionais liberais. Nos seus primeiros documentos, o PD fazia a defesa do voto secreto e da autonomia do Poder Judiciário. O conselheiro Antônio Prado declarava-se contrário a uma composição com as forças situacionistas de qualquer estado, e por isso o partido preferiu fazer contatos com a oposição gaúcha e com elementos dissidentes do Distrito Federal. Representantes dessas correntes chegaram a compor a comissão organizadora de um futuro Partido Democrático Nacional (PDN), que não chegou a ser criado. O PD mostrava-se entusiasmado pelos feitos da Coluna Prestes (1925-1927) e não manifestava maiores expectativas com relação às disputas eleitorais. A estreia eleitoral do partido ocorreu apenas nas eleições municipais de 1928, quando se aliou a elementos de esquerda, mas foi duramente derrotado pela máquina do PRP – Partido Republicano Paulista. FGV/CPDOC.

Disponível em

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/PartidoDemocraticoSP.A> cessado em 21.01.2018. Com adaptações.

³⁰⁶ Incoerências e impertinências. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 27.01.1927, n. 15435, p.3. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=28559&Pesq=redatores

coerência. [...] Partido da Mocidade! Melhor fora que lhe dessem o nome de Partido da Infância ou da Criançada... [...] ³⁰⁷

Quanto a Prestes, o possível candidato daqueles *homens moços com pouca experiência e nenhuma coerência*³⁰⁸, o jornal não pôde ignorá-lo. Ao criticar o desconhecimento do partido, também precisava atacar a imagem do comandante revolucionário:

Já com seu candidato, não se dá o mesmo. Quase todo mundo conhece, atualmente, quem é esse famoso “general”. [...] É bastante as circunstâncias da sua candidatura estar sendo amparada pelos jornais oficiais da mashorca, para concluir-se que ele não é outro senão [...] um dos chefes do bando que há mais de dois anos vem alimentando a desordem em diferentes estados brasileiros. [...] ³⁰⁹

As lembranças sobre a Revolução Paulista de 1924 dominavam amplamente as primeiras páginas do *Correio da Manhã*, inclusive com fotografias, como ocorreu naquele vinte e seis de janeiro. E na página três o destaque também era “O movimento revolucionário”³¹⁰, porém relatando o que se passava em naquele momento no Mato Grosso. O jornal ironizava a convocação feita pelo governo do estado à população cuiabana para que resistisse à possível invasão da cidade, em nota recheada de mensagens de incentivo à resistência. Em sua crítica, o jornal relatava que “O governo de Mato Grosso, que se vê em má situação em face das colunas revolucionárias de Luiz Carlos Prestes, é de uma prodigalidade verdadeiramente chinesa, em matéria de boletins”.³¹¹ Um desses boletins foi integralmente reproduzido e ridicularizado por fazer referência à Batalha do Riachuelo, na Guerra do Paraguai: “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever. Sustentar o fogo que a vitória é certa.” ³¹² A convocação governista, por isso, foi brindada pelo jornal com o título de “O governo de Mato Grosso já está parodiando o Almirante Barroso...”³¹³

Apesar dos boatos e das alarmantes notas oficiais, em momento algum as tropas revolucionárias estiveram em condições de atacar a cidade. Duramente perseguida e bastante fragilizada, a fronteira boliviana era a meta imediata daqueles revolucionários, o que já havia sido decidido pelo comando revolucionário no ano anterior, durante a

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ Ibidem.

³⁰⁹ Ibidem.

³¹⁰ O movimento revolucionário. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27.01.1927, n. 9823, p.3. disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=29201&Pesq=

³¹¹ Idem.

³¹² Ibidem.

³¹³ Ibidem.

longa travessia do sertão baiano. Entretanto, aquela nova jornada mato-grossense continuava nas manchetes de primeira página, no último sábado de janeiro de 1927. Sob o habitual título “O movimento revolucionário”³¹⁴, o jornal destacava que “segundo as últimas notícias recebidas de Mato Grosso, a maior coluna revolucionária, comandada por Prestes, está no município de S.Luiz de Cáceres.”³¹⁵ A matéria continuava a valorizar a tropa revolucionária por suas manobras, porém era mais focada em Siqueira Campos, com muitos relatos sobre os combates em que se envolvera:

Conforme as últimas informações, as forças revolucionárias comandadas pelo capitão Luiz Carlos Prestes, na sua espantosa mobilidade, tendo abandonado as regiões circunvizinhas de Cuiabá, rumaram para o norte de Mato Grosso, continuando assim a tática de desorientar as tropas governistas. Agora, [...] a maior coluna revolucionária, comandada pessoalmente por Prestes, irrompeu no município de S.Luiz de Cáceres [...] O governo de Cuiabá continua convencido de que os revolucionários se dirigem para a fronteira com a Bolívia, o que não parece provável. [...] ³¹⁶

No início de fevereiro, depois de vários dias sem qualquer referência ao movimento revolucionário, *O Paíz* voltou ao tema, em dois contundentes editoriais internos. Em “Pacifistas originais”³¹⁷ o jornal atacava a imprensa oposicionista e o discurso em prol da anistia política aos revolucionários. O jornal criticava que nesses jornais “[...] o que se vê é a escandalosa apologia de Prestes, Cabanas e Siqueira, a apoteose frenética de sua capacidade militar, de que têm o privilégio, e de sua assombrosa bravura, de que têm o monopólio. [...]”³¹⁸ A outra matéria era ainda maior, e também tinha por alvo a imprensa oposicionista. Sob o título “A indústria demagógica e o *filão* da Clevelândia”³¹⁹, o texto criticava a insistência de setores da imprensa em dar tanto destaque a episódios do governo passado, destacando “O clamor que a estas horas se levanta de certas colunas da imprensa, que, há dias, se alimentam sobretudo de colunas (Prestes e outras)” [...] ³²⁰. Era a imagem de Prestes se confundindo com a da própria coluna, com seu comandante se notabilizando como o grande protagonista do movimento revolucionário.

³¹⁴ O movimento revolucionário. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29.01.1927, n. 9826, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=29283&Pesq=

³¹⁵ *Idem*.

³¹⁶ *Ibidem*.

³¹⁷ Pacifistas originais. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 05.02.1927, n.15448, p.3. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=28559&Pesq=

³¹⁸ *Idem*.

³¹⁹ *Ibidem*.

³²⁰ *Ibidem*.

Ao contrário do que imaginavam as autoridades militares de Mato Grosso, naquele momento alcançar a fronteira boliviana era a única motivação daquelas tropas, que há bastante tempo já não eram sombra das que haviam começado a cruzar o país em meados de 1924. Ainda eram perseguidos por batalhões governistas, que não lhes deram trégua em momento algum. De acordo com o comandante João Alberto (1954, p.187), “A fronteira com a Bolívia estava ali, a poucos quilômetros de distância, já certos grupos de retardatários, por iniciativa própria, a haviam alcançado.” Relata ainda que, enquanto construía jangadas para cruzar a fronteira, foram novamente alcançados por tropas inimigas:

Não tardou, porém, a surgir o adversário traiçoeiro. Queria perseguir-nos até o fim da jornada: não fora bastante para ele o sangue dos valentes e idealistas derramados até ali. [...] O 2º Destacamento lutou com vigor. Quebrado o ataque do inimigo, desencadeamos a contra-ofensiva. E com que entusiasmo! [...] A Coluna podia agora emigrar tranquilamente. Enterramos calmamente os nossos mortos – aqueles que haviam lutado até o fim por simples brio de lutador – e cruzamos, sombriamente, a fronteira do país vizinho. (p.188-189)

Era o terceiro dia de fevereiro e “[...] depois de dois anos e meio de luta era a primeira vez que a Coluna podia repousar sem pensar no adversário.” (p.190) Ainda de acordo com o comandante, oitocentos homens entraram na Bolívia, e tiveram autorização para manterem seu armamento leve.”; já Anita Leocádia (2015, p.96) e Hélio Silva (2004, p.79) falam em seiscentos e vinte. E foi o Secretário-Geral da Coluna, Moreira Lima, que lavrou a ata de deposição de armas perante as autoridades bolivianas, em quatro de fevereiro, assinada pelos generais Miguel Costa e Luiz Carlos Prestes (Silva, p.79).

Apenas no dia dez de fevereiro ambos os jornais noticiaram o fim da marcha militar. *O Paíz*, em pequena nota na segunda página – Cessaram as correrias dos rebeldes³²¹, que tinha por subtítulo “Prestes e Miguel Costa estão internados na Bolívia.”³²² Tratava-se da reprodução integral de nota emitida pela secretaria da presidência da república, informando a divisão das forças revolucionárias e o ingresso na Bolívia de aproximadamente seiscentos soldados. Sob maior destaque, na terceira página de sua edição daquele mesmo dia, o *Correio da Manhã* publicou a mesma nota

³²¹ Cessaram as correrias dos rebeldes. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 10.02.1927, n. 15453, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=28705&Pesq=

³²² Idem.

oficial, destacada pela habitual manchete “O movimento revolucionário.”³²³ Surpreendente, porém, era a imagem que acompanhava a matéria, não dos famosos revolucionários da marcha que se encerrava, mas de Zeca Neto. O chefe político gaúcho comandava novos grupos civis e militares em levantes militares menores, mas persistentes, que ainda ocorriam no estado, mostrando que, ao contrário do discurso oficial reproduzido por *O Paíz*, o Brasil ainda estava longe de estar totalmente pacificado.

Restava ainda, para a Coluna Prestes, as notas que lhe foram dedicadas naquele dia por *O Paíz*. Na mesma matéria havia a reprodução dos informes dos jornais baianos, que estariam circulando com bastante destaque em Salvador. De acordo com a matéria, o jornal baiano *A Noite* publicava o telegrama que estaria causando grande alvoroço na capital baiana:

Um telegrama do eminente Dr. Geraldo Rocha, [...] deu hoje conhecimento à Bahia de um acontecimento importantíssimo, qual a da derrota da Coluna Prestes, nas fronteiras da Bolívia. À vitória coube às forças baianas sertanejas, sob o comando do nosso destemido conterrâneo coronel Franklin de Albuquerque, que, a frente de um punhado de bravos patriotas, se comprometera a levar de vencida, como agora o fez, a principal coluna revoltosa, dirigida pelo chefe do movimento sedicioso, o capitão Luiz Carlos Prestes.³²⁴

A ênfase na derrota revolucionária foi reforçada na mesma página, em texto de Adoasto de Godoy. Tratava-se de duríssimo ataque a Assis Chateaubriand, proprietário do oposicionista *O Jornal*. A matéria repudiava o periódico adversário, que havia publicado que “ [...] Carlos Prestes encerra sua campanha com um ato forte, talvez o mais forte de quantos tenha tido ensejo de praticar, [...]”³²⁵ Ironicamente criticava a crescente maestria de Prestes, e criticava sua entrada na Bolívia como fuga de quem sempre fugiu à luta, discurso muito adotado pelos adversários da coluna:

O rival de Aníbal, de Cipião, de Alexandre, de Frederico, de Napoleão, é vencido em todas as lutas, foge, como provado está, e chama-se isso de uma oportuna deposição de armas. [...] Se ele, para não se sacrificar, correu como veado e deixou as armas com os legalistas, fê-lo com toda a oportunidade...

³²³ O movimento revolucionário. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10.02.1927, n.9836, p.3. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%201927&pesq=

³²⁴ Cessaram as correrias dos rebeldes. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 10.02.1927, n. 15453, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=0&Pesq=

³²⁵ Burríssimo. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 10.02.1927, n. 15453, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=0&Pesq=

[,,] [...] Que é isso, oh Assis? De que parecia Prestes ter medo? De passar por virgem? De ser internado num convento? De lhe atribuírem o desejo mórbido de dormir com Isidoro Dias Lopes? Não, Prestes tinha medo era da força legal, tanto que, diante dele, andou correndo pelo interior do Brasil, de norte a sul. [...] Esse sujeito (Assis Chateaubriand) é burro de verdade e burro burramente malandro e em todo caso burríssimo.”

A nota assinada pelo redator de *O País*, intitulada “Burríssimo!”³²⁶, era bastante agressiva contra Assis Chateaubriand, e mostrava que, mesmo com o fim do movimento revolucionário, Prestes despertava fortes paixões.

Esta pesquisa compreende o período revolucionário que o Brasil vivenciou, desde o levante tenentista de São Paulo, em julho de 1924, até a deposição de armas pelos revolucionários na Bolívia, em fevereiro de 1927. E a análise das publicações dos jornais selecionados demonstra, portanto, como Luiz Carlos Prestes era reconhecido, já naquela época, como o comandante de fato daquela marcha. Também é possível concluir que, se rapidamente crescia a imagem heroica de seu grande comandante, isso pode ser atribuído às inúmeras tentativas de parte da oposição justamente em maculá-la. O discurso agressivo, por vezes quase caricato, rapidamente abria espaço para a Coluna Prestes na mídia e na história do país.

³²⁶ Idem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o conturbado início da década de 1920 no país, esta dissertação abrange período marcado por fortes tensões nas relações políticas entre os diversos governos e a imprensa da época. A consolidação da jovem república não pôde prescindir da forte parceria com influentes jornais, que ao hipotecarem irrestrito apoio ao governo buscavam aproximá-lo da ascendente classe média urbana. Por outro lado, também ocorria o lento fortalecimento da imprensa contrária ao governo, e que também buscava aproximar-se da também crescente opinião pública oposicionista, provocando o inevitável acirramento das tensões políticas que marcavam aquele momento.

Representando esses posicionamentos extremados, a pesquisa analisa *O Paíz* e sua irrestrita defesa das ações governistas, o que marcou sua servil existência até 1934, e o *Correio da Manhã*, oposicionista por vocação histórica, cujo protagonismo no cenário político nacional buscou permanentemente alcançar até seu fechamento definitivo em 1974. A virulência na defesa de seus posicionamentos somente era possível em função da força do próprio adversário, como se a crescente agressividade nos mútuos ataques fosse o oxigênio que mantivesse acesa a chama pseudo-ideológica que mobilizava seus leitores. Durante os pouco mais de trinta anos em que coexistiram, *O Paíz* e o *Correio da Manhã* buscavam não apenas trazer a informação, mas serem protagonistas do cenário político nacional. E o movimento tenentista da década de 1920 é bastante representativo daquelas relações, sendo os dois jornais importantes modelos de práticas questionáveis na defesa de seus interesses políticos e comerciais. Se a cobertura do levante do Forte de Copacabana em 1922 já mostrava a postura antagônica de ambos com relação àquele movimento, durante a Revolução Paulista de 1924 e a marcha da Coluna Prestes suas diferenças ficaram ainda mais patentes, marcadas por interesses políticos irreconciliáveis.

A grande marcha militar empreendida pela Coluna Prestes entre 1924 e 1927 representou o maior desafio político enfrentado pelo governo de Arthur Bernardes. Tratou-se do mais contundente desafio de parte das forças armadas às oligárquicas estruturas políticas do país, em que, de maneira nada democrática, setores mais radicais da caserna buscavam também serem vistos como decisivo fator político para o país. Em que pesem os questionamentos com relação às práticas militares adotadas por aqueles revolucionários, eles não foram totalmente derrotados, tendo obtido asilo político na

Bolívia em fevereiro de 1927. Esta pesquisa demonstra como gradativamente a Coluna Prestes tornava-se célebre no país já naquela época, e como a atuação dos jornais analisados foi fundamental para a consolidação de uma imagem positiva para aquele movimento revolucionário, independentemente da abordagem que davam às suas ações. Ou seja, apesar da pequena e previsível perspectiva favorável ao movimento pela imprensa oposicionista, a intensa cobertura negativa adotada pelo governista *O Paíz* se constituiu em fator de fundamental importância para o fortalecimento de uma imagem favorável à Coluna Prestes durante sua marcha revolucionária.

Se a questão militar ficava a cargo do exército e forças policiais e paramilitares, a destruição política dos revolucionários era o objetivo de *O Paíz*, missão ao qual o jornal se dedicava de forma ostensiva. O que se verifica, porém, é que em sua agressiva campanha antirrevolucionária, *O Paíz* se tornava contumaz divulgador da Coluna Prestes, como espécie de marketing inverso que a levou às primeiras páginas do jornal antes mesmo do oposicionista *Correio da Manhã*. A virulenta campanha do jornal governista negava qualquer forma de honra, bravura ou disciplina entre os revoltosos, e os frequentes questionamentos à sua incapacidade militar eram constantemente desmentidos pela própria sobrevivência da coluna rebelde. Ou seja, esse permanente processo de desqualificação dava ao movimento revolucionário justamente a repercussão que não lhe era possível pela própria imprensa oposicionista. O que essa dissertação demonstra, portanto, é que em sua irrestrita determinação em atacar aquele movimento tenentista, parte da imprensa governista, especialmente *O Paíz*, se constituiu em agente fundamental no fortalecimento de uma imagem heroica da Coluna Prestes.

Ao se iniciar as análises dos jornais, percebe-se que em julho de 1924, momento em que a capital paulista encontrava-se cercada pelas tropas governistas, as abordagens de ambos tinham diferenças nada sutis. O oposicionista *Correio da Manhã* foi imediatamente atingido pela censura oficial, com a prisão de Edmundo Bittencourt e redatores, situação também vivida por outros jornais de oposição a Arthur Bernardes. Naquele momento, restava ao jornal praticamente a mera reprodução de notas oficiais e o mínimo destaque necessário, com a rápida diminuição daquela forçada cobertura tão breve quanto possível. Como se isso não bastasse, logo depois o jornal foi impedido de circular até maio de 1925, permitindo que a temática revolucionária fosse livremente destacada pelo governista *O Paíz*, livre de seu principal contraponto na capital federal.

O adesismo acrítico de *O Paíz* naquele momento inicial da Revolução Paulista de 1924 tornava possível o incrível elogio do jornal à retenção de notícias pelo governo,

atitude que visaria manter o país “[...] a salvo das inúteis excitações de opinião”³²⁷. E essas opiniões, certamente diversas das desejadas pelo governo, proliferavam pelo país independentemente das diretrizes oficiais e do irrestrito apoio da imprensa governista. Quando, por exemplo, o jornal publicou o editorial “Cadeia para os boateiros!”³²⁸ criticando que “A rebelião de S.Paulo continua a ser objeto dos boatos mais absurdos [...]”³²⁹, e que “A demora da extinção do movimento sedicioso é o pretexto de tamanha proliferação de boatos. [...]”³³⁰

Ao contrário do insistente discurso oficial, é muito provável que a gravidade daquela crise fosse claramente percebida pela população da capital federal, e os boatos a que *O Paíz* se referiam podem ser atribuídos aos questionamentos públicos quanto a real envergadura daquele movimento militar. E essa campanha contra os *boateiros* pode ser percebida como reiterada e simbólica ação do jornal em prol de seu discurso governista, em que se verifica como “não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos” (Orlandi, 2007, p.9). De acordo com a autora, “Não há uma verdade oculta por trás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender.” Ou seja, a presença da ideologia é inerente a qualquer discurso, sendo que “os sentidos estão sempre *administrados*, não estão soltos” (Orlandi, 2007, p.10). Se os *boateiros* precisavam ser combatidos como foi colocado pelo jornal, provavelmente eram em número significativo e vistos como real ameaça ao discurso oficial governista. Precisavam, portanto, também serem desqualificados e punidos, prática autoritária que dominou a relação com a imprensa oposicionista na época.

O abandono de São Paulo pelos revolucionários paulistas e a perseguição que sofreram pelo interior do estado era ufanisticamente tratada pela imprensa governista como vitória da legalidade. As diversas revoltas que haviam eclodido em outros estados também eram vistas como movimentos de menor repercussão política ou militar, e também eram tratadas como demonstração do controle de Arthur Bernardes sobre todo o país. Entretanto, tais revoltas possuíam grande articulação político-militar, como em outubro de 1924, quando vários emissários civis e militares do levante gaúcho chegaram a Foz do Iguaçu para discutirem com os comandantes paulistas a junção dos

³²⁷ Mais uma vez triunfará a legalidade. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 07.07.1924, n.14505, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=17845&Pesq=

³²⁸ para os boateiros! *O Paíz*, Rio de Janeiro, 27.07.1924, n.14525, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=18059&Pesq=

³²⁹ Idem.

³³⁰ Ibidem.

movimentos revolucionários na região. Entre eles “[...] o 1º Tenente de Artilharia Antônio de Siqueira Campos – um dos *Dezoito de Copacabana*, no movimento de julho de 1922 [...]” (Távora, 1974, p. 157).

São dessa época as primeiras referências a Luiz Carlos Prestes feitas no governista *O Paíz*, ainda em 1924, momento em que o oposicionista *Correio da Manhã* já se encontrava impedido de circular pelo governo federal. Enquanto Juarez Távora e Siqueira Campos há bastante tempo frequentavam as páginas de *O Paíz*, em doze de outubro de 1924 o levante militar de Santo Ângelo foi noticiado pela primeira vez noticiado nas páginas do jornal. É interessante perceber na matéria a presença dos já conhecidos líderes revolucionários Juarez Távora e Siqueira Campos, porém, de acordo com aquela pequena nota, sendo o levante gaúcho liderado apenas por *um capitão*. E rapidamente cresceram as pequenas menções ao seu nome, até fevereiro de 1925, com finalmente houve o destaque a “Derrota completa dos bandos remanescentes da Coluna Prestes.”³³¹. Era a primeira das muitas derrotas definitivas atribuídas àqueles revolucionários e seu comandante, e que se seria reproduzida inúmeras vezes pelos anos seguintes e por diversas partes do país.

Em dezembro de 1925 *O Paíz* reproduziu homenagem prestada ao deputado gaúcho Paim Filho, agraciado com a patente honorária de general do exército por liderar tropas civis na luta contra as forças revolucionárias no sul do Brasil. E o discurso do general obviamente valorizava sua tropa, elogiando a vitória governista. Porém, ao contrário das matérias normalmente reproduzidas no jornal, havia em seu discurso respeito e admiração coluna revolucionária, destacando suas diferenças:

Duas forças varonis defrontavam-se, provindas ambas do mesmo âmbito, [...] Eles, absorvidos pela ideia fixa e dominante de alcançarem sua grande meta, [...] desenvolviam quanto lhes era dado possuírem em energia e vontade.³³² Nesse ínterim, a *Coluna Prestes*, [...] operava junção com os revolucionários de Foz do Iguaçu, [...]. [...] rumando para Palmas (as forças de Paim Filho) [...] e prosseguindo para Clevelândia (PR), encontrava-se a 19 de fevereiro com as forças de Prestes e travava combate.³³³

Ao contrário de *O Paíz*, no discurso de agradecimento do general havia o reconhecimento de serem as tropas enfrentadas preparadas e valorosas, porém

³³³ A rebelião no sul. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 02 e 03.02.1925, n.14715 e 14716, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=20122&Pesq=

combatendo por diferentes ideais. Tratava-se, portanto, de poderosa e respeitável força inimiga, conceito que o jornal governista em momento algum considerou para a coluna revolucionária.

Momento bastante significativo da pesquisa se verificou na análise dos números referentes à eleição presidencial de 1º de março de 1926. Como demonstrado anteriormente, a chapa eleitoral governista era única, de modo que a indicação do senador paulista Washington Luís já fazia dele o próximo presidente da república. Não houve, portanto, campanha eleitoral nas páginas de *O Paíz*, com apenas uma grande entrevista e várias notas esporádicas. Realizado o pleito, o jornal se limitava a publicar os votos obtidos apenas pela chapa presidencial, no Distrito Federal e nos estados. O *Correio da Manhã*, por outro lado, aproveitou a eleição presidencial para tecer duras críticas a estrutura política do país. Denunciava a farsa eleitoral que afastava a população do inútil processo político, marcado por prévios acordos entre as tradicionais oligarquias estaduais. Seu protesto já era claro, quando sequer noticiou a escolha de Washington Luís como o candidato oficial à sucessão de Arthur Bernardes, ignorando a trajetória do próximo presidente da república até o dia de sua posse. Porém, sua cobertura quanto ao resultado das eleições foi um pouco mais ampla, discriminando os votos obtidos pelos candidatos a intendentes municipais no Distrito Federal, nominando os eleitos. Porém, ao contrário do jornal governista, o *Correio da Manhã* fazia a mesma discriminação com relação à eleição majoritária, quando podiam ser observados vários votos dados também a comandantes revolucionários, como o líder oposicionista gaúcho Assis Brasil, o general Isidoro Dias Lopes e, principalmente, Prestes. E os 262 votos para vice-presidente da república obtidos pelo comandante revolucionário tornam-se bastante significativos ao se constatar que, até aquele momento, ainda era muito pequena a citação ao seu nome nos dois jornais analisados. Pode-se concluir, portanto, que o prestígio da Coluna Prestes e de seu comandante já se fazia crescente por outros meios, jornalísticos ou não, tanto no Rio de Janeiro quanto em outras regiões do país.

Quase dois anos após a eclosão da Revolução Paulista, *O Paíz* passou a atacar diretamente a imagem da força revolucionária, vinculando-a ao cangaço que assolava o sertão nordestino. Em 1926 a Coluna Prestes atravessava aquela região, e o jornal governista passou a dar amplo destaque às acusações de estarem sendo os revolucionários escoltados pelo bando de Lampião. Acirrados debates ocorreram no Congresso Nacional, com parlamentares governistas apresentando “provas” dessa parceria que, obviamente, eram contestadas pela oposição. A estratégia

obrigatoriamente concedeu à Coluna Prestes espaço que até então não dispunha no jornal governista. A apropriação do nome *Coluna da Morte*, denominação inicialmente adotada pela tropa do tenente Cabanas no início da revolução Paulista, também passou a ser normalmente usada pelo jornal ao se referir aos revoltosos. E certamente essa pretensa associação que se pretendia para a tropa revolucionária estava tendo resultados diversos dos pretendidos por seus redatores. E no início de julho de 1926, pela primeira vez a coluna revolucionária estreava com grande destaque em *O Paíz*. A grande manchete de capa “Como Prestes, Miguel Costa e sua malta de bandidos regeneram a república através do alto sertão”³³⁴ certamente demonstrava que o jornal partia para o ataque. E o objetivo não era mais decretar a derrota inimiga, mas liquidar a honra dos revoltosos, negando-lhes qualquer forma de bravura ou valentia. E o jornal passava, a partir daquele momento, a associar a tropa revolucionária à bandidagem comum, igualando seus atos às maiores atrocidades cometidas por Lampião, cuja nefasta fama também se espalhava pelo país. A estratégia passou a ser adotada por diversas edições, com a reprodução de inúmeras matérias relativas à violência praticada pelos revoltosos em sua permanente fuga das tropas legalistas. E, buscando a respeitabilidade que tais acusações exigiam, o jornal passou a reproduzir os acalorados debates parlamentares sobre aquelas ações, o que disponibilizava à Coluna Prestes o espaço que até então não lhe era possível no oposicionista *Correio da Manhã*. Apesar de todas as “provas” apresentadas por parlamentares governistas sobre aquelas constantes acusações, elas não se sustentavam, inclusive pela declaração de Prestes de que, se capturasse Lampião, esse seria sumariamente fuzilado. Porém, é inegável que aquela parceria nas páginas de *O Paíz* não deixava que a imagem revolucionária caísse no esquecimento, e nisso o jornal governista ainda iria mais longe. A primeira capa no *Correio da Manhã* somente foi alcançada quase dois meses depois. “A Coluna Prestes: como foi que ela atravessou o S. Francisco”³³⁵ relatava detalhadamente a heroica travessia do grande rio pelo sertão baiano. É bastante interessante observar as fotografias que emolduravam a matéria. Pelo lado governista, o chefe político baiano Horácio de Matos, um dos mais duros perseguidores da tropa revolucionária. Representando a coluna vitoriosa na matéria, o comandante Siqueira Campos, em antiga foto ainda com o uniforme do exército. Na

³³⁴ Como Prestes, Miguel Costa e sua malta de bandidos regeneram a república através do alto sertão. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 01.07.1926, n. 15229, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=15900&Pesq=Adoasto%20de%20Godoy

³³⁵ A Coluna Prestes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 05.09.1926, n.9701, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%201926&pesq=

longa e descritiva matéria sobre aquela façanha militar, nenhuma referência ao comandante geral da tropa, Miguel Costa, ou ao chefe de seu Estado-Maior, Prestes. Mas o título, já por diversas vezes reproduzido, não deixa dúvidas sobre como o jovem capitão gaúcho exercia, de fato, o comando daquela coluna revolucionária.

O momento mais contundente daquela campanha empreendida por *O Paíz* ocorreu a partir de agosto de 1926. Insistindo na vinculação da imagem revolucionária ao cangaço, o jornal passou a publicar trechos do livro *Prestes e Lampião*. Como amplamente divulgado, tratava-se da antecipação de capítulos do livro escrito por um capitão do exército, combatente contra a coluna e que, com seus relatos, se propunha a:

[...] divulgação de todos os crimes praticados por esses lampiões e prestes, saídos das escolas superiores da República, [...] suavizar o sofrimento dos nossos infelizes compatriotas do sertão, vítimas deles, que lhes roubam os parques vinténs [...], lhes incendeiam as roças, lhes tiram tudo, desde a honra sagrada das filhas e esposas, até o sacratíssimo direito da existência.³³⁶

Como descrito no capítulo IV, poucas vezes um texto pode ter sido tão favorável à causa revolucionária como a *narrativa sensacional* prometida por *O Paíz*. Durante aquela semana em que seus leitores foram insistentemente instigados a aguardar pela publicação daqueles capítulos, finalmente tiveram acesso a partes da narrativa que, na intenção de igualar suas ações às de Lampião, certamente produziram efeito totalmente contrário ao intencionado. Ao dizer que “[...] Prestes podia zombar daquelas metralhadoras, e dos guerreiros enviados contra si [...]”³³⁷ e que o comandante inimigo era “astucioso e sagaz”³³⁸, é difícil imaginar que se tratavam de trechos que visavam denunciar a “obra satânica”³³⁹ daquela tropa. E aos leitores do jornal que esperavam que o capitão Aduato finalmente colocasse por terra qualquer indício de romantismo que ameaçava se ligar à imagem revolucionária, restava a frustração de não terem visto, pelo menos naquela prévia, a *narrativa sensacional* que destruiria, de vez, a ascendente imagem da Coluna Prestes.

A posse de Washington Luís na presidência da república, em novembro de 1926, representou marco significativo na atuação de ambos os jornais. Enquanto o *Correio da Manhã* parecia querer desafiar os limites da trégua não declarada pelo novo governo, *O*

³³⁶ A Caixa de Emergência de *O Paíz*. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 08.09.1926, n.15298, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=0&Pesq=

³³⁷ Idem.

³³⁸ Ibidem.

³³⁹ Ibidem.

Paíz parecia haver desistido da temática revolucionária. Esse, profundamente engajado em reafirmar sua histórica aliança governista, parecia mais preocupado nos louvores ao presidente Washington Luís, além de manter sua dura posição contrária a qualquer forma de abrandamento no trato aos revoltosos, como nas crescentes discussões sobre a concessão de anistia política em prol da pacificação do país. O oposicionista *Correio da Manhã*, por outro lado, passou a dar amplo destaque a tudo de ruim que podia ser atribuído ao governo de Arthur Bernardes. “O que a nação não soube ainda...”³⁴⁰, manchete de primeira página já no dia seguinte a sua saída do cargo, tornou-se manchete frequente em suas páginas, porém numa clara diferenciação inicial entre os dois presidentes. Ou seja, o duríssimo oposicionismo exercido naquele momento pelo jornal poupava o novo presidente, porém se manifestava abertamente tanto pelos duros ataques a Arthur Bernardes como pelas crescentes referências do *Correio da Manhã* aos *heróis de 1922* e seus seguidores, os revolucionários da Coluna Prestes.

Em três de fevereiro de 1927, ao deporem suas armas perante as autoridades bolivianas, encerrava-se aquela jornada militar de vinte e cinco mil quilômetros por diversos estados do país. De maneira surpreendente em função do grande prestígio que já dispunham, o fim da marcha daqueles já renomados revolucionários foi noticiada em ambos os jornais apenas uma semana depois, com pouco destaque, e baseada em nota oficial da presidência da república. Nas semanas seguintes jornalistas e dirigentes políticos já se dirigiram à fronteira boliviana para encontrá-los, numa busca por novos fatos midiáticos e apoio político que marcaria fortemente o restante da década de 1920.

“Não vencemos, mas não fomos vencidos.”³⁴¹ A simples e direta avaliação de Lourenço Moreira Lima representa claramente o sentimento daquela jovem trupe revolucionária. Fechada e determinada em sua irrestrita e particular rejeição ao governo de Arthur Bernardes, dispuseram de toda sua bravura para se oporem militarmente ao autoritarismo daquele governo.

O avanço das pesquisas também permite conclusões quanto à percepção de ambos os jornais com relação à estrutura organizacional revolucionária. Momento fundamental para a continuação da marcha revolucionária deu-se em julho de 1925, após a breve travessia do território paraguaio, com a junção das brigadas Rio Grande e São Paulo. Com a unificação da força revolucionária, ela foi dividida em quatro

³⁴⁰ O que a nação não soube ainda... *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16.11.1926,n.9762, p.1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=27217&Pesq=

³⁴¹ Moreira Lima, Secretário-Geral da Coluna. In: PRESTES, Anita L. *Uma epopeia brasileira: A Coluna Prestes*. São Paulo: Editora Moderna, 1995, p.97.

destacamentos, comandada por jovens militares da absoluta confiança de Prestes, até então comandante da tropa gaúcha. Eram eles Cordeiro de Farias (24 anos), Djalma Dutra (29 anos), João Alberto (28 anos) e Siqueira Campos (27 anos), sendo o comando geral da tropa exercido pelo major da Força Pública paulista Miguel Costa, por determinação do chefe supremo da revolução, o general Isidoro Dias Lopes. Ao também jovem Prestes (24 anos) coube a chefia do Estado-Maior revolucionário e o protagonismo das ações de guerra, nas quais pôde demonstrar, em diversas oportunidades, sua genialidade militar, por diversas vezes lembrada por seus pares. O relato do secretário da Coluna, Lourenço Moreira Lima, de que “Todos lhe reconheciam a superioridade intelectual e gravitavam em todo de sua pessoa como satélites girando ao redor de um grande sol” (Anita Prestes, 2005, p.75), exemplifica parte daquela efetiva liderança. Percebe-se que o ineditismo daquela guerra de movimento e a juventude dos revolucionários também foi questão importante na consolidação da estrutura de comando da coluna. Quanto à nominal liderança de Miguel Costa, não há registro de haver sido questionada durante ou após aquela jornada, mesmo porque, apesar de estarem rebelados contra o governo, permaneciam militares, com rígidos padrões internos de hierarquia e disciplina. E a larga experiência do veterano revolucionário paulista Miguel Costa, do alto de seus quarenta anos de idade, proporcionou o equilíbrio necessário para se contrapor à juventude daqueles jovens revolucionários, e principalmente à irresistível ascendência sobre a tropa de seu chefe do Estado-Maior, Luiz Carlos Prestes.

A análise das fontes consultadas traz à luz algumas considerações quanto a denominação daquela tropa por Coluna Miguel Costa – Prestes, bastante utilizada e considerada por alguns autores como mais adequada ao comando do major paulista sobre a tropa revolucionária. Não se questiona que, hierarquicamente, todos aqueles militares, inclusive Prestes, estavam subordinados a Miguel Costa, investido no comando da tropa pelo general Isidoro Dias Lopes. Entretanto, além de ambos os jornais analisados, importantes comandantes revolucionários, como João Alberto, Juarez Távora e Siqueira Campos, em diversos relatos e correspondências também se referiam normalmente a Prestes como o chefe revolucionário daquela tropa. Trata-se efetivamente de uma das constatações desta pesquisa, a inquestionável liderança do Chefe do Estado-Maior revolucionário, Luiz Carlos Prestes, sobre a coluna militar já naquela época.

Por outro lado, é discutida por parte da historiografia a possibilidade de que o protagonismo de Prestes tenha se forjado posteriormente, com o objetivo de catapultar seu potencial político no período da redemocratização, após o fim do Estado Novo getulista em 1945. E que essa idealização sobre sua figura teria sido ainda mais fortalecida por parte da imprensa e da historiografia simpáticas ao Partido Comunista Brasileiro no enfrentamento à ditadura militar instalada em 1964. Em que pese à relevância desse posicionamento histórico e político, essa pesquisa demonstra que, *nos jornais analisados*, o crescimento da imagem positiva da coluna é claramente verificável ainda durante sua jornada militar, e que Luiz Carlos Prestes, já naquela época, era reconhecidamente tratado como o grande líder da marcha, já tratada como Coluna Prestes por aliados, inimigos e, principalmente, por ambos os jornais. Nesse sentido, é fundamental analisar a lembrança de alguns daqueles revolucionários quanto a jornada da Coluna Prestes. João Alberto, Juarez Távora, Moreira Lima, Siqueira Campos e outros deixaram vários relatos, tanto em suas memórias quanto nas várias correspondências trocadas entre si, em que não há qualquer dúvida quanto à liderança de Prestes sobre a tropa.

Entretanto, situação diferente ocorre quando são analisadas as lembranças de Juarez Távora sobre aquele momento. Histórico revolucionário desde 1922, participou ativamente da Revolução Paulista de 1924, e após a junção das tropas gaúchas e paulistas no Paraná, assumiu o posto de subchefe do Estado-Maior revolucionário, logo abaixo de Prestes. Sua jornada revolucionária junto na coluna acabou no final de 1925, com sua prisão no Piauí. Já em 1926 conseguiu fugir da prisão da marinha na Ilha das Cobras, e na clandestinidade passou a escrever seus relatos sobre o movimento paulista. No início de 1927 suas narrativas passaram a ser parcialmente publicadas pelo *Correio da Manhã*, quando o jornal opositor atacava duramente o governo anterior de Arthur Bernardes. Esses relatos deram origem ao livro “À guisa de depoimento sobre a Revolução Paulista de 1924”, publicado ainda em 1927 e que colaborou para aumentar ainda mais o prestígio revolucionário de Juarez Távora pelos anos seguintes. Porém, muitos anos depois, os veteranos comandantes revolucionários estavam em campos políticos totalmente opostos. Em 1973, dois anos antes de morrer, Juarez Távora publicou seu livro de memórias, “Uma vida e muitas lutas”, e diversos aspectos chamam bastante a atenção nessa obra, principalmente pela insistência em chamá-la, sempre, por *Coluna Miguel Costa-Prestes*. Apesar do livro de 1927 narrar exclusivamente a Revolução Paulista de 1924, “Uma vida e muitas lutas” também destacava aquele

movimento em que foi importante protagonista. Entretanto, com relação à Coluna Prestes, foi mais comedido, dedicando-lhe pouco menos de vinte páginas, até sua prisão no Piauí no final de 1925. A partir de então dedicava aos leitores a empolgante história de suas prisões e fugas, a vida na clandestinidade e o exílio com os demais revolucionários. Chama bastante a atenção, no entanto, as poucas referências a Prestes, sempre abordado como mais um dos comandantes, sem nenhum destaque e em momento algum assumindo o protagonismo das ações. Em seus relatos Miguel Costa é reiteradamente apontado como chefe incontestável, causando mesmo certa estranheza o porquê do nome do capitão gaúcho secundá-lo na denominação daquela coluna revolucionária.

A explicação, porém, vem do próprio livro, quando a narrativa chega a 1930. Com exceção de Prestes, os principais comandantes revolucionários integravam a Aliança Liberal e participaram ativamente da revolução de 1930, a conspiração política pela derrubada de Washington Luís que acabou por levar Getúlio Vargas ao poder. Naquele momento, porém, Prestes já se aproximava do ideário marxista, e ao publicar seu manifesto à nação, severamente crítico às estruturas políticas, econômicas e sociais do país, foi bastante confrontado por seus antigos companheiros, receosos de que aquela manifestação do grande comandante enfraquecesse a Aliança Liberal. As correspondências trocadas entre eles demonstram aquelas divergências, com Juarez Távora insistindo para que Prestes não publicasse aquele manifesto. Na opinião dos demais líderes tenentistas, havia o grande receio de que o ortodoxo manifesto de Prestes, já com viés bastante próximo ao marxismo, pudesse ser visto como a opinião de todos eles, e não apenas de seu autor, Prestes. Como consequência, houve a traumática ruptura entre os dois comandantes, que certamente gerou consequências sobre suas mútuas avaliações futuras. Os termos foram bastante duros, como Juarez Távora respondendo a Prestes, por exemplo, sobre o “[...] recebimento de seu desagradável bilhete [...]” (Távora, 1974, p.355). Tratava-se de crítica à última carta de Prestes, que o havia chamado de “hipócrita e insultador gratuito”, numa clara demonstração da ruptura entre ambos.

E a Revolução de 1930 significou o rompimento definitivo entre os antigos revolucionários e seu antigo comandante, uma vez que aderiram em massa à aliança Liberal e na conspiração que levou Getúlio Vargas ao poder. Prestes, ao contrário, abraçou definitivamente o marxismo e se tornou o principal líder comunista do Brasil, sofrendo a duríssima repressão que marcou toda sua vida. Juarez Távora retomou sua

carreira militar, atingiu o generalato e nunca mais se distanciou do poder. Em 1954 também estava ao lado dos que romperam com Getúlio Vargas e no ano seguinte, candidato pela UDN, foi derrotado nas eleições presidenciais por Juscelino Kubistchek. Com o golpe militar de 1964 assumiu o Ministério da Viação e Obras Públicas, em que permaneceu até 1967. Ou seja, os velhos comandantes rapidamente tomavam rumos opostos, posicionando-se em espectros político-ideológicos totalmente contrários pelos anos seguintes.

As memórias de Juarez Távora foram publicadas em 1973, auge da ditadura militar no país. E o que fica claro é que a profunda diferença político-ideológica que separava os antigos companheiros revolucionários marcou profundamente a avaliação da jornada revolucionária da coluna que retratou em suas memórias. Ao contrário do que seu livro faz supor, na mesma correspondência de 1930 em que se consolidou o definitivo rompimento entre ambos, Juarez Távora (1974, p.357) fazia avaliação sobre Prestes que era comum aos demais comandantes, de maneira diferente à retratada em seu livro de memórias:

Diz-me você, em sua carta, que a publicação de seu manifesto foi feita em caráter individual, e, nessas condições, suas conseqüências ficariam limitadas ao seu prestígio pessoal. *Discordo disso. Você era, então, o chefe sabido e prestigiado da revolução; e, em torno de seu nome, nós, seus auxiliares de imediata confiança* (destaque meu), estávamos preparando um movimento de larga envergadura [...]

É clara naquela correspondência a preocupação de Juarez Távora de que a opinião de Prestes expressava naquele manifesto se sobrepusesse a dos demais comandantes, conseqüência da reconhecida liderança do capitão gaúcho sobre a coluna revolucionária. E ao publicar suas memórias quase cinquenta anos após o encerramento da marcha revolucionária, a perspectiva de Juarez Távora estava inevitavelmente embasada pela ambientação política do país da década de 1970. Historicamente envolvido em conspirações presidenciais, era importante membro da estrutura governista, e havia sido ministro de Viação e Obras Públicas de Castelo Branco já no início da ditadura militar. Prestes, por outro lado, desde 1931 declarava-se marxista, tendo ingressado no PCB - Partido Comunista do Brasil em 1934. Personalidade política de prestígio mundial desde a época da marcha da coluna, era o mais famoso nome da esquerda oposicionista do país, tendo sua vida quase sempre marcada por duríssima perseguição governista desde então.

Quanto a Juarez Távora, fica evidente que suas memórias estavam profundamente marcadas pelo aspecto ideológico. Havia em seus registros posteriores o nítido sentido político não de apagar a imagem de Prestes – impossível historicamente, mas de adequá-la a uma realidade ideologicamente mais palatável às circunstâncias da época, e sem ostensivamente ofender sua própria história. Em suas memórias é claramente perceptível como seu relato sobre Prestes foi marcado por forte processo de esquecimento circunstancial. Tratava-se de interpretação bastante seletiva, demonstrando como o inconsciente é profundamente afetado pela ideologia. De acordo com Orlandi (2007, p.36) “o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. As ilusões não são *defeitos*, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos.” Naquele momento a tentativa de relativização do protagonismo histórico e político de Prestes era fundamental para se diminuir a relevância política da esquerda brasileira, com a consequente consolidação dos autoritários governos ditatoriais pós-1964. Portanto, ao contrário do que parte da historiografia afirma sobre a arquitetada superestimação da imagem de Prestes – ideologicamente visando o fortalecimento da esquerda no país – o que se percebe, nesse caso é justamente o contrário. A inquestionável liderança de Prestes sobre aquela tropa revolucionária era reconhecida por todos desde 1924, isso apesar do esquecimento seletivo e ideológico de Juarez Távora. Conclui-se, portanto, que não se sustenta a perspectiva de parte da historiografia nacional, que defende a superestimação da figura de Prestes como arquitetada pela esquerda brasileira na luta contra a ditadura militar pós-1964. O que se percebe, nesse caso, é justamente o processo contrário. Ou seja, a deliberada intenção ideológica em se diminuir o inquestionável protagonismo de Prestes sobre aquele movimento tenentista visava o enfraquecimento do discurso comunista no país, e que também foi reforçado pela reprodução da perspectiva de peso do comandante revolucionário Juarez Távora.

Denominá-la Coluna Miguel Costa-Prestes, portanto, em hipótese alguma se justifica pelo sentido histórico, ao negar a efetiva e inquestionável liderança sobre aquela marcha revolucionária por seu comandante de fato, Luiz Carlos Prestes. E naquele périplo em que a própria sobrevivência se tornou o objetivo principal, cada dia a mais representava uma derrota para o discurso governista do qual *O Paíz* era um dos principais porta-vozes.

Conclui-se, portanto, que *O Paíz* e o *Correio da Manhã* foram importantes jornais cariocas que acompanharam e discutiram a marcha da Coluna Prestes. A

profunda rivalidade entre eles lhes permitiu, de certa maneira, alguma semelhança na cobertura daquele movimento. Profundamente engajados que estavam na defesa de seus interesses políticos, suas coberturas estiveram frequentemente desprovidas de senso crítico, respeito mútuo e elegância literária, características que passaram a ser supérfluas nesses jornais. Como, por exemplo, na primeira capa dedicada à marcha da coluna por ambos os jornais, já na segunda metade de 1926. A tentativa em destacar à bravura e astúcia revolucionária era a regra, quando possível, do opositorista *Correio da Manhã*: “A Coluna Prestes – como foi que ela atravessou o São Francisco.”³⁴² Ufanismo, heroísmo, bravura, falta de cuidado com as fontes, parcialidade, armas de uma guerra midiática. Por outro lado, aliado incondicional do governo, por todo aquele período *O Paíz* tentou inutilmente destruir qualquer aspecto positivo que pudesse ser ligado aos revoltosos: “Como Prestes, Miguel Costa e sua malta de bandidos regeneram a república através do alto sertão.”³⁴³ Bandidagem travestida em espírito revolucionário, não era outro o diagnóstico governista para aqueles revoltosos. Duas manchetes, duas perspectivas políticas irreconciliáveis.

E *O Paíz*, na última edição analisada, quase como involuntária homenagem àquela invencível tropa revolucionária, reproduzia notícia recebida pelo jornal baiano *A Noite*, sobre, mais uma vez, a “[...] derrota da Coluna Prestes, nas fronteiras da Bolívia.”

344



Imagem 13

João Alberto, Prestes e Djalma Dutra. La Gaiba, Bolívia, fevereiro de 1927.³⁴⁵

³⁴² A Coluna Prestes: como foi que ela atravessou o São Francisco. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 05.09.1926, n.9701, p.1. Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=

³⁴³ Como Prestes, Miguel Costa e sua malta de bandidos regeneram a república através do alto sertão. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 01.07.1926, n.15229, p.1. Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=0&Pesq=

³⁴⁴ Cessaram as correrias dos rebeldes. *O Paíz*, Rio de Janeiro, 10.02.1927, n. 15453, p.2. Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=0&Pesq=

³⁴⁵ Disponível em <http://www.cinebrasil.tv/fotosProgramas/O%20Velho/Preste%20na%20Bolia.jpg>.

Acessado em 06.02.2018.

REFERÊNCIAS

a) Primárias

ARQUIVO NACIONAL. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdfs_publico/Prestes_Instrumento.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2018.

BIBLIOTECA DIGITAL. FGV. Disponível em: <<http://sistema.bibliotecas-bdigital.fgv.br/>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

CASA RUI BARBOSA. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

INSTITUTO LUIZ CARLOS PRESTES. Disponível em: <<http://www.ilcp.org.br/prestes/>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

LINSDEBARROS, João Alberto. *Memórias de um revolucionário. 1ª parte: a marcha da Coluna*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1954.

MARX 21. Disponível em: <<https://marx21.com/2009/12/15/entrevista-com-Luís-carlos-prestes-em-1986/>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

MARXISTS. *Prestes*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/prestes/1945/mes/palavra.htm>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/oitv/midia-e-historia/>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

TÁVORA, Juarez. *À guisa de depoimentos sobre a Revolução Brasileira de 1924*. São Paulo: Tipografia de O Combate. 3 volumes, 1927/28.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas-Memórias*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editor, 1974.

b) Secundárias

AMADO, Jorge. *O Cavaleiro da Esperança: a vida de Luís Carlos Prestes*. 34ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

BRAGA, Sérgio Soares (org.). *Luiz Carlos Prestes; o Constituinte, o Senador (1946-1948)*. Brasília: Senado Federal, 2003.

BRUM, Eliane. *Coluna Prestes: O avesso da lenda*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.

- CASTRO, Chico. *A Coluna Prestes no Piauí*. Brasília: Senado Federal, 2007.
- DE LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.
- DRUMMOND, José Augusto. *A Coluna Prestes: rebeldes errantes*. 3ªed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- DUBY, George. *A História continua*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.
- DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. III: O Brasil Republicano. I. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. 4ªed. São Paulo: Difel, 1985.
- _____. *História Concisa do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política*. Tenentes e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. 2ªed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- FRANCO, Gustavo H.B; LAGO, Luiz Aranha Corrêa. *O processo econômico: a economia da Primeira República, 1889-1930*. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *A abertura para o mundo 1889-1930* (vol.3). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32º ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- LANDUCCI, Ítalo. *Cenas e episódios da Coluna Prestes e da Revolução Paulista de 1924*. São Paulo: editora Brasiliense, 1947.
- LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes: marchas e combates*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p.149-150.
- MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tânia Regina de (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- MEIRELLES, Domingos. *As noites das grandes fogueiras*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. São Paulo: Contexto, 1988.
- MIGUEL, Luís Felipe. *Os meios de comunicação e a prática política*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. nº 55-56, 2002.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso*. 7ªed. Campinas: Pontes, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História & História Cultural*. 2ª ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINHEIRO, Lidiane Santos de Lima. *A construção do acontecimento histórico*. Salvador: Edufba, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PRESTES, Anita Leocádia. *Uma epopeia brasileira: a Coluna Prestes*. São Paulo: Moderna, 1995.

_____. *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015

SÁ, Rodrigo Patto. *Batalhas em torno do mito: Luiz Carlos Prestes*. In *ESTUDOS HISTÓRICOS*, número 34, jul-dez. 2004. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, pp. 91-115.

SALIBA, Elias Thomé. *Cultura: as apostas na República*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *A abertura para o mundo: 1889-1930* (vol.3). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, Hélio. *1926: A Grande Marcha*. A Coluna Prestes. 3ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes: análise e depoimentos*. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

_____. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *A abertura para o mundo 1889-1930* (vol.3). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

O Velho, a história de Luiz Carlos Prestes. Direção: Toni Venturi. São Paulo: Olhar Imaginário, 1997. DVD.